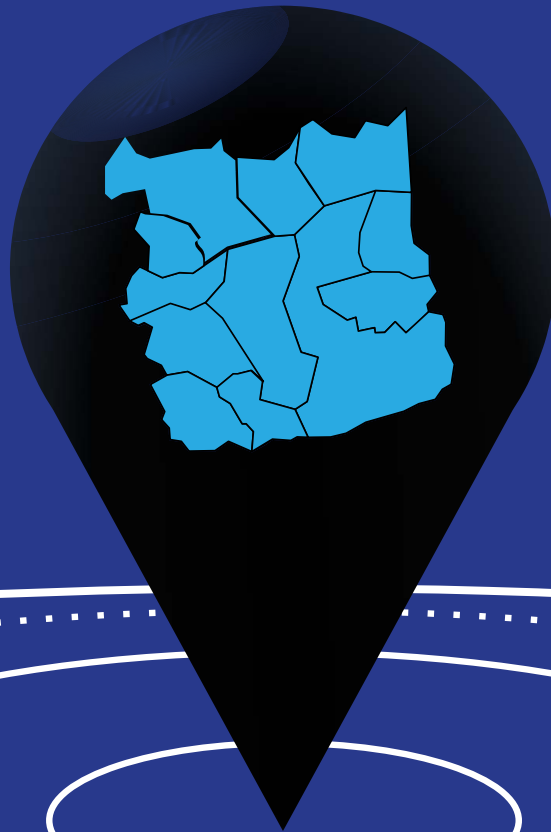


Profa. Dra. Edilane do Amaral Heleno
Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Moraes
Profa. Dra. Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
Organizadores

A PESQUISA

NA UNIVERSIDADE

NECESSÁRIA





A PESQUISA

NA UNIVERSIDADE

NECESSÁRIA





Reitor
Vice-Reitora

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Valdiney Veloso Gouveia
Liana Filgueira Albuquerque



Direção
Gestão de Editoração
Gestão de Sistemas

EDITORA UFPB

Natanael Antonio dos Santos
Sâmella Arruda
Ana Gabriella Carvalho

Conselho Editorial

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)
Eliana Vasconcelos da Silva Esvael (Linguística, Letras e Artes)
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

Editora filiada à:



Profa. Dra. Edilane do Amaral Heleno
Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Morais
Profa. Dra. Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
(Organizadores)

A PESQUISA NA UNIVERSIDADE NECESSÁRIA

Editora UFPB
João Pessoa
2021

Direitos autorais 2021 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Projeto Gráfico

Editora UFPB

**Editoração Eletrônica
Design da Capa**

Lucas Nóbrega
Marcílio Carneiro de Lima

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

P474 A pesquisa na universidade necessária / Edilane do Amaral Heleno... [et al.], organização. - João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

300 p.: il.

ISBN 978-65-5942-032-2

1. Pesquisa científica 2. Universidade – Pesquisa 3. Ensino superior. I. Heleno, Edilane do Amaral. II. Nascimento, Erivaldo Pereira do. III. Moraes, José Jassuipe da Silva. IV. Barbotin, Maria Angeluce Soares Perônico. V. Título.

UFPB/BC

CDU 001.891:378

Livro aprovado para publicação através do Edital N° 01/2020/Editora Universitária/UFPB - Programa de Publicação de E-books.

EDITORA UFPB

Cidade Universitária, Campus I,
Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB, CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

SUMÁRIO

A PESQUISA NA UNIVERSIDADE NECESSÁRIA .. 8

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NOS ÚLTIMOS
20 ANOS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS..... 14

ADOÇÃO, ADAPTAÇÃO E CRIAÇÃO DE MODELOS
DE GESTÃO DO CONHECIMENTO
PANORAMA DAS PESQUISAS NA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO..... 26

OS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
NO CONTEXTO DOS MODELOS ORGANIZACIONAIS
UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA..... 40

MODERNIZANDO E CLARIFICANDO
O DISCURSO JURÍDICO
AÇÕES E PROPOSTAS DO GRUPO DE ESTUDOS E
PESQUISA NA LINGUAGEM DO DIREITO, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO (GELDICS) 52

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
BULLYING E DROGAS NO CONTEXTO ESCOLAR..... 64

SICUT RATIO PERFECTUM EXPRESSIO
CONDIÇÕES PARA UMA CIÊNCIA
GERAL EM LEIBNIZ 80

DE BAUDELAIRE A VALÉRY
POETAS DA MODERNIDADE 90

TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA
DIÁLOGO COM OSWALD DUCROT 100

TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DA PROFESSORA
ROGÉRIA GAUDÊNCIO DO RÉGO
REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA..... 112

A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DA PARAÍBA
UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA E SÓCIO-HISTÓRICA NO
JORNAL MAMANGUAPENSE A COMARCA 125

FONTES PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA
EDUCAÇÃO DA PARAÍBA142

A IGREJA, A POLÍCIA, A IMPRENSA E A ESCOLA
COMO MOBILIZADORAS DO DISCURSO SOBRE
O CINEMA COMO ESTRATÉGIA PARA
EDUCAR OS BRASILEIROS (1910-1939)..... 151

GÊNERO DISCURSIVO E-MAIL
EFEITOS DE SENTIDO MOBILIZADOS
PELA MODALIZAÇÃO 166

O EIXO DO INFINITO NOS CONTOS
“A ARMADILHA” E “OS COMENSAIS”,
DE MURILO RUBIÃO177

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E
PROCESSOS POLÍTICOS NO NORDESTE.....189

DINÂMICA DE CRESCIMENTO URBANO DE UMA
CIDADE DE PEQUENO PORTE NO LITORAL
NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL 205

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO HIV/AIDS
NA ATENÇÃO BÁSICA
INVESTIGANDO OS SERVIÇOS DE SAÚDE
EM RIO TINTO/PB 219

ANÁLISE DA VIABILIDADE POPULACIONAL DA
PREGUIÇA-COMUM (*BRADYPUS VARIEGATUS*)
NA RESERVA BIOLÓGICA GUARIBAS,
PARAÍBA BRASIL..... 229

ANTROPOLOGIA, IMAGEM E AÇÃO 254

CIDADES (RE)VISITADAS
A CONTRIBUIÇÃO DO GUETU NAS PESQUISAS EM
ANTROPOLOGIA URBANA 269

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES..... 282

SOBRE OS GRUPOS DE PESQUISA..... 291



A PESQUISA NA UNIVERSIDADE NECESSÁRIA

“A crise com que se defrontam as universidades latino-americanas apresenta-se sob múltiplas formas que permitem caracterizá-la como conjuntural, política, estrutural, intelectual e ideológica (...). A crise é também política, uma vez que as universidades, inseridas em estruturas sociais conflituosas, estão sujeitas a expectativas opostas de setores que as querem conservadoras e disciplinadas, e de setores que aspiram a vê-las renovadas e até mesmo revolucionárias”.
(RIBEIRO, DARCY, 1969, p. 7-8)

Era 30 de outubro de um ano muito difícil para as universidades brasileiras, quando surgiu a possibilidade desse livro.

O ano era 2019, e nele o Governo Federal contingenciou aproximadamente 30% do orçamento das universidades brasileiras, que tiveram que subexistir, cortando “despesas”, causando “prejuízos” em sua forma de existir e atuar na sociedade.

A Universidade Federal da Paraíba, fortemente afetada por esses fatos, desenvolveu uma política interna de execução orçamentária buscando garantir ao “máximo” as condições “mínimas” de existência, e dentro dessa política, contingenciou o orçamento de custeio dos centros de ensino em 50%.

Para o Campus IV da UFPB, criado em 2006, o mais recente da história dessa instituição, que conta com 11 cursos de graduação presencial, 2 cursos de graduação EaD e 3 programas de pós-graduação, com grandes déficits de estrutura física e itens de permanente, foi difícil, muito difícil! O monitoramento das contas era feito mensalmente e as condições de ensino, pesquisa e extensão foram enormemente afetadas. Criou-se um cenário propício à paralisia.

Mas, 2019 não foi difícil apenas do ponto de vista orçamentário. Muitos ataques foram disferidos pelo próprio Ministério da Educação contra as universidades públicas brasileiras. Metáforas que ferem a imagem das instituições e das pessoas que nela trabalham e estudam ganharam a cena daquele ano e adentraram o cenário de 2020.

Além dos ataques simbólicos e orçamentários, o Governo Federal pautou o FUTURE-SE, um projeto que se apresentava como importante para fortalecer a “autonomia”

universitária, mas que, na prática, afetava enormemente a concretude desse conceito, quando pregava a gestão das universidades por meio de organizações sociais, e não prevendo o orçamento necessário para o sustento delas, apontava a captação de recursos externos como o meio de sustentabilidade financeira dessas instituições.

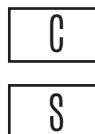
Por essa razão, 2019 foi um ano no qual as Univesridades brasileiras tiveram que se mexer, adotando uma postura de resistência. Foram vários atos de rua para chamar a atenção da sociedade sobre as inverdades ditas pelo próprio Ministério da Educação e para mostrar para a sociedade tudo o que as universidades produziam e qual o cenário no qual estavam atuando. Essa universidade, que não exerce uma autocrítica desde a década de 1990, teve que refletir sua prática e partir para uma autodefesa. Foi, e está sendo, um movimento muito difícil de ser realizado.

Neste contexto, a UFPB produziu material para divulgar suas ações, promoveu audiência pública na Assembleia Legislativa da Paraíba e inúmeras outras ações brotaram no seio dessa instituição. No Campus IV ocorreram audiências públicas com a presença da comunidade universitária, da comunidade externa e de lideranças políticas. Também ocorreram Audiências Públicas nas Câmaras Municipais de Mamanguape e Rio Tinto, entrevistas a programas de rádio, reuniões ampliadas da Direção de Centro e uma Assembleia Universitária presidida pela Magnífica Reitora da UFPB, na qual a comunidade universitária expressou sua negativa ao FUTURE-SE.

Como era esperado, mas não certo, no segundo semestre de 2019, muito próximo do fim do prazo da execução orçamentária, o Governo Federal liberou os recursos contingenciados. Um grande mutirão precisou ser realizado para que nossa instituição pudesse executar todo o orçamento, num tempo muito curto. Essa é uma forma de trabalho extremamente angustiante! A instituição passa a maior parte do ano obrigada a fazer economias que não podem ser recuperadas quando os recursos são liberados.

E foi aí, nesse exato momento de liberação de recursos e de necessidade de uma execução rápida, que foi possível pensar na publicação de um livro, que pudesse, mais uma vez, dar visibilidade à pesquisa desenvolvida no Campus IV da UFPB, problematizando o tipo de pesquisa que desenvolvemos dentro da conjuntura maior das universidades brasileiras.

O livro “A pesquisa na universidade necessária” tem seu título inspirado na obra de Darcy Ribeiro, “A Universidade Necessária”, escrita quando ele estava no Uruguai como exilado político. Essa inspiração surge porque as lentes utilizadas por Darcy Ribeiro, em 1969, são bastante nítidas para olharmos para 2019 tentando enxergar os acontecimentos que afetaram as universidades e a sociedade brasileira. No meio daquele turbilhão todo, o exercício de defender uma universidade necessária, pública, gratuita, de qualidade e



referenciada socialmente se tornou uma das tarefas mais importantes para muitos de nós, mas, também, muito difícil.

Pontanto, o livro “A pesquisa na universidade necessária” nasce desejando muita coisa. Inicialmente, socializar a produção dos diferentes grupos de pesquisa do Campus IV da UFPB, em 13 anos de sua trajetória. Essa não é a primeira experiência com essa finalidade, pois em 2017 publicamos em três volumes, pela Editora do CCTA, o livro “Uma década da Expansão Universitária: estudos sobre o Vale do Mamanguape”. No que diz respeito a essa primeira tarefa, esse livro é composto por produções de 20 grupos de pesquisa, sendo fruto do envolvimento de 37 pesquisadoras e 18 pesquisadores, 55 pessoas no total, das quais 2 possuem pós-doutorado, 26 possuem doutorado, 4 possuem mestrado, 2 estão em processo de doutoramento, 4 estão cursando o mestrado, 5 são graduadas e 12 estão em processo de graduação. Os artigos aqui apresentados são oriundos das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Sociais, Ciências Exatas, Educação, Letras e Ciências da Natureza. Expressam pesquisas de cunho bibliográfico, documental e de campo, que dialogam com o todo e com a realidade específica do Vale do Mamanguape.

Um segundo desejo desse livro é problematizar “qual a pesquisa necessária?”. Darcy Ribeiro irá nos ajudar nessa problematização, pois será nele que encontraremos o modelo utópico de universidade. A partir daí, poderemos refletir qual a distância daquilo que fazemos em relação àquilo que deveria ser feito.

Para Darcy Ribeiro, a universidade necessária, compreendida como aquela estrutura integrada por órgãos de ensino, de pesquisa e de difusão, deve ser capacitada para exercer as seguintes funções capitais:

A função docente de preparação de recursos humanos na quantidade e com a qualificação necessárias para a vida e o progresso da sociedade (...). A função criativa de dominar e ampliar o patrimônio humano do saber e das artes em todas as suas formas, seja como condição indispensável ao exercício da docência, seja como objetivo essencial em si mesmo (...). A função política de vincular-se à sociedade e à cultura nacional com o propósito de converter-se no núcleo mais vivo de percepção de suas qualidades, expressão de suas aspirações, difusão de seus valores e combate a todas as formas de alienação cultural e de doutrinação política a que possa ser submetida. (RIBEIRO, 1969, p. 74)

A universidade necessária é aquela que está completamente comprometida em combater o atraso e o subdesenvolvimento de uma nação, e como tal, faz parte de um projeto de governo. Nesse sentido, é preciso sempre questionar: “qual universidade convém ao nosso país?” Como reflete Darcy Ribeiro, a conquista dessa universidade

C

S

necessária aos interesses nacionais representará uma vitória na luta pela superação do subdesenvolvimento. Ao contrário, seu fracasso representará a consolidação do atraso através de uma transfiguração da universidade que a obrigue a servir a desígnios estranhos.

Uma breve análise dos fatos recentes da história brasileira mostra que nem de longe temos um projeto de governo que coloque as nossas universidades como elementos estratégicos na superação do subdesenvolvimento. Muito pelo contrário, os projetos mais recentes, apresentados pelo Ministério da Educação, visam consolidar, de fato, a relação de dependência do nosso país em relação aos países centrais. Nesse sentido, a universidade é moldada, ou melhor, é ainda mais sucateada, de modo que possa se contentar com migalhas das relações, completamente desiguais, de produção de ciência e tecnologia.

Conforme defende Darcy Ribeiro, nosso país precisa de um projeto de desenvolvimento autônomo, o que demanda diagnóstico cuidadoso dos problemas da nação, uma planificação rigorosa de seu crescimento e uma escolha estratégica de objetivos. Ao contrário disso, o que temos visto na atualidade, na melhor das hipóteses, é um projeto de modernização reflexa.

A reflexão crítica de Darcy Ribeiro, em 1969, é completamente apropriada para a leitura dos dias atuais. A construção da universidade necessária na atualidade ainda exigirá de cada um de nós a exploração até o limite extremo da consciência possível, que implica numa capacidade de julgar as universidades reais, avaliar sua lealdade ao saber e mensurar sua fidelidade a seus povos.

Nesse sentido, considerando nossa realidade concreta, de um campus universitário, criado pelo projeto de expansão do ensino superior no Brasil, numa subregião do Estado da Paraíba que apresenta grandes desafios de desenvolvimento, finalizo esse texto, com algumas problematizações, que me atrevo a resumir da seguinte forma, partindo do geral para o específico:

- Temos consciência da divisão internacional da produção de ciência e tecnologia, identificando quem centraliza os resultados, deles tirando todo o proveito econômico? Temos consciência de quem é dependente nesse sistema?
- Temos consciência da localização do nosso trabalho dentro desse sistema internacional de produção da ciência e tecnologia?
- Considerando essa divisão internacional da produção de ciência e tecnologia, com quais interesses nossa prática docente e discente está comprometida?

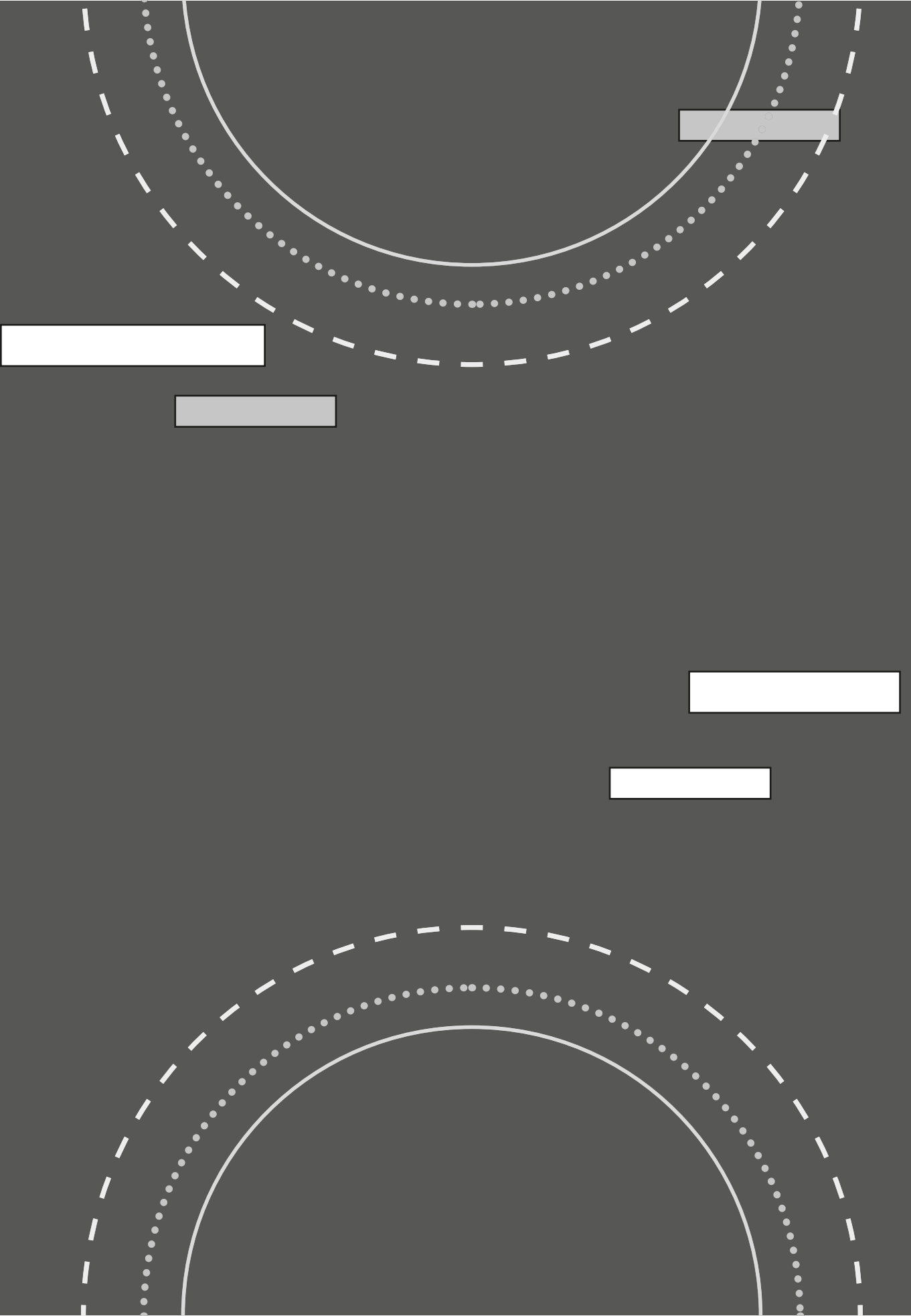
C
S

- Nossa prática de ensino, pesquisa e extensão visa contribuir para a superação do atraso e do subdesenvolvimento do nosso país? Ou para fortalecer as relações de dependência?
- De modo ainda mais específico, são os problemas concretos do Vale do Mamanguape que norteiam nossa prática científica e extensionista?
- Temos refletido que não existe neutralidade na produção de ciência e tecnologia, como muitos querem fazer acreditar?

Penso que a disposição para refletir seriamente as problematizações aqui apresentadas, realizando esse movimento de autocrítica, é o que nos dará os elementos consistentes para realizarmos a defesa da universidade. Não uma universidade qualquer, mas aquela universidade necessária à superação do nosso estado de dependência.

A defesa da nossa universidade pública, gratuita, de qualidade e referenciada socialmente depende da nossa capacidade de luta para a construção da universidade necessária.

Profa. Dra. Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
Diretora do CCAE/UEPB





DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Thales Batista de Lima¹

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata da temática do Desenvolvimento Organizacional. Inclusive, no decorrer da leitura, é bem provável que o leitor se depare pela abreviação do termo, conhecido como DO por inúmeras pesquisas. Além de ser um tema constantemente atual nas áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas (Administração, Economia, Contabilidade, Turismo e afins), é o tema que unifica os estudos do grupo de pesquisa do NEOS – Núcleo de Estudos em Organização e Sociedade.

Isto é, o respectivo tema converge as distintas ideias abarcadas pelas três linhas de pesquisa compostas pelo NEOS. Este grupo de pesquisa atua no Campus IV/Universidade Federal da Paraíba desde 2014, envolvendo pesquisadores das áreas específicas de Administração e Economia. São professores lotados no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. As linhas de pesquisa existentes e atuantes são: Estratégias e Organizações; Informação, Conhecimento e Aprendizagem; Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento (LIMA *et al*, 2019). Assim, os estudos contemplam assuntos peculiares de cada linha, sendo o Desenvolvimento Organizacional o tema que justamente converge todas as pesquisas, uma vez que se estuda no campo das organizações.

Muitos autores e praticantes do Desenvolvimento Organizacional (DO) possuem a sua própria definição. Apesar de algumas formulações específicas apresentarem diferenças, existem pontos de concordância na essência do DO, sendo de entendimento geral que o conceito de DO envolve uma estratégia educacional que busca por mudanças em relação às crenças, atitudes, valores e estrutura da empresa, de modo que elas possam adaptar-se a novos mercados, tecnologias e desafios, além do próprio ritmo da mudança (BENNIS, 1969; SILVA JUNIOR, VASCONCELOS, SILVA, 2010).

¹ Doutor em Administração. Coordenador do grupo de pesquisa “NEOS – Núcleo de Estudos em Organização e Sociedade”. E-mail: thalesufpb@gmail.com

Assim, mostra-se o quanto o DO é importante para as organizações, pois a cada dia o ritmo das rotinas e do próprio ciclo de vida organizacional se torna mais frenético, complexo e dinâmico, sobretudo, para as práticas gerenciais (MINTZBERG, 2010). De acordo com Costa e Oliveira (2010), o avanço da ciência modificou rapidamente o estilo de vida das pessoas. A nova tecnologia da comunicação reduz distâncias e disponibiliza informações de forma muito rápida. Num mundo globalizado, os desafios enfrentados pela indústria financeira são crescentes e a complexidade das relações profissionais dificulta a gestão das organizações.

Esse tema já foi vastamente abordado por volta dos anos de 1970 e 1980, com o advento do fenômeno da industrialização associada fortemente com a informatização, além da globalização. Porém, nos últimos anos, os estudos acerca da temática, particularmente, em torno dos avanços na sua própria definição se tornaram escassos em eventos e, especialmente, periódicos científicos da área das ciências sociais aplicadas.

Nesse cenário, como este é o tema que converge as pesquisas do NEOS, tem-se a necessidade de entender melhor sobre o DO e seus avanços mais recentes no meio acadêmico-científico. Por isso, é oportuno uma investigação de como o tema vem sendo estudado, explorando alguns aspectos, os quais são detalhados posteriormente na metodologia, que tornam mais compreensíveis de como tem se enxergado o tema.

Para tanto, este capítulo tem como objetivo desenvolver uma análise da produção científica no campo das ciências sociais aplicadas sobre o Desenvolvimento Organizacional, com base em artigos encontrados no Spell.org entre os anos de 2000 e 2019. Ou seja, a busca abrange as primeiras décadas do século XXI, sendo um estudo de abrangência temporal longitudinal, cuja revisão sistemática permite a identificação de construtos teóricos e metodológicos da área, conforme apontam Hayashi e Gonçalves (2018).

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL: SUAS DEFINIÇÕES E AVANÇOS

Segundo Silva Junior, Vasconcelos e Silva (2010), o desenvolvimento organizacional (DO), muito em voga no meio acadêmico, nas décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos, e, mais tarde, no Brasil, caiu no esquecimento. Há muito não se observam publicações sobre a temática em congressos e periódicos da área do comportamento organizacional e de recursos humanos. O que se verifica no meio acadêmico são pesquisas sobre mudança organizacional, que não se configuram como DO.

Fellesson e Echeverri (2008) destacam que o desenvolvimento organizacional é bem atrelado aos assuntos de gestão da cultura e conflitos organizacionais, orientação para

C

S

clientes e administração mercadológica. Por outro lado, Costa e Oliveira (2010) enfocam nas questões da comunicação interna das empresas e de suas relações interpessoais.

Isso se justifica porque as organizações precisam se transformar para competir no mercado atual. As mudanças ainda são consideradas de difícil realização, exigem que os afetados por elas estejam envolvidos no processo para minimizar os problemas, e, desta forma, sejam capazes de construir e gerenciar ativos físicos, explorar ativos intangíveis, dentre eles, a comunicação (MINICUCCI, 1995).

Enfim, as organizações só se tornam viáveis quando possuem meios apropriados para adquirir informações a respeito de si mesmas e de seu ambiente. Seus objetivos e metas são cumpridos à medida que os processos eficientes de comunicação impulsionam na direção do que foi previamente estabelecido (COSTA; OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, percebe-se que o conceito de DO se articula diretamente com o entendimento do que vêm a ser mudança e a capacidade dos membros da organização de construir coletivamente uma nova realidade organizacional, objetivando com isso tornar a organização mais competitiva no seu nicho de mercado e mais agradável para os colaboradores (SILVA JUNIOR, VASCONCELOS, SILVA, 2010).

Conforme Froehlich e Bitencourt (2008), a organização não deve apenas ser estruturada e mobilizada para ser capaz de agir com presteza em seu ambiente complexo e em rápida mudança, mas deve também estar preparada para reconhecer, avaliar e adaptar-se às estratégias emergentes. Desse modo, podem ser encontrados diferentes modelos de formação e implementação de estratégias importantes para uma organização que enfrenta desafios complexos.

Por isso, outro eixo associado bastante ao DO é a estratégia empresarial, pois as estratégias, sejam deliberadas ou emergentes, direcionam o desenvolvimento organizacional e promove mudanças nas capacidades dinâmicas das empresas por meio de valores raros e de difícil imitabilidade para seus concorrentes.

A literatura sobre estratégia se ampliou de forma contínua e intensa ao longo dos anos, tornando-se, em muitos momentos, o tema central de debate nas escolas de administração e no mundo empresarial. Diferentes concepções foram desenvolvidas, com ênfases distintas e relacionamentos interdisciplinares. Essa amplitude e complexidade do termo impedem que se obtenha uma definição consensual, embora a revisão da literatura indique, além das contradições, algumas convergências conceituais (FROEHLICH; BITENCOURT, 2008).

A concordância se estabelece quando a estratégia diz respeito tanto à organização quanto ao ambiente; é complexa; afeta o bem-estar da organização; envolve questões tanto de conteúdo como de processo; não é puramente deliberada; existe em diferentes

níveis organizacionais; envolve vários processos de pensamento; envolve a adequação da organização e seus processos internos ao seu ambiente de atuação e o posicionamento competitivo de uma empresa, dentre outros (PORTER, 1986; ANSOFF, 1990; MINTZBERG, 2001; FROEHLICH; BITENCOURT, 2008).

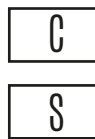
Doravante, Gomes (2017) atenta para as tecnologias como uma forma de estratégia para a promoção do Desenvolvimento Organizacional. Esse autor entende que o DO pode contribuir com o uso de tecnologias para capacitar e qualificar melhor o quadro de pessoal das empresas. Ou seja, ele interliga o DO com a melhoria da gestão de pessoas a partir de um melhor aparato tecnológico para utilizar com as pessoas, um dos recursos subjetivos e intangíveis tidos como mais valiosos.

Percebe-se, assim, que os autores, por vezes, estudam o DO por determinada ótica no meio empresarial. Utilizam elementos organizacionais ou áreas funcionais da Administração para balizarem suas pesquisas. No entanto, enfatiza-se, aqui, o entendimento principal sobre do que se trata o DO, e como tem se avançado a partir dos argumentos de Leite e Albuquerque (2010), quando afirmam que a concepção de desenvolvimento organizacional ainda desfruta sua recente maturidade, pois somente depois de 1960 ela se fez registrar. Carece, portanto, de novas pesquisas para continuar a amadurecer. Os pressupostos teóricos que embasam a sua filosofia e as suas técnicas são os mesmos para Estados Unidos, Europa e Brasil, não obstante contextos socioculturais e históricos diferentes.

Ainda de acordo com Leite e Albuquerque (2010), longe de ser somente uma técnica, o Desenvolvimento Organizacional é um processo contínuo, implicando a necessidade de mudança, no qual exige planejamento e melhoria de eficiência e eficácia de desempenho, além de assegurar a efetividade da organização. Tal concepção se realiza com o envolvimento de todos os escalões da organização, iniciando-se pelo mais alto e verticalizando-se, sempre com o apoio desse mesmo escalão. É decorrente de um diagnóstico específico da própria organização e pode utilizar vários tipos de intervenção.

Na visão de Kegan (1971), o DO tem como fundamento ajudar os membros de uma organização a remover as barreiras que impedem a liberação do seu potencial humano. De forma geral, os programas de DO podem incluir metas específicas, como, por exemplo: atmosfera para solução de problemas; construção de confiança; redução de competição inapropriada e promoção da colaboração entre os membros da organização; desenvolvimento de sistema de recompensas que reconheça tanto as metas organizacionais quanto as metas individuais; incrementar o autocontrole e a autodireção dos membros da organização, entre outras.

De forma geral, os pontos de convergência das diversas definições de DO fluem para seis aspectos centrais: (1) mudança planejada; (2) processos de solução de problemas



advindos das ameaças e oportunidades conferidas pelo ambiente; (3) necessidade de melhoria dos processos internos e de autorenovação; (4) perspectiva de administração participativa por meio do compartilhamento da gestão com os colaboradores; (5) desenvolvimento e fortalecimento (*empowerment*) de equipes no sentido de dotá-las de liberdade de atuação, de participação nas decisões, plena autonomia no desempenho das tarefas e responsabilidade total pelos resultados (equipe auto gerenciada); (6) perspectiva de pesquisa-ação, ou seja, utilizar a pesquisa para o diagnóstico e a ação para a mudança (SILVA JUNIOR, VASCONCELOS, SILVA, 2010).

Portanto, para Leite e Albuquerque (2010), o Desenvolvimento Organizacional envolve um diagnóstico sistemático da organização, a formulação de um plano estratégico de melhoria e a mobilização de recursos para levar a cabo o esforço; o sistema total; a alta administração do sistema; o delineamento para se compreender as metas do desenvolvimento organizacional em termos de eficiência, eficácia e efetividade.

Por fim, ainda se referindo ao estudo desses autores acima, o DO tem de desenvolvido como um termo usado para compreender um conjunto de intervenções de mudança planejada construídas sobre valores democrático-humanistas que buscam aprimorar a eficácia organizacional e o bem-estar do empregado.

CAMINHO METODOLÓGICO

O trabalho caminha por um viés interpretativista em sua perspectiva paradigmática, baseado nos pressupostos descritos por Burrell e Morgan (1979). Quanto ao delineamento da pesquisa, pode-se caracterizar como qualitativa (CRESWELL, 2010) e descritiva, pois busca descrever cada passo dado pelo pesquisador na realização do estudo, no sentido de contemplar um olhar apurado e analítico sobre a revisão a ser elaborada (SILVA, 2010).

Destaca-se que a pesquisa é balizada pela revisão sistemática da literatura, na qual é uma maneira de agregar conhecimento sobre um tema, facilitando o trabalho dos pesquisadores pela sua reunião de conhecimentos sobre determinado tema. Requer um extenso esforço de classificação e encontro de trabalhos relevantes, tomando um tempo considerável (KITCHENHAM *et al*, 2010; LIMA; COSTA, 2016).

Alguns estudiosos também se referem à revisão sistemática da literatura como sendo um estudo bibliométrico. A bibliometria, técnica definida para este estudo, tem o propósito de quantificar, identificar, analisar e descrever uma série de padrões na produção de conhecimento científico sobre um tema específico (ARAÚJO, 2006; ALVES; SARI; ÁVILA, 2020).

Portanto, os resultados obtidos permitem compreender um panorama sobre esse estudo do Desenvolvimento Organizacional, trazendo uma contribuição para a área de ciências sociais aplicadas, sobretudo, para estudos da Administração e Economia,

atuantes no grupo de pesquisa Neos. Salienta-se que este capítulo tem como intuito o desenvolvimento da análise da produção científica no campo das ciências sociais aplicadas sobre o Desenvolvimento Organizacional, com base em artigos encontrados no Spell.org entre os anos de 2000 e 2019.

Selecionaram-se artigos oriundos da plataforma de busca por artigos científicos Spell.org. O Spell é um sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita de produção científica, particularmente das áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo. Nesse contexto, considerou-se, na busca, os artigos que tivessem sido publicados no período de tempo de 20 anos (2000 a 2019), privilegiando os estudos recentes do século XXI sobre a temática. Utilizou-se como descritor o termo DO para que constasse no título do documento.

Desse modo, foram localizadas 24 publicações, das quais 13 são referentes à década de 1970, justamente no momento do *boom* do assunto no âmbito das pesquisas acadêmicas. Nos anos de 1980 foram 4 artigos publicados e nos anos 1990 somente 1 artigo, o que demonstra uma redução abrupta de investigações sobre esta temática, devido a algum tipo de saturação sobre o assunto.

Nesse sentido, identifica-se, de imediato, um baixo volume de artigo no campo das ciências sociais aplicadas sobre este tema, que se perpetuou praticamente pelos anos subsequentes, iniciando os anos 2000 com apenas 2 produções acadêmicas. Já na década de 2010 houve um tímido crescimento, pois foram 4 publicações.

Para esta pesquisa, que considera os últimos 20 anos, portanto, conseguiu-se obter somente 6 artigos para uma análise bibliométrica. Após esse processo de coleta, foram elaborados os aspectos analisados com a finalidade de entender como o tema do DO vem sendo tratado, até mesmo para compreender o porquê da redução de pesquisas no campo das ciências sociais aplicadas. Destaca-se a relevância do Neos como um grupo que contribui para alavancar estudos que compreendam melhor o DO e elementos que tangenciam este tema, influenciando no contexto organizacional de alguma maneira.

UM OLHAR SOBRE AS REVISTAS QUE PUBLICARAM SOBRE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

O quadro a seguir apresenta detalhadamente cada revista com o ano de publicação dos artigos e a autoria.

REVISTAS	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA
Revista Adm. Made	2008	Markus Fellesson Per Echeverri
Revista Adm. UFSM	2008	Cristiane Froehlich Claudia Cristina Bitencourt
Revista Ciências Administrativas	2010	Marconi Freitas da Costa Biorni Matos Oliveira
Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE	2010	Nildes Raimunda Pitombo Leite Lindolfo Galvão de Albuquerque
R. Adm. FACES Journal	2010	Annor da Silva Junior Kátia Cyrlene de Araujo Vasconcelos Priscilla de Oliveira Martins da Silva
Revista Inovação, Projetos e Tecnologias – IPTEC	2017	Mike Ceriani de Oliveira Gomes

Quadro 1: Perfil dos artigos Fonte: Elaboração própria (2020)

Em relação ao Qualis Capes destas revistas, considerando o quadriênio vigente (2013-2016), tem-se 1 constando como B1, 4 classificadas em B2 e uma avaliada em B3. Quanto à temática central destes artigos, observou-se que somente 2 deles abordam detalhadamente o assunto de DO em seu arcabouço teórico. Os demais abarcam assuntos que transversam com o tema em si. Tais assuntos abrangem o campo das estratégias organizacionais, a gestão de pessoas, particularmente, relacionamentos interpessoais e comunicação interna, além de cultura organizacional, mudança e tecnologia.

O quadro seguinte expõe a formação acadêmica destes autores para se tomar conhecimento se são das áreas de conhecimento do campo das ciências sociais aplicadas e qual o nível formativo. Ademais, acrescenta-se a informação acerca da sua atuação profissional. Isso se constatou via Plataforma *Lattes*, em janeiro de 2020.

Frisa-se que a formação e atuação “atuais” são correspondentes ao disponibilizado em seu *Lattes*. O que não conseguiu averiguar foi colocado como “não identificado”. Também se ressalta que, acerca dos dois primeiros autores, por serem pesquisadores estrangeiros, foi levado em consideração o que constava nas informações contidas em seu artigo.

AUTOR DOS ARTIGOS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Markus Felleson	Doutor em Administração de Empresas (Universidade de Gotemburgo, Suécia)	Pesquisador da Universidade de Karlstad, Suécia.
Per Echeverri	Doutor em Administração de Empresas (Universidade de Gotemburgo, Suécia)	Pesquisador da Universidade de Karlstad, Suécia.
Cristiane Froehlich	Doutora em Administração (UNISINOS)	Professora Adjunta do Programa Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Feevale (Novo Hamburgo - RS)
Claudia Cristina Bitencourt	Doutora em Administração (UFRGS)	Professora titular e Decana da Escola de Gestão e Negócios da UNISINOS.
Marconi Freitas da Costa	Doutor em Administração (FEA/USP)	Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
Biorni Matos Oliveira	Especialista em Gestão empresarial (Faculdade Sete de setembro)	Não identificado
Nildes Raimunda Pitombo Leite	Pós-Doutora em Administração (FEA/USP)	Professora Adjunta do Curso de Administração da UNIFESP
Lindolfo Galvão de Albuquerque	Doutor em Administração (USP)	Professor Titular da USP
Annor da Silva Junior	Doutor em Administração (UFMG)	Professor adjunto da (UFES)
Kátia Cyrlene de Araujo Vasconcelos	Doutora em Administração (UFES)	Professora Adjunta da (UFES)
Priscilla de Oliveira Martins da Silva	Doutora em Psicologia (UFES)	Professora de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo
Mike Ceriani de Oliveira Gomes	Especialista em Controladoria e Finanças (Faculdade Marechal Rondon)	Não identificado

Quadro 2: Formação e Atuação dos autores Fonte: Elaboração própria (2020)

Os autores mais referenciados por estes artigos, ou seja, os autores que citam para construir as ideias acerca do Desenvolvimento Organizacional são, em ordem cronológica de suas respectivas publicações: Beckhard (1969), Kegan (1971), Bennis (1972), Lawrence e Lorsch (1972), Zaltman e Duncan (1977), French e Bell (1981), Schein (1992) e, mais recentemente, a obra de Wood Jr (2004).

No que tange aos aspectos metodológicos, apresenta-se um quadro com o panorama descritivo das metodologias abordadas nesses artigos. Seguem-se os artigos pela identificação de suas revistas. Salienta-se que não há intenção de analisar a consistência e adequação metodológica de tais artigos, mas apenas de descrever esses procedimentos para conhecimento no quesito metodológico de como se estuda o assunto de DO.

ARTIGOS	TIPO DE PESQUISA	TÉCNICA DE COLETA	MÉTODO DE ANÁLISE
Revista Adm. Made	Qualitativa	<i>Survey</i>	Análise discursiva
Revista Adm. UFSM	Qualitativa; Descritiva; Exploratória; Estudo de caso.	Entrevistas semiestruturadas	Análise documental
Revista Ciências Administrativas	Pesquisa bibliográfica; Estudo de caso.	Questionários; Entrevistas pontuais; Observações diretas.	Tabulação e representação em gráficos
Revista Ibero- Americana de Estratégia - RIAE	Qualitativa; Exploratória; Estudo de caso.	Levantamento documental; Entrevistas; Grupo focal.	Análise de conteúdo
R. Adm. FACES Journal	Qualitativa; Descritivo-analítica; Estudo de caso.	Levantamento documental; Observação participante; Entrevistas semiestruturadas.w	Pesquisa-ação do tipo colaborativa
Revista Inovação, Projetos e Tecnologias – IPTEC	Não identificado	Não identificado	Análise observacional

Quadro 3: Panorama Metodológico
Fonte: Elaboração própria (2020)

Assim, nota-se que essas pesquisas enveredam mais pela abordagem qualitativa, tendo o instrumento da entrevista como o mais requisitado. Poderia ser interessante que os próximos estudos acerca desta temática pudessem se pautar por outras perspectivas metodológicas, até para que se amplie a forma de entender o assunto por distintos

contextos. Por fim, verifica-se que, pelo observado, é preciso também seguir um maior rigor metodológico para que tais estudos tenham uma relevância e abrangência em seu fator de impacto tanto para a comunidade acadêmica como para a sociedade em geral. Quem sabe, dessa forma, provoque mais repercussão sobre o tema e sejam retomados de maneira mais substancial os estudos sobre o Desenvolvimento Organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

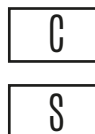
Este capítulo teve como objetivo desenvolver uma análise da produção científica no campo das ciências sociais aplicadas sobre o Desenvolvimento Organizacional, com base em artigos encontrados no Spell.org entre os anos de 2000 e 2019. Dessa forma, a partir dos artigos selecionados dentro dos critérios estabelecidos, puderam-se analisar os periódicos em que os artigos foram publicados, os autores e ano de cada publicação.

Ademais, verificou-se o Qualis dessas revistas e por meio dos objetivos foram percebidas as temáticas centrais e adjacentes de cada uma delas. Aliás, notou-se que poucos são os que abordam com profundidade o Desenvolvimento Organizacional. Foram levantados os principais autores que estes artigos utilizaram para sustentar seus argumentos acerca do tema.

Também foi visto o perfil dos autores desses 6 artigos, enquanto formação e atuação profissional. Por fim, foi exposto um cenário do percurso metodológico tratado por essas publicações. Desse modo, pôde-se desenvolver uma análise da produção em DO nos últimos 20 anos, contribuindo para o ambiente acadêmico-científico em olhar melhor para este tema, sobretudo, para seus *gaps*, uma vez que, por mais que demonstre uma aparente saturação na discussão deste tema, ele se mostra bem incipiente no campo das ciências sociais aplicadas.

Segundo Silva Junior, Vasconcelos e Silva (2010), a prática de DO, esquecida pela academia, ainda sobrevive no contexto empresarial com algumas adaptações, porém, sem perder o referencial dos conceitos e fundamentos clássicos, característicos dessa estratégia de mudança e de reaprendizado individual e coletivo.

Portanto, este estudo espera instigar pesquisadores a desenvolverem suas investigações pensando na promoção do Desenvolvimento Organizacional como um caminho para o próprio avanço ambiental e social.



REFERÊNCIAS

ALVES, V. T.; SARI, V.; ÁVILA, L. V. As Principais Evidências Acerca dos Conceitos de Logística Urbana Um Estudo Bibliométrico. Desenvolvimento em questão. Editora Unijuí. Ano 18, n. 50, 2020.

ANSOFF, H. Igor. A nova estratégia empresarial. São Paulo: Atlas, 1990.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11- 32, 2006.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological Paradigms and Organisational Analysis: elements of the Sociology of Corporate Life. Heinemann Educational Books, 1979.

COSTA, M. F.; OLIVEIRA, B. M. Comunicação interna e relações interpessoais no desenvolvimento organizacional: o caso de uma agência bancária. Revista Ciências Administrativas, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 403-415, jul./dez. 2010.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Ed. 3. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FELLESSION, M.; ECHEVERRI, P. Organizational Development and Cultural Change: Managing the Unmanageable? Revista ADM.MADE, ano 8, v. 12, n. 2, p.17-32 - mai/ago, 2008.

FROEHLICH, C.; BITENCOURT, C. C. Desenvolvimento Organizacional com base em estratégias de diversificação. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 241-262, mai./ago. 2008.

GOMES, M. C. O. A tecnologia como estratégia no desenvolvimento organizacional e nas rotinas administrativas. Revista Inovação, Projetos e Tecnologias – IPTEC. Vol. 5, N. 2. Jul/Dez. 2017.

HAYASHI, A. C. P. I.; GONÇALVES, T. G. G. L. Estudo Bibliométrico dos Balanços da Produção Científica em Educação Especial na Revista Brasileira de Educação Especial (1999-2017). Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, Edição Especial, p.135-152, 2018.

KITCHENHAM, B.; PRETORIOUS, R.; BUDGEN, D.; BRERETON, O.P.; TURNER, M.; NIAZI, M.; LINKMAN, S. Systematic literature reviews in software engineering – A tertiary study. Information & Software Technology, 52, 2010.

C

S

KEGAN, D. L. Organizational development: description, issues and some research results. *The Academy of Management Journal*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 453-464, 1971.

LEITE, N. R. P.; ALBUQUERQUE, L. G. A estratégia de gestão de pessoas como ferramenta do desenvolvimento organizacional. *Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 32-55, jan./abr. 2010.

LIMA, T. B.; HELENO, E. A.; BARBOTIN, M. A. S. P.; MACEDO, N. M. M. N.; SILVA, M. H. G. (Orgs.). *Estudos em Organização e Sociedade*. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2019.

LIMA, T. B.; COSTA, M. S. Trabalho Informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013. *Cadernos Ebape*. V. 14. N. 2. Rio de Janeiro: abr./jun, 2016.

MINTZBERG, Henry. *Managing: desvendando o dia a dia da gestão*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

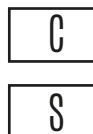
MINTZBERG, H. A organização diversificada. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. *O processo da estratégia*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.


MINICUCCI, Agostinho. *Psicologia aplicada à administração*. São Paulo: Atlas, 1995.

PORTER, M. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

SILVA, A. C. R. *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA JUNIOR, A.; VASCONCELOS, K. C. A.; SILVA, P. O. M. Desenvolvimento organizacional e a formação de lideranças: um estudo no setor de papel e celulose. *R. Adm. FACES Journal Belo Horizonte* · v. 9 · n. 2 · p. 15-31 · abr./jun. 2010.





ADOÇÃO, ADAPTAÇÃO E CRIAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

PANORAMA DAS PESQUISAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Júlio Afonso Sá de Pinho Neto²
Márcia M^a de Medeiros Travassos Saeger³

INTRODUÇÃO

A informação e o conhecimento se constituem em fenômenos resultantes de uma construção social, estabelecendo uma relação indissociável entre si. Nesse aspecto, Le Coadic (2004) entende que é a partir da apreensão da informação pelos sujeitos que o conhecimento poderá existir, sendo este um processo próprio do homem.

A aquisição do conhecimento ocorre em diferentes espaços, impulsionando o desenvolvimento individual, profissional e social dos sujeitos. A esse respeito, Sabbag (2018, p. 256) destaca que “quando adquirimos conhecimento algo muda: nossas crenças, atitudes e comportamentos”. Por esta razão, o conhecimento torna os sujeitos capazes de atuarem como agentes de transformação, destacando-se aqui o potencial inovador no contexto das organizações.

Desse modo, no que concerne ao ambiente organizacional, o conhecimento adquirido e produzido pelos sujeitos resulta em um ativo poderoso, razão pela qual os meios empregados para a identificação e o compartilhamento desses conhecimentos têm significativa relevância para o sucesso das organizações. Nesse aspecto, destaca-se a Gestão do Conhecimento (GC), compreendida por Barbosa (2008) e Sabbag (2018) como

2 Doutor em Comunicação e Cultura. Coordenador do grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas Gestão da Informação, Conhecimento e Tecnologias”. E-mail: sadepinhojulio@gmail.com.

3 Doutora em Ciência da Informação. Integrante do grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas Gestão da Informação, Conhecimento e Tecnologias”. E-mail: marcia@ccaef.ufpb.br.

sendo um processo voltado para a descoberta, criação, codificação e o compartilhamento do conhecimento no meio organizacional.

Tais processos podem ser implantados nas organizações tomando-se como guia os modelos de GC, tendo em vista que estes modelos possibilitam a determinação e visualização concreta de suas etapas. Todavia, considerando que nem sempre um modelo de GC é criado para nortear a gestão do conhecimento em todos os tipos de organizações, a adoção de determinados modelos pode, por vezes, deixar de atender algumas das especificidades e necessidades organizacionais (CRUZ, 2006).

Nesse cenário, tem sido frequente encontrar pesquisas que se proponham a criar novos modelos de GC ou adaptar aqueles já existentes para contextos organizacionais específicos, notadamente na área da Ciência da Informação (CI), por se tratar de um campo onde os estudos relativos à informação e ao conhecimento, bem como suas aplicações, são amplamente desenvolvidos.

A esse respeito, Saeger (2018) identificou que a GC é abordada em diferentes áreas do conhecimento, como Computação, Educação, Administração e Ciência da Informação, sendo esta última a que apresentou maior número de pesquisas acerca da temática. Entretanto, a criação ou mesmo a adaptação de modelos de GC demanda a construção de uma justificativa bastante consistente, capaz de legitimar essas adaptações ou criações em meio a tantos outros modelos de GC já existentes.

Tal cenário levou à constituição desta pesquisa, desenvolvida no Grupo de Estudos e Pesquisas Gestão da Informação, Conhecimento e Tecnologias (GICTEC), sendo norteadada pelos seguintes questionamentos: Quais as principais características dos modelos de GC utilizados nas pesquisas da Ciência da Informação? A despeito dos modelos já existentes, que critérios poderiam justificar a adaptação ou criação de outros modelos de GC para as organizações?

Para responder à problemática apresentada, elencou-se como objetivo geral identificar quais os critérios capazes de justificar a adoção, a adaptação ou a criação de novos modelos de GC, tendo em vista as especificidades das organizações. Como objetivos específicos, pretendeu-se: a) descrever os modelos de GC discutidos nas dissertações e teses na área da Ciência da Informação, no período compreendido entre os anos de 2013 e 2018; b) identificar a criação ou adaptação de modelos de GC, propostos a partir dessas pesquisas; c) identificar os critérios utilizados pelos pesquisadores para legitimar tais adaptações ou criações de novos modelos de GC.

No que tange ao desenvolvimento da pesquisa, foi realizado, inicialmente, um levantamento bibliográfico acerca da gestão do conhecimento, abordando-se os aspectos conceituais. Em seguida, procedeu-se a uma pesquisa documental, a partir das Dissertações

e Teses pertencentes à área da Ciência da Informação no Brasil, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT⁴. Foram analisados, a partir de uma abordagem qualitativa, os trabalhos defendidos entre os anos de 2013 e 2018, observando-se os modelos de GC utilizados, suas características e a existência ou não de adaptações ou propostas de novos modelos de GC.

Diante da necessidade de que os modelos para a gestão do conhecimento atendam às especificidades das organizações, este estudo parte da premissa de que a sua escolha deve ser embasada no perfil e nos objetivos dessas organizações, respeitando-se as suas especificidades, finalidades e necessidades, bem como as políticas de informação e conhecimento nelas vigentes.

GESTÃO DO CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E PRÁTICAS

Considerando o intenso fluxo informacional que permeia o ambiente organizacional, as formas pelas quais os gestores identificam, organizam, compartilham e utilizam informações e conhecimentos são de significativa importância para a consecução dos objetivos organizacionais (PROBST; RAUB; ROMHARDT, 2002; BARBOSA, 2008; SAEGER; PINHO NETO, 2016).

Nesse sentido, torna-se imprescindível a adoção de práticas gerenciais capazes de utilizarem a informação e o conhecimento de maneira estratégica, destacando-se aqui a Gestão do Conhecimento. A esse respeito, Barbosa (2008, p. 11) afirma que a GC corresponde a um conjunto de ações que possibilitam “o planejamento e o controle das situações nas quais esse conhecimento pode ser produzido, registrado, organizado, compartilhado, disseminado e utilizado de forma a possibilitar melhores decisões”.

Tal processo tem como fundamento a Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional, proposta por Nonaka e Takeuchi (1997), apoiando-se na mobilização e conversão do conhecimento tácito⁵ e nas possibilidades de interação entre este e o conhecimento explícito⁶. A Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional estabelece quatro etapas em que os conhecimentos tácito e explícito poderão interagir: socialização, externalização, combinação e internalização, conforme ilustrado na figura 1.

⁴ IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

⁵ O conhecimento tácito está na mente dos sujeitos e é incorporado a eles (SABBAG, 2018).

⁶ O conhecimento explícito pode ser codificado e registrado, tendo potencial para se tornar informação (SABBAG, 2018).

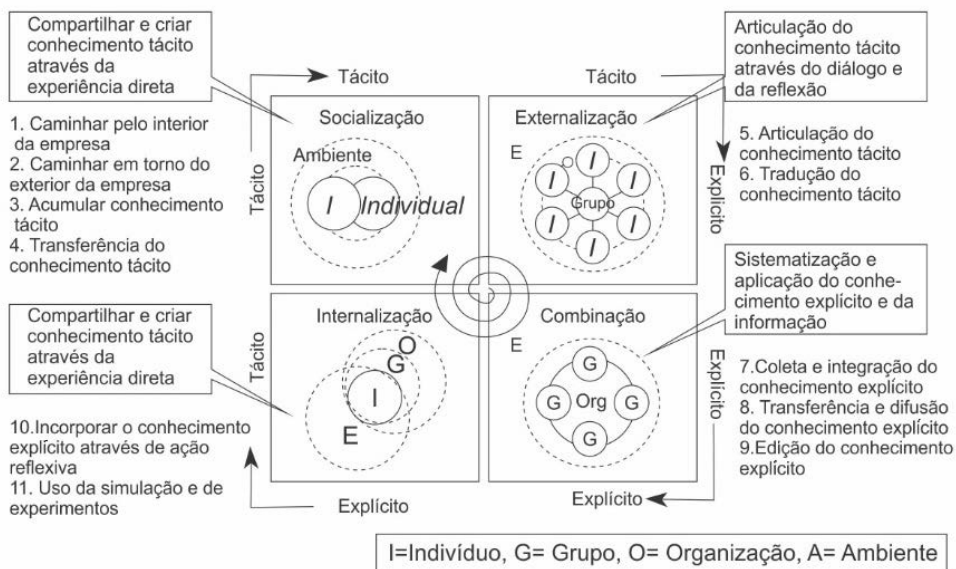


Figura 1 – Espiral do conhecimento
 Fonte: Nonaka; Takeuchi (1997).

Para Nonaka e Takeuchi (1997), quanto mais estimulado esse processo for na organização, maior será o seu resultado, apresentando um movimento em espiral. Ressalte-se que a intensidade da utilização do conhecimento nas organizações vai depender, dentre vários fatores, do modo como este conhecimento será criado, o que pode ser facilitado por meio do uso de modelos que permitam a sua criação e gerenciamento. No entanto, as escolhas desses modelos devem ocorrer “com base nas necessidades e particularidades de cada organização, respeitando-se, assim, quando necessário, as devidas adaptações de suas etapas às especificidades das organizações” (SAEGER; PINHO NETO, 2016, p. 271).

Apesar da diversidade de modelos de GC disponíveis na literatura da CI, nem todos os tipos de organização possuem modelos construídos especificamente para atender às suas necessidades, o que vem gerando, conforme já ressaltado, a propositura de novos modelos de GC.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada, quanto aos objetivos, como descritiva, uma vez que, para atender ao objetivo de identificar quais os critérios capazes de justificar a escolha, a adaptação ou a criação de modelos de GC, tendo em vista as especificidades das organizações, foi necessário descrever as principais características dos modelos de GC

C
S

apresentados nas pesquisas em CI e as justificativas apresentadas pelos pesquisadores da área para a criação de novos modelos.

A pesquisa pode ser classificada ainda, quanto à sua natureza, como qualitativa, apoiada no método dedutivo, dado que tal método permite ao pesquisador tecer conclusões sobre um fenômeno a partir de premissas preestabelecidas (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

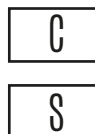
Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental, tendo como fonte para a coleta dos dados as Dissertações e Teses pertencentes à área da Ciência da Informação, no Brasil, defendidas entre os anos de 2013 e 2018 e que tragam em seu escopo a discussão sobre modelos de Gestão do Conhecimento.

Inicialmente, foram identificados 43 trabalhos que mencionavam modelos de GC, porém, verificou-se que, em 5 desses trabalhos, os modelos e suas etapas não foram discutidos, razão pela qual tais trabalhos não fizeram parte da composição da pesquisa.

A partir deste recorte, foram analisados 38 trabalhos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, observando-se os modelos de GC utilizados, as características desses modelos e a existência ou não de adaptações ou propostas de novos modelos de GC, criados para contextos organizacionais específicos.

MODELOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO: PANORAMA DAS PESQUISAS NA CI

O levantamento realizado na BDTD resultou na identificação de 38 trabalhos que discutiram ao menos um modelo de GC em sua fundamentação. Foram identificados, nesses trabalhos, 32 modelos, sendo os mais recorrentes os de Nonaka e Takeuchi (1997), Choo (2003), Batista (2012), Bukowitz e Williams (2002) e Probst, Raub e Romhardt (2002). A quantidade de indicações de cada modelo por ano é apresentada na tabela 1.



Autores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Nonaka e Takeuchi (1997)	04	02	04	03	03	06	22
Choo (2003)	02	01	03	02	02	02	12
Batista (2012)	02	-	03	01	02	02	10
Bukowitz e Williams (2002)	02	-	03	01	02	01	09
Probst, Raub e Romhardt (2002)	-	02	04	-	01	02	09
Davenport e Prusak (1998)	-	02	02	01	01	01	07
Wiig (1999)	-	01	02	01	02	01	07
Dalkir (2005)	-	01	02	-	02	-	05
Stollenwerk (2001)	01	01	01	-	01	01	05
Terra (2000)	-	01	01	-	02	01	05
Valentim (2004)	-	01	01	-	01	01	04
APO (2007)	-	-	02	-	-	01	03
Boisot (1998)	-	-	01	-	01	01	03
Teixeira Filho (2001)	01	01	-	-	01	-	03
Bennet e Bennet (2004)	-	01	01	-	-	-	02
Bergeron (2003)	-	-	01	-	-	01	02
Miranda (1999)	01	-	01	-	-	-	02
Rossato (2003)	-	01	01	-	-	-	02
Angeloni (2002)	-	-	01	-	-	-	01
Chatenier et al. (2009)	01	-	-	-	-	-	01
Cianconi (2003)	-	-	01	-	-	-	01
Dorow, Dávila e Varvakis (2015)	-	-	-	01	-	-	01
Folkens e Spiliopoulou (2004)	-	01	-	-	-	-	01
García-Fernandez (2015)	-	-	-	-	-	01	01
Gutiérrez (2008)	-	-	-	-	01	-	01
Malone (2002)	-	-	01	-	-	-	01
Meyer e Zack (1996)	-	-	-	01	-	-	01
North e Kumta (2014)	-	-	-	01	-	-	01
Porumbeanu (2009)	-	-	01	-	-	-	01
Steil (2007)	-	-	01	-	-	-	01
Stankosky e Baldanza (2005)	-	-	-	-	-	01	01
Zhang (2010)	01	-	-	-	-	-	01

Tabela 1 - Distribuição dos modelos de GC. Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A análise de cada um dos modelos identificados levou à percepção de que a GC se desenvolve nas organizações a partir de um eixo central, composto pelas fases de identificação, obtenção, armazenamento, distribuição e uso do conhecimento. É válido ressaltar que os modelos analisados apresentam fases ou componentes comuns, ainda que sejam representados por termos distintos, convencionando-se, para fins desta pesquisa, denominá-los conforme exposto na figura 2.

No entanto, em alguns dos modelos identificados, foi possível perceber que estas cinco fases que compõem o eixo central da GC se desdobram em outras subfases. Com isso, na figura 2 buscou-se representar as fases que compõem o eixo central comum aos modelos de GC analisados e seus desdobramentos.

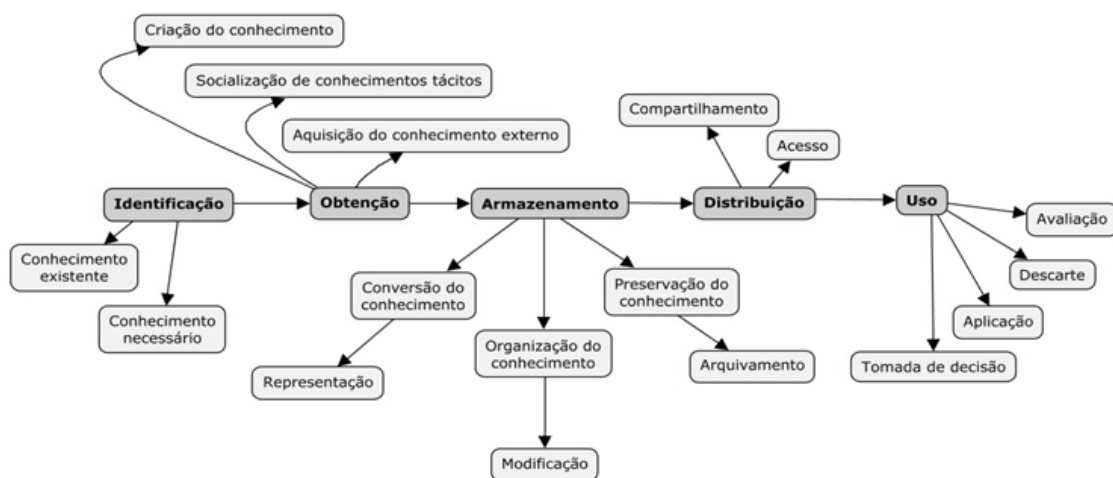


Figura 2 – Eixo central dos modelos de GC e seus desdobramentos
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Analisando-se a fase de identificação do conhecimento, foi possível perceber, em alguns modelos estudados, que esta se desdobra em duas subfases, com o intuito de identificar tanto aqueles conhecimentos já existentes nas organizações, como também aqueles que ainda necessitam serem elaborados, observando-se as lacunas de conhecimento percebidas pelos sujeitos organizacionais. Já a fase de obtenção do conhecimento é desdobrada em ações voltadas para o estabelecimento de espaços direcionados à criação e socialização de conhecimentos entre os sujeitos, assim como ações direcionadas à aquisição de conhecimentos externos à organização.

No que concerne ao armazenamento do conhecimento, destacam-se as ações de conversão, organização e preservação deste. Ressalte-se que tais iniciativas são fundamentais para a criação de repositórios de conhecimento, objetivando facilitar a sua distribuição. Por sua vez, a distribuição do conhecimento está diretamente relacionada ao

C
S

seu compartilhamento e acesso. Por fim, a fase do uso do conhecimento é desdobrada em ações relacionadas às formas de avaliação, descarte, aplicação e tomada de decisão a partir daquele conhecimento adquirido.

Essa análise dos modelos discutidos nas dissertações e teses pesquisadas permitiu identificar ainda que existem modelos de GC criados para atender a contextos organizacionais específicos. É o caso, por exemplo, do modelo de GC da APO (2007), elaborado para pequenas e médias empresas, e o modelo de Batista (2012), direcionado para a GC na administração pública brasileira.

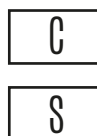
Observou-se ainda que nenhum dos 32 modelos discutidos nas pesquisas analisadas e que constam na tabela 1 apresenta todas as fases elencadas na figura 2, aglutinadas em um único processo de GC.

Nesse cenário, mesmo diante da existência de uma significativa quantidade de modelos que podem ser aplicados em diferentes contextos organizacionais, alguns pesquisadores identificaram a necessidade de propor novos modelos de GC. É o caso das propostas de Silva (2015), De Bem (2015), Llarena (2015), Jorge (2017) e Lemos (2018), descritas no quadro 1.

Autor/ano	Instituição	Tipo	Título do trabalho
SILVA, M. L. (2015)	UFSC	Dissertação	Gestão do conhecimento em unidades hospitalares.
DE BEM, R. M. (2015)	UFSC	Tese	Framework de Gestão do Conhecimento para Bibliotecas Universitárias.
LLARENA, R. A. S. (2015)	UFPB	Tese	Gestão do Conhecimento na rede do ProJovem Urbano: modelo baseado nas políticas públicas.
JORGE, C. F. B. (2017)	UNESP	Tese	Análise de fatores críticos na gestão do conhecimento e no processo de inteligência em organizações complexas: uma análise teórico prática em múltiplas organizações.
LEMOs, A. B. (2018)	UFMG	Tese	Comunicação organizacional e gestão do conhecimento: práticas, interface e modelagem.

Quadro 1 - Modelos de GC propostos nas pesquisas analisadas
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Assim, buscando identificar os critérios utilizados pelos pesquisadores para legitimar as adaptações ou criações de novos modelos de GC, procedeu-se a uma análise destas dissertações e teses. Neste processo, buscou-se a identificação das fases de cada um dos modelos, bem como o que os torna diferenciais em relação aos modelos já existentes e amplamente utilizados nas pesquisas da CI. A justificativa para a criação dos modelos e as suas fases são apresentadas no quadro 2, a seguir.



Autor/ano	Justificativa para a criação	Fases dos modelos
SILVA, M. L. (2015)	Existe uma lacuna quanto à gestão do conhecimento como meio de aprimoramento das práticas clínicas em unidades hospitalares.	Identificação; Aquisição; Desenvolvimento; Utilização; Compartilhamento; Retenção do conhecimento.
DE BEM, R. M. (2015)	Ausência de modelos que trabalhem a gestão do conhecimento especificamente em bibliotecas universitárias de forma integrada.	Coordenação de Gestão do Conhecimento; Recursos de Conhecimento; Espaços de Aprendizagem/ Conhecimento.
LLARENA, R. A. S. (2015)	Ausência de um modelo que atenda às especificidades do ProJovem Urbano.	Gestão de interrelações em rede; observância e análise da cultura organizacional, informacional e de aprendizagem; aplicação do regime de informação e de políticas informacionais voltadas à GI; implementação e aplicabilidade de aspectos estruturais e tecnológicos voltados à interatividade; aspectos motivacionais de ações e estruturas voltadas à produção do conhecimento e à aprendizagem; discriminação física e representação da informação e do conhecimento; compartilhamento dos processos de conhecimento; reconstrução e desenvolvimento de novos conhecimentos.
JORGE, C. F. B. (2017)	Necessidade de um modelo que integre a GC e gestão da inteligência.	Análise inicial e planejamento; resgate, prospecção das fontes e coletas de insumos; análise intermediária e geração; compartilhamento e validação; aplicação; análise final e armazenamento.
LE MOS, A. B. (2018)	O papel da comunicação organizacional para o compartilhamento de informação e conhecimento ainda não é devidamente explorado nas organizações.	Reuniões de bom dia; treinamentos, inceptions e encontros; criação do conhecimento.

Quadro 2 – Justificativas para a criação dos modelos de GC e suas fases

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Silva (2015) propôs um modelo de GC voltado para uma unidade hospitalar (UH), composto por seis fases: identificação; aquisição; desenvolvimento; utilização; compartilhamento; retenção do conhecimento. Contudo, observou-se que as fases do

C

S

modelo proposto são semelhantes às do modelo de Probst, Raub e Romhardt (2002), quais sejam: identificação, desenvolvimento, partilha/distribuição, uso e retenção.

Assim, não foram identificadas neste modelo proposto por Silva (2015) fases que o diferenciem de outros modelos já existentes. Todavia, ao descrever como cada uma dessas fases deve ser desenvolvida na UH estudada, as ações de GC atendem às especificidades do ambiente, considerando-se os sujeitos e os processos próprios de uma unidade hospitalar.

Já a proposta apresentada por De Bem (2015) traz um *framework* de GC composto por três módulos: coordenação de GC; recursos de conhecimento; espaços de aprendizagem/conhecimento. Cada um desses módulos é composto por fases ou elementos específicos, a saber: coordenação de GC (identificação da estratégia de GC da organização, pessoas, cultura e estrutura organizacional, planejamento, desenvolvimento, checagem e ação, além do treinamento e capacitação da equipe); recursos de conhecimento (conhecimento tradicional da biblioteca – acervo, conhecimento interno – colaboradores, conhecimento do cliente – usuário e conhecimento externo – parcerias); espaços de aprendizagem/conhecimento (serviços, infraestrutura e redes de tecnologia, espaços).

O *framework* proposto considera três dimensões relacionadas diretamente à GC, seja para a identificação dos conhecimentos já existentes ou das lacunas de conhecimento, pessoas, estruturas e processos necessários à GC e o próprio ambiente, com as especificidades que caracterizam uma biblioteca. Observou-se, dentre os modelos já existentes na literatura da CI, que tais dimensões e seus elementos não são contemplados em outras propostas, o que torna o *framework* proposto um diferencial para este segmento.

O modelo de GC proposto por Llarena (2015) apresenta oito fases, voltadas para a implantação da GC no ProJovem Urbano: gestão de interrelações em rede; observância e análise da cultura organizacional, informacional e de aprendizagem; aplicação do regime de informação e de políticas informacionais voltadas à gestão da informação (GI) junto às redes da organização; implementação e aplicabilidade de aspectos estruturais e tecnológicos voltados à interatividade; aspectos motivacionais de ações e estruturas voltadas à produção do conhecimento e à aprendizagem cognitiva e interativa; discriminação física e representação da informação e do conhecimento; compartilhamento dos processos de conhecimento, mensuração, avaliação e monitoramento de conhecimentos; reconstrução e desenvolvimento de novos conhecimentos enquanto produto e aplicabilidade nas redes da organização.

Cada uma destas oito fases também se desdobra em ações que permitam a sua aplicabilidade, destacando-se, no modelo proposto, a aplicação do regime de informação, inter-relacionando os processos de GI e GC. Ressalte-se que, na literatura

da CI, são observados modelos que contemplem esta complementaridade entre a GI e a GC, a exemplo de Bukowitz e Williams (2002) e Bergeron (2003), porém, tais propostas não contemplam, por exemplo, gestão de redes, motivação de pessoas e cultura organizacional, aspectos que são, segundo a autora, essenciais ao funcionamento do ProJovem Urbano.

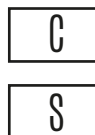
Jorge (2017) propôs um modelo que integre a GC e a gestão da inteligência, a partir de seis fases: análise inicial e planejamento; resgate, prospecção das fontes e coletas de insumos; análise intermediária e geração; compartilhamento e validação; aplicação; análise final e armazenamento. Para o autor, o uso do modelo permitirá à organização a institucionalização do conhecimento e da inteligência que são desenvolvidos pela equipe, incorporando-os aos processos diários pelos sujeitos organizacionais.

É válido ressaltar que, por se tratar de uma proposta que integra a GC e a gestão da inteligência, o modelo apresenta etapas comuns a alguns modelos de GC, mas as suas subfases vão além das ações de gestão do conhecimento, incluindo elementos de gestão da inteligência, desde a prospecção e mapeamento da necessidade de inteligência organizacional até a avaliação dos seus resultados.

Já Lemos (2018) observou que o papel da comunicação organizacional no compartilhamento de informações e conhecimentos ainda não é devidamente percebido nesses espaços, identificando, assim, a necessidade de integrar esses processos em um único modelo. A proposta da autora é composta por três fases: reuniões de bom dia; treinamentos, *inceptions* e encontros (funcionam como contextos capacitantes); criação do conhecimento.

As reuniões de bom dia ocorrem por iniciativa dos próprios membros da organização, em decorrência da implantação do programa de qualidade total, sendo incorporada ao modelo como a sua fase inicial, posto que tais reuniões favorecem a criação e o compartilhamento de novos conhecimentos. Os contextos capacitantes para o favorecimento da criação e compartilhamento de conhecimentos ocorrem a partir de treinamentos, *inceptions* e encontros. Nesse aspecto, a autora ressalta o papel fundamental da comunicação, seja para criar uma rede de relacionamentos entre os colaboradores e a direção da organização, ou para divulgar os programas de qualificação e outras atividades. Uma vez executado, todo este processo deve culminar na criação do conhecimento organizacional.

Ao observar o modelo proposto por Lemos (2018), percebe-se que a proposta reside na integração entre a GC e a comunicação organizacional, com etapas distintas dos modelos de GC já existentes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura da CI possui uma quantidade significativa de modelos de gestão do conhecimento, constituídos, em sua maioria, por fases centrais comuns. Tais modelos viabilizam a implantação da GC nas organizações a partir da identificação, obtenção, armazenamento, distribuição e uso do conhecimento. Contudo, é válido ressaltar que, apesar da diversidade de modelos, não existe nenhuma proposta que seja capaz de atender a todas as especificidades de determinados segmentos organizacionais, ocasionando a criação de novos modelos de GC ou adaptação de propostas já existentes.

Nesse cenário, foram identificados, a partir desta pesquisa, entre dissertações e teses na área da CI, cinco trabalhos que tinham como proposta a criação de um novo modelo de GC. Observou-se que as justificativas apresentadas pelos autores a respeito da proposição destes modelos residem na ausência de uma proposta de GC voltada para as organizações onde a pesquisa foi realizada, justamente por possuírem aspectos bastante específicos e singulares frente às demais.

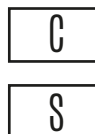
Para além destas lacunas, observou-se que, dos cinco modelos identificados, três resultam em propostas integradas de GC e outros elementos (gestão de redes, inteligência competitiva e comunicação organizacional). Percebeu-se também que uma das propostas analisadas apresenta as mesmas etapas de alguns modelos já existentes, não sendo identificado nenhum componente que torne o novo modelo elaborado diferenciado em relação aos demais já apresentados na literatura da CI.

Destarte, analisando-se as justificativas para a criação de tais modelos, considerando aí os contextos de sua aplicação e as suas fases, percebeu-se que a motivação maior para a criação destes não reside em lacunas possivelmente presentes em alguns modelos de GC, mas na ausência de modelos que acrescentem outros componentes à gestão do conhecimento nas organizações. Tal análise demonstra que, em muitas situações, as adaptações dos modelos já existentes seriam suficientes para o acréscimo de novos componentes à GC, não havendo a necessidade da criação de outros modelos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. *Informação & Informação*, Londrina, v. 13, n. esp., p. 1-25, 2008.

CRUZ, T. O teatro organizacional: construindo e implantando processos de negócio. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2006.



DE BEM, R. M. Framework de Gestão do Conhecimento para Bibliotecas Universitárias. 2015. 344f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC. 2015.

JORGE, C. F. B. Análise de fatores críticos na gestão do conhecimento e no processo de inteligência em organizações complexas: uma análise teórico prática em múltiplas organizações. 2017. 514f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília – SP. 2017.

LLARENA, R. A. S. Gestão do Conhecimento na rede do ProJovem Urbano: modelo baseado nas políticas públicas. 2015. 327f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB. 2015.

LE COADIC, Y. F. A Ciência da Informação. 2. ed., rev. atual. Brasília: Brique de Lemos, 2004.

LEMO, A. B. Comunicação organizacional e gestão do conhecimento: práticas, interface e modelagem. 2018. 175f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG. 2018.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO; C. R. Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

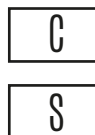
PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002.

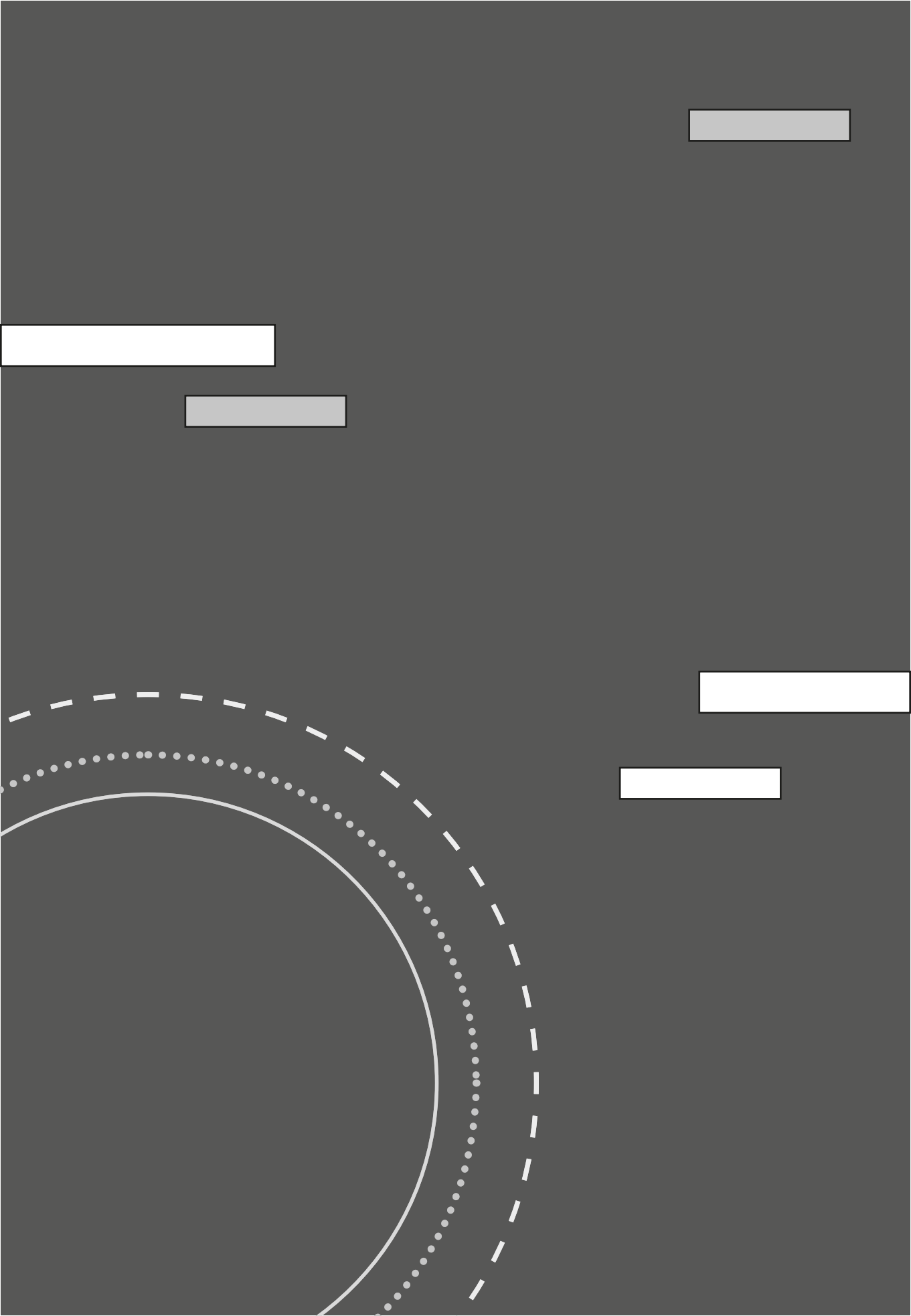
SABBAG, P. Y. Organização, conhecimento e educação. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

SAEGER, M. M. M. T. S. Análise do processo de Gestão da Informação e do Conhecimento no Orçamento Participativo do município de João Pessoa/PB. 2018. 296f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB. 2018.

SAEGER, M. M. M. T.; PINHO NETO, J. A. S. Gestão da informação e do conhecimento e redes de colaboração: as contribuições para o Orçamento Participativo do município de João Pessoa/PB. In: DUARTE, E. N.; ESTEBAN NAVARRO, M. A.; LLARENA, R. A. S. (Org.) Comunicando hemisférios: informação e conhecimento, Brasil e Espanha. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. p. 249-279.

SILVA, M. L. Gestão do conhecimento em unidades hospitalares. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis – SC. 2015.







OS SERVIDORES TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS NO CONTEXTO DOS MODELOS ORGANIZACIONAIS UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Thaislane Balbino Ferreira⁷

Fábio Henrique Santos Ferreira⁸

Cibelle da Silva Santiago⁹

Maria Angeluze Soares Perônico Barbotin¹⁰

INTRODUÇÃO

Os estudos das teorias da administração tiveram início no século XX, sendo divididos em: escola clássica, enfoque comportamental, enfoque sistêmico, enfoque da qualidade e modelo japonês (MAXIMINIANO, 2011). Esses estudos surgiram a partir da necessidade de compreender as dinâmicas das grandes empresas que surgiam, e as várias mudanças que foram ocorrendo em sua estrutura. Essas mudanças acontecem devido à complexidade da estrutura organizacional, que possui diferentes modos de operação. Em concordância com Daft (2004), as organizações estão em constante mudança, pois não são estruturas paradas ou sem conexão com o ambiente externo.

Nesse contexto das mudanças na estrutura organizacional, os processos nas organizações públicas se tornam mais complexos, devido ao seu envolvimento com a política e questões macroeconômicas que recaem na forma que elas devem comportar-se (SECCHI, 2009). Sobre isso, existem estudos a fim de contextualizar e aprimorar os

7 Graduanda em Secretariado Executivo Bilíngue. Membro do Grupo Interdisciplinar Latinoamericano de Estudos e Pesquisa em Secretariado Executivo (GILESEC). E-mail: thaislanebalbino20@gmail.com.

8 Graduando em Secretariado Executivo Bilíngue. E-mail: fabio18henriquepe@gmail.com

9 Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. Grupo Interdisciplinar Latinoamericano de Estudos e Pesquisa em Secretariado Executivo (GILESEC). E-mail: santiago.cibelle@gmail.com.

10 Doutora em Sociologia. Grupo de Pesquisa NEOS - Núcleo de Estudos sobre Organização e Sociedade E-mail: angeluze@ccaefpb.br

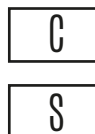
conhecimentos e técnicas acerca do funcionamento das organizações públicas ou privadas (MAXIMINIANO, 2011). Esses estudos se apresentam como relevantes para o desenvolvimento do campo científico da Administração, pois diferenciam a estrutura e os modelos que as instituições tomam como base para o seu funcionamento, sendo eles: mecanicista burocrático, orgânico e gerencialista (administração pública gerencial e governo empreendedor).

Essas abordagens são necessárias devido aos novos paradigmas inerentes à Era da Informação, os quais colaboram para que as organizações tenham que se adaptar aos conceitos de responsabilidade social, ética, globalização, diversidade no mundo corporativo e preocupação com o meio ambiente (DAFT, 2004). Para atingir os objetivos e metas organizacionais, é necessária articulação e harmonia entre os funcionários, o que exige um forte capital intelectual desses membros, pois, da mesma forma que as organizações foram se modificando, os profissionais também precisam seguir o ritmo destas mudanças.

Nesse sentido, os profissionais de Secretariado Executivo precisam se capacitar e compreender as mudanças que as organizações sofrem, a fim de garantir sua empregabilidade. Com isso, o secretário executivo deve demonstrar sua importância para os processos organizacionais, já que ele ocupa uma função estratégica junto à gestão. Dessa forma, Paes (2017, p. 47) ratifica “a importância do profissional de secretariado no papel de liderança, organização e assessoria na gestão educacional para a consecução de objetivos acadêmicos e administrativos”.

O secretário executivo é, também, líder, pois, conforme descrito no Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE), esse profissional tem um papel efetivo de assessoria, gestão interna e consultoria junto aos centros decisórios e de liderança. Vislumbra-se que os estilos de liderança da gestão exercem influência sobre a atuação do secretário executivo, além de formar o perfil do profissional de secretário gestor e cogestor. Sobre isso, Vieira et al (2016) apontam que os estilos de liderança exercidos pelos gestores influenciaram a liderança do secretário. Ou seja, é possível que o estilo de liderança do gestor seja o mesmo a ser desempenhado pelo secretário, já que, no âmbito das organizações públicas, os secretários têm a possibilidade de atuar como cogestores, conforme o modelo organizacional adotado na instituição ou no setor em que ele está lotado.

Portanto, nesse contexto, a problemática que estimulou o desenvolvimento deste capítulo versa sobre os modelos organizacionais que predominam na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e os seus estilos de liderança, norteadas pela seguinte pergunta-problema: Quais os modelos organizacionais que predominam no âmbito da administração pública da Universidade Federal da Paraíba? Desse modo, este trabalho tem como objetivo geral apresentar os modelos organizacionais predominantes nos campi I e IV da Universidade Federal da Paraíba. Como objetivos específicos, apontar sobre a



participação do secretário executivo ou técnico-administrativo, direta e indiretamente, nos processos organizacionais e nas tomadas de decisões.

Além desta introdução, o presente trabalho conta com o referencial teórico discutindo a breve contextualização da profissão de secretariado executivo, abordando em seguida os modelos organizacionais nas instituições e os estilos de liderança. Posteriormente, continua-se com a descrição dos procedimentos metodológicos, a análise e discussão dos resultados, finalizando essa investigação científica com as considerações finais e referências utilizadas.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

O profissional de secretariado executivo possui habilidades e competências compatíveis para atuação nas organizações públicas e privadas, de acordo com a Lei nº 7.377 (BRASIL, 1985). A sua facilidade de comunicação, seu fácil relacionamento interpessoal e seu papel de minimizador de tarefas de secretaria fazem dele um profissional imprescindível, sendo apto a desempenhar seu papel na organização. Para Antunes (2018, p. 63), “o fato de ele atuar como multiplicador e servir de ligação entre os níveis hierárquicos transforma-o, também, em um agente de mudanças”.

Nas perspectivas atuais da profissão, o secretário(a) atua, muitas vezes, como gestor(a) dentro da organização, o que permite engajamento nos diversos níveis organizacionais. Considerando o secretário executivo como um gestor, Paes (2017) traz um apanhado das principais variáveis que compõem a assessoria executiva: gestão da comunicação e da informação; gestão de conflitos internos e externos; visão holística; gestão de equipes; gestão organizacional; gestão secretarial e técnicas de assessoramento; ética profissional e conhecimento/visão da cultura organizacional. A partir da atuação do secretário como um assessor da gestão, é possível que ele faça a gestão da informação, gestão de processos, gestão de materiais, entre outros, para o bom funcionamento da organização junto ao gestor.

Na atualidade, existe um entendimento, sustentado por autores como Nonato Junior (2009), de que os eixos dessa profissão são a assessoria, gestão, empreendedorismo e consultoria. No contexto organizacional atual, esse profissional atua em instituições públicas, privadas e do terceiro setor, pois, como reflete Bruno (2010, apud CHAVES et al, 2013, p. 198), “o profissional de secretariado tem poder para influenciar nos níveis operacionais e táticos, dependendo mais de sua competência do que do nível hierárquico de seu superior”.

Atualmente, o profissional de secretariado executivo encontra-se inserido em decisões importantes dentro das organizações. Deve-se levar em consideração que, no século XXI, as

C
S

empresas necessitam de profissionais qualificados e que desempenhem as atribuições com qualidade. Tendo realizado esse breve resgate sobre a evolução da profissão de secretariado executivo, esse trabalho passa a discutir os diferentes modelos organizacionais.

O gestor secretarial, apesar de a sua atuação estar mais direcionada à clássica visão de gerir (planejar, organizar, dirigir e controlar), vem enfrentando os desafios, ampliando suas competências e seu campo de inserção e, sobretudo, vem contribuindo efetivamente para o bom desempenho organizacional (LASTA; DURANTE, 2013, p. 15, 16).

Ao enxergar o profissional de Secretariado Executivo como um agente capaz de contribuir estrategicamente, os gestores passaram a dar mais autonomia para que os secretários pudessem gerenciar pessoas e processos, explorando e desenvolvendo habilidades, antes, não demonstradas pelos secretários. Nesse sentido, “o profissional de Secretariado Executivo possui um *know-how* para agir com eficácia na gestão da padronização dos procedimentos organizacionais, contribuindo para o planejamento, implantação, acompanhamento e gerenciamento dos processos” (MAÇANEIRO, 2012, p. 12).

MODELOS ORGANIZACIONAIS NAS INSTITUIÇÕES

Uma organização pode ser definida como o trabalho de uma ou mais pessoas reunidas cooperando entre si, a fim de alcançar um objetivo em comum (SILVA, 2008). As organizações funcionam para atingir metas e objetivos. Para tanto, são necessários planejamento, coordenação e determinadas atitudes.

As organizações, de modo geral, fazem uso das mesmas técnicas básicas no processo de planejar, organizar, dirigir e controlar. O que difere entre elas são seus modelos e conseqüentemente as estruturas organizacionais. Seguindo essa perspectiva, Cury (2009) analisa a relação existente entre as práticas e o ambiente externo das organizações, trazendo reflexões sobre a diferença entre o conjunto de métodos e processos administrativos nos estudos dos modelos organizacionais mecanicista/burocrático; modelo orgânico; e modelo da administração pública gerencial, que serão abordados a seguir.

O sistema mecanicista/burocrático é baseado em um sistema fechado de organização, em que as estruturas formais foram criadas para que as organizações possam dividir e executar as funções administrativas: planejar; organizar; dirigir e controlar (DOURADO JÚNIOR, 2015). Essas organizações possuem as tarefas reproduzidas verticalmente, com a comunicação fluindo para cima e as decisões percorrendo para baixo. Ainda de acordo com Cury (2009, p. 110) nesse tipo de modelo, “os problemas e as tarefas enfrentadas pela empresa são divididos por especialistas”.

C

S

Essa visão está relacionada com a Teoria de Max Weber, com seu modelo organizacional burocrático, conhecido por ser rígido, baseado na hierarquia e no comando do superior. Segundo Maximiliano (2011, p. 221), “as organizações que seguem esse modelo procuram imitar o funcionamento automático das máquinas”. No modelo mecanicista, os ambientes são mais estáveis, possuem regras rígidas e maior controle das pessoas, resultando em ambientes mais resistentes às mudanças (GAMBIRAGE, 2018). Desse modo, segundo Secchi (2009), o modelo burocrático é guiado por normas, cujas características são: formalidade, impessoalidade e profissionalismo.

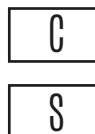
Portanto, o modelo burocrático de Weber utiliza da racionalidade como base de sua reprodução. Por isso, “longe de serem inflexíveis, as burocracias foram estabelecidas para oferecer o meio mais eficiente de obter o trabalho feito” (SILVA, 2008, p. 147). A burocracia segue a racionalidade formal, pois “oferece como referência à ação humana a aplicação de regras, leis e regulamentos institucionalizados em determinado contexto social, com base no cálculo utilitário de consequências no estabelecimento de relações meio-fim” (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000, p. 23).

Já o sistema orgânico é caracterizado por estar em constante transformação e ser adaptável a ambientes instáveis (CURY, 2009). As instituições de modelo orgânico imitam o comportamento dos organismos vivos, no sentido de que os setores entram em contato direto com os demais, realizando então uma troca de informações.

Ao contrário do sistema mecanicista ou burocrático, o sistema orgânico permite a comunicação de forma achatada, sendo, portanto, flexível e participativa, onde o funcionário pode colaborar com as decisões que serão tomadas. Além disso, nesse modelo existe maior informalidade e o poder é descentralizado (GAMBIRAGE, 2018). Esse modelo atualmente é o mais adotado pelas organizações inovadoras e que se preocupam com o capital humano, considerando-o como parte fundamental no processo. Além disso, nas organizações de sistema orgânico existe maior motivação profissional (GAMBIRAGE, 2018).

Por fim, os modelos da Administração Pública Gerencial (Apg) e Governo Empreendedor (Ge) são conhecidos como pós-burocráticos, devido ao objetivo de superação dos pontos negativos do modelo burocrático (SECCHI, 2009). Os estudiosos desses sistemas alinham as pesquisas às políticas de gestão pública, devido ao seu interligamento na estrutura dos modelos apresentados.

O Governo empreendedor (GE) é descrito por Secchi (2009) como um estilo de gestão pública, baseado na teoria administrativa moderna e com o objetivo de proporcionar eficiência e eficácia. Outro ponto imprescindível da GE é o seu papel de “envolver os funcionários nos processos deliberativos, aproveitando o seu conhecimento e capacidade inovadora” (SECCHI, 2009, p. 356).



Apesar de semelhantes, os modelos GE e APG não são iguais. São modelos gerencialistas e importantes para os estudos dos modelos organizacionais, sendo mais voltados para administração pública. Vale ressaltar que, para Afonso e Teixeira (2014), esses modelos ainda estão em construção, possuindo influência burocrática em seu processo. O APG é marcado por ser um modelo ligado à proatividade, descentralização, eficiência na prestação de serviços e competitividade (SECCHI, 2009).

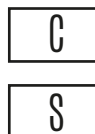
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante da problemática apresentada na introdução, quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo exploratória e descritiva. Quanto ao procedimento, a pesquisa empírica é um estudo de caso que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, p. 32). Nesse sentido, ressaltamos que não temos a intenção de generalizar os modelos adotados pelas diversas instituições de ensino superior da administração pública, mas apontar para o modelo organizacional e o estilo de liderança predominante nos Campi I e IV da Universidade Federal da Paraíba.

O método de abordagem para a coleta de dados é misto, tendo em vista que análises quantitativas e qualitativas serão empregadas em conjunto para melhor compreensão do fenômeno estudado (CRESWELL, 2007). Como o objetivo da pesquisa foi analisar as formas que o profissional de secretariado ou técnico-administrativos podem atuar a partir dos modelos organizacionais adotados na UFPB, levaram-se em consideração as suas competências técnicas, de modo que a pesquisa foi realizada com profissionais que atuam no cargo de secretarias da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e integram o corpo técnico da organização.

O lócus da pesquisa se deu na Universidade Federal da Paraíba junto aos servidores que ocupam o cargo de Secretário Executivo ou Técnico-Administrativo, junto aos diversos setores dos Campi I e IV. A escolha desses campi se deu devido à acessibilidade dos pesquisadores aos sujeitos para realizar a coleta de dados. Os setores investigados foram: Direção de Centro, Órgãos suplementares (Biblioteca Central; Núcleo de Processamento de Dados; Editora Universitária; Hospital Universitário; Laboratório de Tecnologia Farmacêutica; Núcleos de Pesquisa e Extensão), Pró-reitorias, Coordenação de curso de Graduação e Coordenação de curso de Pós-Graduação, Departamentos e Reitoria.

Importa registrar que a UFPB, de acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), possui 3.495 servidores técnicos, sendo grande parte deles Assistentes Administrativos, e alguns Secretários Executivos. Esse quantitativo representa o universo dessa pesquisa, e a amostra aqui alcançada, nos campi I e IV, totaliza 17 servidores técnicos.



O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário constituído de trinta e uma perguntas, vinte e oito de múltipla escolha e quatro perguntas abertas. As questões abordaram a percepção do modelo organizacional em que o profissional em questão está inserido e sua participação e contribuição nos processos organizacionais.

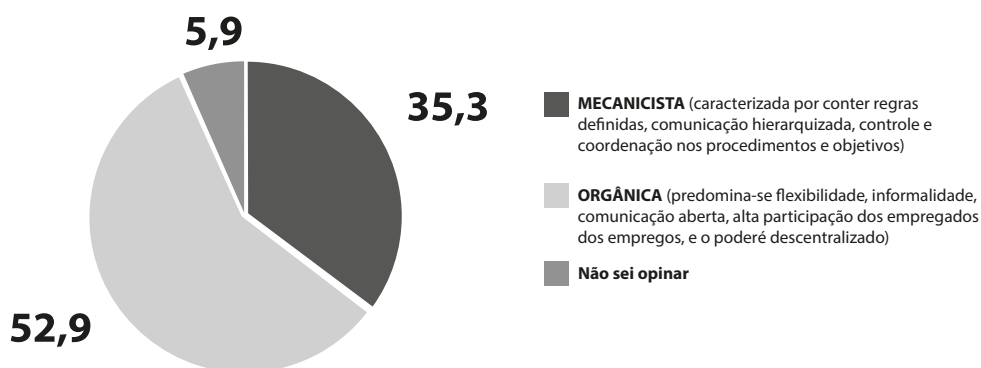
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa pesquisa alcançou 17 servidores técnicos da UFPB que trabalham em ambientes secretariais dos Campi I e IV, sendo 52,9% e 47,1%, respectivamente. Inicialmente, esse trabalho buscou mapear o tempo de atuação dos servidores investigados nos setores da UFPB, pois essa variável pode impactar no entendimento das respostas posteriores. Sobre o tempo de serviço no setor, 52,9% responderam que trabalham no setor há cerca de *até 1 ano*, o que representa pouco tempo de atuação na instituição.

Segundo Filho et al (2017), existem vários estudos que relacionam a alta rotatividade com o desempenho organizacional. Para esses autores, “a produtividade é fortemente impactada pela rotatividade dos concursados, gerando custos, ineficiência e comprometendo a produção”. Contudo, a entrada de novos funcionários também tem pontos positivos, porque eles podem trazer novos conhecimentos e tecnologias não utilizadas antes. Em continuidade às respostas, apenas 20% responderam que trabalham *acima de 11 anos* no mesmo setor, 13,3% trabalham de 1 a 2 anos, e 6,7% de 5 a 10 anos.

Em seguida, a pesquisa trata sobre qual modelo, entre o mecanicista e orgânico, os funcionários identificam como predominante. Para situar os sujeitos, as opções de respostas trouxeram um conceito de cada modelo, como é possível verificar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Modelo organizacional identificado no setor em que atuam

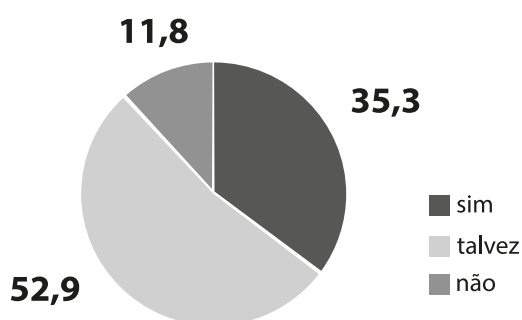


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A análise desses dados permite verificar que 58,8% dos respondentes reconhecem o modelo organizacional orgânico, enquanto 35,3% identificam o mecanicista. Um fator influenciador para as respostas “Não sei” é que esses funcionários estão no setor há pouco tempo e, por isso, possuem pouca familiaridade com o setor em que trabalham. Essa questão pode estar relacionada ao *turnover* ou rotatividade existente no setor público, regimentada pelos editais de redistribuição ou remoção interna. De acordo com o DIEESE (2011, p. 11), “a rotatividade representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida da admissão”. Sobre isto, 52,9% dos sujeitos estão no setor há menos de 1 ano, enquanto 29,4% estão no setor acima de 5 anos, o que pode ser justificável pelas políticas de rotatividade estabelecidas na instituição.

No que se refere ao processo decisório, o gráfico 2 traz a percepção sobre o grau de envolvimento dos servidores técnico-administrativos que atuam na UFPB. Ao buscar compreender o porquê de os 52,9% alegarem contribuir às vezes no processo decisório, solicitou-se que os entrevistados justificassem suas respostas. Nesse sentido, as respostas permitiram cruzar as informações por meio do filtro na planilha de Excel, e viu-se a amostra de 52,9% pertence aos sujeitos que possuem pouco tempo na instituição.

Gráfico 2 – Participação no processo de tomada de decisão



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Em complemento, 35,3% participam da tomada de decisão no seu setor, ratificando a predominância do modelo orgânico, que reflete sobre o “ajustamento contínuo e redefinição de tarefas com base no conhecimento; Decisões descentralizadas; Interações e comunicações a qualquer nível de acordo com as necessidades do processo; Envolvimento e compromisso com os fins da organização como um todo; Sistema estratificado de acordo com o nível de conhecimento especializado (tecnocracia)” (BURNS E STALKER, 1975 apud COSTA, SOUZA, FELL, 2012, p. 61). Portanto, compreende-se que diversos setores da universidade fazem uso de uma gestão descentralizada, que busca interagir e viabilizar canais de comunicação entre a equipe de forma flexível.

C
S

Pode-se concluir nessa questão que o pouco entendimento do funcionamento administrativo da instituição e o conhecimento técnico desenvolvido impactam na autonomia para tomar decisões, considerando que ela seja muito limitada. Além disso, outro relato diz que a contribuição na tomada de decisão só é feita no que diz respeito às atividades específicas do servidor, ratificando o tipo de liderança transacional, na qual os liderados fazem apenas as atividades estabelecidas, sem aumentar a produtividade e proatividade. Essas respostas reforçam as considerações de que o secretário “deixou de ser um executor de tarefas para exercer funções criativas, com capacidade de opinar e decidir, preocupando-se com o todo da organização, com a produção, com a qualidade, com as pessoas e com os custos” (LASTA, DURANTE, 2013, p. 6).

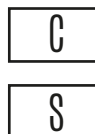
Por outro lado, as pessoas que disseram contribuir no processo decisório atribuem isso ao fato de receberem autonomia, mesmo que parcial, dos seus gestores imediatos. Percebe-se, aqui, que a gestão, em alguns setores específicos da instituição, dá abertura para que os técnicos-administrativos deem suas opiniões e ideias para melhorar o funcionamento do setor.

Os respondentes relataram que, apesar de terem autonomia para emitirem sugestões de melhorias, algumas delas precisam passar por reuniões colegiadas, podendo ser ou não acatadas. Os servidores que atuam em ambientes secretariais devem atender as demandas da gestão, inclusive já pontuadas por Azevedo e Costa (2006), pois o mercado de trabalho busca um profissional que saiba: assessorar; atuar junto aos centros de decisão; gerir, ou seja, que possua conhecimentos das funções gerenciais; e empreender, ao ter capacidade reflexiva e criativa, promovendo práticas inovadoras.

Percebe-se um leque de situações em que o servidor técnico-administrativo ou secretário executivo se deparou e que foi demandado tomar algum tipo de decisão sem, necessariamente, recorrer à opinião do gestor. Dentre os relatos, têm-se aspectos técnicos, como análise e envio de processos, elaboração de documentos, reformulação de algum procedimento, entre outros. Portanto, é possível perceber que a maior parte dos setores investigados desenvolve um modelo de gestão que permite a participação dos profissionais que desenvolvem as atividades secretariais, mesmo que dentro de um escopo ainda das atividades específicas desses setores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a identificar os modelos organizacionais existentes nos setores estudados na UFPB por meio dessa pesquisa, relacionando com o estilo de liderança apresentado. A coleta de dados se deu com 17 servidores técnico-administrativos ou



secretários executivos do Campus I e IV dessa instituição. Em paralelo a isto, o trabalho buscou averiguar os estilos de liderança, relacionado com o ambiente organizacional.

Foi possível identificar, nas esferas setoriais, que a maioria dos profissionais identificou o modelo orgânico no setor em que trabalham, e a minoria identificou o mecanicista/burocrático. Esse entendimento é corroborado por alguns respondentes que afirmaram ter poder de decisão, sem necessariamente consultar o seu superior. Esses elementos expressam aspectos da liderança transformacional.

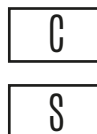
O estudo permite considerar que o tempo de atuação no setor é importante para que a pessoa possa participar de modo mais efetivo das decisões. Tal afirmação é possível quando se verificou que os sujeitos que responderam participar do processo de tomada de decisão apenas “às vezes” são aqueles com o menor tempo de atuação na instituição.

A discussão em torno da participação do profissional aqui investigado nos processos de tomada de decisão permite corroborar os vários estudos desenvolvidos que mostram que a atuação do secretariado executivo se expande para além das atividades rotineiras, mais ligadas às técnicas secretariais. Refletindo que um dos níveis mais elevados de participação pode ser representado por situações nas quais o funcionário de uma organização possui autonomia para implementar ideias em seu próprio trabalho, essa pesquisa identifica que aqui se faz necessária uma evolução, pois nenhum entrevistado consegue visualizar a existência dessa possibilidade.

É importante observar que um número muito pequeno de entrevistados percebe que desenvolve atividade de gestão. Talvez essa situação possa ocorrer pela falta de compreensão em relação ao conceito de gestão na área de secretariado executivo, e isso pode ser reforçado pelo fato de que grande parte dos sujeitos dessa pesquisa não possui formação nessa área. Outros estudos que possam aprofundar essa questão podem ser interessantes.

Por fim, importa dizer que esse estudo não pode ser generalizado para definir os modelos de gestão e os estilos de liderança predominantes na UFPB, pois ele se desenvolve com uma pequena amostra. No entanto, ele traz informações importantes sobre a forma de trabalho desenvolvida pelos entrevistados, abrindo caminhos para novas pesquisas e reforçando algumas discussões em curso na área de Secretariado Executivo.

Uma análise mais ampliada, comparando as respostas com os estudos teóricos que norteiam esse trabalho, permite refletir que as práticas identificadas nesses setores estudados apontam que a UFPB, no geral, se constitui como uma organização na qual predominância é o modelo de administração pública gerencial (APG), pois enxerga as organizações públicas para além de serviços prestados à sociedade, mas também busca formas de parcerias com empresas privadas, refletindo no comportamento de seus servidores.



REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos Otávio; TEIXEIRA, Maria Gracinda. Modelos Organizacionais na Administração Pública em Choque com a Realidade Brasileira: Novas Perspectivas de Análise a Partir da Auditoria de Gestão do Inmetro. XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, I.; COSTA, S. I. da. **Secretária: um guia prático**. 6. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

BRASIL. Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985. **Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/95lei-7377-1985.pdf>> . Acesso em: 29 abr. 2019.

CHAVES, M. S.; KNISS, C. T.; TODOV, MARIA-DO-CARMO. As competências do profissional de secretariado na implantação de projetos sustentáveis. **Revista de Gestão e Secretariado - Gesec**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 189-209, dez. 2013.

COSTA, Maria Clara; SOUZA, Bruno Silvestre; FELL, André Felipe. **Um estudo da estrutura organizacional e as mudanças organizacionais**: proposta de um novo modelo. Navus - Revista de Gestão e Tecnologia. Florianópolis, SC, v. 2, n. 1, p. 57 - 74, jan./jun. 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. 8 ed. rev. ampl. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

DAFT, Richard. **Organização**: teoria e projetos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. **Novas formas organizacionais**: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 19, p. 19-23, 2000.

DOURADO JÚNIOR, Aristides; SOUSA, Jonilto. Estrutura Organizacional: Considerações à Modelagem Organizacional. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 294-318, ago./dez. 2016.

FILHO, Ricardo et al. Impactos da rotatividade de concursados na Administração Pública. **Congresso de Administração, Sociologia e Inovação**, Rio de Janeiro, 2017.

C

S

GAMBIRAGE, Cinara et al. Práticas mecanicistas e orgânicas e sua relação com o desempenho das empresas. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo** - Reat, v. 12, n. 7, jun./dez, 2018.

GOMES, Alex Sandro; GOMES, Claudia Roberta Araújo. **Classificação dos tipos de pesquisa em Informática na Educação**. Jaques, Patrícia Augustin; Pimentel, Mariano; Siqueira; Sean; Bittencourt, Ig.(Org.) Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação: Concepção da Pesquisa. Porto Alegre: SBC, 2019. Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/wp-content/uploads/2019/06/livro1_cap4.pdf> Acesso em: 9 fev. 2020.

LASTA, Adriane; DURANTE, Daniela. **A gestão secretarial no cenário organizacional contemporâneo**. 2013. Disponível em: <https://www2.unifap.br/executivo/files/2013/06/10-Gest%c3%a3o-Secretarial-caracteristicas-e-influ%c3%a5ncias-nas-organiza%c3%a7%c3%b5es.pdf>

MAÇANEIRO, M. B.; CATCZU, T. S.; KORCHAQUE, E. L. Assessoria executiva na padronização e organização de processos administrativos. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.109-133, jan. 2012.

MAXIMINIANO, Antonio. **Introdução à administração**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

NONATO JÚNIO, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo**: a fundação das ciências da assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

PORTELA, Keyla C. A; SILVA FILHO, Gabriel A.; MARTINS, Rayane L. M. **A atuação e a ascensão profissional dos alunos egressos do curso de bacharelado em secretariado executivo do instituto federal de mato grosso – IFMT**. Anais V Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado (ENASEC). Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado; Universidade São Judas Tadeu. – São Paulo: USJT, 2017.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Rap**: Rio de Janeiro, 2009, mar./abr., p. 347-369.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SANTIAGO, Cibelle et al. Qual o tipo de liderança exercido pelo secretário executivo nas organizações? **3º Simpósio do Profissional de Secretariado**. Fortaleza, 2016.

Yin, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

C

S



MODERNIZANDO E CLARIFICANDO O DISCURSO JURÍDICO

AÇÕES E PROPOSTAS DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA NA LINGUAGEM DO DIREITO, CONTABILIDADE E SECRETARIADO (GELDICS)

Daniel César Franklin Chacon¹¹

Eddla Karina Gomes Pereira¹²

Laura Taddei Alves Pereira Pinto Berquó¹³

INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda uma discussão teórica e reflexiva sobre atividades desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa na Linguagem do Direito, Contabilidade e Secretariado – GELDICS. Esse grupo está devidamente certificado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, promovendo o desenvolvimento de estudos e pesquisas nos cursos de Ciências Contábeis e Secretariado do *Campus IV* da instituição.

O GELDICS foi idealizado e constituído no ano de 2018 pelos docentes da área de Direito do referido *campus* e, atualmente, desenvolve suas atividades em diversos projetos, a exemplo do Projeto de Iniciação Científica - PIBIC-UFPB-CNPQ – ‘Formação da cidadania pela teoria e análise linguística de textos jurídicos. Interpretar para compreender’- direcionando a pesquisa à análise de textos legais gerais e específicos nas áreas de Contabilidade e Secretariado, do Departamento de Ciências Sociais – DCSA, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE, Campus IV, UFPB. A pesquisa desenvolvida tem caráter interdisciplinar e perpassa pela interface Direito - Linguagem.

11 Doutor em Linguística. Coordenador do grupo de pesquisa “GELDICS – grupo de estudos e pesquisa na linguagem do direito, contabilidade e secretariado”; e-mail: danielchaconadv@hotmail.com.

12 Doutora em Direito. Coordenadora adjunta do GELDICS; e-mail: eddlakgp@gmail.com

13 Mestre em Direito. Membro do GELDICS; e-mail: berquolaura@gmail.com

Por meio do método indutivo de investigação, parte-se, neste estudo, da análise de dados particulares e específicos de algumas atividades do GELDICS, com objetivo de apresentar uma visão geral do processo mundial de modernização e clarificação do direito. Adotando abordagem qualitativa-interpretativista, o estudo utiliza o procedimento bibliográfico, com revisão da literatura, e documental, com exploração de texto legal, e analisa ações desenvolvidas pelas duas linhas de pesquisa oferecidas pelo grupo: 'Análise da linguagem e argumentatividade em gêneros textuais jurídicos' e 'Mediação da informação em textos jurídicos'.

Outro projeto ligado ao GELDICS é o 'Núcleo de atendimento jurídico: Uma hora de diálogo: uma vida de cidadania', atrelado ao fluxo contínuo de extensão – FLUEX, da UFPB.

O grupo está composto por: 06 (seis) pesquisadores docentes, sendo 02 (dois) doutores, 02 (dois) doutorandos e 02 (dois) mestres; 05 (cinco) discentes, sendo dois egressos, e 01 (um) técnico colaborador. Essa composição é variável de acordo com as necessidades do estudo.

Nessa fase de desenvolvimento das ações do grupo, há uma procura por parcerias com outras instituições e grupos de pesquisa ligados ao estudo da Linguagem do Direito, como exemplo: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que lançou em 2014 a revista científica semestral internacional *Language and law* (linguagem e direito); a Associação de Linguagem e Direito dos Países de Língua Portuguesa (ALIDI), cujo objetivo é incentivar investigação/ pesquisa e desenvolvimento nesta área; a Universidade Católica de Pernambuco; o grupo 'Linguagem e Aplicação do Direito', da Universidade Federal de Alagoas; e o grupo EDAP (*Estudios del discurso académico y profesional*) da Universidade de Barcelona, na Espanha.

Nesse sentido, o objetivo geral deste capítulo é analisar algumas atividades do GELDICS como ações facilitadoras na compreensão das habilidades e aptidões aplicadas à área jurídica, de modo que os envolvidos na pesquisa (docentes, discentes, egressos, técnicos) possam atuar como agentes colaboradores na formação para a assessoria em diversas esferas da área jurídica. Para tanto, os objetivos específicos são: analisar algumas atividades desenvolvidas pelo GELDICS; apresentar uma visão da importância da clarificação e modernização do discurso jurídico; indicar possibilidades de interdisciplinaridade no estudo e pesquisa do texto jurídico em algumas áreas envolvidas, como Direito, Contabilidade e Secretariado.

A hipótese básica está na possibilidade de demonstração da relevância do tema 'modernização e clarificação do discurso jurídico' nos cursos do Campus IV da UFPB. O referencial teórico adotado consta de revisão da literatura e referências a textos utilizados nas diversas atividades do grupo.

C
S

Sendo assim, apresentam-se propostas, tais como: reforçar o interesse dos discentes pelas disciplinas jurídicas, visando à aquisição de aptidões e competências multidisciplinares que os habilitam, cada vez mais, a atuar em diversas áreas; inserir docentes e demais colaboradores da pesquisa em movimentos de clarificação e modernização do discurso jurídico, como forma de facilitar a vida em sociedade.

O capítulo está dividido em três seções: além da introdutória, uma seção que demonstra aspectos teóricos e metodológicos sobre atividades desenvolvidas nas linhas de pesquisa componentes do grupo. A segunda seção está subdividida em duas subseções, sendo cada uma para uma linha de pesquisa correspondente. Encerra-se o capítulo com uma seção em que se fazem considerações de ordem conclusivas.

A LINGUAGEM JURÍDICA E AS LINHAS DE PESQUISA DO GRUPO

A função central de toda forma de linguagem é a de propiciar a comunicação, não apenas no sentido de transmitir a mensagem, mas, também, com a intenção de facilitar a compreensão e o entendimento. Existe um movimento de pesquisadores em nível mundial que “se preocupam com a modernização e clarificação do discurso jurídico” (CHACON, 2018, p.23).

A linguagem jurídica tem sido alvo de severas críticas e discussões por parte da sociedade. Colares (2010, p. 13) afirma que o “domínio da relação entre a atividade jurisdicional e a linguagem está inserido numa prática transdisciplinar”. A partir dessa afirmação, é possível observar que a relação linguagem-direito é importante para a convivência harmônica entre as pessoas e para a solução de conflitos de interesse gerados na sociedade, desde que estudos interdisciplinares promovam o devido esclarecimento dos textos jurídicos.

O Direito, como normas reguladoras de conduta, utiliza textos escritos para permitir a sua exteriorização. De acordo com Novaes (2014, p. 922), vários gêneros são característicos do texto jurídico, tais como: leis e códigos legais, decretos, instruções normativas, circulares, portarias, petições judiciais, requerimentos administrativos, contestações, defesas, recursos, termos escritos de depoimentos, interrogatórios, sentenças judiciais (cíveis, penais, trabalhistas, eleitorais, previdenciárias, tributárias etc.), pareceres, acórdãos, jurisprudência e a doutrina em geral. Esses dispositivos textuais perpassam por várias áreas profissionais, dentre elas: Ciências Contábeis e Secretariado.

A linguagem jurídica é específica e funcional, constituída por vocabulário próprio e específico da área. Nesse sentido, a área jurídica está “intrinsecamente ligada ao

C

S

mundo da linguagem falada e escrita. Nessa perspectiva, observamos que o direito flui na linguagem e a linguagem auxilia a prática do direito.” (CHACON, 2018, p.25).

De acordo com Montólio (2014, p. 100), uma justiça em que os cidadãos não entendem o texto jurídico dificilmente pode ser vista como democrática. Para a autora, é necessário atualizar o discurso jurídico, pois “uma justiça moderna é, acima de tudo, uma justiça em que os cidadãos entendem e se sentem próximos.”

De acordo com Diniz (2006, p.187),

Outro ponto que é importante ter em mente é que, no mundo jurídico, as palavras têm valor e significado muito distinto do que ocupam no linguajar comum. Certamente não se pretende defender que a linguagem jurídica assuma um viés hermético e intangível, com a utilização de termos compreensíveis apenas para aqueles que fazem uso dessa linguagem, mas, sim, que os profissionais do Direito devem ter muito claro o significado das palavras no mundo jurídico.

Não basta dominar uma determinada matéria. É essencial que o profissional saiba escolher as palavras corretas, de uma maneira clara e precisa, utilizando apenas os vocábulos adequados, pois, como assevera Mattoso Câmara Júnior (1970, p. 24), “falar é um ato social”, e o profissional da advocacia tem em seu discurso a principal ferramenta para atuar pela sociedade em juízo. Daí por que o papel das Universidades e centros de formação jurídica é cada vez mais importante.

Em relação a essa preocupação, verifica-se no presente estudo a atuação do GELDICS direcionando sua pesquisa e seus pesquisadores às contribuições em favor da cidadania e da responsabilidade social, no que se refere ao papel de desvelar, desmistificar, clarificar e modernizar o entendimento da linguagem jurídica, que, pelo seu tecnicismo e pela complexidade de certos termos, provoca distanciamento entre os cidadãos e seus objetivos diante de decisões judiciais.

Desenvolvendo suas atividades, o GELDICS trabalha com duas linhas de pesquisa, conforme se descreve a seguir.

ANÁLISE DA LINGUAGEM E ARGUMENTATIVIDADE EM GÊNEROS TEXTUAIS JURÍDICOS. PRIMEIRA LINHA DE PESQUISA DO GRUPO.

Essa linha de pesquisa tem como objetivo analisar a linguagem e a argumentatividade em gêneros textuais jurídico-contábil-secretariais, como: relatórios, petições, requerimentos, normas, contestações, recursos administrativos e judiciais, laudos periciais, entre outros. Dessa forma, procura modernizar e clarificar o discurso diante da sociedade. Os textos

C

S

catalogados e estudados pertencem às áreas das Ciências Sociais Aplicadas, como: Direito, Economia, Contabilidade Nacional e Internacional e Secretariado.

Em se tratando de recursos humanos, essa linha, atualmente, desenvolve seus estudos e pesquisas com a colaboração de 01 (um) doutor e 02 (dois) doutorandos. Estes desenvolvem suas atividades com o auxílio de 02 (dois) discentes.

Como atividade ‘espelho’ dessa linha, desenvolve-se o plano de trabalho do Projeto PIBIC – ‘Formação da cidadania pela teoria e análise linguística de textos jurídicos. Interpretar para compreender’, que se trata de uma proposta de pesquisa direcionada ao estudo de textos legais gerais e específicos das áreas abrangidas, propiciando, assim, por meio de fenômenos linguísticos e processuais, esclarecimento e compreensão aos segmentos docente, discente, técnico e à sociedade. O público-alvo externo são os habitantes dos municípios do entorno no Campus IV, mais precisamente, dos municípios do vale do Mamanguape, Paraíba¹⁴.

O projeto desenvolve ações afirmativas de iniciação científica na interface direito e linguagem, levando a comunidade acadêmica à melhor formação e educação para os direitos humanos e civis.

Os benefícios a serem alcançados no processo ensino-aprendizagem, sobretudo nas ações afirmativas de iniciação científica, dos alunos de graduação vinculados ao projeto, são: levar os discentes, que já passaram pelas disciplinas jurídicas dos diversos cursos do Campus IV, a iniciarem e, posteriormente, aprofundarem a pesquisa e análise em textos jurídicos; exortar os graduandos a não permanecerem somente em ler, ver, ouvir e presenciar, mas, sobretudo, que possam partir para a ação, orientando e esclarecendo a comunidade necessitada da informação jurídica clara, no nível de aprendizado em que se encontram.

O projeto, dessa forma, também visa efetivar um itinerário pedagógico para pesquisa docente, visando o esclarecimento, a interpretação e orientação jurídica da comunidade envolvida.

Para isso, uma ação desenvolvida na pesquisa é o ‘Ciclo de Debates Permanentes’ sobre diversos assuntos jurídicos legais. As atividades desenvolvidas pelo GELDICS nesse ciclo envolvem os docentes e discentes do Campus por meio de ciclo de palestras e

14 De acordo com dados do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas – FNEM, o Vale do Mamanguape é uma região metropolitana localizada no estado da Paraíba, constituída por nove municípios. Foi instituído pela lei complementar nº 116 de 21 de janeiro de 2013 e publicado no Diário Oficial da Paraíba em 22 de janeiro de 2013. Segundo a FNEM, em 2018, o Vale do Mamanguape possuía uma população de 120.882 habitantes, distribuídos nos municípios de Baía da Traição, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedro Régis. Fonte: <http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-mamanguape-pb/>

debates, como, por exemplo, a palestra “Esclarecendo o Direito Tributário”, proferida em 18 de setembro de 2018 pelo Secretário Estadual da Receita e Delegado da Receita Federal. A atividade gerou uma discussão e uma reflexão permanente sobre o funcionamento das Receitas Estadual e Federal. A partir desse evento, desenvolveram-se oficinas de esclarecimentos sobre os textos jurídicos tributários, tão utilizados nas Ciências Contábeis e nas assessorias Secretariais.

Tais discussões servem para a criação e produção literárias científicas de caráter interdisciplinar, bem como permitem aos envolvidos no projeto o aprofundamento em seus conhecimentos gerais e específicos, no sentido de adquirirem mais esclarecimentos processuais e linguísticos, promovendo mais interpretação e compreensão dos textos jurídicos.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM TEXTOS JURÍDICOS. SEGUNDA LINHA DE PESQUISA DO GRUPO.

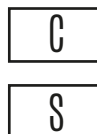
A Mediação da Informação (MI) está presente em todas as áreas técnicas e científicas da atualidade e possui considerável potencial de inferência e manipulação de comunicação. Conforme Ottonicar *et cols.* (2015), o gestor “também atua como um mediador, pois contribui com os processos de busca, acesso e avaliação das fontes de informação”.

A informação, assim, pode ser utilizada como processo dinâmico, que continuamente serve para a interpretação e constituição ou reconstituição de significados, conhecimentos e ações, na gestão pública ou privada.

Essa linha de pesquisa realiza atividades sem dissociar o ensino e a extensão, no sentido de buscar, por meio da interdisciplinaridade, o esclarecimento da mediação da informação jurídico-contábil em meios digitais. As ações se voltam para oficinas, minicursos, seminários e palestras sobre a mediação da informação jurídica pertinentes às áreas do Direito, Economia, Contabilidade e Secretariado.

Como recursos humanos, a linha desenvolve seus estudos com 02 (dois) doutores, 01 (um) doutorando, 02 (dois) mestres, 01 (um) servidor técnico-administrativo e 05 (cinco) discentes. Busca constantemente adquirir mais recursos técnicos, a exemplo de *softwares* utilizados para o esclarecimento de termos jurídicos, como a plataforma de consultoria jurídica CONJUR, disponível na *internet*.

Como resultado obtido na pesquisa realizada pelo GELDICS, recentemente foi realizado, por essa linha, um minicurso sobre responsabilidade civil e criminal do profissional diante das *fake news*. O minicurso foi ministrado no Encontro Mamanguapense de Contabilidade – EMACON, durante período de 07 e 08 de agosto de 2019. Como resultado, nessa atividade desenvolveu-se a discussão sobre a *fake news* como a propagação de notícias falsas e suas implicações nas atividades cotidianas da Contabilidade.



Os estudos realizados pelo GELDICS resultaram no entendimento de que esse conceito (*fake news*) pode receber outras interpretações, dependendo da matéria tratada, como se vê na Lei nº 13.834, de 04 de junho de 2019, que dispõe sobre a alteração do Código Eleitoral Brasileiro de 1965, e conceitua como *fake news* a “denúncia caluniosa com finalidade eleitoral”.

Como forma de explicar e clarificar o conteúdo de leis como essa, o GELDICS defende que há uma distinção entre propagar notícias falsas e o já existente tipo penal da ‘denúncia caluniosa’, pois, neste tipo, se exige a instauração de processo criminal ou administrativo, com base em notícias falsas, enquanto a *fake news* em si já se considera como notícia falsa, sem a necessidade de instauração de inquéritos e processos, mas, suficientes, por si só, para causar danos e influir em tomadas de decisões dos receptores e outros envolvidos na *fake news*, como, por exemplo, investidores que atuam no mercado financeiro e dependem do serviço de profissionais da Contabilidade.

Com exceção da Lei nº 13.834, de 04 de junho de 2019, ainda tramitam no Congresso Nacional mais 20 projetos de lei que criminalizam a divulgação de *fake news* nos mais variados assuntos. Não há, até o presente momento, uma lei específica para punir criminalmente o profissional de contabilidade pela divulgação de *fake news*, somente os crimes já previstos na legislação falimentar.

Por meio de estudos, o grupo também defende que, no que tange à legislação cível, aplica-se o disposto no artigo 186 do Código Civil, que diz: aquele que causar dano a outrem tem o dever de reparar, usando-se o princípio que se encontra no artigo 944, de que a indenização é medida pela extensão do dano.

Basicamente esse minicurso sobre *fake news* se ateu à questão ética e da responsabilidade civil, com base no Decreto-Lei nº 9.295, de 25 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Contabilidade, criando a profissão de Contador e dispondo sobre a forma de exercício de sua profissão.

No minicurso promovido, também foi tratado sobre o Código de Ética Profissional do Contador, disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PB 01, de 07 de fevereiro de 2019. Nessa ação identificaram-se os dispositivos legais que versam sobre deveres, vedações e permissibilidades, na profissão contábil, bem como deveres em relação aos colegas e à classe. Dentro dessa delimitação, estudou-se também o que pôde ser inserido dentro da temática ‘veiculação de *fake news*’ e suas correspondentes penalidades.

Assim, no item 4 do Código de Ética Profissional do Contador existem duas alíneas (‘p’ e ‘u’), no item “deveres, vedações e permissibilidades”, que versam sobre falsas informações e falsa autoria de serviços contábeis. Neste último caso não seria o caso

C
S

de *fake news* propriamente dito, mas sim a configuração da má-fé. Vejamos o que diz o referido dispositivo legal (CFC, 2020):

4. No desempenho de suas funções, é vedado ao contador: (p) iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, inclusive eletrônicos, e fornecer falsas informações ou elaborar peças contábeis inidôneas; (u) publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado.

Por esse dispositivo legal acima, o GELDICS esclareceu que, quando se trata de má-fé na execução dos serviços técnicos contábeis, em que haja a divulgação, ocorre e se configura a *fake news*.

Essa atividade também analisou e estudou os itens encontrados no Código de Ética Profissional do Contador, que tratam dos “deveres em relação aos colegas e à classe”, fazendo referências depreciativas e prejudicando a imagem de colegas e a própria classe.

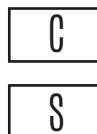
O estudo englobou os princípios de conduta nesse sentido, contidos na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) n. 01, de 07 de fevereiro de 2019, que aprovou a norma NBC PG 01, o Código de Ética Profissional do Contador (CFC, 2020), tais como:

15. É vedado efetuar ações publicitárias ou manifestações que denigram a reputação da ciência contábil, da profissão ou dos colegas, entre as quais: (a) fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui; (b) fazer comparações depreciativas entre o seu trabalho e o de outros; e (c) desenvolver ações comerciais que iludam a boa-fé de terceiros.

Dos Deveres em relação aos colegas e à classe, os itens 16, 17 e 18 do Código de Ética Profissional do Contador (CFC, 2020) assim dispõem:

16. A conduta do contador com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe. 17. O espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação, ou a convivência com erro ou com atos infringentes de normas técnicas, éticas ou legais que regem o exercício da profissão. 18. O contador deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

(a) abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras; (b) abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido



procedimento; (c) jamais se apropriar de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios; (e) não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil.

Assim, entende-se, por meio dos estudos do GELDICS, que não há tipificação específica para *fake news* na área contábil que possa ser considerada um crime específico e determinado. Nesse contexto, existem normas prevendo condutas que, se forem praticadas pelo contador no exercício de sua profissão e que estejam relacionadas com a propagação de falsas informações, ensejarão punições, como as expressas no item 19 do Código de Ética, a exemplo de: advertência reservada; censura reservada e censura pública. Os demais casos serão tratados pela legislação penal e civil que tratam da responsabilidade profissional por danos causados.

Durante o curso sobre *fake news* se verificou a existência de certa fragilidade em se punir o profissional de Contabilidade pela divulgação de notícias falsas, no mercado de trabalho, haja vista apenas as ações indenizatórias demonstrarem ter algum relevo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação tratou de algumas reflexões sobre atividades de pesquisa realizadas pelo grupo GELDICS, no âmbito do DCSA, CCAE, Campus IV, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, delineando a importância dessas ações como facilitadoras na compreensão das habilidades e aptidões aplicadas à área jurídica.

Amparado pela demonstração da importância da clarificação e modernização do discurso jurídico, e retomando seus objetivos, tanto o geral quanto os específicos, o presente estudo descreveu e analisou algumas atividades desenvolvidas pelo GELDICS e apresentou uma visão da importância da clarificação e modernização do discurso jurídico, indicando possibilidades da prática de interdisciplinaridade no estudo e pesquisa do texto normativo-legal, em algumas áreas envolvidas, como Direito, Contabilidade e Secretariado.

A hipótese básica está confirmada quando se verificou a relevância do tema ‘modernização e clarificação do discurso jurídico’ nos cursos do Campus IV da UFPB, bem como num contexto geral.

Na primeira linha de pesquisa do grupo - Análise da linguagem e argumentatividade em gêneros textuais jurídicos – esclareceu-se que as discussões e reflexões de cunho argumentativo de textos jurídicos servem para a criação e produção literárias científicas de caráter interdisciplinar, e permitem aos envolvidos no projeto o aprofundamento em seus conhecimentos gerais e específicos, no sentido de adquirirem mais esclarecimentos processuais e linguísticos, promovendo uma mais interpretação e compreensão dos textos jurídicos.

C
S

Demonstrou-se que, na segunda linha de pesquisa - Mediação da informação em textos jurídicos -, não há ainda punição na esfera penal para a *Fake News* que possa se aplicar ao profissional durante o exercício da profissão contábil. Nesse diapasão, entende-se que a punição ética e disciplinar não se mostra tão severa, ao ponto de intimidar divulgadores de falsas notícias. Ao contrário, as pretensas 'vantagens' adquiridas com as falsas notícias, dependendo do cenário, poderão ser até mais estimulantes, devendo ser coibidas, apenas quando existir uma legislação criminal prática e efetiva que considere como abusiva a *fake news*. Isso é urgente na era atual das mídias digitais.

Por fim, a pesquisa carrou propostas, tais como: reforçar o interesse dos discentes pelas disciplinas jurídicas, visando à aquisição de aptidões e competências multidisciplinares que os habilitam, cada vez mais, a atuar em diversas áreas; inserir docentes e demais colaboradores da pesquisa em movimentos de clarificação e modernização do discurso jurídico, como forma de facilitar a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.834 de 04 de junho de 2019. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13834.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019

CHACON, D.C.F. Linguagem e direito: dêixis discursiva: usos nas sentenças judiciais cíveis. – São Paulo: Labrador, 2018.

COLARES, V. Linguagem e direito / organização Virgínia Colares. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

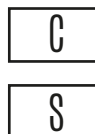
CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Código de Ética. Disponível em < http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1307.htm> acesso em 02 de fevereiro de 2020.

DINIZ, C. R. F. Discurso jurídico. Ferramenta e arma do advogado. Necessidade de todo operador do Direito. In: **Revista de Informação Legislativa**. Ano 43, n. 172, out./dez (p.185-191). Brasília, 2006.

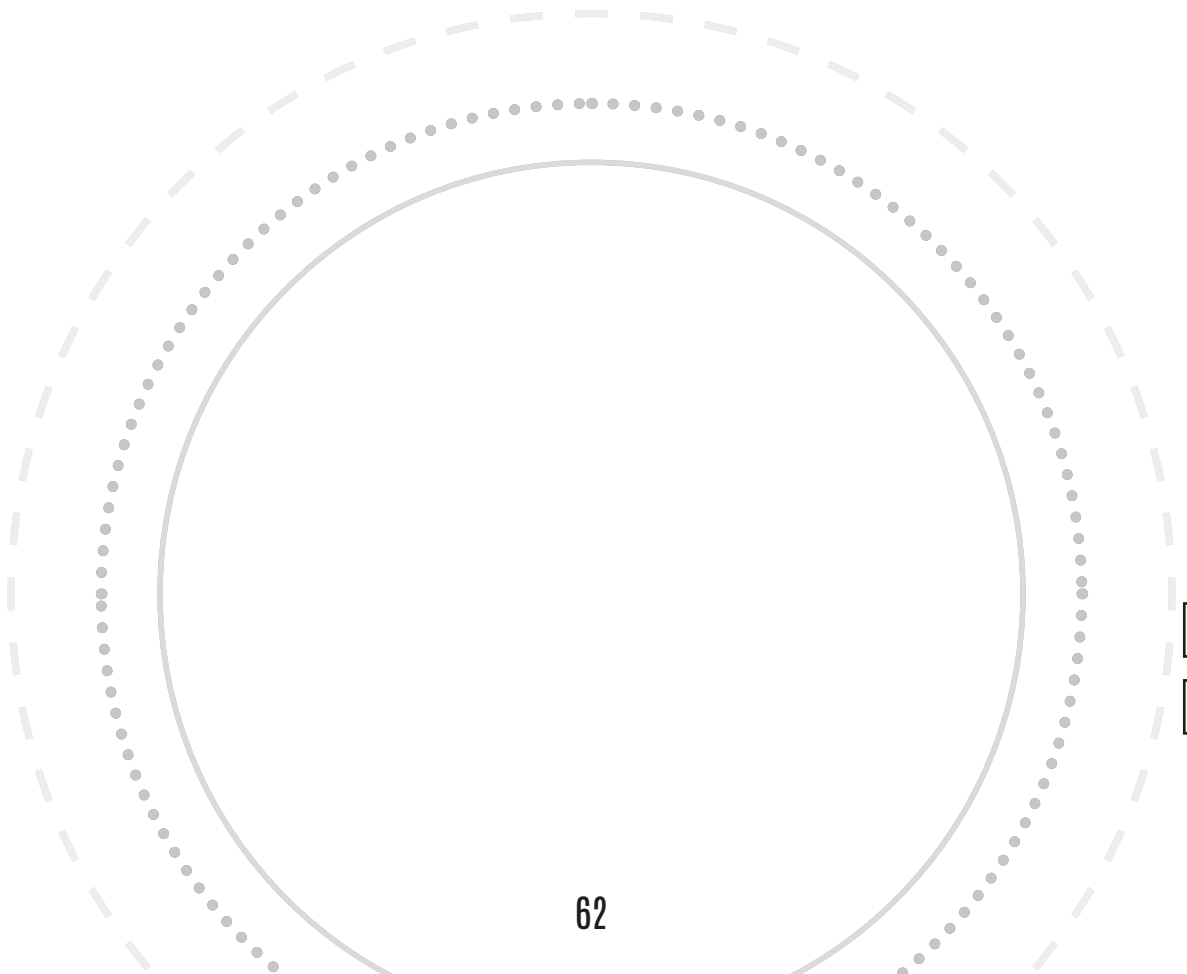
FNEM. Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas. Disponível em: <<http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-mamanguape-pb/>>. Acesso: 28 fev. 2020.

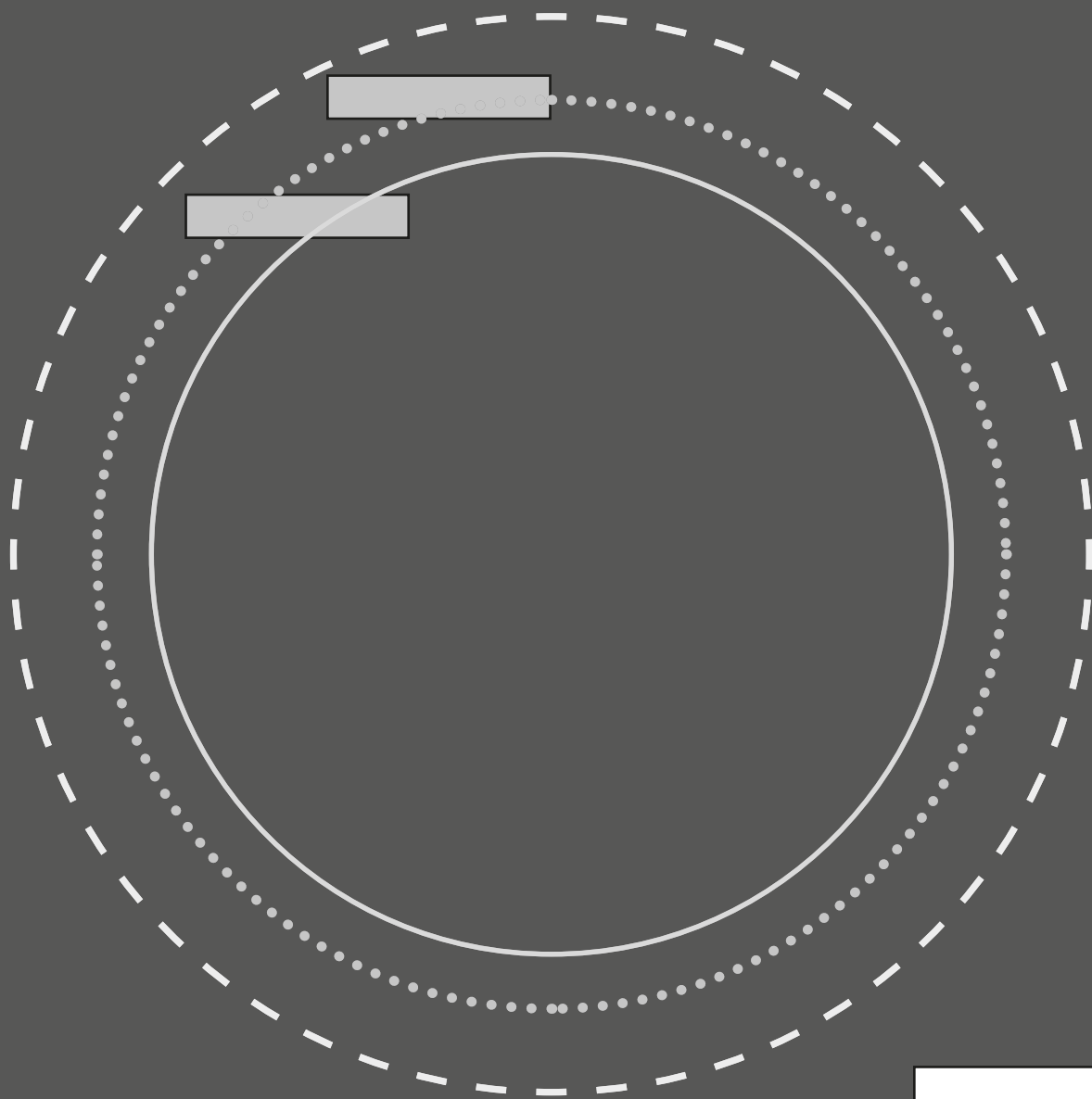
MONTOLÍO, Estrella. Hacia la modernización del discurso jurídico (eBook). Edicions Universitat Barcelona, 2014. ISBN 844753880X, 9788447538805. 224 páginas.

NOVAES, A. M. P. Estratégias discursivas em gêneros textuais da área jurídica: um olhar sobre a produção de textos de alunos do curso de direito da UNESA. In: **Revista Philologus**, Ano 20, n. 58 – Supl.: Anais do VI SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2014. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/revista/58supl/088.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.



OTTONICAR, S. L. C.; BASSETTO, C. L.; FERES, G. G. O papel do gestor sob a ótica da mediação da informação: um estudo de caso em uma empresa de consultoria em gestão. In: Encontro de pesquisa em informação e mediação, 2., 2015, UNESP. Anais. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/view/7/29>>. Acesso em: 15 janeiro 2020.







EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

BULLYING E DROGAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Ivonaldo Leite¹⁵

Ione Gomes da Silva¹⁶

Juliana Silva do Nascimento¹⁷

Suênia Tavares da Silva¹⁸

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos uma discussão teórico-analítica cujo objetivo é refletir sobre questões que têm desafiado o trabalho docente. Discorreremos sobre as drogas, as práticas de *bullying* e sua incidência no espaço escolar. Apresentaremos alguns estudos e elementos históricos que contribuirão para uma melhor compreensão desses fenômenos e para a ampliação do debate acerca do papel da escola e do professor diante dessas questões.

Temas vinculados ao cotidiano escolar, como o consumo de drogas e as práticas de *bullying*, têm sido objeto de vários estudos e pesquisas, dentre os quais podemos destacar os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas – GEPEDUSC/UFPB-CNPq.

Para Aquino (1998), a função clássica atribuída à escola vem sofrendo o acréscimo de novas exigências, fruto das constantes transformações pelas quais têm passado a sociedade e suas instituições. Novas e velhas questões desafiam nossas capacidades, conhecimentos e práticas, que precisam constantemente evoluir.

15 Pós-doutorado em Sociologia; Coordenador do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas – GEPEDUSC”. E-mail: ivonaldo.leite@pq.cnpq.br

16 Mestranda em Educação. Membro do grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas – GEPEDUSC”. E-mail: ionegomes14@hotmail.com.

17 Graduanda em Pedagogia. Membro do Grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas – GEPEDUSC”. E-mail: juslvnascimento@gmail.com.

18 Graduanda em Pedagogia. Membro do Grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas – GEPEDUSC”. E-mail: sueniatavares24@gmail.com.

A sociedade cobra das instituições escolares atitudes e respostas, diante de um conjunto de fenômenos sociais que incidem de maneira especial sobre os jovens. Em parte, isso se deve ao fato de que a escola é o espaço institucional responsável por educar, formar esses sujeitos para sociedade, onde os jovens têm a oportunidade de ter acesso a uma gama de conhecimentos, inclusive, sobre temáticas consideradas delicadas, mas que estão presentes no seu dia a dia. A esse respeito, o consumo abusivo de drogas e as práticas de *bullying* são exemplares. São fenômenos que têm origens históricas e culturais, porém, suas manifestações são cada vez mais observadas no espaço escolar.

A escola parece ser continuamente convidada a ultrapassar os seus limites, indo além dos conteúdos curriculares e tomando parte nas questões que afetam a vida e o desenvolvimento dos seus alunos, com consequências no processo de ensino-aprendizagem. Longe de ser uma tarefa fácil, essas demandas sociais e suas incidências no contexto escolar representam um grande desafio para essa instituição e seus profissionais.

Além de ser espaço de construção de saberes, a escola também acolhe e é influenciada por questões que têm origem no seu exterior. Desse modo, as informações e a maneira como elas são abordadas junto aos alunos podem exercer grande influência sobre a eficácia do trabalho desenvolvido. Assim, contribui para o aprofundamento de comportamentos considerados prejudiciais, fomentando o desenvolvimento de sujeitos autônomos e conscientes sobre seu corpo e suas emoções.

Questões relacionadas a drogas e violência estão entre os problemas mais recorrentes nas escolas. Em contrapartida, ainda percebe-se que nessa instituição esses fenômenos são pouco discutidos, principalmente no que diz respeito às formas de prevenção. É bastante comum que professores e demais membros da comunidade escolar se sintam aflitos e receosos quando têm de lidar com essas questões em seu ambiente de trabalho, pois em muitos casos eles não se sentem preparados para isso. Porém, não é possível passar ao largo, já que esses fenômenos estão por demais inseridos nas escolas.

O presente texto está estruturado em quatro seções: a) na primeira, apresentamos a introdução, onde situamos brevemente o tema que será desenvolvido, descrevendo a estrutura do trabalho e os nossos objetivos; b) na segunda, apresentamos uma discussão sobre o *bullying*, como um fenômeno social que está cada vez mais presente no cotidiano das escolas, e suas implicações; c) na terceira, abordamos a questão das drogas lícitas e ilícitas no espaço escolar, realçando ainda alguns aspectos sócio-históricos do fenômeno; d) na quarta, apresentamos nossas considerações finais.

C

S

BULLYING NA ESCOLA: UM FENÔMENO NOVO?

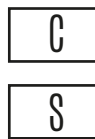
Nos últimos tempos, a palavra bullying vem sendo ouvida com muita frequência. O tema gera preocupação na sociedade, sobretudo em uma das suas principais instituições: a escola. O bullying, assim como a questão das drogas que será abordada mais adiante, é um fenômeno social que ultrapassou os muros da escola. Caracteriza-se por várias formas de violência. Suas constantes manifestações exigem a tomada de providências, afirmando a necessidade de atuação dos estabelecimentos de ensino frente a questões que estão cada vez mais presentes em seu contexto, e podem provocar sérios danos a todos os envolvidos.

Nas sociedades modernas, a escola assume cada vez mais a responsabilidade pela formação e socialização das crianças e jovens. É no espaço escolar que os sujeitos passam grande parte de suas vidas tendo a oportunidade de aprender, mas não apenas os conhecimentos que foram produzidos pela humanidade, aprender também a compartilhar, conviver e a respeitar as diferenças. É também nesse espaço educacional onde ocorre a grande maioria dos casos de *bullying* (ALCARÁZ et al. 2012). Mas, afinal, o que vem a ser o *bullying*? Quais significados e implicações guarda essa palavra?

A expressão em inglês não possui uma tradução específica para língua portuguesa, mas pode ser entendida como intimidação, assédio moral ou violência escolar. A falta de tradução explica-se também pelas variadas formas que o fenômeno pode assumir. Dessa maneira, não se encontrou em nosso idioma uma única palavra que conseguisse representar de forma apropriada tudo que o termo *bullying* significa (RISTUM, 2010).

O *bullying* pode ser compreendido como a prática de atos abusivos que podem ser de natureza sexual, física ou psicológica e acontece entre pares. Para que um acontecimento possa ser caracterizado como *bullying*, é preciso que os atos de violência aconteçam de forma repetitiva e intencional. O agressor geralmente é dominador e prepotente, já a vítima pode se sentir impotente, submissa, e ter baixa autoestima. As formas assumidas pelo *bullying* podem ser diretas ou indiretas e são muito diversas, o que dá a esse fenômeno uma grande complexidade. Humilhar, bater, roubar, colocar apelidos, excluir, amedrontar, xingar, falar mal, ignorar, espalhar boatos falsos, criticar roupas ou cor da pele e cabelos (RISTUM, 2010), estas são apenas algumas das ações que podem ser classificadas como *bullying*.

Quando nos pomos a pensar em cada uma dessas ações, nos damos conta do quanto elas são comuns em espaços escolares e também em outros espaços. Essas formas de violência estão difundidas na sociedade há bastante tempo. Assim, não é possível afirmar que o *bullying* é um fenômeno novo, pois suas práticas violentas são velhas conhecidas. O que é mais recente, no entanto, é a preocupação com as manifestações

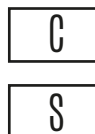


e conseqüências que tais atos podem acarretar para os afetados, especialmente no contexto das escolas. Conforme aponta Alcaráz et al., (2012), a violência escolar começa a ser observada como um fenômeno a partir da década de 1970, através de estudos internacionais, sobretudo os desenvolvidos por Dan Oweus, pesquisador e professor da Universidade de Bergen, na Noruega. Foi ele também quem cunhou o termo *bullying* no ano de 1993.

Os agravos provocados pelas ações de *bullying* em suas vítimas constituem o fato que mais vem alarmando a sociedade. Os danos físicos são perceptíveis a olho nu, porém os danos psicológicos são mais difíceis de identificar e tendem a acompanhar o sujeito por toda a sua vida, caso ele não receba a ajuda apropriada. Depressão, ansiedade, estresse e tentativas de suicídio estão entre os problemas psicológicos mais graves. Os casos multiplicam-se e ganham repercussão através das mídias, principalmente aqueles que dizem respeito a massacres em escolas, onde um ex-aluno que supostamente foi vítima de *bullying* volta à escola e atenta contra a vida do maior número possível de alunos e professores, em uma tentativa alucinada de vingança.

Alguns estudos apontam que indivíduos do sexo masculino têm uma tendência maior para cometer atos de *bullying*, principalmente aqueles que envolvem agressões físicas (ALCARÁZ et al., 2012; MOTA et al., 2018; LOPES NETO, 2005). A possível explicação para o maior envolvimento de sujeitos do sexo masculino em situações de violência residiria no fato de que, em sociedades com características culturais machistas, os comportamentos agressivos são mais tolerados e por vezes até estimulados entre os homens. No que diz respeito a pessoas do sexo feminino, quando envolvidas em situações de violência, elas tendem a apresentar mais problemas psicológicos, como estresse pós-traumático e depressão (ANDRADE et al., 2012).

O *bullying* e suas formas de violência têm origem na sociedade e nas suas maneiras de relacionamento. Conforme enfatiza Pain (2010, p.19), “a violência é seletiva e as violências nas escolas são também regulações inconscientes e institucionalizadas das relações sociais”. Condições econômicas, preconceito, diferenças culturais, violência familiar, relações de desigualdade e aspectos de temperamento são apontados como fatores de risco para a ocorrência do *bullying*, porém, esses aspectos também nos dão pistas sobre os processos sociais inerentes aos comportamentos de *bullying*, e não devem ser naturalizados (LOPES NETO, 2005; ANTUNES; ZUIN, 2008). As ações violentas dessa natureza são também um reflexo das violências instituídas e disseminadas na sociedade, e nesse contexto devem ser problematizadas. De acordo com Grossi e Santos (2009, p. 256):



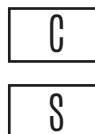
Entende-se que o comportamento violento, que causa tanta preocupação e temor, resulta da interação entre o desenvolvimento individual e os contextos sociais, como a família, a escola e a comunidade. Constata-se que, infelizmente, o modelo do mundo exterior é reproduzido nas escolas, fazendo com que essas instituições deixem de ser ambientes seguros, modulados pela disciplina, amizade e cooperação, e se transformem em espaços onde há violência, sofrimento e medo.

Os desafios que se colocam para a escola, diante da questão do bullying, são grandes. Não por acaso, tantas pesquisas vêm sendo realizadas em âmbito nacional e principalmente internacional. O fenômeno é complexo e muito comentado, porém, ainda é pouco compreendido no meio escolar, principalmente por abranger vários tipos de violência. Conforme apontam Grossi e Santos:

As escolas e as famílias têm dificuldades em identificar esse processo entre seus jovens. Aquilo que é tratado como 'brincadeira' possui uma conotação agressiva por parte de quem a faz ou, também, bate no sujeito a que recebe derrubando sua auto-estima, favorecendo o surgimento de características frágeis e vulneráveis. (IBIDEM, 2009, p.254).

Nesse contexto, a questão que se coloca é a da correta identificação do fenômeno por aqueles que podem executar algum tipo de intervenção, seja com o intuito de fazer cessar o problema atuando em casos confirmados ou tendo por objetivo fazer prevenção. Identificação e desenvolvimento de ações de enfrentamento de casos de *bullying* demandam dos educadores e demais sujeitos envolvidos que estejam preparados para lidar com as várias dimensões do fenômeno. Dessa maneira, fica evidenciado que as funções da escola no contexto histórico atual são múltiplas.

Em estudo realizado em algumas escolas públicas de Porto Alegre, Grossi e Santos (2009) identificaram que a maioria dos professores das escolas pesquisadas não chegava sequer a ter conhecimento quando seus alunos eram vítimas de bullying. Os principais locais de ocorrência na escola, geralmente, são a sala de aula e o pátio do recreio (RISTUM, 2010). Pode parecer um tanto incomum que ações de bullying tenham a sala de aula como um dos seus principais espaços de ocorrência, sobretudo porque nesse local os alunos ficam sob a supervisão constante do professor. Porém, isso pode ser explicado justamente pela dificuldade de identificação dos atos de bullying por parte dos docentes. O que pode ser interpretado por eles como uma brincadeira, por vezes, é sentido pelo aluno como uma agressão, caracterizando-se como bullying quando acontece de forma repetida e intencional, causando sofrimento físico ou psicológico.



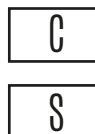
É preocupante pensar que um fenômeno que está tão inserido nas nossas escolas e que atinge um número cada vez maior de alunos, ainda não venha sendo tratado com o cuidado devido. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE/2015) revelam que 7,4% dos estudantes entrevistados já foram vítimas de alguma forma de bullying, sendo que o alvo principal das ofensas foi a aparência física, principalmente aspectos do corpo e rosto. O mesmo levantamento revela ainda que 19,8% dos alunos afirmaram ter cometido alguma forma de bullying contra seus colegas nos 30 (trinta) dias que antecederam a pesquisa. Os números do estudo vêm apenas corroborar com aquilo que todos já imaginávamos. A mesma instituição que tem a função de ensinar conceitos de civilidade, inclusão e respeito às diferenças, também é palco de manifestações violentas, que, nesse caso específico, são perpetradas e sofridas por seus próprios alunos.

Porém, o *bullying* não é o único fenômeno social que vem desafiando a instituição escolar. A ele se somam alguns outros que também adentram a escola junto com os alunos. Esse é o caso das drogas. Souza et al. (2019) e Horta et al. (2015) apontam inclusive a existência de relação entre a prática do *bullying* e o consumo de drogas por estudantes. Dessa maneira, é possível afirmar que:

Adolescentes vítimas de *bullying* apresentam riscos potenciais de desenvolverem depressão, ansiedade, distúrbios do sono e prejuízos no ajustamento escolar. Já os adolescentes autores de *bullying* mostram risco elevado para o uso de substâncias psicoativas, independente do tipo bem como problemas acadêmicos e propensão a apresentar comportamentos violentos na vida adulta. (SOUZA, et al. 2019, p. 02).

Em estudo realizado com 1.192 estudantes de escolas públicas e privadas de Minas Gerais, Souza et al. (2019) identificaram que 82,9% dos autores de *bullying* haviam consumido algum tipo de droga – exceto álcool e tabaco. Cerca de 28,3% haviam consumido álcool e 3,8% consumiram cocaína. No que diz respeito aos estudantes que foram vítimas, o estudo aponta que 31,2% haviam consumido algum tipo de substância psicoativa. E entre os sujeitos classificados como autor/vítima a droga mais consumida foi a *Cannabis sativa*, com uma prevalência de consumo de 8,1%.

Outra análise desenvolvida por Andrade et al. (2012), com base nos dados provenientes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE/ 2009), constatou que a prevalência de violência física entre sujeitos do sexo masculino foi 12,9% maior que em relação ao sexo feminino. Todavia, em ambos os sexos averiguaram-se associações entre situações de *bullying* e o consumo de drogas ilícitas. Ainda segundo o estudo, em relação ao sexo masculino, foi possível observar que o consumo de álcool estava significativamente associado com agressões físicas.



Os estudos apresentados aqui revelam que, em alguma medida, é possível constatar a existência de uma ocorrência simultânea entre as práticas de *bullying* e o consumo de drogas. A constatação desse fato torna a abordagem desses fenômenos ainda mais complexa. O indivíduo que pratica ou é alvo de *bullying* torna-se vulnerável a diversos problemas de saúde, dentre eles, temos como possibilidade o desenvolvimento da dependência em alguma substância química.

É possível observar que, entre os sujeitos de casos envolvendo o *bullying*, existem distinções e semelhanças no que tange à categoria em que se encaixam os tipos de drogas mais consumidas. Geralmente, as vítimas costumam fazer consumo de drogas lícitas como álcool, tabaco e medicamentos, enquanto agressores costumam ter contato tanto com drogas lícitas quanto com as ilícitas. O propósito do consumo em ambos os casos diz respeito à tentativa de enfrentamento de hostilidades oriundas da escola. O alvo enxerga nas drogas um método de escape no que tange às experiências estressantes vividas na escola. O autor, por sua vez, possui uma percepção degradada da escola, passando a antagonizá-la (SOUZA et al., 2019).

O consumo de drogas e o assédio moral repetitivo na escola estão relacionados à ideia que os envolvidos têm de integração e aceitação por parte dos demais. A tentativa de fazer parte de um grupo e ser aceito por um determinado conjunto de membros da comunidade escolar pode ser motivação suficiente para que o sujeito passe a buscar nas substâncias psicoativas uma maneira de ser percebido através de novas perspectivas.

Outra questão diz respeito ao fato de que, em grande parte dos casos de *bullying*, os autores das ações agressivas possuem ainda mais chances de consumir drogas para o encorajamento pessoal. Desse modo, são reproduzidos os dois fatores de risco, se tornando ainda mais crucial que tanto vítima quanto agressor sejam assistidos de modo efetivo. Nesse contexto, a formação de parcerias entre educação e saúde é necessária. À escola cabe cumprir a sua função educativa de identificar e intervir, problematizando os fatores que estão na origem das ações violentas, promovendo o estímulo ao autoconhecimento e o respeito às diferenças. Porém, compreendemos que, para realizar tais abordagens, essa instituição e seus profissionais precisam estar capacitados.

A seguir, propomos-nos a refletir sobre a questão das drogas lícitas e ilícitas no contexto das escolas. Como as substâncias psicoativas, que são quase tão antigas quanto a própria humanidade, passaram a ser consideradas um problema para a sociedade e também para as instituições educacionais?

C
S

A QUESTÃO DAS DROGAS NA ESCOLA

Substâncias conhecidas como drogas costumam exercer fascínio sobre os seres humanos, e não é de hoje. Nossa relação com essas substâncias começou há muitos séculos. Conforme aponta Escohotado (1998), em quase todas as culturas é possível encontrar registros do consumo delas. Assim, é possível afirmar que os humanos sempre consumiram drogas, o que costuma variar são os tipos de substâncias, as motivações para o consumo e sua finalidade, que vão se modificando conforme a sociedade vai se transformando. De acordo com Carneiro:

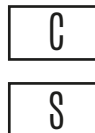
Somos todos drogados, mas se define pouco explicitamente a natureza comum de se tomar remédios psicoativos, bebidas alcoólicas, tabaco, café e substâncias ilícitas, separadas por cargas simbólicas altamente significativas decorrentes de seus diferentes regimes de normatização. (CARNEIRO, 2018, p. 18).

A natureza comum de todos esses produtos referidos acima pelo autor diz respeito justamente ao fato de todos eles, quando ingeridos, provocarem algum tipo de alteração no organismo do indivíduo. Essa é a característica principal de uma droga, que, segundo a Organização Mundial da Saúde, pode ser definida como “qualquer substância química que modifica os processos fisiológicos e bioquímicos dos tecidos ou organismos” (OMS, 1994, p. 33). Dessa forma, bebidas alcoólicas, remédios psicoativos, café e substâncias ilícitas são drogas porque têm a capacidade de provocar alterações em organismos humanos. Os regimes de normatização definem a licitude ou a ilicitude de uma substância, que é sempre estabelecida pela sociedade, aparentemente, utilizando-se o critério dos possíveis danos que elas podem causar.

A relação da sociedade com as drogas nem sempre foi tão conturbada. Talvez seja até difícil de imaginar, mas já houve momentos ao longo da história em que nem sequer existiam legislações específicas para fazer a sua regulação. Substâncias que hoje são lícitas já foram proibidas em algumas partes do mundo, a exemplo do café e do tabaco¹⁹. Nesse contexto, conforme salienta Carneiro (2018, p. 19), “a história das drogas é, assim, antes de tudo, a história de suas regulações, de seus regimes de circulação e das consequentes representações culturais e políticas de repressão, incitação ou tolerância”.

Em meio a controvérsias, estabelecimento de normas e legislações repressivas, na contemporaneidade, o consumo dessas substâncias segue aumentando. É o que

19 “Na Rússia, durante meio século, beber café foi um crime punido com tortura e mutilação de orelhas. Fumar tabaco causava a excomunhão entre católicos e a amputação de membros na Turquia e Pérsia.” (ESCOHOTADO, 1997, p. 27).



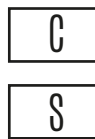
revela o estudo realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC. Verificou-se que, no ano de 2017, cerca 271 milhões de pessoas em todo mundo consumiram drogas pelo menos uma vez. Esse quantitativo representa 5,5% da população mundial entre 15 e 64 anos. No ano de 2009, o número de pessoas nessa faixa etária que haviam consumido drogas era de 4,8% da população global (UNODC, 2019).

O aumento do número de consumidores, não obstante os constantes investimentos em repressão e proibição, gera muita preocupação para a sociedade e atesta a falência do modo de conduzir as políticas públicas sobre drogas. Como decorrência, as preocupações da sociedade tornam-se também as preocupações da escola. Essa instituição é constantemente cobrada para que apresente formas de enfrentamento do fenômeno, evitando que seu público, formado principalmente por crianças e jovens, inicie o consumo dessas substâncias. Nesse ambiente, conforme enfatiza Carline-Cotrim (1998), pressionada para atender as demandas da sociedade, a escola tem sido palco para o desenvolvimento de ações de prevenção ao consumo abusivo de drogas, que nem sempre são bem desenvolvidas.

Talvez como um reflexo do que acontece na sociedade, o consumo de drogas por jovens escolares é real e segue aumentando. É o que mostra a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - (PeNSE, 2015). De acordo com o estudo, 55,5% dos alunos que cursavam o nono ano do ensino fundamental já haviam feito consumo de álcool e 9,0% já haviam consumido drogas ilícitas. Esses números são superiores aos que foram obtidos pela mesma pesquisa, quando realizada em 2012. Os dados apontavam que 50,3% dos estudantes afirmavam já ter consumido álcool e 7,3% já haviam consumido drogas ilícitas (PeNSE, 2012). A constatação de que as drogas fazem parte do cotidiano dos alunos e em muitos casos entram com eles nas escolas gera na sociedade uma sensação de descontrole e de insegurança, afinal, a escola é a instituição responsável pela formação cidadã dos membros da sociedade.

Os resultados desse tipo de estudo indicam que há a necessidade de que se desenvolvam abordagens de educação sobre drogas, tendo os jovens como público-alvo. Podem indicar também que os modelos de prevenção hegemônicos, que são Direcionados aos jovens, não estão sendo exitosos. Sobretudo quando objetivam a abstinência total e constata-se que o consumo dessas substâncias segue aumentando. De modo geral, as campanhas de prevenção que adotam o discurso do combate às drogas apresentam um tom alarmista, condenatório e moralista, mais sensacionalista do que científico (BUCHER; OLIVEIRA, 1994).

No contexto evidenciado pelos resultados da PeNSE/2015, a escola passa a ser um lugar privilegiado para a realização da educação sobre drogas. Afinal, é nessa instituição que crianças e jovens passam boa parte do seu tempo e têm toda a disponibilidade para aprender e construir conhecimentos. A questão que se coloca é sobre a qualidade



dessa intervenção e seus objetivos. Bucher (2007) afirma que “cabe à escola um papel fundamental para despertar o potencial psico-afetivo e criativo do jovem e para levá-lo a efetuar opções conscientes e responsáveis pela sua saúde”.

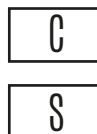
Diante dessa realidade, professores, gestores e demais membros da comunidade escolar se percebem em meio a um dilema, pois, ao mesmo tempo em que sentem a necessidade de abordar a temática com seus alunos, também se sentem despreparados, inseguros e amedrontados pelos casos de violência relacionados ao comércio ilegal, que são constantemente divulgados pelas mídias. As drogas são substâncias quase míticas, que ainda hoje sobrevivem cercadas de tabus, não obstante o aumento do consumo. Muito se fala sobre seus efeitos maléficos, seu potencial de destruir vidas e toda violência oriunda do tráfico ilegal, porém, essas são apenas algumas das dimensões do complexo fenômeno.

Cabe ressaltar que, na esfera da educação escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997) sugerem que a temática das drogas pode ser desenvolvida por qualquer disciplina, pois se trata de um tema transversal. A questão das drogas é abordada juntamente com um conjunto de conteúdos que trata sobre vida coletiva e questões de cidadania. O documento aponta que, a depender da realidade em que a escola estiver inserida, o conteúdo sobre prevenção já deve fazer parte do currículo desde a primeira série do ensino fundamental (atualmente, segundo ano).

No entanto, Rua e Abramovay (2001) enfatizam que, no contexto escolar, as intervenções descontínuas predominam, quando o assunto são as drogas. Um dos métodos mais utilizados é a realização de palestras, que geralmente são realizadas por agentes externos à escola, como médicos ou policiais. A escola recorre aos “especialistas” por várias razões, mas o medo e o despreparo podem ser considerados as principais. A falta de conhecimento aprofundado sobre o tema, juntamente com a amplificação de algumas informações pela mídia e o ocultamento de outras, fomenta a criação de discursos e representações sobre as drogas e seus consumidores que em nada contribuem para o adequado tratamento do tema.

Abordagens de prevenção sobre drogas, quando acontecem, em sua grande maioria, são orientadas pelo que preconiza as Políticas Públicas Nacionais de caráter assumidamente repressivos. Nesse contexto, realizam-se

[...] privilegiando o aspecto da proibição legal ou do perigo da droga, geradora de dependências avassaladoras. Por conseguinte, o usuário é considerado ou como infrator ou como vítima de uma chaga à qual sucumbe; não se tenta compreendê-lo, nem as suas motivações, suas falhas e faltas, as pressões do contexto que sofre... No extremo, esta visão é reducionista ao ponto de enxergar apenas



o produto tóxico, sua nocividade para o usuário que se entrega ao consumo, sua periculosidade para a sociedade na qual se espalha como um lampejo. Para sustentar tal visão simplificadora, apela-se a argumentos de ordem emocional, passional, moralista ou sensacionalista, ressaltando de preferência aspectos chocantes e alarmantes. (BUCHER, 2007, p. 119).

Tendo em vista o caráter assumidamente repressor dessas abordagens de prevenção, alguns estudos²⁰ vêm sendo realizados com o objetivo de pensar o desenvolvimento de ações educativas mais humanizadas, comprometidas com a saúde dos sujeitos, o respeito aos seus direitos e o estímulo ao seu desenvolvimento integral. Essas propostas de educação que podem ser realizadas no espaço escolar apostam nos princípios da redução de danos²¹ e da educação popular²². Nesse sentido, abordam as dimensões sociais, econômicas e políticas do fenômeno das drogas, e não apenas os seus efeitos nocivos. Busca-se verdadeiramente desenvolver uma educação sobre drogas, sem cair nos dogmatismos e terrorismos tão comuns quando se aborda a temática a partir do paradigma hegemônico.

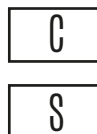
De maneira efetiva, a prevenção ao consumo abusivo de drogas pode ser realizada na escola a partir da perspectiva da redução de danos, de acordo com o que vem sendo proposto por alguns estudos: Adade e Monteiro (2014) apontam a utilização de jogos sobre o consumo abusivo de drogas como uma boa estratégia educativa que, coadunando com os princípios da redução de danos e da educação para a autonomia, pode propiciar aos estudantes conhecimentos científicos a respeito das drogas, bem como a contextualização social e cultural do fenômeno. Além do uso de jogos, Carlini-Cotrim (1998) sugere também a adoção de alguns modelos educativos que podem ser inseridos na prática escolar com o objetivo de fazer prevenção, quais sejam: a educação afetiva, o oferecimento de alternativas, a educação para a saúde e a melhoria do ambiente escolar.

Ainda no contexto das ações concretas que podem ser desenvolvidas pelas escolas, Leite (2018) aponta o desenvolvimento de atividades socioeducativas de redução de danos sob a perspectiva da educação popular, que teriam como objetivos abordar a temática das drogas, levando em consideração os fatores sócio-históricos que envolvem

20 Carlini-Cotrim, (1998); Leite, (2018); Branco; Silva; Soldatelli, (2016); Adade; Monteiro, (2013).

21 “Proposta inicialmente como uma estratégia de prevenção ao HIV entre usuários de drogas injetáveis – Programa de troca de Seringas (PtSs) –, a redução de danos foi ao longo dos anos se tornando uma estratégia de produção de saúde alternativa às estratégias pautadas na lógica da abstinência, incluindo a diversidade de demandas e ampliando as ofertas em saúde para a população de usuários de drogas”. (PASSOS E SOUZA, 2011, p. 154).

22 A educação popular é um movimento prático e teórico em educação, presente em processos de organização das classes trabalhadoras, sobretudo nos que apresentam profunda crítica à educação dominante. (MELO NETO, 2011, p. 32).



o fenômeno; o desenvolvimento de atividades na escola, como oficinas pedagógicas sobre as drogas, tendo pais e alunos como público alvo, e ainda o oferecimento de formação continuada para os professores sobre a temática.

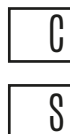
Além da adoção de abordagens de educação contrárias à política de guerra às drogas, outro aspecto fundamental para o adequado desenvolvimento do tema é, sem dúvida, a formação do professor. Não basta ter boa vontade e saber que é necessário tratar a temática: é preciso estar preparado para tal empreitada. O conhecimento sobre o fenômeno é a única forma de mitigar os preconceitos e inseguranças que podem acompanhar o educador e inviabilizar a sua prática junto aos alunos. Conteúdos sobre drogas geralmente não fazem parte da formação inicial, logo, o acesso a esse tipo de conhecimento vai depender da iniciativa do próprio docente, que pode ou não buscá-lo.

Desse modo, percebe-se que professores e escola possuem grandes responsabilidades. A sociedade sempre espera que essa instituição prepare os seus cidadãos, munindo-os de conhecimentos, valores e habilidades. Porém, nos dias de hoje, há quem questione as funções da escola e dos professores. Parece haver, de fato, uma tentativa de desvalorização e de cerceamento da liberdade profissional dos sujeitos que atuam na esfera escolar. Dessa maneira, é preciso enfatizar que é papel da escola ir além da formação para o mercado de trabalho. Também é função primordial da escola estimular o desenvolvimento do pensamento crítico, e assim proporcionar aos seus alunos as oportunidades de perceber a realidade e agir sobre ela para transformá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, objetivou-se, neste estudo, realizar uma discussão teórico-reflexiva sobre algumas questões sociais que incidem sobre as escolas. Dessa maneira, foram abordados os fenômenos do consumo de drogas, das práticas de *bullying* e sua incidência sobre os jovens estudantes. Pusemos em relevo dados de estudos quantitativos que revelam e afirmam a prevalência de ambos os fenômenos no espaço escolar, o que acentua a necessidade da formação continuada do professor e da elaboração ou adoção de práticas pedagógicas que possam efetivamente ser utilizadas na sala de aula, além de auxiliar o trabalho docente na abordagem dessas temáticas.

As discussões sobre *bullying* e drogas no cotidiano escolar revelam a preocupação social que existe em torno desses fenômenos e da sua ocorrência nos espaços educativos. São questões que envolvem a dimensão social, cultural, política e das subjetividades humanas. São questões complexas, e como tal devem ser abordadas com responsabilidade, empatia e sem preconceitos.



Porém, os debates e estudos que vêm sendo realizados sobre essas questões, conforme foi observado neste trabalho, demonstram que, no que concerne à escola, ainda há certa dificuldade de identificação e desenvolvimento de abordagens sobre os referidos fenômenos. Compreende-se que é difícil para o professor lidar de maneira adequada com temáticas que, geralmente, não fazem parte de seu referencial de estudos, e, além disso, esse tipo de exigência vem se somar a muitas outras que já fazem parte do trabalho docente.

Diante dessas demandas sociais, é preciso intervir, mas também é necessário estar capacitado para realizar intervenções eficazes. Estar capacitado significa ter conhecimento sobre o assunto e pensar a melhor estratégia para abordá-lo junto aos alunos. Tanto no caso do *bullying* quanto no caso das drogas, estamos diante de fenômenos sociais que possuem um forte envolvimento com a dimensão subjetiva dos seres humanos. Por isso, é necessário estar livre de preconceitos, aberto ao diálogo e disponível para ouvir o outro.

A partir da observação de situações envolvendo escolas brasileiras, fica evidenciado que as políticas públicas referentes aos problemas sociais abordados neste trabalho estão sendo ineficientes. A abordagem da questão do *bullying* e das drogas no cotidiano escolar é necessária, à medida que se percebe que cada vez mais alunos encontram-se envolvidos com essas práticas. No entanto, apesar de ser um dos principais agentes, o professor não é o único que pode intervir. Nesse caso, ações conjuntas entre escola, família e comunidade são fundamentais, afinal, tanto a prática do *bullying* quanto o consumo abusivo de substâncias psicoativas são fenômenos multifatoriais.

Além de buscar ações conjuntas com as famílias, também é recomendável que a escola busque parcerias com órgãos da saúde, a fim de que ambos os setores possam lidar com essas questões de modo eficaz. Contudo, formar parcerias não significa transferir responsabilidades, mas sim trabalhar juntos, buscando promover a saúde e a diminuição da violência. Afinal, no contexto atual, a sociedade precisa que a escola cumpra a sua função social de educar, ensinando a conviver com as diferenças e respeitando os diferentes modos de vida e experiências.

REFERÊNCIAS

- ADADE, Mariana; MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, jan./mar. 2014
- ALCARÁZ, Alberto Javier Córdova; TRIGOS, Edith María Ramón; SILVESTRE, Karina Jiménez; CORTÉS, Cristina de Jesús Cruz. Bullying y consumo de drogas. **Revista de Psicología**. Universidad de Antioquia. 2012.

C

S

ANDRADE, S. S. C. A.; YOKOTA, R. T. C.; BANDEIRA DE SÁ, N. N.; SILVA, M. M. A.; ARAÚJO, W. N.; MASCARENHAS, M. D. M.; MALTA, D. C. Relação entre violência física, consumo de álcool e outras drogas e bullying entre adolescentes escolares brasileiros. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28(9):1725-1736, set, 2012.

ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, 20 (1) 33-42, 2008.

AQUINO, Júlio Groppa. A escola e as novas demandas sociais: as drogas como tema transversal. In: AQUINO, Júlio Groppa. (Org). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998

BUCHER, Richard. A ética da prevenção. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 23 n. especial, p. 117-123. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000500021 Acesso em: 10 de jan. 2020.

BUCHER, Richard; OLIVEIRA, Sandra R.M.. O discurso do “combate às drogas” e suas ideologias. **Rev. Saúde Pública** [online]. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101994000200008&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 10 de jan. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf> Acesso em: 04 de Jan. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar (PeNSE): 2012 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

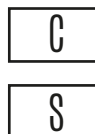
BRANCO, Niceia Maria Malheiros Castelo; SILVA, Denise Valory da; SOLDATELLI, Sandra Marcia Ribeiro. Desconstruindo mitos e preconceitos sobre “loucos” e “drogados”: uma proposta de ação educativa para familiares de usuários de álcool e outras drogas na perspectiva da educação popular. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 11(3), São João Del-Rei, 2016.

CARLINE-CONTRIM, Beatriz. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: AQUINO, Júlio Groppa. (Org). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

ESCOHOTADO, Antonio. **O livro das drogas: usos e abusos, desafios e preconceitos** São Paulo: Ed. Dynamis, 1997.

_____. **Historia general de las drogas**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.



GROSSI, Patrícia Krieger; SANTOS, Andréia Mendes dos. Desvendando o fenômeno bullying nas escolas públicas de Porto Alegre, RS, Brazil. Universidade do Minho. **Revista Portuguesa de Educação**. 22(2), pp. 249-267. 2009.

HORTA, Lessa et al. Bullying e uso de substâncias psicoativas na adolescência: uma revisão sistemática. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v23n1/1413-8123-csc-23-01-0123.pdf Acesso em: 17 de jan. 2020.

LEITE, Ivonaldo. A educação popular perante a questão das drogas: uma incursão no tema e um marco conceitual. **Rev. Ed. Popular, Uberlândia**, v. 17, n.3, set./dez., 2018, p. 10-27

LOPES NETO, Aramis A. **Bullying**: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, v. 81, n. 5, 2005.

MELO NETO, José. F. Educação Popular e “experiência”. **Contexto e Educação**, n. 85, jan./jun., 2011, p. 31-50.

MOTA, R.S.; GOMES, N.P.; CAMPOS, L.M.; CORDEIRO. K.C.C.; SOUZA, C.N.P.; CAMARGO, C.L. Adolescentes escolares: associação entre vivência de bullying e consumo de álcool/drogas. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 27, n. 3, set., 2018.

PAIN, Jacques. Os desafios da escola em face da violência e da globalização: Submeter-se ou resistir?. In: SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira (orgs.). **Jovens, violência e escola**: um desafio contemporâneo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PASSOS, Henrique Eduardo; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia e saúde**, v. 23, n. 1, 2011, p. 154-162

RISTUM, Marilena. Bullying Escolar. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. (Orgs). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. Editora FIOCRUZ, 2010.

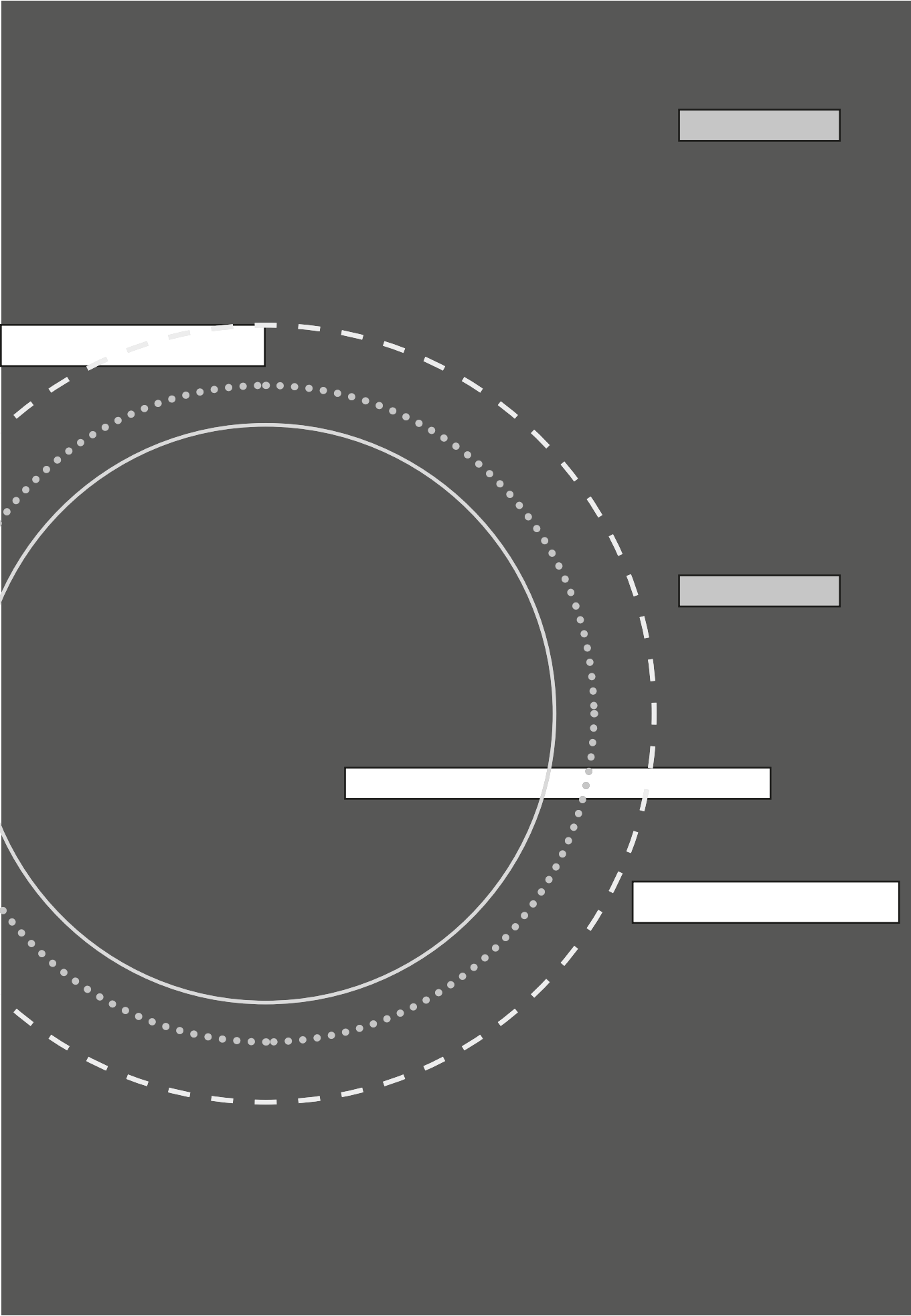
RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. **Avaliação das ações de prevenção as DST/Aids e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras**. Brasília: UNESCO/Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000040.pdf> Acesso: 10 de jan. 2020.

SOUSA, B. et al. **Uso de Drogas e Bullying entre Adolescentes Brasileiros**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v35/1806-3446-ptp-35-e35417.pdf> Acesso em: 17 de jan. 2020.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report**. 2019. Disponível em: https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19_Booklet_2_DRUG_DEMAND.pdf . Acesso em: 05 de jan. de 2020.

C

S





SICUT RATIO PERFECTUM EXPRESSIO CONDIÇÕES PARA UMA CIÊNCIA GERAL EM LEIBNIZ

Cristiano Bonneau²³

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata de alguns aspectos fundamentais da metafísica leibniziana²⁴, que nos proporciona, em seu arcabouço filosófico, uma análise profunda do mundo e suas estruturas de funcionamento. Essa pesquisa avança sobre algumas características, distinções e possíveis sistematizações que podem ser atribuídas a essa metafísica, bem como o próprio alcance no pensamento do autor e para além dele mesmo. Essa última questão revela a hermenêutica possível dos grandes sistemas filosóficos e das construções teóricas de fôlego. Conceitos como - razão, liberdade, conhecimento, substância, verdade, entre outros - adquirem acepções e polissemias que fulguram em uma racionalidade sistêmica, aberta, mas rigorosa.

Cada uma dessas temáticas torna-se fundamental para o entendimento do sistema filosófico construído pelo referido pensador, não apenas para um determinado tempo histórico (o rico século XVII), mas as repercussões, alcances, influências e possibilidades que cada sistema filosófico vai alcançar, tornando-se enraizado em cada cultura vigente nas épocas que seguem até os nossos dias. Pelo menos dois conceitos caros e polêmicos da tradição filosófica são propostos e organizados em uma discussão nesse escrito: perfeição e razão.

O que ressaltamos não é apenas a forma como essas noções insurgem separadamente nos textos leibnizianos e na interpretação desses mesmos, mas como vão compondo relações que ampliam o espectro e alcance dessas noções e de outras. Nosso limite interpretativo tem como resultado o encaminhamento dessa discussão

23 Doutor em Filosofia, Coordenador do grupo de Pesquisa "Leibniz e o leibnizianismo no Brasil." E-mail: crbonneau1@gmail.com

24 O filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz, nascido em Leipzig no ano de 1646, constitui-se em um dos mais prolíferos pensadores da História da Filosofia, com contribuições decisivas nas mais diversas áreas do conhecimento, tanto teóricas quanto práticas.

e de outras que são possíveis ao leitor-intérprete-pesquisador: localizar, nos mapas conceituais apresentados pelos grandes filósofos, os conceitos que nos permitem avançar em problemas de alta complexidade, sobretudo na metafísica. As ideias de perfeição e razão embasam estruturas conceituais de um pensamento metafísico que fundamenta uma nova 'Ciência Geral' que, por sua vez, busca potencializar e organizar a racionalidade em seu avanço no mundo.

Os conhecimentos avançam na medida em que suas balizas conceituais e suas orientações metafísicas mudam sua direção, sustentando novas ordens racionais e formas de racionalizar/organizar nossa relação com a realidade. Essa é uma pesquisa bibliográfica das obras do autor citado e de alguns estudiosos que são referência para apoiar a leitura aqui proposta. Esse texto divide-se na análise dos conceitos de *perfectum* (perfeição) e *ratio* (razão), na medida em que ambas noções se entrecruzam e se complementam na descrição da metafísica leibniziana.

PERFECTUM

Entre outros termos fundamentais para definir Deus em Leibniz e, assim, conceber a própria Natureza, está a ideia completa²⁵ de Perfeição. Em grande parte, uma das esteiras da metafísica, ponto de chegada e de partida para importantes definições relativas ao pensamento moderno, em especial, aquilo que define o que vem a ser da ordem da racionalidade e da razão. *Cogito* e *Ratio* são resinificados e marcam uma importante viragem no século XVII, utilizando-se do homem e seus poderes para os fins do conhecimento do mundo.

Há um compartilhamento com o divino das razões que governam e mantêm o universo. Nossa pesquisa avança nos escritos de Leibniz com o intuito de investigar as relações e as imbricações entre as ideias de razão e de perfeição, demonstrando como essa última concepção avança e, de certa forma, até molda o pensamento leibniziano. Suas repercussões são importantes, tendo em vista o que Leibniz nos apresenta como natureza, partindo de uma substância que é, ao mesmo tempo, geral e particular, ou individualizada.

25 GP IV, 440. Leibniz, Gottfried Wilhelm, *Sämtliche Schriften und Briefe*. Herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin, Darmstadt, 1923, Leipzig, 1938, Berlin, 1950. (A referência será feita em três números: série, tomo, página e em alguns textos fundamentais, pelo número do parágrafo). *"Essa ideia abarca todos os predicados e eventos e expressa o universo inteiro. De fato, somente nós podemos pensar e perceber, e todos os nossos pensamentos e percepções futuras são apenas, embora contingentes, consequências de nossos pensamentos e percepções anteriores. Dessa forma, se eu fosse capaz de considerar de maneira diferente tudo o que me acontecesse ou aparecesse nesse momento, pudesse ver tudo o que aconteceria ou me apareceria o tempo todo"* Tradução nossa.

Os meios pelos quais se tornam possíveis conceber essa comunicação²⁶ entre as substâncias, bem como entre estas e Deus, são ocorrências de uma filosofia da expressão²⁷ em Leibniz, que garante o conteúdo e a forma que possa viabilizar qualquer existência, tornando-a possível. Ora, o que é uma exigência lógica²⁸ também se torna o modo de apresentação dos seres que compõem o mundo e confirma, entretanto, uma necessidade metafísica. No entanto, esse conceito sofre uma mudança radical no seio de sua Filosofia, que irá marcar, inclusive, o pensamento que seguirá nos séculos *a posteriori*.

Mesmo sendo marcadamente aristotélico²⁹, não há para Leibniz como burlar ou escapar às vias retas pelas quais o pensamento e o raciocínio se apresentam. Toda a ação de uma substância, ou o seu momento mais atual, é resultado do que lhe ocorrera precedentemente, cuja causa pode ou não ser visível ou localizada empiricamente, mas que estabelece as condições *sine qua non*. A tradição estruturalmente dominada por Agostinho³⁰ e Aquino³¹ concilia, sem dúvida, Deus e Perfeição.

No entanto, ao que parece, a perfeição se estabelece como um conceito claro e distinto de Deus na tradição. Decorrência natural da influência da concepção de divino e como uma noção completa por si mesma, mas ainda envolta dos mistérios da própria fé. Como uma ideia autoevidente oriunda da revelação ou mesmo, pela via da intuição, o que segue é uma constatação também natural daquilo que é perfeito, ou seja, da própria obra divina. A filosofia nos permite caminhos de toda sorte, desde que haja um rigor adequado, para a compreensão deste e de outros temas.

A criação do mundo, como obra divina, seguiu os preceitos da mais alta ordem? Daquilo que é perfeito, pode-se esperar outra coisa senão a própria perfeição? Eis como exemplo alguns problemas fundamentais da teologia e da filosofia, sobretudo,

26 Cardoso, 2011, p. 7. “O traço mais característico do sistema leibniziano reside porventura no significado que aí é reconhecido à comunicação. Trata-se de uma noção nuclear, que assume diferentes modos, graus e, inclusive, sentidos. Como procurarei mostrar, esses vários sentidos – metafísico, moral, jurídico, histórico-antropológico – fazem sistema e, mais, encontram o seu máximo de intensidade e vigor na fase monadológica, aquela que justamente é a expressão culminante do Leibnizianismo.”

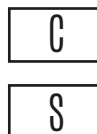
27 Conceito pesquisado e aprofundado partindo de Leibniz em “LACERDA, Tessa Moura. **A expressão em Leibniz**. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

28 GP II, 534” E, assim, pode-se dizer que tudo o que existe é possível, a saber, portanto se funda em uma entidade necessária existente em ato, sem a qual não há como o possível alcançar o ato.”Tradução nossa.

29 Oliva (2015) em seu ‘Existência e eternidade em Leibniz e Espinosa’ reforça o vínculo entre Leibniz e Aristóteles em alguns tópicos de lógica e metafísica. P. 35-36.

30 Agostinho, *As Confissões*, p. 74, 144, 153, 330

31 Aquino, *Comentário ao De Anima de Aristóteles*, p.52, 79, 89 e 98.



aqueles enfrentados pela Teodiceia leibniziana. Se existe uma expectativa da criação e de suas possibilidades, obviamente implicaria responsabilidade ao criador em todas as suas acepções. De suas obras e como estas se apresentam para a intuição podem ser inferidas as qualidades que delineiam o significado dessa questão. Esse é um problema que Espinosa percebeu e procurou desvencilhar-se com sua filosofia. No entanto, não há como desvincular um ou outro nesse processo. Esse é o terreno fértil não só da impiedade, mas da própria ciência que vai avançar sobre todos os terrenos do saber. Por conseguinte, Leibniz opera uma metamorfose fundamental no que podemos estabelecer como a ideia de Natureza.

Mesmo vinculados a uma causa geral e plena - neste caso, o plano divino -, é nas particularidades que a obra de Deus pode ser de fato vislumbrada. Não há outro caminho para se compreender esse problema senão pela própria singularidade dos seres. Em sua acepção mais tradicional, a singularidade é a mesma defendida por Aristóteles, em que "o ser se diz de muitos modos"³². O que podemos constatar na Natureza: inúmeras percepções, apercepções e causas. Uma que se repete constantemente, da qual podemos inferir leis e fundar as ciências, sejam indutivas ou dedutivas; outras, por sua vez, captadas uma única vez, sem nova aparição. Uma existência que permanece na memória ou na imagem pela qual se constituiu no instante de seu fenecimento. Leibniz conhece bem esta dificuldade.

Defender a perfeição divina não é uma tarefa das mais fáceis. Por essa razão, ele promove uma separação entre o projeto e a obra. O projeto, em sua *divina intelligentia et mente continentur*, com certeza, não temos acesso, afinal de contas, somos apenas singularidades ou mônadas. No entanto, só podemos nos reportar à obra, à sua plena existência, na sua aparição e seus modos de apresentação. Essa separação fundamental ocorre em plena revolução científica, no auge da mudança de eixo de nossa tábua de referências para pensarmos o mundo.

O 'Diálogo entre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicano' descreve esta relação que avança de forma otimista em direção à fusão entre Deus e o mundo. "(...) Aristóteles prova a integridade e a perfeição do mundo ao mostrar-me que ele não é uma simples linha nem uma superfície pura, mas um corpo composto de comprimento, largura e profundidade."³³ Desta forma, o mundo é "um corpo dotado de todas as dimensões e, por isso mesmo, perfeitíssimo; e acrescento que como tal é necessariamente ordenadíssimo."³⁴ Ordem e perfeição são os pressupostos metafísicos para, inclusive, determinar as novas leis do universo.

³² Aristóteles, *Metafísica*, Livro Z.

³³ Galileu, *Diálogo*, p. 89.

³⁴ Galileu, *Diálogo*, p.99.

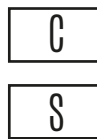
Afinal de contas, a complexidade de uma elipse, que contém, ao mesmo tempo, o movimento retilíneo e o movimento circular, pode, em um primeiro momento, fazer com que nos entreguemos sem reflexão a um comportamento com tal complexidade. Não obstante, mais um ponto para o placar do projeto do universo. Sem a elipse, não seria possível explicar a dinâmica e animação dos planetas em nosso sistema solar. Sua descoberta e uso como o *modus operandi* de nossa galáxia deixa-nos bem próximos de conceber o universo pela via da matemática e da geometria.

Ora, parece que o criador é mais criativo do que se imaginara, além de ser mais fecundo do que se poderia especular. Deus deixa de legislar apenas para a Terra e determina os caminhos de todo universo. Isto se torna deveras evidente, sobretudo com o uso do telescópio. A combinação entre os sentidos e a razão direcionada ao cosmos e ao eu (*moi*) trouxe à tona uma quantidade ainda maior de ordem e perfeição. Há mais 'mundos' para se organizar e determinar do que outrora. Não obstante, Deus segue a mesma proporção de magnitude e incomensurabilidade. A razão torna-se instância incompatível com Deus e seu método autárquico? Pelo contrário, confirma o divino em sua riqueza de ordens, séries e *logos*; demonstra, literalmente, que Deus pode mais, exigindo um novo acesso e dando um passo importante para tornar-se menos restrito e mais universal.

Neste sentido, podemos afirmar que as ciências e seus avanços moldaram a face divina para sempre, iluminando a sua criação e confirmando o seu poder. A famosa inserção de Alexander Pope nos mostra que "as leis da natureza ocultavam-se nas trevas: Deus disse, Faça-se Newton!, e tudo se fez luz." Ora, podemos admitir que Leibniz foi outra luz divina. Também Huygens, Descartes, Kepler, Galileu, Espinosa, Bayle, entre outros. Eis que a natureza se apresenta em plena fecundidade e absoluta riqueza. "(...) *convém observar que existem na natureza numerosas perfeições, completamente diversas, que Deus a possui todas de uma vez e que cada uma lhe pertence no mais alto grau.*"³⁵ De certa forma, essa ideia já adianta em muito o futuro filosófico do pensamento leibniziano. Vejam de quantas coisas belas a natureza é feita! A cúpula da Basílica de São Pedro no Vaticano pode representar com bastante propriedade, através da arquitetura, que Deus se aproxima e muito de um artista. Como um legítimo *opifex rerum*, Deus desencadeou uma infinidade de entes em sua criação que se destacam em sua simplicidade, mas que também são fundamentais na medida em que compõem outras entidades e organismos mais complexos. É necessário, para Leibniz, considerar em todos os aspectos as consequências de se defender a Deus como um ente absolutamente perfeito.

A variedade e a complexidade não são traços da desordem ou do caos; pelo contrário, são vestígios claros de que a mente divina e seus planos são para nós o mais

35 Leibniz, GP, 427.



próximo possível que, no entanto, permanecem em sua profundidade, ainda muito distantes. A obra arquitetônica revela em suas linhas geométricas figuras que não se repetem em outros lugares, tendo por aparição uma única vez. A diversidade, que não se mostra outra vez a não ser no momento de sua existência efêmera, funde-se à geometria do mundo, misturando o que vem a ser do universo da ordem, com o que, à primeira vista, não pode ser apreendido, a não ser por si mesmo. Deus não se manifesta apenas nas linhas, como procura demonstrar a matemática dos modernos; mas, sem rodeios, nas entrelinhas, em que pode exibir com mais propriedades a sua criação, demonstrando que o modelo é diverso e que cada indivíduo nada mais é do que um traço fundamental de sua perfeição. Não há assim, uma perfeição apenas. Um modelo absoluto só pode se dar na perfeição refletida em cada ente existente, se alastrando em cada ser-no-mundo como um produto feito à sua maneira, do próprio molde.

Portanto, a perfeição divina em Leibniz manifesta-se na seguinte formulação: o ser é simples, porém, complexo. *“Eu chamo a perfeição de qualquer qualidade simples que seja positiva e absoluta, isto é, que expresse algo e o expresse sem limite.”*³⁶ São as qualidades de delineiam os seres, que são marcados e só têm existência por terem seu ponto de partida de algo que também existe. Por isso *“(...) o Ser mais perfeito ou máximo contém todas as perfeições, portanto também a existência, que é certamente uma das perfeições, pois é mais ou melhor existir do que não existir.”*³⁷ O grande problema filosófico paira na existência e seus modos; por isso as substâncias ou mônadas são dotadas de percepções e apetites (no mínimo), como o *modus* de coexistir com os outros seres, afinal, *“existe uma razão na natureza para que algo exista ao invés de nada.”*³⁸

RATIO

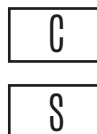
O conceito de razão (*ratio*) em Leibniz e suas ocorrências em suas obras são muito ricos e complexos. São nuances dessa ideia, que por vezes aparecem longamente discutidos e tratados (vide os ‘Novos Ensaio’ ou a ‘Teodicéia’) e outras vezes aparecem rapidamente, mas com algum impacto (vide as correspondências e opúsculos, em especial a ‘Monadologia’). No texto de 1673, ‘A profissão de fé do filósofo’, Leibniz sinaliza (tendo em vista que esse texto está contido em seus primeiros escritos) sua noção de razão que irá se mostrar mais tarde como ‘razão aberta’³⁹. Ele escreve que:

³⁶ Leibniz, GP, 271.

³⁷ *Idem*, GP, 359.

³⁸ *Idem*, GP, 533.

³⁹ Defendemos essa posição no texto ‘Dos conceitos de certeza e a lógica de probabilidade - a crítica ao estado hobbesiano e o ensejo para a possibilidade de uma filosofia política em Leibniz’, em que Leibniz compara sua noção de razão com a de Hobbes, in:



(...)toda razão, proporção, analogia, proporcionalidade, não deriva da vontade, mas da natureza de Deus ou, o que é o mesmo, da idéia das coisas.(...) e isso ocorre com razão ou proporcionalidade, também deve ocorrer, portanto, com harmonia e discordância. Pois eles consistem na razão entre identidade e diversidade, uma vez que harmonia é unidade na multiplicidade e é máxima na maior multiplicidade; e especialmente, quando alguns elementos aparentemente desordenados são subitamente reduzidos por uma certa razão admirável à mais alta ordem.⁴⁰

Independente do grau de complexidade da realidade, que manifesta sempre a riqueza divina e sua variedade, há sempre um movimento da razão que busca aprendê-la e ordená-la. Leibniz sistematiza essa dinâmica da racionalidade na 'Monadologia'⁴¹ e nos 'Princípios da Natureza e da Graça fundados na Razão'⁴², em que demonstra as condições pelas quais as substâncias, singularidades, indivíduos ou mônadas se relacionam com o mundo. Por esse motivo, a razão em Leibniz deve ser pensada sempre como relação que constitui o modo como cada partícula estabelece o seu sentido para o mundo, ou o seu princípio de razão suficiente. Que as mônadas não tenham janelas⁴³, isso não significa que estas não possuam relação com o mundo. Pelo contrário, a questão é que esta é uma relação condicionada pelos limites de cada ser e não pode transpor, de forma alguma, o que lhes caracteriza ontologicamente como existentes.

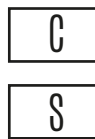
Por isso, é necessário que as mônadas sejam perfeitas, pois, de outro modo, não haveria qualquer conformidade destas com o mundo. E mais: a razão amplia essa perfeição na medida em que apreende outros aspectos da realidade, aumentando os graus de atualização do mundo. Só é possível aperceber do simples, ou de uma ideia clara e distinta, com as condições pelas quais a razão nos permite. O mundo existente não se torna apenas aquilo que eu penso; mas a forma que eu penso, tendo em vista os limites necessários da minha atuação racional no mundo. Se a pedra é marcada ontologicamente pela sua razão suficiente, não há de se esperar outra coisa daí que não seja a sua extensão; o animal em sua ontologia, não há outra expectativa para além de sua volição; o homem e sua racionalidade, além de sermos extensão e vontade, ainda somos partícipes de uma razão universal. Essa última corresponderia à nossa plena condição de atuação no mundo, mesmo em suas delimitações.

40 GP, I, 42.

41 GP, VI, 609, § 8, 11 e 16.

42 GP, VI, 602, § 3, 4 e 7.

43 GP, VI, 608, § 6.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade dos temas e noções apresentados neste escrito é a possibilidade de demonstrar não apenas a condição inacabada e provisória da filosofia, mas também das ciências, e, de um modo geral, do conhecimento. Leibniz amplia a noção de perfeição e, de certa forma, adequa a uma proposta de realidade dos seres. Se a existência corresponde, do ponto de vista da moralidade, algo bem melhor do que a não existência, essa condição não encerra qualquer explicação acerca das razões pelas quais os seres encontram-se aí e não o contrário. No entanto, essa é uma tentativa de enfrentarmos uma discussão sobre as estruturas do mundo e seu funcionamento, de modo geral e específico. Se a perfeição busca adequar-se ao mundo, o mesmo ocorre com a racionalidade que temos disponível.

Leibniz, contra Descartes, sustenta que há, sim, um modelo de explicação do mundo (uma ordem racional *a priori*, bem como os critérios divinos da criação que repercutem na forma de apresentação dos seres), mas que esse pensamento também sofre modificações na medida em que as estruturas do mundo avançam em fenômenos ou conhecimento. Essa é, em grande medida, a concepção de conhecimento forjada em sua filosofia, que avança no racionalismo, mas que considera a importância de pontos essenciais do empirismo, tal qual a própria noção de percepção. Por isso, essa é uma gnosiologia dinâmica, que reflete e se entroniza com o *modus* de existência dos seres em geral.

De outra forma, não nos seria possível conhecer qualquer coisa que fosse. Mas, por enquanto, uma das grandes lições de sua filosofia instaura-se na proposta de não haver outra possibilidade para o conhecimento que não seja na medida das condições humanas. De certa forma, perfeição e razão são a síntese desse processo. Ressaltamos que essa não é uma apologia de um relativismo radical ou mesmo a defesa daquele adágio grego que defende a ideia atribuída a Protágoras, que afirma '*o homem como medida de todas as coisas, tanto daquelas que são, quanto daquelas que não são*'. Em Leibniz, o limite existe e encontra-se na relação, que não é apenas entre homem e Deus ou Natureza, mas também entre homem-homem. Fora desse espectro, nos resta flertar com a fantasia, o delírio e a ignorância.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1955.

AQUINO, Tomas de. **Comentário ao Sobre a interpretação de Aristóteles**. Tradução de Bernardo Veiga e Paulo Faintanin. Vide Editorial, Portugal, 2017.

C

S

CARDOSO, Adelino. **Metafísica leibniziana da comunicação: o paradigma monadológico**. *Philosophica* 37, (2011), 7-23.

GALILEI, G. **Diálogo sobre os dois máximos sistemas de mundo: do mundo ptolomaico e do mundo copernicano**. Tradução, Introdução e Notas de Pablo Cubén Mariconda, 2ª Ed, Discurso Editorial/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2004.

BONNEAU, Cristiano. **Dos conceitos de certeza e a lógica de probabilidade - a crítica ao estado hobbesiano e o ensejo para a possibilidade de uma filosofia política em Leibniz**. *Aufklärung* : Revista de Filosofia, UFPB, 2018.

LACERDA, Tessa Moura. **A política da Metafísica: Teoria e Prática em Leibniz**. Associação Editorial Humanitas, São Paulo, 2005.

LACERDA, Tessa Moura. **A expressão em Leibniz**. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.8.2006.tde-30012008-112330. Acesso em: 2020-03-22

OLIVA, Luís César Guimaraes. **Existência e eternidade em Leibniz e Espinosa**. São Paulo: Discurso Editorial, 2016.

LEIBNIZ, G.W. **Sistema novo da natureza e da comunicação das substâncias e outros textos**. Tradução de Edgar Marques, Belo Horizonte -MG, Editora UFMG. 2002.

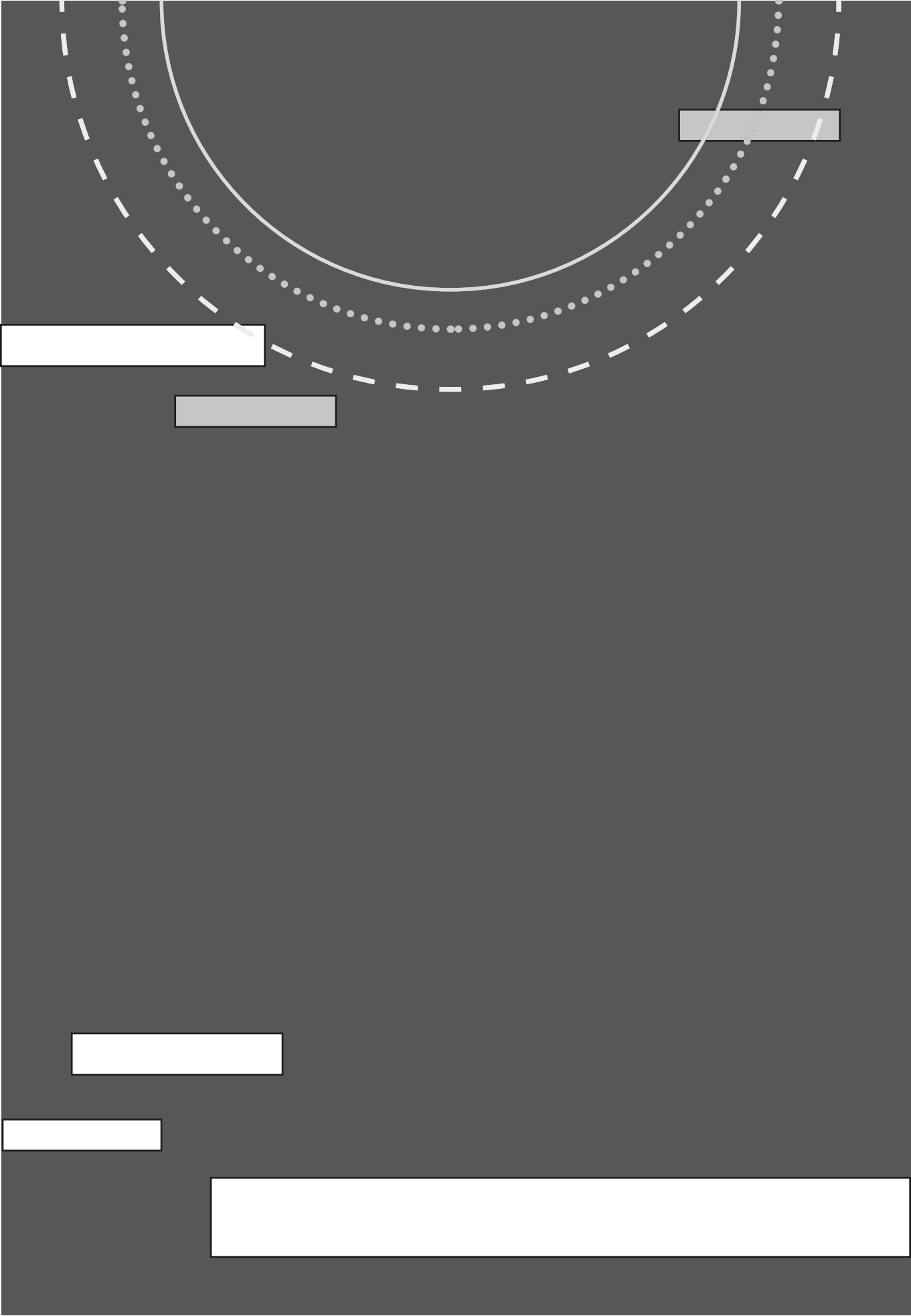
LEIBNIZ, G.W. **Ensaio de Teodicéia**. Sobre a bondade de Deus, a liberdade dos homens e a origem do Mal. Tradução, Introdução e notas de William de Siqueira Piauú e Juliana Cecci da Silva. Editora Estação Liberdade São Paulo, 2013.

LEIBNIZ, G.W. **Novos Ensaio Sobre o Entendimento Humano**. Tradução de Antonio Borges Coelho. Lisboa, Portugal. Editorial Gleba Ltda. Livros Novo Horizonte.

LEIBNIZ, G.W. **Die philosophischen Schriften**. Ed. C I. Gerhardt, 7 vols., Berlim, Halle: 1949-63.

LEIBNIZ, G.W. **Escritos Filosóficos**. Tradução de Roberto Torretti, Tomás E. Zwanck e Ezequiel de Olaso. Buenos Aires: Editorial Charcas, 1982.

LEIBNIZ, G.W. **Reflexões sobre a obra que o Sr. Hobbes publicou em inglês, sobre a liberdade, a necessidade e o acaso**. Tradução e notas: William de Siqueira Piauú e Juliana Cecci Silva. *Revista Transformação*, São Paulo, 30(2): 261-272, 2007





DE BAUDELAIRE A VALÉRY

POETAS DA MODERNIDADE⁴⁴

Olavo Barreto de Souza⁴⁵

Rivânia Maria da Silva⁴⁶

Robson Nascimento da Silva⁴⁷

INTRODUÇÃO

Dentre os autores líricos que imprimiram um direcionamento na lírica ocidental do século XX, figuram Charles Baudelaire e Paul Valéry, expoentes do que pode ser considerado o núcleo constituinte da produção poética no período modernista, pois seus nomes, e principalmente suas práxis poéticas, tornaram-se referência para os demais autores no transcorrer do tempo.

Nesse sentido, o presente estudo pretende lançar um olhar sobre o fazer poético dos mencionados autores, com o intuito de perceber algumas nuances norteadoras no delineamento de uma poesia que, de certa forma, apresenta-se como fundadora de um novo estilo, característico da modernidade, esta que se instaurou no período a partir do final do século XIX e início do século XX.

Desta forma, em busca de um fio condutor que nos ajude a melhor compreender o emaranhado de sentidos e propostas que cercam a tessitura poética de Baudelaire e de Valéry, priorizamos em abordar, num primeiro momento, no tópico “Baudelaire e *Les Fleurs du Mal*”, o modo melancólico com que o poeta percebe as transfigurações dos espaços em seu tempo, observando as mudanças provenientes da crescente industrialização,

44 Este texto corresponde a resultado de estudo realizado no âmbito do Laboratório de Estudos de Poesia (LEP), do Campus IV, da Universidade Federal da Paraíba, durante o ano de 2019.

45 Doutorando em Letras. Membro do “Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos de Poesia”. Email: olavo.barreto@live.com.

46 Mestranda em Letras. Membro do “Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos de Poesia”. Email: rivianiness@gmail.com.

47 Mestrando em Letras. Membro do “Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos de Poesia”. Email: rob.nac.rs@gmail.com.

estas que, conseqüentemente, influenciaram nos hábitos do homem moderno ao se tornarem autômatos. Assim, para embasar a discussão sobre Baudelaire, como poeta-observador e alegórico, serão utilizadas algumas considerações norteadoras de Walter Benjamin (1989) e Michael Hamburger (2007).

Já a segunda parte de nossa pesquisa, o foco estará voltado para a realização de uma breve leitura sobre a obra *O cemitério marinho*, de Paul Valéry, com o objetivo de observar, numa perspectiva geral, as características temáticas e formais que envolvem o livro, contemplando breves considerações sobre o significado dos aspectos estéticos realizados no texto. Tendo como premissa o ideário valeryano que apresenta a poesia e a matemática – um polo de intensa criatividade e outro de expressão estritamente exata -, verificamos sumariamente tais considerações, apontando algumas informações introdutórias sobre esse extenso poema.

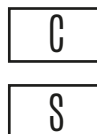
Assim sendo, com este trabalho almejamos oferecer ao leitor uma breve fotografia da poesia moderna, especificamente a partir dos poetas franceses que foram expoentes no desenvolvimento de uma nova abordagem da lírica, e que, historicamente, tiveram Baudelaire como figura inicial desse cenário inovador, passando por Rimbaud e Mallarmé, até Valéry, roteiro este em que a poesia tomou novas formas consoantes ao auge da modernidade, e influenciou as vanguardas do século XX, tais como o Expressionismo, Futurismo, Cubismo e Surrealismo.

BAUDELAIRE E LES FLEURS DU MAL

Baudelaire sempre usufruiu do título de pai da poesia moderna, não só pela qualidade estética e inovações literárias, mas também por apresentar uma proposta temática que elevou suas produções e afirmou-as como modelo para os poetas seguintes, acima de tudo com a publicação de *Les Fleurs du Mal* (1857), livro que até os dias atuais ainda é uma referência consagrada no que tange à poesia moderna.

O olhar para a cidade, em especial a metrópole Paris, adquire na poesia de Baudelaire um espaço de destaque e dissonâncias: de um lado a cidade, do outro a transfiguração dessa cidade. Ocorre na poesia do poeta francês uma chave que percebe, como nenhum homem do seu século havia compreendido ainda, uma conjectura que transfigurou os ambientes em sua volta, e, por conseguinte, afetou os homens.

Vejamos, como ponto de partida para tomar nota sobre essas considerações, a hipótese levantada por Walter Benjamin em seu texto “Sobre alguns temas em Baudelaire” referente à importância do poeta francês não só para a poesia, mas também como representação de uma época. Contudo, notemos que o conceito de modernidade para o ensaísta alemão é norteado por algumas implicações, as quais se baseiam na conjectura que liga o homem com o mundo, como podemos observar no poema “Le Cygne”:



Paris muda! mas nada em minha nostalgia
Mudou! novos palácios, andaimes, lajedos,
Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria,
E essas lembranças pesam
mais do que rochedos.

(BAUDELAIRE, 2016, p. 311).

O olhar para a cidade, Paris, é nítido em grande parte da sua obra poética, e, neste sentido, Benjamin vai elegê-lo como o grande poeta da modernidade, o qual conseguiu captar as mudanças que estavam ocorrendo em sua metrópole.

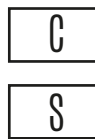
Os versos do poema “Le Cygne” (“Paris muda! mas nada em minha nostalgia/ Mudou! [...]”) não apenas confirmam o olhar melancólico do eu lírico para a cidade, mas também corroboram a ideia de desencanto com estas novas mudanças. Paris muda, enquanto o poeta da cidade sofre com as suas lembranças. Por sinal, segundo Benjamin, este aspecto pessimista está presente de maneira recorrente na lírica moderna – como foi o caso de Baudelaire.

Neste panorama, observa-se que Benjamin atribuiu um caráter decisivo para a lírica baudelairiana: o sujeito lírico em suas especificidades na poesia de Baudelaire é um sujeito observador, que vê e sofre pela transfiguração dos seus espaços – isto é o que há de mais moderno em sua poesia, e que elevou suas produções a um patamar que o colocou como representação de uma época.

Benjamin discute estas ideias em Baudelaire a partir das suas análises em torno de dois conceitos-chave em suas considerações: vivência (individual) e experiência (coletiva). Estas considerações são relevantes porque configuram um norte para compreensão da hipótese levantada pelo crítico.

A propósito, notemos que no ensaio *Experiência e pobreza* (1933) e *O Narrador* (1936) esses termos também são relevantes, pois ali Benjamin discorre como a sociedade começou a retrair as suas experiências, e, por conseguinte, a sua relação com o ambiente em sua volta. A tese do ensaísta alemão, no que tange a esses conceitos, é fundamental para a compreensão, a seguir, das suas considerações referentes à modernidade e, também, no que se refere ao eu lírico baudelairiano.

Segundo Benjamin: “Onde há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo”. (BENJAMIN, 1989, p. 107). E, segundo o crítico, é exatamente isto que ocorre em grande parte dos poemas de Baudelaire, nos quais a memória se configura como um dos temas recorrentes em suas obras, conforme percebemos no poema “Le Cygne”.



Por sua vez, a crítica de Benjamin em torno de Baudelaire se destaca como uma das mais relevantes, uma vez que atribuiu ao eu lírico baudelaireano uma função que vai além de uma mera representação na poesia da sua época, mas expõe um sujeito observador da cidade, que vivenciou de perto a sua transfiguração, motivo pelo qual, por conseguinte, leva a tomar Baudelaire como um poeta transcendente.

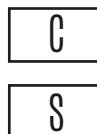
Muito se discute, perante as leituras críticas sobre Baudelaire, essa transcendência do poeta referente à época moderna, como é o caso, por exemplo, do crítico Hamburger (2007), em seu livro *A verdade da Poesia*, ao mencionar a falta de compreensão da crítica e dos leitores da época sobre *Les Fleurs du Mal*. O crítico britânico não só chamou a atenção para estes aspectos, como também ao fato de que Baudelaire escreveu para os que ainda não haviam nascido: “[...] Escrever para os que não haviam nascido era o mesmo que escrever para os mortos [...] Com toda sinceridade, Baudelaire poderia afirmar que se contentava em escrever para os mortos”. (HAMBURGER, 2007, p.12).

Para Hamburger, que em seu livro propõe uma reflexão acionada pela pergunta “O que torna moderna a ‘poesia moderna’?” (HAMBURGER, 2007, p.7), Baudelaire não era um poeta simbolista, mas sim um poeta alegórico. É essa mesma alegoria que vai acarretar em *Les Fleurs du Mal* tensões mal resolvidas perante a crítica. Neste panorama, a reflexão final do crítico britânico no que tange aos poetas modernos afirma, acima de tudo, a linguagem poética como realização de um “feito”, pois, segundo o crítico

O objetivo dos poetas, pois, é, “dizer a verdade”, mas de maneiras necessariamente complicadas pelo “paradoxo da palavra humana”. A partir de Baudelaire (e muitos antes de Baudelaire), os poetas se bateram sem cessar com esse paradoxo fundamental; e uma vez que a escrita da poesia é um “feito” – um processo de exploração e descoberta – as verdades ditas são de um tipo especial. (HAMBURGER, 2007, p. 56).

Nessa perspectiva, podemos refletir sobre o que seria essa “verdade da poesia” – expressão essa que dá origem ao título do livro do Hamburger. Pois bem, em um sentido amplo, e utilizando as palavras do autor: “A verdade da poesia, e da poesia moderna, especialmente, deve ser encontrada não apenas em suas afirmações diretas, mas em suas dificuldades peculiares, atalhos, silêncios, hiatos e fusões.” (HAMBURGER, 2007, p. 61). Em outras palavras, “a verdade da poesia” encontra-se, acima de tudo, em seus “conflitos” e, sem dúvida, a poesia e os poetas modernos são norteados por desordens – sejam elas problemas de forma, de linguagem, ou, até mesmo, uso peculiar de uma intenção.

Neste sentido, se pensarmos aqui em uma possível definição para a poesia moderna – se é que existe uma definição precisa que consiga englobar toda perspectiva que envolve a poesia moderna; apreende-se, então, uma discussão em torno da linguagem e temática. Não é na forma que Baudelaire expressou o que há de mais moderno em sua



poesia, mas sim nos temas e, por conseguinte, como ele representou, linguisticamente, estes desdobramentos temáticos.

Baudelaire, por sinal, soube acionar estes feitos poéticos a seu favor, em que o seu uso “alegórico”, como bem enfatizou Michael Hamburger, surge como uma expressão máxima de um poeta moderno. Não apenas em sua percepção da modernidade, mas também na representação de uma ação que ainda não havia sido concretizada na Europa.

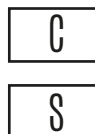
É esta mesma ação que vai elevar Baudelaire e suas *Flores do mal*, como expressão da modernidade, pois o seu olhar pioneiro para a cidade, como pudemos perceber nas ideias levantadas por Benjamin, fez com que o moderno causasse certo desconforto no leitor. Por sinal, a recepção deste livro gerou, em sua época, uma desordem na tão acomodada crítica literária, a qual fez surgir o conceito de modernidade.

Notemos, então, que com Baudelaire a poesia lírica moderna não apenas ganhou outra face, mas também serviu, como discutido anteriormente, como protótipo para os poetas posteriores. *As Flores do Mal* possuem, em suas especificidades, o que há de mais moderno na poesia lírica do seu século. O sujeito lírico em Baudelaire não é só um sujeito observador, como bem levantou Benjamin; nem alegórico, questão essa levantada por Hamburger; mas sim, a junção de tais preceitos, aglutinados a uma visão melancólica referente aos espaços urbanos da metrópole – e isto é o que há de mais moderno na poesia de Baudelaire.

UMA BREVE LEITURA DE O CEMITÉRIO MARINHO, DE PAUL VALÉRY

Se Baudelaire imprime um modelo inicial à poesia moderna, em Paul Valéry esta toma um viés que terá grande ressonância no século XX. A singularidade da poética valéryana está centrada no modo de articular o projeto estético efetuado nos poemas com o construto teórico emergente de sua crítica. Sendo poeta e, ao mesmo tempo, crítico literário, o exercício da construção do poema, suas modulações de linguagem e o desenvolvimento da estesia característica da lírica passam pelo crivo do exigente e complexo trabalho com texto - medido, executado, fazendo um eixo perpendicular entre a sinuosidade do verbo poético e a fixação retilínea de sua materialidade com alto grau de significado.

Alguns elementos biográficos de Paul Valéry merecem destaque para elucidar determinados pontos sobre sua proposição poética. Primeiramente, deve-se verificar que o autor possuiu formação na área das ciências humanas, pois se graduou em Direito na Universidade de Montpellier, na França, mas nesse mesmo local de formação teve



interesse pela Matemática, Arquitetura e, certamente, Poesia. Sua estadia universitária que conjuga tanto a reflexão do espírito quanto a rigurosidade das ciências exatas reflete no desenvolvimento de sua produção poética - propiciando uma reflexão arguta, complexa e profundamente trabalhada.

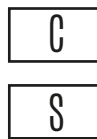
O verbete sobre o autor, feito por Gibson (2019), constado na *Enciclopédia Britannica*, revela sua prática de escrita: todos os dias o poeta se levantava cedo para meditar sobre o método científico, a consciência da natureza da linguagem, fazendo registros dessas meditações, algo que posteriormente deu origem à obra *Charmes* (1922), que reúne grande parte do material ensaístico desse autor. Diante disso, observa-se a demanda inscrita na práxis desse poeta: um sujeito que tem escrutínio do que constrói, estando, com veemência, preocupado com o modo de se efetuar a poesia, seja através da materialidade do texto ou na constituição do discurso ensaístico sobre o gênero.

Otto Maria Carpeaux, tratando da obra desse poeta, resume: “Valéry, porém, pretende transformar a língua em rede de fórmulas matemáticas, língua pura assim como é puro um desenho geométrico” (CARPEAUX, 1991, p. 2311). Encontramos aqui uma síntese do pensamento e da poesia desse escritor – associar ao poema, à instância primeira, de gênese, acertadamente construída e verificada nos trâmites da palavra, a uma confabulação entre a poesia e certa espécie de exatidão matemática.

Na plêiade de obras do poeta, destaca-se *O cemitério marinho*. Publicado inicialmente em 1920, o poema consta de 24 estrofes, totalizando 149 versos, divididos em sextetos. Sendo um texto originalmente escrito em francês, as peculiaridades rítmicas variam conforme a tradução. E sobre ela encontramos 07 versões em língua portuguesa do poema: Darcy Damasceno (1949); Jorge Wanderley (1974); Edmundo Vasconcelos (1982); Bruno Tolentino (2001); Eric Ponty (2009); José André Gonzáles (2018); e Eduardo Campos Valadares (2019). Isso vale dizer que há um prestígio e, ao mesmo tempo, um problema de sentido instaurado sobre esse poema. Pode-se dizer que a motivação possível para tantas traduções se deve ao teor construtivo que está inscrito na *poiesis* de Valéry: a recursividade do trabalho com a linguagem. Assim, a complexidade do texto levou vários autores a propor sua versão do poema.

Quanto aos aspectos internos do poema, temos um eu lírico que trata da reflexão sobre o tempo, o ser, a linguagem, traduzindo suas percepções com imagens que remetem ao espaço do cemitério, do mar, balizando isso com referências míticas diversas. Dada a extensão do poema, não propomos aqui uma averiguação pormenorizada de suas estrofes. Centraremos em questões gerais apontadas em nossas discussões em Grupo de Pesquisa.

Diante disso, é importante frisar que já existem estudos que se debruçaram com mais afinco sobre esse poema. É o caso do ensaio de João Alexandre Barbosa (2009), que trata da tradução feita por Jorge Wanderley, balizando informações sobre a gênese do trabalho de construção do poema, e breves considerações sobre sua estruturação



e significado. Outro texto importante é o de Maria Luiza Ramos (2000), que apresenta uma abordagem psicanalítica sobre o texto. Além disso, a edição crítica do poema preparada por Edmundo Vasconcelos (1982), que tem o esmero de comentar cada uma das estrofes, apresentando ainda um ensaio sobre as tramas da tradução, a história da recepção crítica do poema, dentre outros pormenores da obra de Valéry.

Uma primeira atitude diante de um texto denso como *O Cemitério marinho* é a tentativa de segmentar sua estruturação geral. Seguindo nossa leitura, podemos dizer que a primeira parte do texto apresenta o cenário do cemitério suspenso sobre o mar. Na busca de elucidar essa imagem, percebemos que sua criação fora motivada pela própria vivência do poeta em sua cidade natal, Sète, na França, cujo cemitério está localizado numa colina, tendo o mar como parte da paisagem. Ao decorrer do texto, o mar, o tempo, a racionalidade representada pelo sol, em diálogo com sonho, o onírico, figuram a reflexão que empreende o exato com o flexíloquo.

A primeira estrofe, na nossa leitura, é a que sintetiza o projeto estético do poema:

Esse tento tranquilo, onde andam pombas,
Fremem em tumbas e pinhos, quando tomba
Pleno o Meio-Dia e cria abrasado,
O mar, o mar, sempre recomeçado!
Ó recompensa, após o ter pensado,
O olhar à paz dos deuses, prolongado!
(VALÉRY, 1984, p. 25).

Sumariamente, encontramos nesses versos a relação entre o “Meio-Dia”, algo fixo, que cria o “mar”, termo em epizeuxe no verso 4, que referenda tanto a recursividade do trabalho poético, quando o movimento do mar. Além disso, as imagens que remetem ao cemitério, como a “tumba”, visitada por “pombas”, se efetuam num paradoxo entre a inércia do local de depósito do defunto com a liberdade, a vivacidade, do pássaro. Esses pares, visualizados principalmente na primeira estrofe, funcionam como motivos condutores em todo o texto.

Por fim, ao longo do poema vamos perceber uma estruturação que aponta, em nossa leitura, para o eu do poeta. Num primeiro momento, teremos a representação do ser imóvel, algo caracterizado pelas imagens do cemitério. Depois, encontraremos um apontamento para a mobilidade do ser e sua efemeridade. Após, o poema continua com reflexões sobre a imortalidade como ilusória. E, por fim, o estar vivo do poeta, seu movimento no presente.

C
S

Um elemento importante a ser destacado sobre esse texto é seu modo dizer, poeticamente. Barbosa (2009, p. 83), ao comentar sobre o movimento de linguagem operado nessa obra, declara: “[...] o poema não só *constrói* a sua teia mais ainda *destrói* a possibilidade do absoluto” (grifos do autor). Associando o dizer ao movimento de linguagem, temos a ação de um fazer – a poesia em curso, a produtividade do texto que tece a rede de significações. As imagens justapostas, surgidas ao longo do poema – cemitério e mar, absoluto e relativo, silêncio e palavra – dialogam para expressar a tensão do construto poético. Valéry tem em vista a operação de uma arquitetura que mede a confluência entre o relativo em relação ao absoluto: um mar, dinâmico por natureza, e um cemitério, o estático finalizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste estudo buscaram oferecer um panorama em relação à produção da lírica moderna, esta que teve o seu início na França, com Baudelaire, após passar por autores como Rimbaud e Mallarmé, os quais também serviram de inspiração para a criação de um novo cenário poético.

No entanto, para efeito de síntese, nossa preferência de recorte para esse estudo centrou-se nos poetas Baudelaire e Valéry, pelo motivo de o primeiro se apresentar como a figura precursora da “modernidade”, ao passo de o segundo ser inserido na última linhagem de poetas franceses transgressivos do novo século, trazendo uma prática poética rigorosa e precisa, além de bastante original, ao apresentar uma abordagem temática ligada às artes plásticas e à matemática. Mais do que isto, foram evidenciados dois grandes nomes que influenciaram/influenciam de maneira decisiva os poetas das gerações subsequentes, incluindo autores brasileiros de grande impacto no século XX, como João Cabral de Melo Neto e Joaquim Cardozo.

Assim sendo, a partir das considerações realizadas no segundo tópico, é possível notar que Baudelaire foi um dos autores que melhor conseguiu compreender as transformações e características de sua própria época, uma vez que ele, por meio do campo alegórico e através do olhar observador para os espaços na cidade, traduziu para poesia a ideia de modernidade e todas as suas implicações na vida do sujeito.

Já no terceiro momento de nossa discussão, abordamos o poeta Paul Valéry, com a exposição de alguns dados biográficos essenciais para o entendimento de seu fazer poético, além da apresentação das diversas propostas de tradução em língua portuguesa sobre a obra do poeta que fora abordada. No tocante à análise do livro *O cemitério marinho*, dado a longa extensão do poema, procuramos destacar como a primeira estrofe é elucidativa para a leitura geral das demais partes do texto lírico, dado

C

S

que, em nossa perspectiva de análise, é a que sintetiza o projeto estético do poema. Queremos evidenciar, diante da discussão empreendida, que o poema de Valéry aqui explorado demandaria mais linhas para completar uma análise assertiva sobre os construtos imagéticos, formais, dentre outros elementos que focalizam a razão e a criação, no escopo do poema.

Isto posto, mais do que evidenciar dois autores importantes para o desenvolvimento da lírica moderna, o trabalho proposto pelo grupo de pesquisa (Laboratório de Estudos de Poesia – LEP), do qual surgiu este estudo, procurou traçar um roteiro de leitura para as obras tão complexas e multifacetadas como as de Baudelaire e de Valéry, desta maneira, apresentando pontos de vistas que muitas vezes podem passar despercebidos pelo leitor.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, João A. **As Ilusões da Modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Tradução Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENJAMIN, Walter. Sobre Alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge no capitalismo**. Tradução José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GIBSON, Robert Donald Davidson. Paul Valéry. In: **Encyclopædia Britannica**. [2019]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Paul-Valery>. Acesso em: 02/02/2020.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**: volume único. São Paulo: Leya, 1991.

HAMBURGER, Michael. **A verdade da poesia**: tensões na poesia modernista desde Baudelaire. Tradução Alípio Correia de Franco Neto. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

RAMOS, Maria Luiza. Do Édipo ao édito no jogo do significante: uma leitura de “Le cimetière marin”, de Paul Valéry. In: RAMOS, Maria Luiza. **Interfaces**: literatura, mito, inconsciente, cognição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

VALÉRY, Paul. **O cemitério marinho**. Tradução Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Orfeu, 1949.

VALÉRY, Paul. **O cemitério marinho**. 2ª ed. Tradução Jorge Wanderley. São Paulo: Editora Max Limonad LTDA, 1984.

C

S

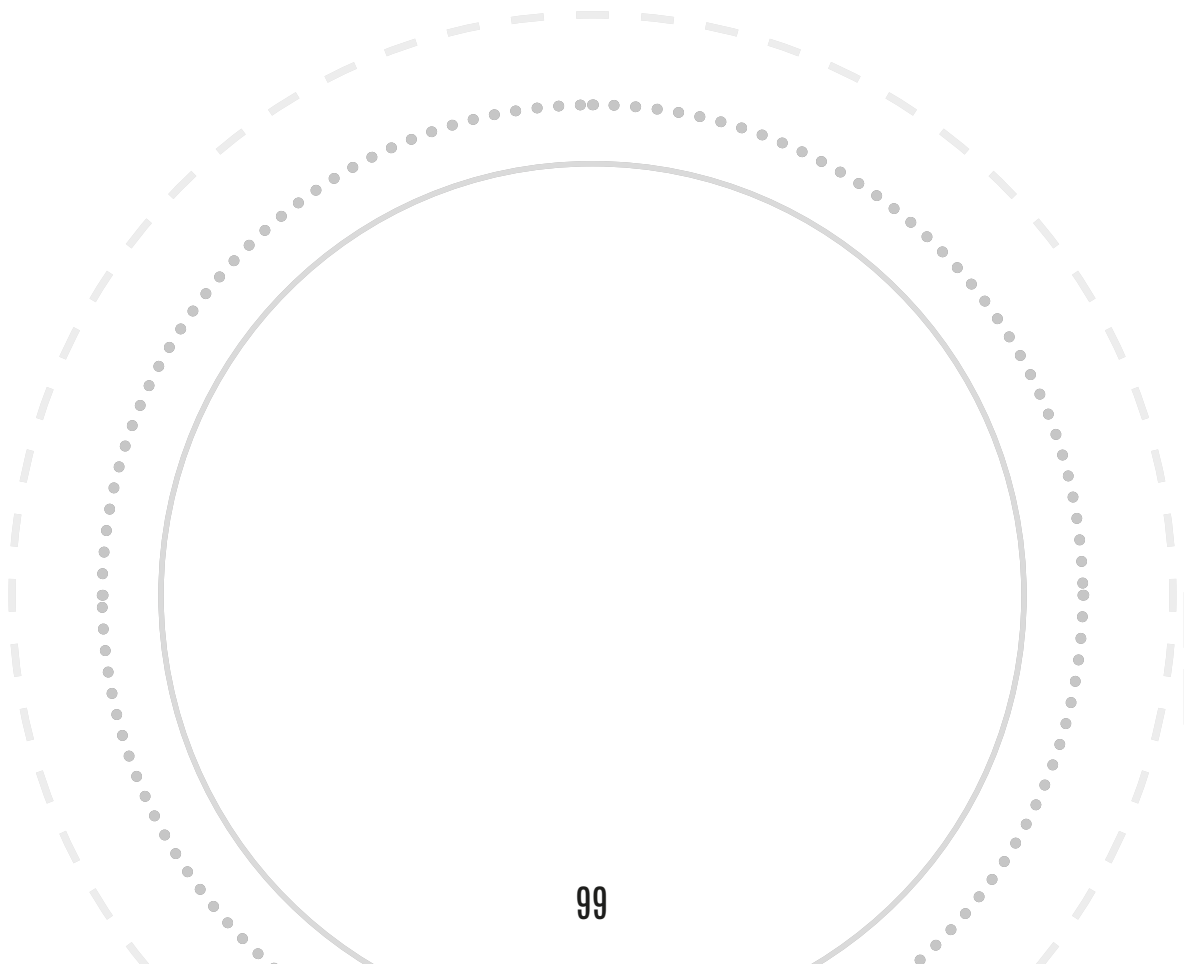
VALÉRY, Paul. O cemitério marinho. In: TOLENTINO, Bruno. **O mundo como ideia**. Rio de Janeiro: Globo livros, 2001.

VALÉRY, Paul. O cemitério marinho. Tradução Eric Ponty. In: **dEsEnrEdoS**. Ano I, n. 03. Teresina, PI, nov-dez, 2009. s/p.

VALÉRY, Paul. **O cemitério marinho**. Tradução Jose André Gonzales. Disponível em <<http://diriramboespoesia.wordpress.com/2018/210/o-cemiterio-marinho>>. Postado em 10 jan 2018. Acesso em 28/08/2019.

VALÉRY, Paul. O cemitério marinho. In: VARÉLY, Paul. **O azul e o mar**: edição bilíngue. Tradução, seleção e apresentação Eduardo Campos Valadares. São Paulo/Minas Gerais: Ateliê Editorial; Editora da UFMG, 2019.

VASCONCELOS, Edmundo. **Cemitério marinho**: tradução e ensaio de interpretação de *Cemitière Marin*, de Paul Valéry. São Paulo: Massao Ohno Roswitha Kempf Editores, 1982.





TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA DIÁLOGO COM OSWALD DUCROT

Francisca Janete da Silva Adelino⁴⁸

Erivaldo Pereira do Nascimento⁴⁹

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, propomos uma discussão sobre a Teoria da Argumentação na Língua (doravante TAL), a fim de adentrarmos nesse campo de estudos. É nosso objetivo aqui, portanto, refletirmos sobre alguns dos principais conceitos que compõem a perspectiva da linguagem proposta pela TAL. Para tanto, como perguntas de pesquisa, apontamos as seguintes: qual a noção de argumentação trabalhada pela TAL? Quais os conceitos de sentido e significação para essa teoria? Como essa teoria trata a noção de polifonia na linguagem? Para atingir o objetivo proposto e responder às perguntas de pesquisa, desenvolvemos um estudo teórico acerca das etapas e dos principais conceitos que compõem os escritos de Ducrot e colaboradores. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, que procura abordar os estudos sobre a argumentação na língua.

O capítulo está dividido em duas seções teóricas, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, discutimos as etapas dos estudos da argumentação desenvolvidos na TAL e, na segunda seção, mostramos como essa teoria apresenta as noções de língua, discurso, frase, enunciado, sentido e significação, entre outras, que se constituem em conceitos fundamentais para compreender como a TAL desenvolve seu arcabouço teórico e propõe que a argumentação é um fenômeno essencialmente linguístico.

48 Doutora em Linguística, professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas do CCAE/UFPB. E-mail: janete_adelino@hotmail.com

49 Doutor em Letras, professor associado do Departamento de Letras do CCAE/UFPB. E-mail: erivaldo@ccae.ufpb.br

ETAPAS DOS ESTUDOS SOBRE A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) proposta por Ducrot (1988) defende que a argumentação está inscrita na língua e encontra-se marcada nas escolhas linguísticas que o locutor faz ao apresentar um enunciado. Os estudos desenvolvidos no âmbito da TAL apresentam uma trajetória marcada por cinco etapas. Em cada uma delas, o autor encontra uma explicação mais próxima daquilo que ocorre na língua, ou seja, o caráter argumentativo.

A primeira etapa dos estudos foi denominada de Descritivismo Radical. Nessa fase, os estudos consistem em apresentar a língua e a argumentação como se estivessem inteiramente separadas, ou seja, em conformidade com a tradição retórica. Dessa forma, a estrutura linguística de um enunciado não tem relação com sua utilização argumentativa. Segundo Anscombe e Ducrot (1994), para representar os encadeamentos argumentativos dentro do discurso, deve-se supor, então, que se efetuem não a partir dos enunciados, senão a partir dos fatos apresentados por estes últimos. Temos, então, nessa primeira etapa, a língua desprovida do caráter argumentativo, reservando-se para ela apenas a possibilidade de enunciar os argumentos, que estão nos fatos, presunções e outros componentes retóricos. Apenas os conectores como, por exemplo, *portanto*, *por consequente*, *porque* recebiam algum tratamento argumentativo, tendo em vista que esses eram entendidos como recursos que permitem o encadeamento argumentativo entre sequências. No mais, era atribuído à língua um papel de somente descrever os fatos.

A segunda etapa, Descritivismo Pressuposicional, introduz um avanço em relação à primeira: a argumentação, ao tempo que é exterior à língua, aparece como se apresentasse certas propriedades semânticas fundamentais dos enunciados da língua, em particular, a distinção entre conteúdos afirmados e pressupostos. Para ilustrar, tomemos os seguintes exemplos:

Exemplo 01: Pedro trabalhou *pouco*

Posto: A quantidade de trabalho efetivada por Pedro é pequena.

Pressuposto: Pedro trabalhou.

Exemplo 02: Pedro trabalhou *um pouco*.

Posto: Pedro efetivou uma certa quantidade de trabalho.

Pressuposto: Se houve trabalho realizado, sua quantidade foi pequena.

C

S

Diante desses exemplos, percebe-se a consideração dos elementos linguísticos *pouco* e *um pouco* como possuindo um valor argumentativo que se opõe em termos de quantidade. De acordo com Anscombre e Ducrot (1994), existe uma diferença quantitativa entre eles e, além disso, são responsáveis por estabelecerem potencialidades argumentativas opostas.

Nesse sentido, o que se quer mostrar é que, em relação à primeira fase, a segunda fase já não trata apenas dos fatos transmitidos pelos enunciados, senão daqueles que estão afirmados de acordo com a estrutura linguística da frase. Nessa segunda fase, atribui-se à língua um poder determinante para a argumentação. É a língua que revela que fatos são ou não argumentativamente exploráveis, ou seja, é a seleção de formas linguísticas que produz determinado movimento argumentativo.

Anscombre e Ducrot (1994) comentam que os encadeamentos argumentativos são unicamente de origem factual. Mas já não se fundamentam em todos os fatos transportados pelos enunciados se não que selecionam alguns dentre eles. Esta seleção está determinada por propriedades das frases em si mesmas. Dessa forma, os autores afirmam que o valor semântico das frases se distribui em valor afirmado e valor pressuposto. Nesse caso, as informações do enunciado podem igualmente estar afirmadas ou pressupostas. Portanto, nessa etapa dos estudos a língua já constitui a argumentação.

Na terceira fase dos estudos, Argumentação como Constituinte da Significação, os autores observaram que existe, na própria estrutura das frases, operadores propriamente argumentativos. Ademais, os estudiosos comentam, ainda, que nessa terceira fase dos estudos, frases como: *Pedro trabalhou pouco* e *Pedro trabalhou um pouco* não só podem favorecer certas argumentações, mas também devem proporcionar outras. Portanto, os operadores argumentativos têm como função introduzir a argumentatividade na estrutura semântica das frases. A segunda e a terceira etapa da teoria apresentam semelhanças como, por exemplo, a ideia de que o sentido dos enunciados comportam indicações factuais, sendo tais indicações marcadas desde a significação da frase. Nesse caso, os movimentos argumentativos se assentam – mesmo que de forma parcial – nos elementos factuais inerentes à significação. As semelhanças, no entanto, acabam por aqui.

No que diz respeito às diferenças entre a segunda e a terceira etapa, os estudiosos comentam que somente a terceira fase introduz valores argumentativos na língua, postulando que ao menos certas frases não somente podem favorecer a certas argumentações, mas também podem proporcionar outros argumentos. Por outro lado, a segunda fase postulava a impossibilidade de certa argumentação em algumas estruturas semânticas. Entretanto, é nessa terceira fase que se situam as noções de *escala argumentativa* e *classe argumentativa*. Esses conceitos são relevantes para a compreensão

C
S

da força argumentativa no discurso. Desse modo, Ducrot (1981, p. 178) afirma que “o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos, além de seu conteúdo informativo”.

O valor argumentativo de uma frase não reside somente no seu conteúdo, nos aspectos informativos e nos conteúdos que ela apresenta, mas na própria orientação que os elementos linguísticos concedem ao enunciado. Assim, o funcionamento dos operadores argumentativos é explicado através das noções de classe argumentativa e escala argumentativa. Classe argumentativa ocorre quando o locutor coloca dois enunciados p e p' na mesma classe, ou seja, trata-se de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para apontar uma mesma conclusão (KOCH, 2010). Já a escala argumentativa, por sua vez, ocorre quando alguns argumentos são mais fortes que outros em relação a uma mesma conclusão. Nessa perspectiva, Koch (2010, p. 30) afirma que “quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em gradação de força crescente, no sentido de uma mesma conclusão, tem-se uma *escala argumentativa*”. A autora ilustra essa noção da seguinte forma:

Exemplo 3: A apresentação foi coroada de sucesso: estiveram presentes personalidades do mundo artístico - estiveram presentes pessoas influentes nos meios políticos - esteve presente o Presidente da República.

Ao representar graficamente esse exemplo, a autora ilustra da seguinte forma:

R: A apresentação foi coroada de sucesso:

(arg. + forte)	p''	↑	esteve presente o Presidente da República
	p'		estiveram presentes pessoas influentes nos meios políticos
	p		estiveram presentes personalidade do mundo do artístico

Ducrot (1981, p. 180) postula que, quando um locutor coloca p e p' na CA para determinar r significa que “ele toma p' como um argumento superior a p ou (mais forte que p) em relação a r , se, aos olhos desse locutor concluir de p a r implica que se aceite concluir p' a r , a recíproca não sendo verdadeira”. Sobre os operadores argumentativos na construção das escalas e classes argumentativas, Koch (2010) apresenta uma lista extensa com diversos operadores. A partir do exemplo 4, citado anteriormente, a autora examina a partir de operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão: “A apresentação foi coroada de sucesso: estiveram presentes personalidades do mundo artístico, pessoas influentes nos meios políticos e até (*mesmo, até mesmo, inclusive*) o Presidente da República”. Esse exemplo

C
S

revela o quanto os operadores *até mesmo*, *mesmo*, *inclusive* são responsáveis por relevar o valor de determinado argumento.

Na quarta etapa, Argumentatividade Radical, Anscombre e Ducrot (1994, p. 207) defendem a utilização sistemática da noção de *topoi*. Os *topoi* são concebidos como sendo princípios gerais aplicados aos encadeamentos discursivos de um enunciado argumento a um enunciado conclusão. Para esses estudiosos, na significação de uma frase evocam-se conjuntos de *topoi* cuja aplicação à frase mesmo autoriza no momento em que é enunciada. Esses autores afirmam também que “em uma determinada situação, optar por enunciar uma frase mais que outra é escolher e explorar, nessa situação, certos *topoi* frente a eles”. Ademais, nessa fase, “o valor semântico das frases está em permitir e impor a adoção, frente aos fatos, de pontos de vista argumentativos”, explicam os autores.

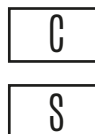
Um exemplo disso ocorre quando o locutor escolhe para designar um objeto o termo *caro* e não *barato*. Nesse caso, a escolha de um ou de outro termo implica muito mais do que fornecer informações sobre o preço do objeto, mas implica, também, aplicar-lhe um *topoi* relativo à carestia maior do que aquela que concerne ao barato (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 204). Nessa quarta fase, portanto, os operadores argumentativos não introduzem a argumentação, pois esta já está inserida na própria língua, sob a forma dos *topoi* que constituem a significação dos predicados.

Atualmente, está em desenvolvimento uma quinta fase dos estudos da argumentação linguística, denominada Teoria dos Blocos Semânticos. Nessa fase, Carel e Ducrot (2005) abandonam definitivamente a noção de inferência. Esses estudiosos reafirmam a interdependência semântica entre os segmentos de um enunciado, os quais comportam um encadeamento argumentativo – daí a noção de bloco semântico. Os autores abandonam também a noção de *topoi*. Assim, a teoria reafirma que argumentação é sentido e orientação, que se dá na continuidade discursiva, ou seja, argumentar é dotar o discurso de determinada orientação, provocando determinados efeitos de sentido. As orientações já estão previstas, de certa forma, na própria estrutura (e no léxico) da língua. E da estrutura passam para o discurso.

Feita essa exposição sobre a TAL, percorrendo as noções que configuram suas fases, passaremos a discorrer, no tópico seguinte, de forma mais detalhada, sobre os conceitos que fundamentam a argumentação na língua.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Conforme explicado anteriormente, a Teoria da Argumentação na Língua – TAL defende que a argumentação está na língua e encontra-se marcada nas escolhas



linguísticas que o locutor faz ao emitir um enunciado. A grande importância dessa teoria para o desenvolvimento dos estudos linguísticos está em colocar a língua no centro da questão argumentativa, ou seja, a argumentação não deriva de condições de verdade, e sim está inscrita na própria língua, e a língua, por sua vez, oferece ao usuário uma infinidade de possibilidades de construção e uma série de limitações de uso também.

Uma das oposições que Ducrot (1988) defende em sua teoria é em relação à concepção retórica da argumentação, concepção esta cujo movimento argumentativo se encontra exterior à língua e, para um discurso ser argumentativo, na perspectiva retórica, deve atender a três condições. Em primeiro lugar, o segmento *A* é o argumento e o segmento *C* é a conclusão. A ordem em que esses segmentos aparecem é indiferente, de modo que *A* tanto pode preceder como proceder a *C*.

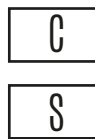
O laço argumentativo entre esses dois segmentos é representado por Ducrot (1988, p. 72) através do símbolo ($A \rightarrow C$). Para explicar esse laço argumentativo, o autor usa o exemplo: "Faz bom tempo, vamos passear". O primeiro segmento "Faz bom tempo" é o argumento *A* "vamos passear" é a conclusão *C*. A segunda condição defendida pelo modelo tradicional consiste em que *A* indica um fato *F* representado pelo símbolo ----- . Para esse linguista, se *A* indica um fato *F*, *A* é suscetível de ser falso ou verdadeiro, ou seja, *A* revela um valor de verdade e, por conseguinte, é do tipo assertivo, não podendo ser uma interrogação ou uma ordem, mas somente uma expressão de valor "constativo" (DUCROT, 1988, p. 72).

Além disso, o autor explica que *A* possui um valor de verdade por si só, mesmo quando não se conhece a conclusão imaginada pelo locutor. Do mesmo modo, esse valor de verdade de *A*, que está associado à *F*, pode ser julgado independente de *C*.

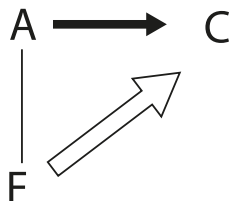
No exemplo anterior ("Faz bom tempo"), pode ser julgado como verdadeiro ou falso, ainda se não é conhecida a conclusão ("vamos passear"). Para o autor, isso explica uma estratégia comum na argumentação que consiste em perguntar ao interlocutor se ele está de acordo com *A* antes de lhe revelar *C*.

O estudioso supracitado discorda desse modelo e, assim, enfatiza sua crítica, explicando que as nossas palavras não têm sentido completo antes das conclusões que tiramos delas. Portanto, orientar argumentativamente é dar a *A* como uma razão para se crer em *C*, pois o que leva à conclusão é o próprio *A*. A terceira condição defendida pela concepção tradicional da argumentação consiste na ideia de que a conclusão *C* pode ser inferida a partir do fato *F*. Utilizando a seta dos lógicos, Ducrot (1988, p. 75) resume essa ideia por meio do seguinte modelo:

O autor considera insuficiente essa concepção tradicional, e afirma que o valor argumentativo de um enunciado não se determina somente pelo fato que expressa esse



enunciado senão também por sua forma linguística. O linguista ainda assegura que a conclusão não se explica somente a partir do fato expresso pelo segmento A, senão também através da forma linguística de A. Assim, argumentar consiste em apresentar um enunciado destinado a levar a admitir outros enunciados.



Além dessa análise a respeito da argumentação retórica, os estudos de Ducrot e colaboradores trouxeram uma nova perspectiva no que diz respeito às concepções de língua e de sentido, negando a ideia de que a língua tem primeiramente uma função referencial e que o sentido do enunciado se julgue em termos de verdade ou falsidade. Essa perspectiva rompe com algumas noções tradicionais no campo dos estudos linguísticos. Rompendo com a noção tradicional de sentido, Ducrot (1988) afirma que há três funções principais na língua, quais sejam: a representação da realidade; a expressão das atitudes do locutor, e assim chama ação do primeiro sobre o segundo. Em outros termos, tradicionalmente, o sentido do enunciado é descrito por três aspectos: objetivos, subjetivos e intersubjetivos. Para mostrar como essa concepção funciona, o autor recorre a um exemplo ilustrativo.

Exemplo 4: Pedro é inteligente.

Numa concepção tradicional, o sentido desse enunciado seria abordado a partir de três aspectos: aspecto objetivo (o enunciado descreve Pedro); aspecto subjetivo (o enunciado indica uma admiração do locutor por Pedro); e aspecto intersubjetivo (porque serve ao locutor para pedir a seu interlocutor certo tipo de comportamento com relação a Pedro). O autor destaca, ainda, que esses três aspectos geralmente são interpretados a partir da noção de *denotação* – o aspecto objetivo – e de *conotação* – os aspectos subjetivo e intersubjetivo. Essa concepção tradicional de sentido não é aceita pelo autor, que entende não existir na linguagem ordinária uma parte objetiva e muito menos que essa dê acesso direto à realidade.

Diante dessa compreensão, nota-se uma postura diferente do autor em relação à concepção de sentido postulada até então, pois ele não concebe a linguagem ordinária como possuindo uma parte objetiva que sirva para representar a realidade. Para ele, se a linguagem ordinária descreve a realidade, o faz mediante os aspectos subjetivo e intersubjetivo. A descrição é feita através da expressão de uma atitude e de um chamado

C
S

que o locutor faz ao interlocutor. Essa é a primeira razão pela qual esse estudioso rejeita a visão tradicional. A segunda é a distinção feita entre os aspectos apresentados pela concepção tradicional, cujo estudioso unifica os aspectos subjetivo e intersubjetivo, denominando-os de *valor argumentativo* dos enunciados.

O valor argumentativo de uma palavra, comenta o autor, é a orientação e as possibilidades de continuação que determinada palavra oferece ao discurso. Com isso, a atenção do analista volta-se para os movimentos de orientação que as palavras dão ao discurso. Assim, Ducrot (1988) mostra que o valor argumentativo de uma palavra é o conjunto das possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu uso determina. Contudo, é pela orientação que a palavra dá ao discurso que se configura o valor argumentativo. Isso, evidentemente, é decorrente da tese desse linguista de que a argumentação está na língua. Ademais, ao desenvolver a sua teoria da argumentação na língua, esse autor explica que os conceitos de enunciado e frase, sentido e significação não se confundem, logo, são distintos. Além disso, traz para seus estudos e desenvolve a noção de polifonia na linguagem: entendida como o conjunto de vozes presentes no enunciado.

Sobre a primeira oposição – enunciado e frase –, Ducrot (1988) recorre à análise do enunciado “faz bom tempo” para mostrar a distinção. Para esse estudioso, se essa sequência ocorrer três vezes, neste caso, terá três enunciados sucessivos de uma só frase no espanhol. A ideia aqui é a de que o enunciado é uma das múltiplas realizações possíveis de uma só frase. Desse modo, o enunciado é uma realidade empírica, é o resultado do uso da língua por um sujeito. Por outro lado, a frase é uma entidade teórica. É a construção do linguista que lhe serve para explicar a infinidade de enunciados. Em oposição ao enunciado, a frase é algo que não deve ser observado, isso porque não são as frases que ouvimos ou vemos, mas, sim, enunciados.

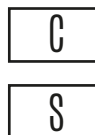
Essa distinção, evidentemente, não pode ser desconsiderada no presente trabalho, tendo em vista os objetivos aqui traçados. Assim, a noção de enunciado nos leva a considerar que uma entrevista de emprego, por exemplo, não apresenta ocorrências de frases abstratas desvinculadas das situações comunicativas e dos indivíduos envolvidos no processo comunicativo, mas uma realização marcada pela singularidade do momento vivido pelos participantes do processo interativo. Ao contrário da frase, o enunciado jamais se repete, isso porque o momento da enunciação é que faz o enunciado ter sentido. Com isso, mesmo ocorrendo uma mesma sequência de palavras, uma mesma frase, o sentido será sempre diferente. Por ser uma unidade abstrata e possuir um valor semântico, uma significação, a frase evidencia o percurso a ser seguido na interpretação do enunciado. Nesse caso, a significação se configura um percurso marcado por instruções e pistas linguísticas para que o sentido do enunciado seja construído.

C
S

O enunciado, cabe dizer, nasce de uma enunciação. A enunciação é assim concebida como o acontecimento construído pelo aparecimento de um enunciado. Nos termos do linguista, “a realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo ‘enunciação’” (DUCROT, 1987, p. 168).

Esse estudioso ressalta, ainda, que a enunciação é simplesmente o fato de que um enunciado aparece. Da distinção feita entre enunciado e frase, nasce outra distinção: a diferença entre *significado* e *sentido*. Sobre essa distinção, Ducrot (1987, p. 169 grifos do autor) tece o seguinte comentário: “Quando se trata de caracterizar semanticamente uma frase, falarei de sua ‘significação’, e reservarei a palavra ‘sentido’ para a caracterização semântica do enunciado”. Na perspectiva do autor, já que a frase é uma entidade teórica, linguística, construída por linguistas, ela possui significado e não sentido. O significado, portanto, pertence à frase, é decorrente dela. Já o enunciado – por ser uma realidade empírica, observável – possui sentido. A significação é o valor semântico da frase, assim como o sentido é o valor semântico do enunciado. A forma célebre com que os estudiosos colocam essas distinções é: o significado está para a frase, assim como o sentido está para o enunciado. Para o linguista, existe uma diferença de quantidade e de natureza entre o significado de uma frase e o sentido de um enunciado. Assim, o autor se propõe, então, a mostrar como concebe essas duas noções. Em termos de diferença quantitativa, a diferença é de fácil demonstração, pois o enunciado diz muito mais que a frase que o realiza. O sentido de um enunciado implica a consideração de coisas que não se encontram na frase. Para ficar em um exemplo, imaginemos o enunciado “*Faz bom tempo*”. Esse enunciado só faz sentido se considerarmos o momento em que um determinado locutor o utiliza. Ou seja, a noção de sentido implica levar em conta o tempo, o espaço, as circunstâncias de utilização da linguagem, e essas indicações não estão contidas na frase em destaque.

A partir desse exemplo, é possível perceber a diferença e, ao mesmo tempo, a ligação entre a significação e o sentido. A significação de uma frase consiste em um conjunto de instruções que levam a interpretação dos enunciados, ou melhor, a significação permite a compreensão do sentido dos enunciados. Essa é a conclusão feita pelo autor em outro ponto. Segundo ele, a significação indica o trabalho que devemos fazer para compreender o enunciado. Ele ainda argumenta que o sentido do enunciado se produz quando se obedece às indicações dadas pela significação. Ademais, o sentido de um enunciado, segundo o autor, apresenta pontos de vista outros, ou melhor, na noção de sentido, temos a possibilidade de constatar a presença de *pontos de vista de enunciadores* em sua origem. Com isso, a noção de sentido implica considerar, também, a noção de polifonia.

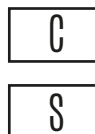


Sobre a polifonia, Ducrot (1988) explica primeiramente o conceito de sujeito, que para o autor é dividido em três entidades: o *locutor*, o eu do discurso, aquele que é responsável pelo enunciado; o *sujeito empírico*, ser real, material, pertencente ao mundo extralinguístico; e os *enunciadores*, seres responsáveis pelos pontos de vista presentes no discurso. O produtor do enunciado é o *sujeito empírico (SE)*. Por outro lado, ele chama de *locutor (L)* a pessoa apresentada como responsável pelo enunciado. Já o enunciador, por sua vez, não é nem o responsável nem o produtor real do enunciado. O enunciador é o responsável pelos pontos de vista apresentados no enunciado. Ao fazer essa distinção, esse estudioso coloca que o primeiro aspecto do sentido de um enunciado é que ele apresenta pontos de vista de diferentes enunciadores. Em decorrência disso, o enunciado pode apresentar posições do locutor em relação aos enunciadores: o locutor pode concordar ou discordar, aceitar ou rejeitar os pontos de vista desses enunciadores. Esse entendimento é decorrente da noção de polifonia que revela os diferentes pontos de vista na construção do texto, bem como o posicionamento do locutor em relação a eles. Visando mostrar os diferentes enunciadores em um enunciado, tornando-o polifônico, Ducrot (1988) analisa o seguinte exemplo:

Exemplo 5: Sim, faz um tempo bom, mas meus pés estão doendo.

Nesse exemplo, são apresentados quatro enunciadores, o primeiro enunciador (E1) seria o ponto de vista *faz um tempo bom* – o autor chama a atenção para o fato de que aqui não se trata de uma proposição, nem de palavras ditas por esse E1, porque os enunciadores não dizem nada, não falam. O segundo enunciador (E2) seria aquele ponto de vista que justifica o convite ao passeio a partir do clima bom. O terceiro enunciador (E3) seria aquele ponto de vista que apresenta a *dor nos pés* do locutor. Já o quarto enunciador (E4) seria aquele ponto de vista que conclui a partir de *dor nos pés* o fato de não dar o passeio, ou seja, alguém que concluiu pela rejeição do convite.

Embora não nos deteremos aqui, cabe dizer que esse estudioso amplia sua análise mostrando como o locutor se posiciona em relação aos diferentes enunciadores presentes no enunciado, sendo que esses posicionamentos podem ser de acordo, ou desacordo. Desse modo, essa relação entre locutor e enunciadores configura um aspecto do sentido de um enunciado. Em comparação com a frase e a significação, considerando que esses não apresentam enunciadores, não temos a configuração de tal relação entre locutor e enunciadores. Ademais, o enunciado está relacionado à noção de discurso, ou melhor, a noção de enunciado é fundamental para entendermos a constituição do discurso na perspectiva apresentada por Ducrot (1988). Segundo esse estudioso, todo discurso está constituído por uma sucessão de enunciados. Assim, os enunciados compõem o discurso de forma segmentada.



O problema, ao que parece, é de ordem prática: *como* segmentar o discurso em enunciados? A segmentação faz com que o analista possa perceber a relação de dependência, independência e interdependência entre segmentos discursivos, já que, de acordo com o dito acima, dois segmentos sucessivos S1 e S2 podem ter sentidos independentes um do outro e, de outro lado, podem constituir um único enunciado, ou seja, têm sentido numa relação de interdependência. Nesse caso, não podemos dizer que existem dois enunciados, mas apenas um enunciado que contém ao mesmo tempo os segmentos S1 e S2. Visando ilustrar como funciona essa regra de segmentação, atentemos para o seguinte exemplo analisado pelo autor:

Exemplo 6: Faz calor lá fora, vamos passear.

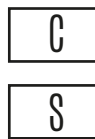
Seguindo a análise desenvolvida por Ducrot (1988), esse enunciado apresenta dois segmentos: S1 “faz calor lá fora” e S2 “vamos passear”. Segundo o autor, o primeiro segmento se constitui um argumento para o segundo. Em outras palavras, o sentido de *calor* neste enunciado está relacionado com a noção de um calor que permite convidar alguém para passear, logo, algo agradável. Se compararmos esse mesmo enunciado com “Faz calor lá fora, não vamos passear”, notamos que o sentido de *calor*, nesse caso, é inverso. Ademais, S1 e S2 não formam dois enunciados, pois temos apenas um enunciado. Essa conclusão é decorrente do entendimento de que a unidade completa do sentido é decorrente dos dois segmentos. Assim, apenas um segmento não bastaria para construir o sentido completo.

Além disso, é preciso observar que a regra de segmentação dos enunciados em um discurso não desconsidera a situação em que tal discurso é produzido. É bem visível a preocupação do supracitado autor em situar o discurso dentro da situação em que ele ocorreu, tendo em vista que um mesmo segmento pode adquirir sentido diferente dependendo do contexto. A ligação do enunciado com a situação comunicativa é aspecto distintivo em relação à frase. Uma mesma frase pode ocorrer em diversas situações, mas o uso dessa frase, tornando-a enunciado, faz com que tenhamos diferentes enunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi discutir os principais conceitos que compõem a perspectiva dos estudos da linguagem propostos pela TAL. As questões que guiaram o estudo foram: qual a noção de argumentação trabalhada pela TAL? Quais os conceitos de sentido e significação para Ducrot e colaboradores? Como essa teoria trata a noção de polifonia na linguagem?

Em resposta à primeira questão, percebe-se que a argumentação está inscrita na língua e encontra-se marcada nas escolhas linguísticas que o locutor faz ao apresentar



um enunciado. A grande importância dessa teoria para o desenvolvimento dos estudos linguísticos está em colocar a língua no centro da questão argumentativa, ou seja, a argumentação não deriva de condições de verdade, e sim está inscrita na própria língua. A língua, por sua vez, oferece ao usuário uma infinidade de possibilidades de construção e uma série de limitações de uso.

Quanto à segunda pergunta, percebe-se que o *sentido* é o valor semântico do enunciado e a *significação* é o valor semântico da frase. A *frase*, por sua vez, é a entidade teórica e a construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados. O *enunciado*, por sua vez, é uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase. Já o *discurso* é uma sucessão de enunciados.

A respeito da terceira pergunta, constata-se que a noção de polifonia está relacionada com o sentido dos enunciados e o conceito de sujeito é dividido em três entidades: o *locutor*, o eu do discurso, aquele que é responsável pelo enunciado; o *sujeito empírico*, ser real, material, pertencente ao mundo extralinguístico; e o *enunciador*, o ser responsável pelos pontos de vista presentes no discurso. Em outras palavras, na perspectiva de Ducrot e colaboradores aqui estudada, o produtor do enunciado é o *sujeito empírico (SE)*, e o *locutor (L)* é a pessoa apresentada como responsável pelo enunciado. Já o *enunciador*, por sua vez, não é nem o responsável nem o produtor real do enunciado, mas, sim, é o responsável pelos pontos de vista apresentados no enunciado. Essa é, portanto, a noção de polifonia na linguagem defendida pelo autor, ou seja, a polifonia é o conjunto de vozes presentes no enunciado.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Madrid: Editora Gredos, 1994.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.

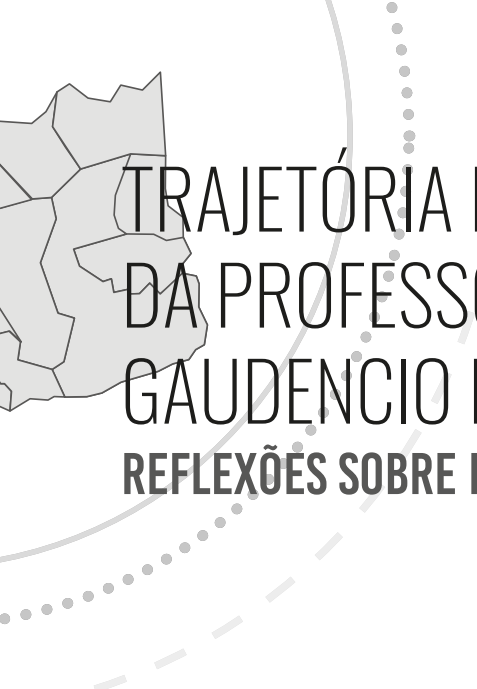
DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão Técnica da Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo, Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonia e argumentação**: Conferencia del Seminario Teoria de la Argumentación y Analisis del Discurso. Cali, Universidad del Valle, 1988.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

C

S



TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DA PROFESSORA ROGÉRIA GAUDENCIO DO RÊGO REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Franciclaudio de Meireles Silveira ⁵⁰

Graciana Ferreira Dias ⁵¹

INTRODUÇÃO

Na busca das histórias de formação de professores, nos debruçamos sobre a vida e formação da professora Dra. Rogéria Gaudencio do Rêgo, por ter seu trabalho reconhecido com ênfase em metodologias e técnicas de ensino, e por ser parte fundamental na formação de professores no Estado da Paraíba.

Traremos aqui o estudo da história, através das memórias da professora Rogéria, já que entendemos que fatos passados podem nos auxiliar tanto na atuação presente, quanto no estudo em busca de uma melhoria no ensino de Matemática. Dessa forma, os estudos históricos são tratados como exercício de busca e reflexão para alcançar a aprendizagem, a qual explora continuamente a cultura e a natureza Matemática como forma de pensamento, com o potencial de encorajar e trabalhar a investigação Matemática em sala de aula, favorecendo, assim, a aprendizagem pela realidade que foi exposta aos alunos.

Trabalhar a história de mulheres na Matemática é necessário, já que “é importante saber que tivemos a colaboração de mulheres no crescimento da Matemática. Muito menos do que de homens, devido a questões sociais (preconceito), e não por falta de interesse ou inteligência (capacidade)” (SOUZA, 2006, p.1). Em nossa pesquisa, as ações propostas por nós irão trazer a professora Rogéria Gaudencio Rêgo como protagonista do nosso estudo, fazendo com que a história das mulheres seja

50 Graduado em Matemática. Membro do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática/Campus IV”. E-mail: franciclaudiocall-14@hotmail.com

51 Doutora em Educação. Vice coordenadora do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática/Campus IV”. E-mail: graciana@dcx.ufpb.br

importante devido à sua inserção, assumindo um papel ativo e contribuinte em meio a tal processo.

Nosso objetivo é evidenciar a trajetória da professora Rogéria Gaudencio, desde sua infância até seus primeiros passos, como professora da Universidade Federal da Paraíba. Desejamos ainda compreender, por meio da sua memória e narrativa, o caminho percorrido pela Profa. Rogéria até se tornar professora da Universidade Federal da Paraíba, destacando o porquê de sua escolha pela Matemática, e mostrar as dificuldades enfrentadas em seu primeiro contato com a docência.

TRACEJADO DA PESQUISA

A fim de alcançarmos nossos objetivos, utilizamos a análise documental e a história oral, ambas com abordagem qualitativa. Escolhemos a história oral como procedimento metodológico, pois visamos descrever a história de vida da professora Rogéria Gaudencio do Rêgo e sua relação com a educação matemática através de suas memórias e linguagem falada. Como diz Alberti (2004):

A História Oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem estreita relação com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados (ALBERTI, 2004, p. 17).

Na busca de encontrar uma definição sobre esse método tão específico, podemos trazer a visão de Alberti (2004). O autor destaca que se há uma possível definição de história oral, podemos descrevê-la como um método de pesquisa que ajuda na realização de entrevistas com pessoas que de alguma forma participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como meio de se aproximar do objeto a ser estudado.

A escolha pela pesquisa documental foi necessária já que analisamos o memorial da Profa. Rogéria e uma parte do acervo pessoal dela, composto de relatórios de projetos, certificados, documentos sobre suas atividades enquanto docente da UFPB, entre outros. Segundo Pádua (1997, p.62), este tipo de pesquisa é realizado a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, a fim de comparar e descrever fatos sociais, ressaltando suas características ou tendências, sendo utilizada nas investigações históricas.

C

S

Iremos, aqui, relatar fatos que compõem a história de vida da pesquisadora, por meio de entrevista, com o intuito de compreender os diversos papéis assumidos por ela durante sua formação e sua vida profissional, atuando como formadora de novas gerações de professores. Assim, com a biografia da Profa. Rogéria Gaudencio Rêgo, buscamos saber de sua trajetória, como diz Valente (2009 *apud* PEREIRA, 2010, p. 19): “uma biografia conta-nos a história de vida de uma pessoa, isto é, a sua trajetória em diversos aspectos: vida familiar, profissional, intelectual, dentre outros que tenham relevância para a pesquisa”.

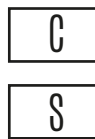
O roteiro seguido na entrevista foi elaborado a partir da nossa pesquisa após a leitura do memorial da Profa. Rogéria Gaudencio Rêgo, na qual obtivemos muitas informações sobre a sua vida e trajetória docente, a fim de esclarecer algumas questões que necessitamos aprofundar. Na leitura de seu memorial, foi notório o destaque que a professora Rogéria teve em meio à Educação Matemática na Paraíba, sendo a primeira doutora em educação no Estado e sendo responsável pelo crescimento e fortalecimento da educação matemática na Paraíba.

A PROFESSORA ROGÉRIA: TRAJETÓRIA E MEMÓRIA

Rogéria Gaudencio do Rêgo nasceu em 20 de setembro de 1959, na cidade de Patos, no sertão da Paraíba (RÊGO, 2018). Porém, permaneceu poucos meses naquela cidade, devido às mudanças frequentes de sua família, por conta das atividades profissionais de seu pai na empresa Sociedade Algodoeira do Nordeste (SANBRA).

As mudanças demandavam constantes adaptações de todas as ordens, e essa talvez tenha sido a principal responsável pela timidez que carregou durante parte de sua vida, o que a fazia naquela época nem imaginar ser professora. Na entrevista, ao ser questionada se na sua infância ela imaginou ser professora, Rogéria nos diz: “Não, tanto que a minha ideia inicial era ir para o campo da engenharia, trabalhar com a engenharia. Uma das razões era que eu era extremamente tímida, eu era muito tímida, então quem é muito tímido jamais se imagina como professor [...]” (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Isso levanta uma situação que acontece na licenciatura, na qual alguns estudantes são tímidos e, para que eles possam dar continuidade à sua experiência docente, em algum momento é necessária uma mudança nesse comportamento, o que gera certa preocupação para os seus formadores. Como destaca Rogéria: “[...] às vezes a gente até se preocupa quando se tem na licenciatura pessoas que são muito tímidas, porque em algum momento ou elas vão mudar de curso ou elas vão ter que trabalhar para superar a timidez” (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).



A constante mudança de cidade, escola e colegas de classe acarretou certa insegurança por parte de Rogéria, tornando-a incapaz de imaginar o que estaria por vir. Rogéria foi alfabetizada em casa por seus dois irmãos mais velhos, Edmundo e Marco, pouco tempo depois de completar quatro anos de idade, antecipando o caminho profissional que mais tarde todos os cinco irmãos seguiriam: a docência. Vindos de uma família em que os pais sequer completaram o equivalente ao Ensino Fundamental, essa opção não foi hereditária, mas reflete a valorização da educação por sua mãe, Maria Dalva de Oliveira Gaudêncio. A Profa. Rogéria relata que desde pequena lembra-se da presença de coleções de livros em casa, que foram comprados por sua mãe em prestações mensais a vendedores que percorriam as cidades de porta em porta (RÊGO, 2018).

No início do ano de 1971, a Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo fez o Exame de Admissão ao Ginásio⁵² em sua última edição. Esse exame era a prática utilizada na época para a passagem oficial a esse nível de escolaridade, que se tornou nacional em 18 de abril de 1931, pelo Decreto Nº 19.890, com a Reforma Francisco Campos (RÊGO, 2018). O exame de admissão, dentre outras atribuições, era composto de provas orais e escritas de Português (ditado e redação) e de Aritmética (cálculo elementar), além de provas orais de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais. Seu fim se deu com o Decreto Nº 52.353, no ano de 1970, o qual prescrevia a unificação dos ensinos primário e ginásial, em que a escolaridade básica passaria para oito anos, mas que só viria a acontecer em caráter nacional com a Lei Nº 5.692/71 (MACHADO, 2010).

A Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo foi aprovada no referido exame e cursou esse nível, que corresponde hoje aos quatro últimos anos do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano), no Colégio Alfredo Dantas, um colégio particular da cidade de Campina Grande.

No Colégio Alfredo Dantas, muitos integrantes da família Loureiro, proprietária do estabelecimento, lecionavam. Marcos, um dos membros da família Loureiro que ensinava na escola, foi o principal responsável pelo seu encantamento pelo mundo dos números. Em seus dois primeiros anos estudando no Colégio Alfredo Dantas, Marcos foi seu professor de Matemática. Sobre isso, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo afirmou: “Ele promovia gincanas, levava jogos para a gente fazer, fazia desafios e levava materiais concretos para a gente trabalhar [...] naquela época, isso em 1970, ele já tinha uma visão diferenciada da Matemática e assim todo mundo na turma se apaixonou pela disciplina [...]” (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

52 Para mais informações sobre o Exame de Admissão ao Ginásio, ler: MACHADO, R. C. G. Uma Análise dos Exames de Admissão ao Secundário (1930-1970): subsídios para a História da Educação Matemática. 2010. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.



Assim, podemos observar que o professor Marcos foi importante não apenas para Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo, já que toda a turma se encantou por suas aulas pelo fato de ele trazer para sala de aula atividades que chamassem atenção dos alunos e que eles se interessassem a aprender Matemática através de jogos, gincanas e materiais concretos. Neste aspecto, trazemos algumas considerações:

Todo jogo por natureza desafia, encanta, traz movimento, barulho e certa alegria para o espaço no qual normalmente entram apenas o livro, o caderno e o lápis [...]. Ele é determinante para que os alunos sintam-se chamados a participar das atividades com interesse (SMOLE, DINIZ, MILANI, 2007, p. 12).

Com uma visão mais ampla sobre os materiais concretos os autores Rodrigues, Rodrigues e Marques afirmam que:

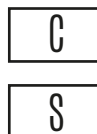
A utilização de materiais concretos na aprendizagem de Matemática está aliada ao fato de eles oferecerem um conceito de diversão, de brincadeira para os alunos. Isso faz com que ocorra um maior interesse e envolvimento por parte deles, pois proporciona algo diferente do que ocorre em sala de aula no cotidiano, acabando por deixá-los mais animados e dispostos para as aulas (RODRIGUES, RODRIGUES, MARQUES, 2009, p. 5).

Apesar da atratividade que o material concreto traz para as aulas, é necessário o cuidado com a sua aplicação para os alunos, já que o simples uso do material, sem uma proposta didática por trás dele, não irá extrair toda a potencialidade que o mesmo pode ter em termos de conhecimento. Assim, Fiorentini e Miorin (1990) destacam que:

O professor não pode subjugar sua metodologia de ensino a algum tipo de material porque ele é atraente ou lúdico. Nenhum material é válido por si só. Os materiais e seu emprego sempre devem estar em segundo plano. A simples introdução de jogos ou atividades no ensino da Matemática não garante uma melhor aprendizagem desta disciplina (FIORENTINI, MIORIN, 1990, p. 4).

Tal referência foi muito importante para o futuro profissional de Rogéria, em que percebemos o importante papel do professor como agente de mudanças de seus alunos durante o período de convívio. Como ressalta Tardiff (2012, p. 31), “[...] ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos”.

Mesmo com a motivação recebida pelo professor Marcos, através das aulas utilizando materiais concretos, as quais trouxeram apreço pela Matemática, esse curso



não foi a primeira opção como formação para o ensino superior. Apesar da sua paixão pelos números, Rogéria procurou seguir por outro caminho, mas não se distanciou da Matemática:

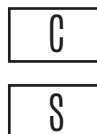
Na verdade, a Matemática não foi minha primeira opção como formação para curso superior, eu optei por Engenharia Elétrica que de certa forma não deixa de ser da área das Ciências Exatas e que requer uma base Matemática grande. Mas a minha ideia era ir para o campo da engenharia, particularmente para o campo da Engenharia Elétrica. [...] meus dois irmãos mais velhos faziam Medicina e eu queria escolher alguma coisa que tivesse o status do curso de Medicina, na área de Exatas, [...] mas Engenharia Elétrica especificamente foi mais questão de status mesmo, aquela briga saudável que a gente tem com os irmãos (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Ainda com o ingresso na Engenharia Elétrica, Rogéria percebeu que aquilo não era o que ela queria para sua vida profissional, fazendo com que ela optasse por mudar de curso e escolhendo a Matemática como campo de atuação:

Quando eu ingressei na parte profissional do curso eu não consegui me identificar realmente com as disciplinas que eram da natureza do campo da Engenharia Elétrica, como Resistência dos Materiais, a parte de Elétrica, Eletrônica, e aí eu parei para pensar e disse 'não, o que eu gosto mesmo é de Matemática'. Eu gostei muito das disciplinas de Matemática, não tive dificuldade com os Cálculos, com a Álgebra. Enquanto os colegas tinham dificuldades enormes eu conseguia ter um desempenho excelente nas disciplinas e aí eu pensei: 'se o que eu gosto é Matemática, eu vou para o curso de Matemática'. Na época só tínhamos o Bacharelado em Matemática na UFCG em Campina Grande, [...] e eu fui para o Bacharelado (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Rogéria fez o caminho contrário do que é visto, muitas vezes, nos dias atuais. Hoje é comum que alunos da graduação em Matemática migrem para as engenharias, por ter mais *status*. Com sua escolha, ela conseguiu quebrar uma barreira que ainda existe, pois, o curso de Matemática, para muitos, é visto como um curso difícil de concluir por sua complexidade e por ser um curso com menos visibilidade social para algumas pessoas. Com essa escolha, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo destaca:

Quando eu mudei para o curso de Bacharelado houve uma grande resistência por parte da família. Meus irmãos e meus pais questionaram como é que eu saía do curso de Engenharia, que era um curso de status, para um curso de baixo status que era o curso de Bacharelado em Matemática. Então houve essa resistência por



parte da família, mas em função do status mesmo do curso (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Esta escolha possibilitou que ela se dedicasse a estudar algo que a atraía e estimulava seu interesse. Com o passar do tempo, esse interesse só aumentou ao longo dos caminhos que a levaram ao campo da educação matemática. Concluiu a graduação no ano de 1984, sendo a única representante do curso a colar grau naquele ano.

Assim como na graduação, o Mestrado em Matemática não foi sua primeira opção. Ao terminar sua graduação, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo deu início ao Mestrado em Engenharia de Transportes, devido ao fato de ter trabalhado no projeto diretor da cidade de Campina Grande. Porém, pouco tempo depois, ao engravidar de seu terceiro filho, Rogéria teve que deixar o mestrado.

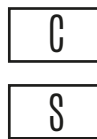
Após trancar o Mestrado em Engenharia de Transportes por problemas enfrentados na gravidez, ela se mudou para João Pessoa, mas não deixou de lado seu desejo de continuar na área pela qual havia se apaixonado. Assim, procurou o mestrado em Engenharia de Produção, mas afirma: [...] tive dificuldade de ingressar no Mestrado em Engenharia de Produção porque eles exigiam graduação em Engenharia e eu não tinha [...] (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Sobre os rumos da pós-graduação, depois disso, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo afirmou:

[...] eu conheci o mestrado em Lógica Matemática, no Departamento de Filosofia e era bastante interessante, porque de certa forma é praticamente um curso de Matemática, com recurso grande na parte de linguagem, [...] a gente trabalhava a Teoria da Prova, Teoria da Recursão, Teoria dos Modelos, [...] é praticamente um curso de Matemática na parte da metalinguagem Matemática. Então você trabalha muito a demonstração, essência do pensamento matemático puro. (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

O ingresso no Mestrado em Filosofia aconteceu no ano de 1987 (três anos após terminar sua graduação), na área de Lógica Matemática, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, concluindo dois anos depois, em 1989. Ela conciliou sua formação acadêmica na graduação e no mestrado com os primeiros anos de vida de seus filhos Thaís, Matheus e Gabriel, que nasceram respectivamente nos anos de 1981, 1983 e 1985 (RÊGO, 2018).

Semelhante ao que aconteceu com Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo, seus filhos também seguiram carreira acadêmica e adotaram a docência como profissão. Nesse contexto, Nogueira (2013, p. 75) destaca que: “o exercício da profissão de docente



favorece o percurso escolar dos filhos e que esse favorecimento se associa à posse de diferentes tipos de vantagens [...], que contribuem para a constituição de disposições e competências providas de valor no mercado escolar”. Nogueira (2013) destaca ainda que:

As competências e disposições favoráveis ao sucesso escolar [...], derivadas de um processo metódico de formação realizado pelos pais, mediante a posse e utilização de alguns trunfos. A coordenação desses trunfos faz dos pais professores tanto “estrategistas privilegiados” quanto “ótimos pais de alunos” e influencia positivamente, favorecendo a vida escolar dos filhos (NOGUEIRA, 2013, p. 75).

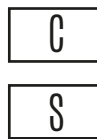
Sua pesquisa do mestrado contemplou aspectos de natureza linguística e metalinguística da Matemática, que não haviam constituído objeto próprio de estudo na graduação, ampliando sua visão acerca do vasto poder da Matemática (RÊGO, 2018).

Desenvolveu no mestrado uma pesquisa na área de Teoria dos Modelos, com o título “Tópicos Gerais em Teoria dos Modelos”, na qual fez análise de quais teoremas centrais eram válidos em diferentes sistemas axiomáticos. Foi orientada pelo Prof. Dr. Carlos Lungarzo que, apesar de ser vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), era membro do projeto de colaboração com a Pós-Graduação em Filosofia da UFPB. Esse convênio, firmado entre as duas instituições, deu oportunidade a seus alunos estudarem com professores como Newton da Costa e Roberto Martins, que se destacavam nacional e internacionalmente no campo da Lógica e da Epistemologia da Ciência, respectivamente (RÊGO, 2018).

Além dos professores anteriormente citados, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo também foi aluna do professor Richard Epstein, pesquisador norte-americano que publicou diversas obras sobre Pensamento Crítico. Tais publicações serviram como base para que Rogéria ministrasse um curso para estudantes de Matemática, no início de sua atuação no Departamento de Matemática. Suas leituras iniciais na área a conduziram para estudos posteriores em Educação Crítica, no campo da Matemática (RÊGO, 2018).

Faustino e Passos (2013) ressaltam que a concepção de Educação Matemática crítica envolve os aspectos políticos e sociais, tendo como premissa a Educação Matemática como suporte para o desenvolvimento de competências democráticas e, ao mesmo tempo, ela tem como seu pressuposto uma noção de incerteza com relação aos seus próprios fins.

Ole Skovsmose diz que a ideia de Educação Matemática Crítica surgiu no início da década de 1970 e que foi empolgante para ele o esforço de formular tal ideia, com suas primeiras tentativas no ano de 1975, trabalhando de forma sistemática a partir de



1977, com o início de seus estudos de doutorado (CEOLIM; HERMANN, 2012). Diante dessas tentativas, Skovsmose encontrou um problema em particular:

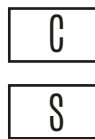
Em geral, a Educação Crítica estava longe de expressar qualquer interesse pela Matemática. Se não simplesmente ignorada, a Educação Matemática era considerada quase uma antítese à Educação Crítica. Esta posição se encontrava fundamentada nas bases da própria Teoria Crítica (CEOLIM e HERMANN, 2012, P. 10).

Anos depois, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo orientou uma tese de doutorado, cujo tema geral foi a Educação Crítica no campo da Matemática (CAVALCANTI, 2010), em que foi abordado o conceito de cidadania e quais contribuições a resolução de problemas pode trazer para sua construção, através de argumentos situados na Filosofia, Sociologia e Educação (RÊGO, 2018).

Para a Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo, a Educação Crítica no campo da Matemática trata, além de outros pontos, de estimular a reflexão sobre a falsa neutralidade do conhecimento matemático. Precisamos discutir isso nas instituições formadoras de professores de Matemática para não correremos o risco de serem reproduzidas práticas que enfraquecem a capacidade do raciocínio dos nossos estudantes. Um exemplo citado por ela é o de um problema que geralmente se trabalha no estudo da Álgebra no Ensino Fundamental. Nessa situação, o problema apresenta um quintal (sítio ou fazenda) onde são criados animais de quatro e duas patas, como porcos e galinhas (ou bodes e patos, dentre outras variantes), e se informa o número total de animais e de pés, questionando-se quantos animais há de cada tipo (RÊGO, 2018).

Ao pararmos para refletir sobre o problema que foi destacado pela Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo, nos questionamos até que ponto aquele problema irá fazer sentido para os alunos, pois surge a questão: Quem iria contar a quantidade de animais através das patas dos mesmos, e não pela unidade do animal? Os alunos podem questionar a importância daquele problema para a aprendizagem deles, pois é uma questão que dificilmente eles vão se deparar durante suas vidas. Os reflexos do paradigma do exercício na resolução desse problema acontecem, pois, segundo Faustino e Passos (2013, p. 64), “[A] existência de uma única resposta certa é uma condição central no paradigma do exercício, excluindo a possibilidade dos alunos questionarem a relevância daquele exercício, se as condições e elementos do problema fornecido são, ou não, relevantes”.

Esse problema é visto em muitas salas de aula, pois é reproduzido por diversas gerações de professores. Problemas assim subestimam as habilidades dos alunos e, ao contrário do que deveria, as resoluções de problemas podem trazer prejuízos à capacidade de raciocinar, refletir e criticar do estudante.



No segundo semestre do ano de 1993 e no ano de 1994, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo atuou como professora substituta do Departamento de Matemática (DM), na Universidade Federal da Paraíba, Campus I. Esse período foi importante para suas futuras pretensões na área de Matemática, pois a experiência de sala de aula deixou clara a fragilidade de sua formação na graduação e no nível de mestrado para atuação na docência (RÊGO, 2018).

Esse fato foi de suma importância para o seu encontro com a educação matemática, pois, segundo ela, esse encontro se deu exatamente na época em que começou a ensinar, afirmando que:

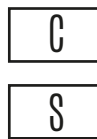
[...] quando estava concluindo o Mestrado eu ingressei aqui no Departamento de Matemática como professora substituta. Trabalhei durante um ano como professora substituta, só que quando eu comecei a dar aula eu me desesperei, porque a gente no Bacharelado não discute nada sobre a área de ensino (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Assim, podemos observar que, devido à sua formação ter sido o bacharelado, ela enfrentou algumas dificuldades durante sua primeira experiência docente. Para tentar amenizar e preencher essa lacuna que a graduação deixou em sua formação, afirmou:

[...] eu comecei a assistir disciplinas da licenciatura em Matemática como ouvinte [...] cursei didática, não como aluna, mas assisti todas as aulas, fazia prova, cursei a disciplina de Metodologia do ensino de Matemática que tinha na época, História da Matemática, Fundamentos da Geometria Euclidiana [...] o que tinha de disciplinas de licenciatura do curso eu assisti como aluna ouvinte, aí me encantei pela área de Educação. Comecei a fazer leituras principalmente das disciplinas de Psicologia da Aprendizagem [...] e didática (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Essas leituras com foco no ensino-aprendizagem de forma geral e no ensino de Matemática, especificamente, foram de grande auxílio para ampliar sua formação na educação matemática. O amor pelos números, que dissemos anteriormente, a partir daquele momento estava ligado ao campo didático-pedagógico e às reflexões sobre o ensinar e aprender Matemática, na Educação Básica e Superior.

Nesse contexto, fica notório que o seu encontro com a educação matemática se deu pela angústia de iniciar seu trabalho como docente e não saber o que fazer para formar novos profissionais, pois, por essa necessidade, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo buscou se qualificar. Mesmo como professora do Departamento de Matemática,



ela entrou em sala de aula como ouvinte para buscar conhecimentos que não recebeu em sua graduação. Devido ao seu curso ser um bacharelado, ela mesma evidencia que não se via quase nada sobre a área de ensino. Apesar do seu ingresso como professora na graduação, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo deixa claro que:

[...] na verdade eu não pensei inicialmente na docência; [...] minha aproximação se deu primeiro para a área de Matemática, mas a questão da docência, do ensino e aprendizagem de Matemática foi uma questão de angústia pessoal minha quando eu comecei a ensinar [...] (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Na aproximação com a área da Matemática, a escolha pelo bacharelado seu deu pela falta de opção, pois,

[...] na época lá na universidade não tinha o curso de licenciatura, se tivesse talvez eu tivesse até pensado assim: eu vou fazer licenciatura ou bacharelado? Eu não tive essa dúvida porque lá só tinha bacharelado. Quando eu decidi ir para a área de Matemática não tive que viver essa escolha [...] (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Com as falas anteriores expondo as dificuldades enfrentadas por ela, abrimos um parêntese para reflexões sobre os aspectos que diferem a formação de um bacharel, toda voltada para área das pesquisas na Matemática Pura, sem reflexões sobre como deve ser o ensino, tanto na educação superior, quanto na educação básica, e a de um licenciado, cuja formação deve seguir o rumo dos ensinamentos para lecionar. Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo destaca que “[...] no Bacharelado a gente não faz reflexão sobre questões do ensino em sala de aula, embora no Brasil a maioria dos bacharéis viva de dar aula” (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

Isso gera uma falsa divisão que se vê em determinadas instituições, de forma que esses aspectos podem ser debatidos em sala de aula:

[...] eu discuto muito com meus alunos sobre uma falsa divisão que você faz dentro da instituição como se Licenciatura fosse apenas para ensinar e o Bacharelado para pesquisar. A gente tem essa espécie de senso comum aqui dentro da instituição, mas sabemos que o campo de atuação do Bacharelado na área de Matemática, de Física é limitado. Não temos institutos de pesquisa que empreguem todos os doutores de Matemática e Física pura, então, a maioria termina se empregando na Universidade, como professor [...] (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

C
S

Como destaca a Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo: “[...] quando você faz concurso para universidade, você não faz concurso para ser pesquisador, você faz concurso para ser professor. Você vai ser um professor que faz pesquisa, mas infelizmente a gente termina tendo pesquisador que dá aula, sem ter identidade com a docência” (RÊGO, entrevista cedida, 08/04/2019).

No mês de dezembro de 1994, Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo foi aprovada no concurso público para professora efetiva do Departamento de Matemática, do qual já fazia parte como professora substituta. Com seu ingresso de forma permanente no DM, o desafio de participar e colaborar com a formação de futuros professores da área de exatas aumentou, já que ela ministrou aula em diversos cursos (RÊGO, 2018).

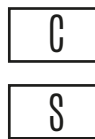
A Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo teve a oportunidade de, além de conviver com estudantes dos cursos de bacharelado e licenciatura em Matemática, ministrar disciplinas a estudantes de outros cursos de graduação do Centro de Ciências Exatas e da Natureza e de outros centros da UFPB. Estes desafios enfrentados por ela desde seu ingresso na UFPB sejam talvez a parte mais expressiva do vínculo com a universidade, seja no ensino, pesquisa ou extensão (RÊGO, 2018).

O fato de não lecionar apenas nos cursos de Matemática, fazendo uma viagem por outros cursos de graduação do Centro de Ciências Exatas e da Natureza e de outros centros da UFPB, fez com que ela atuasse em uma grande quantidade de disciplinas na graduação, desde seu ingresso como professora substituta.

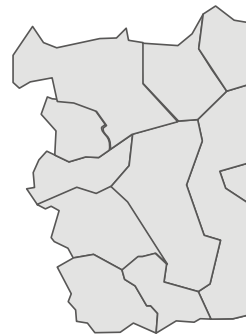
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os estudos históricos sobre a vida pessoal e profissional da Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo, percebemos as potencialidades em termos de reflexões que este estudo pode trazer para a formação de professores. Assim, sugerimos que haja mais pesquisas que tragam a história e memória de professores(as), devido à importância de trazer para o meio acadêmico reflexões sobre as dificuldades enfrentadas no primeiro contato com a sala, bem como sobre a formação docente. Como destacamos anteriormente, a professora Rogéria, mesmo com sua formação inicial sendo bacharelado, optou pela docência como profissão.

Traçamos a trajetória da Profa. Rogéria Gaudencio do Rêgo desde sua infância, sua vida escolar, encantamento pelos números e seu professor Marcos, que, com sua metodologia de ensino, fez com que ela se sentisse atraída pela Matemática. Também evidenciamos as suas dificuldades no início de sua carreira docente, as quais foram oriundas da carência de disciplinas voltadas para a didática em sala de aula e que trouxessem discussões sobre aspectos ligados à prática docente.



A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DA PARAÍBA UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA E SÓCIO-HISTÓRICA NO JORNAL MAMANGUAPENSE A COMARCA



Roseane Batista Feitosa Nicolau⁵³

Maely Silva de Farias⁵⁴

Ianny Thalita Marques de Andrade⁵⁵

INTRODUÇÃO

A imprensa jornalística surge como um espaço para a disseminação de ideias e divulgação de informações, ou seja, ela se configura, desde o seu surgimento, como um depósito cultural, onde se manifesta a expressão da sociedade por meio dos textos, abordando temáticas discutidas na época.

Os primeiros passos da imprensa paraibana aconteceram a partir da crescente demanda de textos oficiais do Império, no período de D. João VI, quando surgiram os primeiros jornais trazidos das tipografias aprovadas pela Coroa, conforme afirmam as autoras Aldrigue e Nicolau (2009). No contexto do estado paraibano, o primeiro jornal começou a circular ainda no princípio do século XIX e, por muito tempo, centrava-se apenas na capital, representando, inicialmente, os acontecimentos políticos e oficiais.

Além de manterem a população informada, os jornais colaboraram para a formação do português do Brasil, sobretudo escrito. Para se tomar conhecimento acerca da historicidade a nossa língua portuguesa falada e escrita, se faz necessária a consulta de textos escritos que circularam em séculos anteriores, com os presentes nos jornais, a fim de compreendermos o processo pelo qual nossa língua passou até alcançar a configuração atual, pois as línguas são passíveis à variação e à mudança. É possível,

53 Doutora em Linguística. Integrante do Grupo de Pesquisa em Processos e Linguagens Midiáticas (Gmid/UFPB). E-mail: rosenicolau.ufpb@gmail.com

54 Graduada em Letras (*Campus IV/UFPB*). Pesquisadora do Gmid. E-mail: maelyfarias@gmail.com

55 Graduada em Letras (*Campus IV/UFPB*). E-mail: iannythalita11@gmail.com

também, por meio desses escritos, direcionar o enfoque ao contexto social, histórico e político do Brasil e, por fim, entender a sociedade em determinada época.

Considerando os jornais como fonte rica de pesquisa, o projeto de Iniciação Científica (PIBIC2017-2018) intitulado *Para a História do Português da Paraíba (PHP-PB)* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB - *Campus IV*), desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em Processos e Linguagens Midiáticas (Gmid/UFPB), tem como objetivo historiar o português brasileiro através do estudo de textos da imprensa que circularam no Estado da Paraíba, desde o período colonial até o período republicano, a fim de colaborar com as linhas de pesquisa sobre a formação da Língua Portuguesa no Brasil, no projeto de âmbito nacional *Para a História do Português do Brasil (PHPB)*.

Este capítulo de livro, precisamente, corresponde a um recorte do mencionado projeto de pesquisa (PIBIC 2017/2018), no qual propomos compreender questões relacionadas à historicidade da Língua Portuguesa brasileira por meio de uma análise de textos do jornal *A Comarca*, que circulou na cidade de Mamanguape no final do século XIX, a partir de condicionadores extralinguísticos e linguísticos, buscando observar fenômenos linguísticos e extralinguísticos que resultaram no Português do Brasil.

É importante ressaltar que o material para análise foi retirado da Hemeroteca digital *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX*⁵⁶. Sequente ao momento de catalogação dos gêneros (editoriais, anúncios, solicitações etc.) situados nos exemplares, seguimos com o processo de transcrição dos textos para, em seguida, selecionarmos os textos e procedermos com as análises.

Para a realização desse estudo, nos amparamos no modelo das Tradições Discursivas, através dos teóricos: Kabatek (2004); Castilho da Costa & Simões (2015); Longhin (2014), quando buscam, por meio da observação, identificar as tradições textuais próprias do contexto jornalístico, como, por exemplo, os gêneros que se fixaram neste contexto; também nos apropriamos da vertente da Linguística denominada Sociolinguística, especificamente com os autores: Mollica & Braga (2003); Tarallo (2007); Coelho et al. (2015), para realizar um estudo dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos, buscando observar fenômenos linguísticos em gêneros diversos do contexto jornalístico escrito. Esses suportes teóricos foram fundamentais para realizarmos as análises dos textos no sentido de compreender o contexto sócio-histórico nesses textos e o comportamento linguístico do português brasileiro em determinado período, sobretudo, o processo de variação linguística.

56 Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>>. Acessado em 09 de novembro de 2017.

Vislumbram-se, desse modo, análises nos diversos gêneros presentes nos jornais, com ênfase no contexto em que esses textos estavam inseridos, possibilitando o conhecimento acerca da nossa própria língua, de maneira diacrônica, bem como refletindo como nossa gramática de uso se estabeleceu ao longo do tempo, especialmente o português da região do Vale do Mamanguape Paraibano.

Nos subtópicos iniciais deste capítulo tratamos das teorias que conduziram nossa pesquisa, perpassando sobre definições e explicações acerca das Tradições Discursivas, bem como sobre a Teoria da Sociolinguística. Também trazemos algumas informações sobre a imprensa mamanguapense, especificamente sobre a circulação do jornal *A Comarca* (1890), relatando quais gêneros fizeram parte das análises presentes neste trabalho. Por fim, apresentamos a análise dos condicionadores extralinguísticos e linguísticos presentes nos gêneros selecionados.

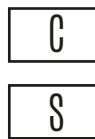
TRADIÇÕES DISCURSIVAS: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES

O berço do conceito das Tradições Discursivas (doravante TD) é na linguística românica alemã, a partir dos estudos de Eugenio Coseriu. Tal modelo teórico tem tido abrangência também aqui no Brasil, especialmente nos estudos diacrônicos voltados à história do Português brasileiro, uma vez que, segundo Castilho da Costa e Simões (2015), este modelo oportuniza aos estudiosos identificarem a tensão entre normas existentes em textos escritos nos séculos passados.

O conceito de TD surgiu a partir da ampliação dada à classificação dos três níveis da atividade linguística proposta por Coseriu, que são: o primeiro, o nível universal, relacionado à capacidade do ser humano de falar; o segundo nível, denominado de histórico, no qual as línguas são consideradas como sistemas históricos; e o terceiro, o nível dos textos ou discursos, os quais são enunciados de modo particular e único. Estes níveis, portanto, segundo Kabatek (2004), acontecem simultaneamente, uma vez que a comunicação é realizada mediante textos.

A partir de Coseriu, os estudos se ampliaram, e o conceito de Tradições Discursivas foi se firmando, a começar, por exemplo, com Schlieben-Lange, discípula de Coseriu, a qual, em 1983, apresentou a distinção entre história dos textos e história das línguas. Posteriormente, Koch (1997) e Oesterreicher (1997) reavaliaram os três níveis do falar proposto por Coseriu e reduplicaram o nível histórico para distinguir língua e texto, corroborando com a definição das TD.

A reduplicação consiste em considerar os seguintes aspectos: a língua como um sistema gramatical e lexical, e as TD. Ou seja, o falar passa por dois filtros de modo



simultâneo, um equivalente à organização linguística e outro às Tradições Discursivas. Explanando sobre esta questão, afirma Longhin (2014):

[...] essa distinção permite vislumbrar que a produção de sentido passa, necessariamente, por duas espécies de ‘filtros’ concomitantes, que promovem adequação a dois tipos de técnicas, cujas fronteiras não são claras: as *técnicas da língua*, que organizam os fatos linguísticos, como oposições fonológicas, construções morfológicas, arranjos sintáticos e escolhas lexicais; e as *técnicas da tradição dos textos*, que organizam o linguístico em unidades maiores, texto ou discurso concreto, em termos de conteúdo temático ou domínio mais amplo de sentido, composicionalidade ou estilo. (LONGHIN (2014, p.17, *grifos da autora*).

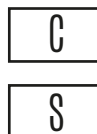
Os filtros, desse modo, demonstram como a comunicação acontece; por exemplo, numa saudação como “Boa tarde!”, o falante, além de gerar um enunciado a partir do léxico e da gramática de uma língua, ele expressa, em seu enunciado, a historicidade de uma tradição cultural e linguística.

Segundo Kabatek (2004), um dos traços que definem as TD é a repetição de algo preservado na memória cultural, como o autor postula: “O traço definidor das TD, é, então, a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior: uma relação temporal com *repetição* de algo.” (KABATEK, 2004, p. 5, *grifo do autor*).

Ainda segundo o autor, há algumas condições essenciais para que essas repetições sejam consideradas TD. Em primeiro lugar, ele explica que uma TD deve ser discursiva, em segundo lugar, Kabatek (2004) explica que nem toda repetição linguística forma uma TD e a terceira condição trata-se do conteúdo de um texto. Mediante essas condições as repetições são consideradas TD, e essas repetições são possíveis apenas pela evocação, conforme o autor apresenta. Isso significa que uma repetição acontece a partir do seu contexto situacional.

Kabatek (2004) apresenta um conceito de Tradições Discursivas que sintetiza e deixa claro o que fora abordado até aqui. Segundo ele:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de comunicação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados. (KABATEK, 2004, p. 7).



Nesse sentido, entendemos que as TD são as formas linguísticas textuais repetidas ao longo do tempo, evocadas por determinada situação, que carregam consigo uma historicidade. Um campo fértil para o estudo das TD é nos textos que circularam em época passadas, como, por exemplo, os textos jornalísticos, uma vez que eles continuam sendo reproduzidos, mas podem apresentar novas características, incluindo questões de cunho linguístico, já que nosso português, assim como as outras línguas, possui um caráter maleável e se transmuta com o decorrer do tempo.

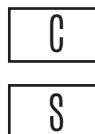
Contudo, mesmo diante dessa definição, vale salientar que há algumas questões relacionadas às TD. A primeira diz respeito à referência, isso quer dizer que é necessária uma situação comunicativa associada com um texto, entretanto, é possível que existam textos que criem seus próprios contextos e evoquem uma tradição. Outro ponto está relacionado às TD e variações linguísticas (variação diastrática; variação diafásica e variação diatópica), já que o ser humano pode optar por certas construções linguísticas que fazem parte do seu meio, o que colabora para sua definição como sujeito.

Especificamente no caso do português aqui no Brasil, os estudos baseados nas TD se tornam fundamentais, já que o nosso idioma oficial possui raízes lusas. Nesse contexto, é importante verificar o processo de mudança do português aqui instituído, a fim de enxergarmos os fenômenos que corroboraram para sua firmação atual, no caso, o português brasileiro.

Em suma, a partir do conceito apresentado Kabatek (2004), consideramos que o estudo das TD se torna imprescindível para entendermos os fatos da língua ao longo da história, uma vez que ela é viva e se transmuta com o decorrer do tempo, bem como dos gêneros textuais, como formas de dizer que circulavam socialmente. Por meio desse estudo também é possível conhecer e reconhecer como todas essas transformações ocorreram e como determinadas construções continuam resistindo no tempo pelo fato de serem repetidas. Alinhados a esta visão, temos os estudos na área da Sociolinguística, que neste trabalho permitirão uma análise dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos dos gêneros presentes no jornal A Comarca.

SOCIOLINGUÍSTICA E CONDICIONADORES LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS

Numa comunidade linguística, há diversos modos de falar. Tarallo (2007), em *A pesquisa sociolinguística*, expõe que é possível entender esse “caos” linguístico mesmo diante de uma comunidade heterogênea e plural. Em *Para conhecer Sociolinguística*, Coelho et. al (2015) mostram que as pessoas se comunicam por meio de uma língua,



como, por exemplo, o português. Entretanto, cada uma delas tem seu modo particular de falar, visto que há fatores que condicionam a existência de falares diferenciados, tais como sociais e linguísticos.

Apesar de a Sociolinguística transparecer seu objeto de estudo pela própria construção de sua denominação, ou seja, ela aborda os estudos da relação entre língua e sociedade, essa acepção apresenta-se bastante ampla, resultando em vertentes como a Sociolinguística Quantitativa e Teoria da Variação e Mudança Linguística.

Tarallo (2007) afirma que a proposta da Sociolinguística Quantitativa se principiou através dos estudos de William Labov, o qual enfatizou a ligação entre os âmbitos social e linguístico. Este modelo é assim denominado porque, a partir da investigação de como a língua se configurava em determinada comunidade de falantes, todos os dados coletados passaram por uma análise estatística.

No que tange à discussão de Teoria da Variação e Mudança linguística, é importante considerarmos a abordagem que Tarallo (2007) faz quando afirma que toda a mudança linguística implica variação, porém, nem tudo que varia passa pela mudança. Além disso, o autor aponta que os estudos das variantes se inclinam para dois pontos: 1) as variantes convivem com outras variantes, e 2) há uma mudança contínua em que alguma variante passa a não mais existir. Neste caso, a “luta” entre variantes ocorre a partir dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos, pois são eles que favorecem a mudança.

Portanto, podemos considerar, como apresentam Mollica e Braga (2003), que a variação é o objeto fundamental da Sociolinguística, haja vista que é um princípio universal que serve de fins científicos. Essas variações acontecem, como veremos adiante, a partir de fatores linguísticos e sociais. O primeiro se ampara numa análise gramatical, já o segundo volta-se para um estudo trabalhado nas perspectivas contextuais que influenciam os mais variados modos de falar das comunidades sociais.

Considerando as proposições de Coelho et al. (2015), é fundamental compreendermos mecanismos que circundam a língua como *variedade*, *variação*, *variável* e *variantes*. Diante disso, *variedade* está relacionada aos diferentes modos de falar pertencentes aos distintos atores sociais, *variação linguística* são as diferentes denominações que um mesmo referencial pode receber num mesmo contexto, *variável* é a posição em que a variação se encontra dentro do contexto gramatical, e, por fim, *variantes* são os díspares termos que compõem uma variável, remetendo a um mesmo significado, ou, como explica Tarallo (2007), são as diversas formas de se falar em um mesmo contexto.

Ademais, existem fatores que regem o modo como as variantes podem ocorrer, conduzindo assim a fala dos indivíduos, as quais são condicionadas por elementos internos

C

S

e externos à língua, denominados condicionadores linguísticos e extralinguísticos, parâmetros utilizados para os estudos sociolinguísticos, conforme Coelho et al. (2015).

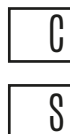
Mediante tais conceitos e reflexões sobre a área da Sociolinguística, é importante enfatizar que ela traz a possibilidade de conhecermos sobre determinada língua, no nosso caso, o português em um contexto específico, no século XIX no Brasil, contribuindo para a compreensão dos fatores que determinaram a configuração atual de uma língua. No caso da nossa, tornando-se única, com características próprias, apesar de ter raízes fortemente lusitanas. Além disso, esta área de conhecimento também concede “[...] valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão natural e legítima.” (MOLLICA et al., 2003, p. 13). Partamos agora para o nosso universo de pesquisa, o *Jornal A Comarca*.

O JORNAL A COMARCA

Desde os anos sessenta do século XIX, precisamente no ano de 1863, na região de Mamanguape, começou a circular um jornal intitulado *O Mamanguapense*, cuja propriedade era de Job Paciente Bastos & Cia. Conforme Rodrigues (2008), foi o segundo local do estado paraibano a iniciar a circulação de um semanário. Posteriormente, outros jornais circularam na região. Alguns deles tratavam, sobretudo, de questões econômicas, outros, de assuntos relacionados à política e educação.

O periódico que faz parte do nosso estudo é *A Comarca*, que começou a circular em Mamanguape no ano de 1890, criado por José Rodrigues de Carvalho, em conjunto com Castro Pinto. Este jornal foi espaço para a circulação de muitos informes e palco da estreia de Castro Pinto, como publicista, e José Rodrigues, como autor literário. Isso significa que os textos registrados na folha do jornal não se restringem apenas aos relatos de acontecimentos, ou seja, havia a presença de outras vozes, a partir das histórias literárias, fazendo com que os mais variados públicos tivessem interesse em ler e conhecer o jornal.

Esse jornal e outros desta mesma época foram encontrados na hemeroteca digital *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX*, já citada. Coletamos apenas quatro exemplares datados de 1890 e 1891, dos quais procedemos com a seleção dos gêneros, depois seguimos com o processo de transcrição e, por fim, com as análises dos gêneros, mas, sobretudo, dos condicionadores extralinguísticos e linguísticos, baseados nas teorias supracitadas.



ANÁLISE DOS GÊNEROS SELECIONADOS DO JORNAL A COMARCA: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E CONDICIONADORES

Neste trabalho, especificamente, apresentamos o estudo analítico dos textos dos gêneros selecionados, no jornal A Comarca, a saber: a) editorial, gênero opinativo-argumentativo, no qual o redator expõe a opinião do jornal acerca dos acontecimentos e fatos, sobretudo de ordem social e política; b) gazetilhas e solicitações do jornais do século XIX, tradições que passaram a ser anúncios e notícias sociais nas colunas dos jornais no século XX.

Apresentado o nosso universo de pesquisa, demos início à seleção e apresentação em quadros do *corpus* para realizar a análise explicativa dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos de gêneros presentes no jornal, por meios de fenômenos como: concordância verbal, uso pronominal, formais nominais do verbo, dentre outros identificados.

Quadro 01: Editorial, transcrito conforme Guedes e Berlinck (2000)⁵⁷

A REPUBLICA BRAZILEIRA - 15 DE NOVEMBRO DE 1890
Republica brasileira Quanto è sublime e fe- cunda a ideia demo- cratica! O Brazil, que há um na- no fez-se republica, [ilegível]mo o gigante que ensaia as su- as primeiras manifestaçõ- es, tende a encaminhar-se na senda do progresso, não só devido á paz que acompanha a grande transformação politica, como, principalmente, pe- la constante decretação de reformas tão necessarias e liberaes. Entretanto a opinião publica, em grande parte, manifesta-se hostile ao pri- meiro governo da republi- ca brasileira, talvez por não merecer-lhe a con- ducta de seus membros a confiança absoluta que só inspira o longo e doloroso tirocinio de velhos paladi- nos de uma crença. [Espaço] E de facto, o [ilegível] dos autores da grande revolu- ção brasileira consiste na exclusão dos Saldanha Marinho, Silva Jardim, etc, etc. Todavia a ideia é sempre a mesma: - a re- publica está fundada; e a plan[ilegível]a da democracia não morre; [ilegível] presente se- [ilegível] [ilegível] não são todos sazonados, regue-se o solo em que medrou a liberda- de, com o suor de nossos [espaço] esforços patrióticos, [ilegível] crentes, confiamos nos cultores do futuro. JOSÉ RODRIGUES DE CARV ^o

Fonte: Hemeroteca digital *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX*, disponível no site: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>.

C
S

⁵⁷ Todos os textos retirados do jornal apresentam a escrita tal qual está no original.

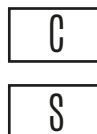
A) ANÁLISE DOS CONDICIONADORES EXTRALINGUÍSTICOS DO EDITORIAL - 15 DE NOV DE 1890

O Editorial é um gênero textual que se caracteriza, principalmente, por conter a expressão de uma opinião, geralmente, pelos redatores e donos do jornal. O edital que circulou no jornal do dia 15 de novembro, do ano de 1890, está em consonância com o que está escrito na capa do jornal, em que se observa, entre duas colunas, uma data muito importante para a história do Brasil, na qual sucedeu a Proclamação da República do Brasil (15 de novembro de 1889). Além disso, destaca-se como título da capa, de forma centralizada ao redor do brasão, a seguinte expressão: Homenagem ao 15 de novembro. A partir da configuração gráfica da capa, verificamos que o tema central do jornal está relacionado à comemoração de um ano da Proclamação da República do Brasil. No editorial selecionado, observa-se que o texto foi assinado pelo próprio fundador do jornal *A Comarca*, José Rodrigues de Carvalho, o qual era homem de formação acadêmica e estava integrado aos assuntos políticos da nação.

O editorial recebe o título: “A república brasileira” (representação gráfica da época) e é iniciado com uma expressão em tom animoso, expressando o entusiasmo do autor sobre a passagem de um ano que o país inicia a experiência democrática. O autor do texto aponta a necessidade de maiores transformações políticas para o que o país desenvolva; além disso, apresenta o descontentamento da população referente à administração governamental de Deodoro da Fonseca, porque havia a exclusão de grandes nomes que contribuíram para a independência do Brasil. Além disso, é constatado que Deodoro da Fonseca principiou o seu mandato de modo desajustado, sem demonstrar muita competência, e apenas aos poucos tentou ajustar os setores no esforço de deixar o país organizado.

Dentre os nomes excluídos, o autor cita os de Saldanha Marinho e Silva Jardim. Conforme o verbete disponível no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Saldanha Marinho, natural de Pernambuco, principiou seu envolvimento na política brasileira quando se integrou ao Partido Liberal, tornando-se deputado provincial no Ceará. Depois de seu desligamento do Partido, organizou por volta de 1868 uma instituição republicana. Portanto, observa-se que Saldanha Marinho tinha o caráter republicano e também abolicionista.

Assim como Saldanha Marinho, nos indica o verbete acessível no site do CPDOC, Silva Jardim também almejou a independência do país e durante o ingresso à Faculdade de Direito de São Paulo integrou-se ao Clube Republicano Acadêmico, aproximando-se de jovens que, assim como ele, tinham ideais republicanos e abolicionistas. Além disso, não hesitava em apresentar manifestos que criticavam durante o regime monárquico,



como também não escondia o almejo de uma revolução que culminasse na Proclamação da República. Este representante político pode contemplar a derrubada da monarquia na madrugada de 15 de novembro de 1889.

Por fim, José Rodrigues de Carvalho expressa a força republicana, demonstrando credibilidade, apesar de certa instabilidade. A Proclamação foi o passo inicial para que o país pudesse avançar.

B) ANÁLISE DOS CONDICIONADORES LINGUÍSTICOS DO EDITORIAL - 15 DE NOVEMBRO DE 1890

O editorial, por se tratar de um gênero disseminado, especialmente, pelos donos e editores dos jornais, ou seja, pessoas com um nível escolarizado elevado, conseguimos identificar fatores que condizem com as regras estabelecidas pela gramática normativa em voga, as quais, segundo Coelho, Danna e Polachini (2014), eram as *Noções de grammatica portuguesa* (1887), de Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade, e *Serões grammicaes, Nova Gramatica Portuguesa* (1890) de Carneiro Ribeiro.

Como exemplo desse aspecto, temos a utilização da colocação pronominal ênclise, a qual obedece à sequência verbo-complemento: *encaminhar-se; manifesta-se; merecer-lhe; regue-se*. Notamos o uso do verbo “haver” na sua forma impessoal (*há*) denotando o sentido da forma verbal “fazer”, indicando ocorrência de tempo. Verificamos no fragmento a seguir: “[...] *que há um ano fez-se republica*.” o emprego da concordância tanto verbal quando nominal própria das gramáticas portuguesas. Além disso, um léxico próprio da época e de pessoa que apresentava escolaridade.

Quadro 02: Notas sociais/Gazetilhas, transcritas conforme Guedes e Berlinck (2000)

15 DE MARÇO DE 1891	
CASAMENTO CIVIL	VISCONDE DE OURO PRETO
Casamento civil: Lei de gratuidade 1º do artigo 72 Conforme o § 1º do artigo 72 de nossa constituição política, a celebração do casamento civil será gratuita.	Visconde de Ouro Preto Este ilustre brasileiro publicou em Paris um livro sobre o advento da ditadura militar, defendendo-se das acusações feitas na exposição de Ruy Barbosa sobre o estado do tesouro, diz que nas despesas havia saldo as quais eram de importância de 110.685 contos, deixando para isso no tesouro, nos bancos e em Londres a quantia de 127.551 contos, além de 61 mil contos.

Fonte: Hemeroteca digital *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX*, disponível no site: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>.

C

S

A) ANÁLISE DOS CONDICIONADORES EXTRALINGUÍSTICOS: NOTAS SOCIAIS/ GAZETILHAS

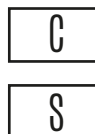
Na seção gazetilha objetivava-se retratar os mais variados temas, inclusive reproduzindo as informações contidas em outros jornais. A gazetilha “Casamento Civil” foi publicada no jornal *A Comarca* em 15 de março do ano de 1891, contendo a informação acerca da gratuidade do casamento, estabelecida no 72º artigo da Constituição Federal de 1891, sendo a primeira Constituição elaborada após a Proclamação da República, promulgada em 24 de fevereiro deste ano. A Constituição de 1891 teve como modelo a Constituição americana, assim como os ideais positivistas, e foi pensada para seguir a proposta democrática, dando, por exemplo, autonomia aos cidadãos na política e o direito ao voto.

O dado disseminado no jornal diz que o assunto sobre a gratuidade do casamento está no parágrafo 1º. Entretanto, consta-se este tema somente no parágrafo 4º do mesmo artigo, segundo a *Constituição de 1891* disponível no site *Jus Brasil*, demonstrando um equívoco na publicação. Isso se dá pela recorrência a outros materiais já publicados em jornais diversos. Além disso, podemos considerar que, por ter sido um fato recente à veiculação do jornal (Constituição promulgada em 24 de fevereiro e informação dada em 15 de março de 1891), muitos informes não chegaram por completo aos redatores, o que pode ter influenciado no equívoco.

Já na gazetilha intitulada “Visconde de Ouro Preto”, conhecemos a figura do próprio Visconde de Ouro Preto, o qual se chamava Afonso Celso de Assis Figueiredo. Ele esteve envolvido com as questões políticas do Brasil integrado ao sistema monárquico. Por isso, foi grande defensor deste regime. Antes da Proclamação da República se tornou ministro da Fazenda no ano de 1878 e assumiu importantes cargos políticos provinciais.

O livro *Advento da ditadura militar no Brasil* foi publicado, segundo o jornal *A Comarca*, em Paris. Isso se deu devido ao exílio sofrido pelo Visconde depois que o país passou de um regime a outro. Verifica-se que a obra principia com o relato de viagem e, além de servir para expressar o descontentamento dele com os rumos políticos tomados no país, percebendo a possível implementação de um sistema ditatorial, foi elaborada, principalmente, para manifestar as acusações de Rui Barbosa, que se tornou Ministro da Fazenda logo que o país se tornou república.

Na obra tecida por Visconde de Ouro Preto, verifica-se que a acusação de Rui Barbosa centrou-se na afirmação de que a regência das finanças do país pelo ex-ministro da Fazenda, Visconde de Ouro Preto, foi realizada de modo irregular, deixando apenas dificuldades. Contudo, o acusado rebateu a denúncia e argumentou mostrando



quantitativamente a possibilidade de a República dar prosseguimento ao desenvolvimento econômico e que, neste caso, as acusações eram falsas.

B) ANÁLISE DOS CONDICIONADORES LINGUÍSTICOS: NOTAS SOCIAIS/SEÇÃO: GAZETILHAS - 13 DE MARÇO DE 1891

A gazetilha “Casamento Civil” possui um teor estritamente informativo. Identificamos apenas a recorrência de um verbo no futuro do presente (*será*), valendo-se salientar que o uso desse futuro é resultado de uma mudança estrutural analítica da construção “tem de ser”, a qual passou para a forma sintética “será”. Tais formas coexistiram no latim vulgar em diferentes línguas latinas. No século XIX, a língua portuguesa já usava massivamente a forma sintética nos seus textos escritos.

Na gazetilha “Visconde de Ouro Preto”, notamos o emprego da colocação pronominal ênclise na partícula *defendendo-se*, optando pela obediência às regras gramaticais vigentes em Portugal, e que no Brasil foi adotada com a implantação e oficialização da língua portuguesa como a língua pátria.

Em contrapartida, observamos a preterição do verbo “haver”, em que se estabelece uma relação de sentido a partir da forma verbal “ter”, como é possível verificar no trecho: “[...] diz que nas despesas havia saldo as quaes eram de importância [...]”. A forma verbal “havia” predomina na oração com o sentido de “tinha”. Tal característica é uma forma comumente utilizada nas gramáticas de português europeu, pois, como podemos identificar em Avelar (2006), existiam dois embates envolvendo o verbo “haver” no português antigo. O primeiro se instaurou contra o verbo “ser” durante o século XVI, estabelecendo-se em contextos existenciais, disposição que preserva até atualmente no português europeu. O segundo deu-se contra o verbo “ter” em construções possessivas. Nas orações que apresentam essa característica, o verbo “haver” era tido como canônico, mas com o passar do tempo foi perdendo espaço para o verbo “ter”, e, no século XVIII, a utilização deste último já era acentuada em contextos possessivos, fato que também se mantém no português europeu. Já no século XIX, no Brasil, a frequência do verbo “ter” tornou-se bem maior nos contextos estabelecidos anteriormente, principalmente na língua oral, pois, na modalidade escrita, seguindo as normas gramaticais da época, essa estrutura não se instaurava como correta. Logo, percebemos que a utilização dessa construção no jornal era marca clara da oralidade.

Vale salientar que a relação existente entre o verbo “haver” e “ter” também se dá a partir das considerações etimológicas dos verbos oriundos do latim, em que *haver* advindo da forma verbal *habeo* é passível de substituição pelo verbo *ter*, dependendo do contexto de construção linguística. Ao transpor dos anos, esses verbos passaram a ser utilizados em situações de posse, assim como em algumas outras construções do português arcaico,

C

S

por exemplo, “aver’ e ‘ter’ + de + infinitivo e ‘aver’ e ‘teer’ seguido de particípio passado”. (FONTES, 2014: 4)

Quadro 03: Notas sociais/Solicitação, transcritas conforme Guedes e Berlinck (2000)

22 DE MARÇO DE 1891
GENOROSA MARIA DA CONCEIÇÃO
SOLICITAÇÃO Genorosa Maria da Conceição. Rosalia Grangeiro convida as pessoas de sua amizade para assis- tirem a uma missa que manda celebrar, ás 5 horas da manhã, de se- gunda feira 23 do cor- rente, na igreja da Ma- triz, pelo descanso e- terno de sua mãe, fal- lecida, á 18 de fevereiro passado, no Rio de Janeiro; por cujo a- cto de religião e cari- dade se confessa grata.

Fonte: Hemeroteca digital *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX*, disponível no site: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>.

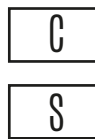
A) ANÁLISE DOS CONDICIONADORES EXTRALINGUÍSTICOS: NOTAS SOCIAIS/ SOLICITAÇÃO - 22 DE MARÇO DE 1891

Pela leitura, observa-se que a Solicitação possui um tom menos formal. Geralmente, era escrita ou solicitada a sua divulgação pelas pessoas que pertenciam às camadas populares.

Através da localização da solicitação no jornal, podemos considerar que, apesar de ser um informe relevante para a circulação, trata-se de um comunicado, ou, no caso desta solicitação, de um convite à missa pelo falecimento da senhora Genorosa Maria da Conceição, feito por sua filha Rosalia Grangeiro. A missa seria realizada no horário das 05:00 horas da manhã, na igreja Matriz São Pedro e São Paulo, atualmente localizada na Praça Padre João, no centro da cidade de Mamanguape, a qual foi construída pelos jesuítas no ano de 1634 com característica colonial.

Segundo Silva e Neves (2003), as transformações sociais, durante o século XIX, afetaram os costumes funerários. Assim, o sepultamento, antes realizado no espaço da igreja, passou a ser efetuado nos cemitérios públicos, construídos no objetivo de organizar o saneamento local. Os túmulos das pessoas começaram a ter ornamentos e boas construções, sobretudo os daqueles que pertenciam às famílias ricas. Assim, os mortos passaram a ser homenageados. Inclusive as notícias de falecimento ou convite às missas em lembrança de alguém se tornaram recorrentes nos jornais da época.

É importante ressaltar que o caráter informativo não concede ao texto muita formalidade, elaborado de modo mais legível, tornando-se acessível a todos os leitores do jornal.



B) ANÁLISE DOS CONDICIONADORES LINGUÍSTICOS: NOTAS SOCIAIS / SOLICITAÇÃO - 22 DE MARÇO DE 1891

A *solicitação* é um tipo de texto difundido por pessoas comuns da sociedade. Desse modo, podemos verificar a recorrência de construções gramaticais comuns à oralidade e que se aproximam do nosso atual português brasileiro.

Observamos o emprego do presente futurizado no uso dos verbos *manda celebrar*, indicando uma ação que irá realizar-se no futuro, e, além disso, notamos a utilização da colocação pronominal próclise em *se confessa*, fato que, de acordo com Cardozo e Othero (2017), divergia do estabelecido nas tradicionais gramáticas da época, as quais preteriam por utilizar a ênclise, seguindo o padrão de Sujeito/Verbo/Objeto. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, deu-se início ao uso pronome átono antecedente ao verbo, e a estruturação tornou-se Sujeito/Objeto/Verbo, formação mais usual nas vias orais. Esse fator refletiu na construção de textos jornalísticos. Ambos os apontamentos são marcas explícitas da formação do Português Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos com este capítulo compreender aspectos sócio-históricos-discursivos e aspectos linguísticos do português brasileiro, a partir de condicionadores extralinguísticos e linguísticos, presentes gêneros textuais do jornal *A Comarca*, o qual circulou nesta região durante o século XIX.

Neste período de circulação neste jornal, muitas transformações nos âmbitos político, religioso, social e econômico aconteceram, tanto na localidade mamanguapense quanto no Brasil. Tais mudanças eram disseminadas através dos textos jornalísticos, fazendo com que a população se mantivesse informada.

No que tange aos aspectos sócio-histórico-discursivos, por meio dos condicionadores extralinguísticos, foi possível, por meio das informações veiculadas, compreender acerca de aspectos políticos - com base em posicionamentos críticos sobre o regime governamental da época -, além de informações cotidianas, haja vista a participação da população no espaço do jornal, configurando-o como um meio de acoplar várias vozes.

Esta análise também propiciou observar os aspectos da historicidade dessa língua por meio do uso de determinados condicionadores linguísticos, tais como: a concordância verbal e nominal, a colocação pronominal, o uso alternado dos verbos “ter” e “haver”, o emprego das formas verbais no futuro e o emprego da partícula linguística *que*.

C

S

A partir da análise e seleção dos excertos, tornou-se possível também compreender um pouco o modo como se configurava o Vale do Mamanguape, fazendo-nos assimilar, mesmo que de modo superficial, a escrita dos autores/editores dos textos jornalísticos, bem como a escrita de pessoas da comunidade, tendo em vista a análise de textos presentes na seção *Gazetilhas*. Nestes textos, notamos uma preponderância à desobediência da norma-padrão estabelecida na época, ou seja, regras gramaticais do Português Europeu, modelo de escrita a ser seguido na época. Em oposição, nos gêneros textuais produzidos por pessoas mais escolarizadas, como os *Editoriais*, notamos um claro segmento das propostas das gramáticas vigentes e dos modelos de escrita do período. É válido destacar que as construções elaboradas pelo público mais popular seguem uma prática de escrita voltada para a oralidade, a exemplo do emprego pronominal proclítico, que se aproxima de fato da nossa atual configuração linguística brasileira, o que nos leva a crer que o nosso português escrito atual resultou também dessas elaborações mais livres, do povo menos escolarizado.

Com isso, nos inclinamos a ratificar que a língua é um elemento pulsante, vivo, cuja tendência é sempre voltada à mudança, à flexibilidade de forma, função e sentido, um produto inacabado, pois se encontra em constante processo de mudança, em prol da interação entre falantes. Constatamos a relevância do jornal para a sociedade, corroborando com o conhecimento acerca do contexto sócio-histórico da época, permitindo que a história se perpetue na escrita, vivificando as relações sociais de épocas passadas, e, assim, nos permitindo entender o presente a partir do passado.

REFERÊNCIAS

ALDRIGUE, A. C. de S.; NICOLAU, R. B. F. (Orgs.). **Quem pretende comparar dirigir-se a ...** Coletânea de anúncios paraibanos do século XIX. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

AVELAR, J. **De verbo funcional a verbo substantivo:** uma hipótese para a supressão de haver no português brasileiro. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 49-74, março, 2006.

BRASIL. Constituição (1891). Art. 72 da Constituição Federal de 91. In: **Jus Brasil**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10602961/artigo-72-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

CARDOZO, R. W.; OTHERO, G. de Á. **A ordem do pronominal em Português Brasileiro:** da ênclise à próclise, do clítico ao tônico (Or there and back again, a word order's Holiday). *Fórum Linguístic.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./mar. 2017.

CARREIRA, E. Navegação comercial entre o Brasil e a Ásia Portuguesa durante a estadia da corte no Brasil 108-1821. In: **Camões: Instituto da cooperação e da língua**. Disponível em: <http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/ernestina_carreira.pdf> Acesso em: 27 abr. 2018.

CASTILHO DA COSTA, A. F.; SIMÕES, J. S. **Transposição da oralidade à escrituralidade na tradução**: edição crítica da *Textlinguistik* de Eugenio Coseriu em português. In: *Pandaemonium*, v. 18, n. 26, 2015, p. 158-187.

COELHO, I. L. et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COELHO, O. F.; DANNA, S. M. D. G.; POLACHINI, B. S. **O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX**. Rio de Janeiro. n. 46, janeiro/junho, 2014.

CONSTITUIÇÃO DE 1891. In: **História do Brasil.net**. Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/brasil_republicano/constituicao_1891.htm> Acesso em: 07 abr. 2018.

FONTES, S. Verbos ter e haver na Gazeta de Lisboa (1715-1716, 1815). In: **Domínios de Linguagem**. Minas Gerais, v. 8, n. 1, janeiro/junho, 2014.

GUIMARÃES, M. S. Uma província ao norte do império: a economia da Parahyba na primeira metade do século XIX. In: **I SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX**. [s.d.], [s.l.]. Disponível em: <<http://www.seo.org.br/images/Anais/Luana/MatheusGuimares.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2018.

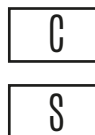
GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 57, n. 2, abril/junho, 2005, p. 24-28.

JARDIM, Silva. In: **CPDOC FGV**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/JARDIM,%20Silva.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2018.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs). **Para a História do Português Brasileiro**. Salvador, BA: EDUFBA, Vol. VII, 2004.

LONGHIN, S. R. **Tradições discursivas**: conceito, história e aquisição. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Joanes Alves de. **Análise do sistema ortográfico do português brasileiro em cartas do século XIX**. Recife: O Autor, 2009.



MACAU RIO GRANDE DO NORTE-RN. In: **Biblioteca IBGE**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/macau.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2018.

MARINHO, Saldanha. In: **CPDOC FGV**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>>. Acesso em: 07 abr.2018.

MOLLICA, M. C & BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, R. M.; MACIEL; W. G. M.; TORRES, S. E. S. **História de João Pessoa**. Disponível em:<<http://www.de.ufpb.br/~ronei/JoaoPessoa/histor.htm>> Acesso em: 07 abr. 2018.

OURO PRETO, V. de. **O advento da ditadura militar no Brasil (1891)**. 1 ed. Paris: 1891. Disponível em:<<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ouropreto.html>> Acesso em: 07 abr. 2018.

PAGOTTO, E. G. Norma e Condescendência; Ciência e Pureza. In: **Línguas – Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 2, p. 49-68, 1998.

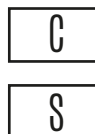
PAIM, A.; FIGUEIREDO, A. C. de A. Visconde de Ouro Preto (1836/1912). In: **Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB)**. [s.d.], [s.l.]. Disponível em: < http://www.cdpb.org.br/afonso_celso.pdf > Acesso em: 02 mai. 2018.


RODRIGUES, A. A. **Panorama de Mamanguape**: uma exposição histórica do município. Recife: Camunigraf, 2008.

SILVA, E. A.; NEVES, F. A. de F. A morte em notícias: os significados e representações da morte e dos mortos em Belém na Segunda metade do século XIX. In: **XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.698.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

SILVA, Tiago Ferreira da. Governo de Deodoro da Fonseca. In: **História Brasileira**. 2010. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/governo-de-deodoro-da-fonseca/>> Acesso em: 07 abr. 2018.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.





FONTES PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

Francymara Antonino Nunes de Assis⁵⁸

Maria Valdenice Resende Soares⁵⁹

Raiane João Manoel Coelho⁶⁰

INTRODUÇÃO

O trabalho com arquivos pessoais de professores ou de instituições escolares desvela uma variedade de documentos relativos à história da educação, formação e ação docente. Nesta perspectiva, este capítulo objetiva discutir sobre a importância dessas novas fontes de pesquisa para história da educação, ao mesmo tempo em que apresenta resultados de dois anos de estudos realizados no grupo de pesquisa História e Memória de Educação da Paraíba, que se dedica, por ora, ao inventário de fontes relacionadas à história da educação, a partir dos documentos de acervo pessoal e do levantamento de documentos escolares, especificamente no acervo da Educadora Estelita Antonino de Souza, natural da cidade de Serra Branca- PB.

Na atualidade, entende-se que a riqueza de experiências e conhecimentos que os educadores constroem ao longo de suas trajetórias é o que efetivamente constitui as histórias da educação de cada escola, de cada contexto, de cada época. Essa reflexão foi possível graças à revisão da produção historiográfica realizada, especialmente, por historiadores da nova história cultural. A partir dessa análise, sinalizou-se a necessidade de serem incorporadas novas fontes para um conhecimento historiográfico mais abrangente da realidade (BURKE, 1992).

58 Doutora em Educação. Coordenadora do grupo de pesquisa “História e Memória da Educação da Paraíba”. E-mail: francymara858@gmail.com

59 Doutora em Educação. Coordenadora do grupo de pesquisa “História e Memória da Educação da Paraíba”. E-mail: maria.valdenice@ccae.ufpb.br

60 Graduanda em Licenciatura em Pedagogia. Membro do grupo de pesquisa “História e Memória da Educação da Paraíba”. E-mail: raianecoelho221@gmail.com

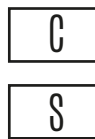
O trabalho com arquivos pessoais nos permite uma aproximação da história do sujeito, de suas relações e práticas sociais estabelecidas durante sua trajetória. Estelita Antonino de Souza, professora e historiadora, falecida em 2016, aos 86 anos de idade, natural do Sítio Ligeiro, zona rural da cidade de Serra Branca-PB, deixou em seus papéis aquilo que pretendia imortalizar. Como outras professoras autobiógrafas, também privilegiou seu cotidiano profissional, dando a conhecer os múltiplos significados que atribuiu à educação, à escola e ao magistério na trama de sua vida.

Dessa forma, os arquivos pessoais demandam uma interpretação das normas arquivísticas que levem em consideração as particularidades de cada acervo, pois "(...) Para tratar arquivos pessoais como arquivos, é preciso vê-los antes de tudo, como conjuntos solidários e orgânicos." (Camargo, 2009:43). É fundamental um tratamento cuidadoso dos processos de acumulação e de arquivamento do eu, que possuem características muito peculiares, sem abrir mão dos critérios estabelecidos pela arquivística. É importante lembrar, também, que o trabalho com as fontes documentais, como é o caso dessa pesquisa, se constitui um diálogo permeado de questões e dúvidas, cujo resultado pretendido nem sempre se apoia em análises bem acabadas.

Assim, estamos nos referindo a um conjunto documental mais abrangente e orgânico que demonstra diferentes aspectos da vida dos sujeitos, seja no âmbito pessoal ou profissional. O arquivo da educadora Estelita Antonino é composto de cadernos, trabalhos escolares, fotografias, livros, atas, cadernos de alunos, cadernos de planos de aula, revistas, publicações diversas, cartas, bilhetes, cartões e documentos pessoais. Do ponto de vista temático, encontramos uma pluralidade de temas. Desse modo, realizamos um inventário com foco no conteúdo e na tipologia documental que possibilitou o melhor modo para a classificação do acervo. Como um procedimento orientador, realizamos a higienização, quantificação e identificação dos documentos. Em um segundo momento, realizamos a análise tipológica e temática, que resultou na organização das séries que compõem cada quadro de arranjo. Para finalizar, foram realizadas as atividades de descrição e o acondicionamento físico de parte do material.

O ACERVO DE ESTELITA ANTONINO DE SOUZA

O acervo que Estelita Antonino de Souza mantém em sua casa permite vislumbrar o valor que atribui à educação. Nele encontramos livros, cadernos, fotografias, correspondências, cadernos de planejamentos, dentre outros tantos documentos que, ainda intocados por nós, certamente podem oferecer pistas capazes de fornecer informações importantes sobre interações, acontecimentos ou comportamentos que



permitiriam abordar com mais profundidade o percurso em que as decisões foram sendo tomadas na trajetória da educadora.

Dos tempos do ginásio, os cadernos de Ditado das línguas materna, inglesa e francesa apresentam, depois da nota das professoras, a correção das palavras erradas, cinco vezes reescritas por Estelita. Na capa de um dos cadernos, adquiridos no próprio Ginásio Santa Rita por ocasião da matrícula, figura a imagem do Padre Anchieta catequizando os nativos, e, em perspectiva, o Cristo Redentor, como símbolo do IV Congresso Interamericano de Educação Católica, que se realizaria no Rio de Janeiro, em 1951. Na contracapa, trechos de encíclicas papais referentes à educação. No caderno de Economia Doméstica, pontos sobre a Casa, Saúde da Família, Administração dos Empregados, Papel da Mulher Cristã, Montagem do Cardápio para a Família, Educação da Prole, Dotes Artísticos da Boa Esposa, entre outros, conformavam a identidade de gênero.

Os cadernos de Redação e os de Planejamento trazem registros de sua prática docente. Neles encontramos explanações sobre a Bandeira, o Hino Nacional Brasileiro, o Patriotismo, os Heróis da Pátria, o Trabalho, a Família, as Riquezas do Brasil, Deus, etc.

Por meio da leitura exploratória dos cadernos, constatamos que muitos apresentavam conteúdos que não estavam especificados no título da capa. Diante disso, foi realizada a análise tipológica e temática inicial dos cadernos, para a organização das séries que comporão este quadro de arranjo. Em seguida, iniciamos a construção de suas fichas de identificação, compondo uma síntese sobre suas principais características e o conteúdo abordado em seus registros. Dessa forma, esses foram organizados e classificados conforme suas áreas de conhecimento (História e Geografia, etc.), ano de produção, e entre os que pertenciam à educadora em tela e os que eram, possivelmente, de seus alunos. Mais uma vez nos apoiamos nos conhecimentos da arquivologia para a catalogação e classificação destes documentos.

No decorrer deste trabalho, tomamos muito cuidado quando manuseamos os documentos do universo da educadora, visto que cada sinal, símbolo, fotografia ou texto pode desvelar pistas de memórias e sinais que permitirão a futuros pesquisadores escrever uma possível tradução das suas memórias.

Além dessas atividades, estão em processo de higienização outros documentos, quais sejam provas, livros e cartas que, após esta etapa, também serão organizados, catalogados e digitalizados. Tais atividades ainda estão em andamento por ser este um processo que requer cuidado e paciência, visto que os documentos, devido ao desgaste ocorrido ao longo do tempo, estão frágeis. Por isso, buscamos sempre tomar todos os cuidados necessários para prevenir acidentes.

C
S

No tocante aos resultados práticos e quantitativos do projeto, destacamos o grande número e variedade de cadernos escolares contidos no acervo da educadora, razão pela qual priorizamos o trabalho com estas fontes. Ao final da higienização, somamos cento e quinze (115) cadernos, dos quais se agrupam setenta e um (71) que estão datados, e quarenta e quatro (44) que não possuem datas em seus registros. Todos são de formato retangular, porém, se diferenciam no tamanho.

Dentre os cadernos já catalogados, o mais antigo tem data de 1947 e o mais recente de 1974. Seus conteúdos abrangem desde a formação até a atuação docente da educadora em foco, o que possibilita a construção de uma linha do tempo sobre a sua trajetória durante o processo de formação e trabalho. Entre os cadernos identificados existem cadernos de Planos de Aula, Ditado, Francês, Português, Matemática, Aritmética, Latim, Música etc. Segue abaixo o Quadro 1, que mostra a identificação dos cadernos com data, com destaque para o ano, tipologia, série e instituição de ensino. Ressaltamos que alguns não possuem todas as informações citadas.

ANO	TIPOLOGIA	SÉRIE	INSTITUIÇÃO/ CIDADE
1947	Deveres de Aritmética	0	Ginásio Santa Rita
	Conteúdo Diverso	0	0
	Francês (folhas juntas)	0	Ginásio Santa Rita
	Conteúdo Diverso	0	Ginásio Santa Rita
	Português	0	Ginásio Santa Rita
	Latim e Português	0	Ginásio Santa Rita
	Latim	0	Ginásio Santa Rita
	Geometria	0	Ginásio Santa Rita
	Latim (conteúdo)	0	Ginásio Santa Rita
1948	Francês	0	Ginásio Santa Rita
	Matemática e Latim	0	Ginásio Santa Rita
	Dever de Português	0	Ginásio Santa Rita
	Dever de Português	0	Ginásio Santa Rita
	Caderno de Música	3ª Série Ginasial	0
	Caderno de Música	0	Ginásio Santa Rita
	História Natural	3ª Série Ginasial	0
	História Geral	0	Ginásio Santa Rita
	Francês	0	Ginásio Santa Rita
	Latim	0	Ginásio Santa Rita
	Inglês	0	Ginásio Santa Rita
	Aritmética	0	Ginásio Santa Rita
Ditado	0	Ginásio Santa Rita	

C

S

- A PESQUISA NA UNIVERSIDADE NECESSÁRIA -

1949	Álgebra	3ª Série Ginásial	Ginásio Santa Rita
	Latim	3ª Série Ginásial	Ginásio Santa Rita
	Apontamentos de Português	3ª Série Ginásial	Ginásio Santa Rita
	Provas de Geografia	3ª Série Ginásial	Ginásio Santa Rita
	Português	3ª Série Ginásial	Ginásio Santa Rita
	Provas de Matemática	3ª Série Ginásial	Ginásio Santa Rita
	Geometria	0	Ginásio Santa Rita
1950	Caderno de Música	4º Ano	Ginásio Santa Rita
	Provas de Ciências Naturais e Matemática	0	Ginásio Santa Rita
	Provas de Ciências Naturais	0	Ginásio Santa Rita
	Ditado de Francês	0	Ginásio Santa Rita
	Dever de Inglês	4ª Série Ginásial	Ginásio Santa Rita
	Geometria e Provas de Religião	0	Ginásio Santa Rita
	Ditado de Inglês	0	Ginásio Santa Rita
1950	Português (conteúdo)	0	Ginásio Santa Rita
	Álgebra	0	Ginásio Santa Rita
1957	Problemas	0	Ligeiro (Sítio - Serra Branca)
1963	Exercícios	2ª Série Ginásial	Ginásio N. S. de Lourdes, Monteiro
	Redações	2ª Série Ginásial	Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, Monteiro
1964	Pontos de Português	2º Ano Ginásial	Grupo Escolar Vamberto Torreão
	Provas mensais de Português e História	2ª Série Ginásial	0
	Caderno de Exercício	3ª série Ginásial	0
1965	Redações	3ª série Ginásial	Ginásio N. S. de Lourdes
	Pontos (Português)	0	Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Monteiro
1965 -1966	Provas de Português	2ª e 3ª Séries Ginásiais/ 3ª e 4ª Séries Ginásiais (1966)	0
1966	História Geral (capa)/ jornada Pedagógica (conteúdo)	0	0
1966 -1967	Provas de Português	3ª e 4ª Séries Ginásiais/ 1ª e 2ª Série	0
1967	Português	1ª Série Ginásial	0
	Português	2ª Série Ginásial	0
1968	Aulas da Semana Pedagógica	0	0
1968 -1969	Provas de Português e História	1ª e 2ª Séries Ginásiais	0
1969	Unidade de Trabalho Conquista do Espaço	0	Grupo Escolar Vasconcelos Brandão
1969 -1970	Provas de Português e História	1ª e 2ª Séries Ginásiais e Colegial	0

C

S

1970	Provas de História	1º e 2º Ginásial/ 1º e 2º Colegial	0
	Provas de Português/ História	1º Ginásial/ 1ª e 2ª Séries Ginasiaia	0
	Psicologia e Técnica de Ensino	0	Faculdade de Educação
1970	Cultura Geral	0	0
	História	0	0
	História de Brasil	0	0
1970 -1972	Testes	4º Ano Primário	0
1971	História	0	0
	Provas de História e O. S. P. B.	4ª Série e 1ª Série Ginásial	0
	Planos de Aula	1ª Série Ginásial	0

Quadro 1 – adernos com data; FONTE: Acervo das pesquisadoras, 2019

A seguir, o quadro 2 identifica os cadernos que não possuem registros das datas em que foram produzidos:

TÍTULO	SÉRIE	INSTITUIÇÃO/CIDADE
ABC Musical	0	0
Caderno de Música	0	0
Caderno de Música	0	0
Caderno de Música	0	0
Caderno de Música	0	0
Cadernos de Pontos	0	0
Caderno de Provas	0	0
Ciências para Crianças	0	0
Conquista do Espaço II	0	0
Conteúdo Diverso	0	0
Conteúdo de Diverso	0	0
Conteúdo Diverso	0	0
Didática	0	0
Economia Doméstica	0	0
Exercícios	4ª série	0
Francês	0	0
Francês	0	0
Francês (conteúdo)	0	0
Francês (conteúdo)	0	0
Geografia	0	0
Geografia do Brasil	0	0
Higiene	0	0
História	0	0
História	0	0

C

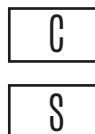
S

História (conteúdo)	0	0
História Geral	0	0
Instrução Moral e Cívica	0	0
Matemática Moderna	0	Grupo Escolar V. B.
Matemática (capa)/ Redações (conteúdo)	0	0
Planos de Aula	0	0
Pontos de Ciências Naturais/ Geografia	5ª Série/ 3ª Série	0
Pontos de Geografia	4ª série	0
Pontos (verbos)	4ª Série	Colégio N. S. de Lourdes
Português	2ª Série Ginásial	Serra Branca
Português	0	0
Português e Latim	0	0
Português Pontos	0	0
Problemas de Matemática	0	Grupo Escolar Vasconcelos Brandão
Problemas de Matemática (conteúdo)	0	0
Problemas de Matemática (conteúdo)	0	0
Provas de Latim	0	0
Redações	0	0
Redações	3ª série	0
Sociologia	0	0

Quadro 2 – Cadernos sem data; FONTE: Acervo das pesquisadoras, 2019

Parte desses cadernos já se encontra em formato digital, identificados por uma ficha e transformados em um documento PDF. Estes documentos estão armazenados em um dispositivo de memória físico e virtual. Trinta e um (31) cadernos estão digitalizados, dos quais dez (10) já possuem fichas de identificação anexadas ao seu PDF. As fichas de identificação permitem que, no processo de catalogação, os cadernos sejam localizados com maior facilidade, além de possibilitar o acesso qualificado para futuras pesquisas.

A pesquisa permitiu a reflexão sobre a relevância desses documentos (cadernos escolares), que por muito tempo assumiram um lugar marginalizado no campo das fontes históricas oficiais. Os cadernos de Estelita Antonino testemunham a formação e a atuação da educadora, além de oferecer pistas importantes sobre as práticas educativas de outro tempo e espaço. Ao folhear os cadernos, percebe-se que estes não registram



apenas conteúdos de disciplinas, mas trazem em si uma subjetividade a partir do modo como foram escritos e organizados, nas anotações no canto ou no final das folhas que revelam, em parte, características de quem o escreveu.

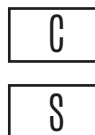
Outro fator importante a destacar é o amplo campo de estudo que esse acervo oferece a partir da variedade da tipologia dos documentos, sobretudo, dos cadernos escolares, o que propõe uma aproximação maior da história da educação e da história local. Dessa forma, encontramos uma pluralidade de temas, sendo possível estudar sobre a prática docente, a cultura escolar, o planejamento docente, a avaliação, etc., conforme seja o interesse do pesquisador.

Cabe ressaltar, ainda, a importância deste projeto de iniciação científica para a formação dos graduandos, sobretudo para os que pretendem fazer a pós-graduação. A iniciação científica possibilita ao estudante se colocar na ação de pesquisador, permitindo que se aprofunde em determinado campo de conhecimento, ou até mesmo conheça novos temas de seu interesse. A iniciação científica estabelece a integração da teoria com a prática, proporcionando a experiência na área de atuação, enriquecendo o currículo. Além disso, promove a formação do sujeito pesquisador, gerador de conhecimentos, e não apenas transmissor de conteúdos.

Especialmente sobre o presente projeto, este permitiu a estudante pesquisadora experienciar conhecimentos específicos, tais como: preservar, limpar, organizar e classificar documentos, realizar o inventário de fontes históricas, bem como produzir as primeiras reflexões sobre este acervo. Nesse processo, a ação de pesquisa permitiu que valorizasse ainda mais a importância das fontes históricas, sobretudo os arquivos de professores e cadernos escolares, por oferecerem uma riqueza de informações acerca de diversos temas relacionados à educação, além de olhar para nossos registros como sendo parte da construção de nós mesmos, enquanto sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da variedade de documentos que compõem o arquivo de Estelita Antonino de Souza, pudemos vislumbrar a importância que a educadora atribuiu à educação e sua prática docente. Além disso, é possível perceber como ela constituiu a si mesma enquanto sujeito e professora através do que selecionou como importante para si, escrevendo e perpetuando a sua história no tempo. No entanto, enquanto o sujeito guarda aquilo que, de algum modo, adquiriu significado para ele, também elimina aquilo que quer silenciar. Nesse sentido, Oliveira (2018) aponta que, ao guardar ou não um documento, o indivíduo indica como ele gostaria de ser lembrado.



O trabalho com o arquivo da professora Estelita Antonino de Souza pode oferecer pistas acerca de importantes informações sobre interações, hábitos, acontecimentos e comportamentos que permitem abordar qualitativamente, e de forma mais aprofundada, a formação docente, a educação de Serra Branca, da Paraíba e do Brasil. Oferece, também, uma pluralidade de temas relacionados à educação, pois seus escritos (cadernos de planejamento, apontamentos, provas, etc.) registram práticas docentes de diferentes tempos, constituindo-se em vestígios e fragmentos da educação e da realidade escolar vivida pela educadora que nos convidam a compreender, em certa medida, o cotidiano escolar e a sua própria trajetória.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. Ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Arquivos pessoais são arquivos**. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLV, n. 2, jul-dez, 2009.

DUCROT, Ariane. **A classificação dos arquivos pessoais e familiares**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10. N. 19, p. 41-66, 2008.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenil Freire de. José Simeão Leal: o editor público brasileiro. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora. 2018.

A IGREJA, A POLÍCIA, A IMPRENSA E A ESCOLA COMO MOBILIZADORAS DO DISCURSO SOBRE O CINEMA COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAR OS BRASILEIROS (1910-1939)

Evelyn Fernandes Azevedo Faheina⁶¹

William Ferreira da Silva⁶²

Lúcia de Fátima Souza dos Santos⁶³

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou o discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros. Parte-se do pressuposto de que essa ordem discursiva poderá ser descrita baseada no mapeamento de documentos-fonte, na escavação discursiva e na descrição dos enunciados. Com isso, para o desenvolvimento dessa pesquisa, que encontra amparo na abordagem teórico-metodológica da Análise Arqueológica do Discurso (FOUCAULT, 2012), fez-se o mapeamento dos documentos no acervo digital da Biblioteca Nacional⁶⁴, a partir de descritores que mantinham correlação com a temática do cinema como estratégia para educar os brasileiros. A fim de dar visibilidade ao período no qual surgiram os primeiros escritos sobre o assunto no país, adotou-se como recorte temporal da pesquisa as três primeiras décadas do Século XX (de 1910 a 1939).

61 Doutora em Educação. Pesquisadora do grupo de pesquisa “A Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos no cenário brasileiro”. E-mail: evelynfaheina@gmail.com.

62 Graduando em Pedagogia. Membro do grupo de pesquisa “A Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos no cenário brasileiro”. E-mail: wylliam.silva.016@gmail.com.

63 Graduanda em Pedagogia. Membro do grupo de pesquisa “A Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos no cenário brasileiro”. E-mail: luciadefatima459@gmail.com.

64 Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>.

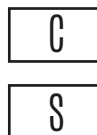
No universo dessa produção, deparamo-nos com várias noções atribuídas ao cinema: cinema moralizador; cinema pedagógico, instrutivo, educativo e auxiliar do ensino; cinema desenvolvedor social e educador das massas; cinema conscientizador e formador da identidade nacional. Assim, além dos vínculos explícitos entre o cinema e as práticas educativas e de entretenimento, notou-se, também, que o cinema constituía um excelente instrumento político de unificação nacional. Há, inclusive, várias indicações nos jornais e revistas da época de que os filmes poderiam colaborar para a preservação de nossa cultura e unidade nacional, agindo em favor dos “bons costumes” brasileiros, em detrimento da circulação de “[...] fitas inconvenientes, ofensivas ao pudor, à honestidade e à honra [...]” (A CENSURA... 1919, p. 1).

Nossa investigação indica a existência de uma ordem discursiva produzida antes mesmo da Reforma de Ensino proposta por Fernando Azevedo, no Distrito Federal, através do Decreto nº 2.940/1928, que atribui ao uso pedagógico do cinema no país um status: no debate, na escrita e em proferimentos, distintos e dispersos, advindos de diferentes instâncias sociais. Sendo assim, ao analisar o discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, deparamo-nos com uma série de enunciados que situam o cinema de forma variável na ordem do discurso em questão. Há indícios enunciativos que apontam, inclusive, o Estado como principal interventor do cinema como estratégia para educar os brasileiros⁶⁵.

Este discurso é sustentado por quatro instâncias sociais - a igreja, a polícia, a imprensa e a escola - que atuam em parceria ou independentes do Estado, colaborando para o fortalecimento da prática pedagógica do cinema no país e para a disseminação de diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta. Assim, a depender da instância na qual o cinema é evocado, mudam-se os projetos, a tipificação da parceria com o Estado e os discursos.

Em face da relevância que ocupa a problemática em questão, entende-se ser importante um olhar crítico e analítico acerca do objeto-discurso investigado. Assim, o texto é organizado em duas seções principais. Na primeira, debate-se sobre as particularidades que a Análise Arqueológica do Discurso (AAD) carrega como ferramenta analítica dedicada ao estudo dos discursos, especificamente do discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, no recorte temporal das três primeiras décadas do século XX. Na segunda, explicitam-se as ordens discursivas que cruzam domínios variados (religioso, político, midiático e educativo) e possibilitam ao discurso investigado uma configuração particular no debate e na escrita dos documentos analisados. Conclui-se que o discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, de 1910

⁶⁵ Vale salientar que isto ocorreu até mesmo antes da Reforma de Ensino proposta por Fernando de Azevedo, 1928, no Distrito Federal.



a 1939, é sustentado por quatro instâncias sociais - a igreja, a polícia, a imprensa e a escola -, que, no período de 1910 a 1939, colaboraram para o fortalecimento da prática pedagógica do cinema no país e para a disseminação de diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta na sociedade brasileira.

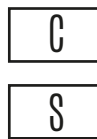
A ARQUEOLOGIA DO DISCURSO: UMA FERRAMENTA ANALÍTICA DE INCURSÃO INVESTIGATIVA

Conforme ressaltamos, a pesquisa em tela encontra apoio teórico-metodológico na Arqueologia do Discurso, cuja análise não se efetiva a partir de um exame subjetivo, psicanalítico, filosófico ou histórico dos discursos. Ao analisar os discursos, a arqueologia “[...] busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”⁶⁶. (FOUCAULT, 2012, p. 169). O discurso é, assim, constituído por “[...] um conjunto de enunciados” (FOUCAULT, 2012, p. 143). Logo, será preciso percorrer a rede de enunciados presentes nos documentos-fonte para descrever o discurso investigado.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, fizemos o mapeamento no acervo digital da Biblioteca Nacional, a partir de descritores que tinham correlação com a temática do cinema como estratégia da educação brasileira, de 1910 a 1939. Do levantamento preliminar realizado, identificamos a existência de 205 documentos (revistas ou jornais publicados nas três primeiras décadas do Século XX), tendo como referência os seguintes descritores: Cinema e Educação (50 documentos), Cinema e Política (34 documentos), Cinema e sociedade (54 documentos) e Filmes educativos (67 documentos).

Em face do entendimento de que o documento, na condição de registro, pode se configurar como um dos lugares possíveis de produção dos discursos, consideramos as revistas e os jornais (publicados nas três primeiras décadas do século XX e disponibilizados no acervo digital da Biblioteca Nacional) como objetos de análise da presente pesquisa. Desse modo, compreendemos que tais documentos se configuram não apenas enquanto fontes, mas peças fundamentais de um discurso, que inscreve suas marcas e regras na feitura das construções frasais, das assinalações e dos signos escritos que circulam em múltiplos documentos, a exemplo de jornais, revistas, leis e regulamentos. Sendo assim,

66 Sobre as regras que regem os discursos, vale salientar que sua identificação, análise e descrição pressupõe o conhecimento das regularidades enunciativas com as quais determinados saberes são produzidos no seio de um discurso, instituindo práticas discursivas, as quais se referem a “um conjunto de regras anônimas, históricas [...] que definiram, em uma dada época [...] as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2009, p. 133)



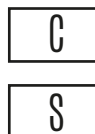
com base no material analisado, procuramos conhecer como o cinema era pensado, descrito e utilizado na educação brasileira, de 1910 a 1939.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa encontra apoio em várias ferramentas conceituais, orientadas pela perspectiva teórico-metodológica adotada, a saber: a) discurso: constituído por “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2012, p. 143). b) enunciado: que não é do mesmo gênero da frase, da proposição ou do ato de fala, mas que é concebido como uma função que pressupõe a ideia de correlações estabelecidas no limite de cada formação discursiva. c) formação discursiva: que não deve ser tomada “[...] como blocos de imobilidade, formas estáticas que se imporiam do exterior ao discurso e definiriam, de uma vez por todas, seus caracteres e possibilidades” (FOUCAULT, 2012, p. 87), pois o sistema da formação discursiva não reúne tudo o que se possa aparecer mediante a manifestação de uma série de enunciados, apresentando-se, portanto, sempre de maneira lacunar e incompleta. d) prática discursiva: que não deve ser confundida “[...] com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a competência de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais” (FOUCAULT, 2012, p. 143-144). Trata-se de um conjunto de regras específicas, “[...] sempre determinadas no tempo e no espaço [...] [que deram] as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, grifo nosso, 2012, p. 143-144). e) sujeito: que não é idêntico ao autor da formulação, pois, de acordo com Foucault, “é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 2012, p. 115).

O DISCURSO SOBRE O CINEMA COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAR OS BRASILEIROS

Nas três primeiras décadas do século XX, a presença do cinema no Brasil fez circular diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta. A partir da análise do discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, encontramos uma série de enunciados que situam o cinema em diferentes domínios: o religioso fomentado pela igreja católica, o midiático pela imprensa, o político por intermédio da polícia e o escolar pela escola em defesa do cinema como ferramenta pedagógica.

Do ponto de vista discursivo, esta pesquisa aponta a presença de indícios enunciativos que indicam o Estado brasileiro como principal interventor da prática pedagógica do cinema no país. Assim, o cinema era posicionado como um recurso



voltado ao desenvolvimento da nação, fazendo-se, ao mesmo tempo, desenvolvedor da identidade nacional, disseminador da cultura local e propagador dos objetivos nacionais.

Em vista dessas noções, o cinema é posicionado enquanto ferramenta capaz de gerar nos cidadãos uma consciência social e patriótica do seu país, porquanto “[...] influe, de maneira poderosa, na formação social do indivíduo” (O CINEMA..., 1939, p. 8). Além disso, exerce uma função sociocultural capaz de despertar nas pessoas o interesse pelos valores culturais do país, voltados ao repasse de determinados saberes e de assisti-los culturalmente. Com isso, ratifica-se o cinema como “instrumento de inigualável vantagem para instrução do público e propaganda do país” (DECRETO..., 1932, p. 11), pois através das fitas os cidadãos poderiam aprender sobre o civismo, a política, a higiene pessoal e a saúde, além de colaborar “na formação de hábitos morais, na educação da família e da própria sociedade” (CENTRO..., 1931, p. 5).

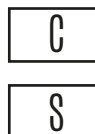
Este discurso é sustentado por quatro instâncias sociais - a igreja, a polícia, a imprensa e a escola -, que atuam em parceria ou independentes do Estado, colaborando para o fortalecimento da prática pedagógica do cinema no país e para a disseminação de diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta na sociedade brasileira.

A IGREJA E O CINEMA

Ao percorrer a rede de enunciados presentes nos documentos analisados, notou-se a existência de uma ordem discursiva na qual a igreja católica aparece como uma das instâncias mobilizadoras do discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros.

Nesse domínio, circulava a noção da cinematografia como “ferramenta de imoralidade”, por evidenciar, em algumas fitas, cenas/práticas consideradas imorais à sã doutrina da igreja. Com isso, fixava-se uma obrigação: a de afastar a população brasileira de cinematografias cujo conteúdo fosse considerado ilícito para a igreja católica. Por outro lado, autorizava-se a exibição de filmes, cujo fim servisse “[...] para melhor orientar e esclarecer devotos [...]” (TELAS..., 1926, p. 7), acionando outra noção sobre o cinema, a de ferramenta *moralizadora*, comprometida com a divulgação dos valores cristãos.

Em vista dessas noções, circulava o entendimento de que o “cinema [...] possuía um poder formidável, tanto para o mal como para o bem.” (PRO & CONTRA, 1930, grifo nosso, p. 3). Contudo, no primeiro caso, o cinema era concebido como uma ferramenta deseducadora, que “espõe [a] alma ao perigo” (CUIDADO..., 1920, p. 4), podendo, inclusive, desviar fiéis dos ensinamentos religiosos e colaborar para aquisição de hábitos considerados impróprios à igreja. Nesse sentido, a fita, quando não condizente aos dogmas da igreja,



perturba o bem-estar religioso e se torna um instrumento de corrupção moral, por ser “ofensiva à religião” (ULTIMA..., 1925, p. 3).

No segundo caso, entretanto, evocava-se o contato da população brasileira com “*films* moralizadores, cristãos, católicos” (O CINEMA..., 1922, p. 3). A difusão das fitas religiosas aparece na ordem discursiva investigada como uma estratégia de combate aos malefícios presentes em outras fitas, sendo papel da igreja “reagir contra qualquer insulto na tela” (CUIDADO..., 1920, p. 4), preservando e fortalecendo os valores apregoados pela igreja.

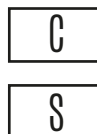
A POLÍCIA E O CINEMA

Além da igreja, a polícia também aparece na ordem discursiva analisada, porém como braço armado do Estado, atuando sob sua responsabilidade para assegurar o uso do cinema numa perspectiva libertadora, na luta pela preservação da moral e dos bons costumes brasileiros.

Sendo assim, acionava-se a noção do cinema como “*instrumento de desmoralização*”, visto que a fita cinematográfica, mesmo com sua melhor intenção, poderia influenciar a conduta da população: “as cenas [...] poderiam prejudicar-lhes sua fibra moral” (CINEMA..., 1934, p. 2). Nessa perspectiva, o cinema era posicionado, em geral, como ferramenta disseminadora do pudor público, com conteúdos inadequados e perturbadores da integridade moral, devendo ser, portanto, impedida sua circulação.

Com base nesse entendimento, são dadas as condições de possibilidades para que seja exercida pelo Estado a “*censura cinematográfica*”, cuja finalidade seria fiscalizar e proibir “*films que offendem*” (O CINEMA..., 1919, p. 1) aos bons costumes brasileiros. Nessa ordem discursiva, o Estado brasileiro aciona a polícia como uma das instâncias sociais que, junto com a imprensa, trabalham para impedir a disseminação de fitas que perturbassem o bem estar social. Ao investigar o discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros, encontrou-se uma série de enunciados que apontavam a polícia como uma das instâncias que mais colaboraram para o estabelecimento de uma censura cinematográfica. Com isso, é determinado pelo Estado brasileiro às “*autoridades policiais [...] a fiscalização das exibições cinematograficas*” (MINISTERIO..., 1932, p. 9), haja vista “*combater os excessos a que tem chegado a exploração do cinematographo.*” (O CINEMA..., 1916, p. 1).

Na ordem do discurso analisada, os enunciados evidenciavam que a censura desempenhada pela polícia aos filmes orientava-se por sua atenção às possíveis influências que as fitas poderiam gerar nas crianças, podendo corromper sua conduta ainda em processo de formação. Com isso, o Estado desenvolveu estratégias em torno da regulação



de fitas cinematográficas específicas para os menores, liberando apenas “films especiaes adequados ás crianças” (O CINEMA..., 1935, p. 2).

A IMPRENSA E O CINEMA

Assim como a polícia, a imprensa também assumia uma posição na ordem do discurso investigado. Vinculado à igreja católica e atuando em favor do Estado, a imprensa agia como uma instância social colaboradora na manutenção da censura cinematográfica no país. Materializada através de jornais e revistas, disseminou um conjunto de enunciados voltado à defesa da seleção exclusiva de filmes comprometidos com a disseminação da moral e dos bons costumes brasileiros.

Com isso, a fim de evitar a exibição de “films inconvenientes [...] que nada honram” (MAIS UM!, 1920, p. 2) a população brasileira, a imprensa agia no sentido de realizar e divulgar tal seleção. Como forma de fiscalizar a exibição das fitas, o periódico “A Tela” exerceu, na ordem do discurso investigado, a função de disseminar a “propaganda dos cinemas dignos e o combate aos que se não sejam de exhibir qualquer producção” (A CAMPANHA..., 1920, p. 3).

Nessa ordem discursiva, a imprensa desempenhava seu papel com a finalidade de zelar pelo bem-estar dos cidadãos, entre religiosos e a população do país. Sendo assim, mediante a disseminação do periódico “A Tela”, efetuava-se a desaprovação de determinados filmes, como forma de melhor orientar os frequentadores dos cinemas, a fim de escolherem “o bom “film”” (A TELA, 1922, p. 3).

Echoará em todos os confins do Brasil e mesmo mais além, como também toda a propaganda d’um film superior, assim echoará em todo o paiz, trazendo resultados certo (UM BRINDE..., 1921, p. 2).

No periódico A Tela, notou-se a presença de uma série de enunciados que classificava as fitas em função de diferentes noções atreladas ao uso do cinema como estratégia para educar os brasileiros. Assim, em primeiro lugar, circulava a noção das fitas como ferramentas “Prejudiciais” à população, visto que, em muitos casos, as cenas “encobrem exemplos condenáveis e cheios de peçonha” (O FILM..., 1921, p. 5). Segundo, os filmes poderia ser considerados “reservados”, trazendo uma essência dramática, mas com um “fundo moral aproveitável” (A TELA, 1921, p. 6). Em terceiro lugar, circulava a noção de filmes “inofensivos”, que exibem cenas consideradas aceitáveis, não trazendo qualquer prejuízo à população, visto que eram considerados “puros e absolutamente [comprometidos com a] moral” (A TELA, 1921, grifo nosso, p. 5,).

C
S

Em razão da função fiscalizadora que exerceu o periódico “A Tela” aos filmes produzidos, circularam, na ordem discursiva analisada, determinados saberes sobre a presença do cinema no país. Nesse sentido, entende-se que os filmes considerados imorais à população estariam comprometidos com a disseminação de cenas relacionadas a assaltos e a roubos, como se pode constatar em um fragmento:

[...] Esses bandidos salteadores, que agora apavoram a população [...] está- se a vêr fizeram sua educação moral e profissional nos cinemas, apreciando e instruindo-se com as lições sugestivas dos films em que se succedem e multiplicam as scenas óra tragicas óra comicas, mas brutalissimas sempre, desses assaltos a mão armada (O MÁO..., 1921, p. 2).

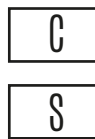
Assim, conforme explicitado, notava-se a posição crítica da imprensa em relação ao conteúdo das fitas cinematográficas, colaborando também para o desenvolvimento de uma consciência crítica de seus expectadores.

A ESCOLA E O CINEMA

Na ordem discursiva analisada, os enunciados também apontam a escola como uma instância colaboradora da prática pedagógica do cinema no país. Os resultados preliminares da incursão investigativa apontam-nos a existência de um discurso que situa o cinema como uma estratégia para educar os brasileiros, ao circular as seguintes noções: *o cinema como estratégia do currículo escolar, o cinema como ferramenta do ensino, o cinema como instrumento de análise e divulgação científica e o cinema como instrumento de educação das massas.*

No primeiro caso, entende-se que as fitas cinematográficas, quando incluídas no ensino, constituem-se como “[...] um dos meios mais eficazes de educação” (CINEMATOGRAPHIA, 1931, p. 5). Logo, o cinema era concebido como uma estratégia didática, um recurso a ser inserido no currículo escolar, com a finalidade de subsidiar as aulas dos professores, por se tratar de “um meio commodo, economico e pratico de educação” (ALMA..., 1919, p. 2).

O cinema também aparecia atrelado às noções de *auxiliar do ensino, difusor de conhecimentos e ferramenta de instrução*, visto que se destacava como “[...] um dos mais uteis elementos de instrução” (O CINEMA..., 1919, p. 5). Os enunciados que posicionam o cinema como um recurso auxiliar do ensino indicava-o como “um precioso auxiliar [...] e ao mesmo tempo disseminador de conhecimentos” (OS DEZ..., 1925, p. 2), porquanto



facilitava a compreensão dos conteúdos escolares e abstém os alunos de “cansar os olhos sobre as linhas” (O CINEMA..., 1939, p. 3).

Como difusor de conhecimentos, o cinema era entendido como um recurso propício para a divulgação de saberes oriundos tanto das Ciências Naturais quanto das Ciências Humanas. Assim, atestava-se que o cinema poderia contribuir no ensino de várias “[...] disciplinas, em qualquer dos graus de ensino” (ALGUMAS..., 1933, p. 1), sendo “[...] capaz de tornar uma aula, [...] mais fastidiosa” (OS METODOS..., 1934, p. 9) e eficaz.

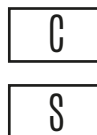
A historia, geographia, sciencia natural e semelhante matéria, que antigamente comprehendiam uma colleção de factos seccos, tornaram-se por meio do cinema umas vivas realidades (COMO OS..., 1932, p. 2).

Posto isso, notou-se, ainda, que não estava ausente a compreensão do cinema como ferramenta de instrução, visto que era capaz de tornar o aprendizado mais efetivo e divertido:

Por meio do cinema as crianças, o povo, os adultos podem aprender suavemente, insensivelmente, porque aprendem divertindo-se e divertem-se aprendendo. [...] com sua poderosa força suggestiva pode transmittir ao vivo todos os conhecimentos uteis (O CINEMA..., 1933, p. 7).

Nessa ordem discursiva, há a presença de enunciados que indicam o cinema como um recurso que despertava o interesse dos alunos em relação ao aprendizado dos conteúdos escolares. De outro modo, o cinema também aparecia como “um elemento eficaz de pesquisas scientificas” (A INTERNACIONALIZAÇÃO..., 1928, p. 7), pelo fato de colaborar “na difusão dos [...] conhecimentos científicos” (VIDA..., 1933 p. 1), desempenhando, assim, um papel essencial “na educação [...] intellectual do povo” (CINEMA..., 1932, p. 162).

Os enunciados também indicam o cinema como instrumento de educação popular, uma vez que desempenhava o papel de “escola dos que não tem escola” (O CINEMA..., 1933, p. 3), auxiliando na instrução das massas. Sendo assim, o cinema era posicionado como um recurso de combate ao analfabetismo do país. E, estando voltado à educação do povo brasileiro, entendia-se como aquele que era capaz de “convencer pelo raciocínio e pela sinceridade documental da verdade” (A CAMPANHA..., 1933, p. 9), atuando enquanto um meio benéfico e vantajoso para aqueles “que não sabem ler” (O CINEMA..., 1933, p. 3). Contudo,



O cinema, sendo elemento educativo de incontestável valor, preenche na sociedade moderna a lacuna d'um método fortemente intuitivo para a instrução das massas (PRISMAS, 1912, p. 1).

Nessa ordem discursiva, o cinema assume um status de “método inovador”, porquanto, atendendo aos objetivos da escola moderna. Assim, indicava-se a presença do cinema na educação como “a educação visual do futuro” (O CINEMA..., 1927, p. 27), que “[...] satisfaz plenamente as necessidades cada vez mais crescentes, da perfeição e difusão do ensino com o mínimo esforço” (CINEMA..., 1932, p. 162).

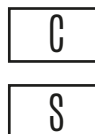
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, pode-se dizer que, a partir do mapeamento dos documentos, da escavação discursiva e da descrição dos enunciados, constatou-se a presença de um ordenamento discursivo no qual o cinema aparece como uma ferramenta estratégica para educar os brasileiros, de 1910 a 1939.

O cinema aparece como uma ferramenta estratégica para educar os Nossa hipótese, sustentada por indícios enunciativos, indica-nos que este discurso é sustentado por quatro instâncias sociais: a igreja, a polícia, a imprensa e a escola, que atuam no sentido de fortalecer a prática pedagógica do cinema no país e disseminar diferentes noções atreladas ao uso dessa ferramenta na sociedade brasileira.

No domínio religioso, uma das noções que aparecem vinculadas à prática do uso pedagógico do cinema no país é a da cinematografia como *ferramenta de imoralidade*, visto que algumas fitas apresentavam cenas/práticas consideradas imorais à sã doutrina da igreja. Sobrelevadas ao poder público, as exibições cinematográficas não ficaram na responsabilidade somente do olhar fiscalizador da igreja; tornou-se uma questão de polícia, cujo reforço disciplinador foi recebido, também, pela imprensa, que passou a informar, advertir e conscientizar as famílias brasileiras quanto à influência negativa que o cinema poderia trazer para elas, no que tange à disseminação de maus saberes (cenas de roubos, assassinos, conduta moral etc.). A escola, por sua vez, mobilizava a noção do cinema como *ferramenta auxiliar do ensino*, afastando-se do mau cinema mediante “[...] uma censura criteriosa, fundada em bases educativas” (ALMEIDA, 1931, p. 10).

Como é possível perceber, embora situado de forma variável na ordem do discurso em questão, mobilizados por diferentes instâncias sociais como a igreja, a polícia, a imprensa e a escola, nota-se certa aproximação das noções sobre o cinema entrelaçadas ao discurso investigado. A possibilidade de aproximação de diferentes noções em uma rede discursiva é, de certo modo, favorecida pelas “positividades do discurso”, que constitui uma “unidade através do tempo e vai muito além das obras individuais, dos



livros e dos textos” (FOUCAULT, 2009, p. 154). Tal unidade permite a formação de um espaço de comunicação não restrita a uma conceitualização histórica. Dessa forma, um conjunto de elementos, embora dispersos em áreas e domínios distintos, encontra-se pertencente a específicas formações discursivas, que “entrecruzam obstinadamente seus discursos em uma trama” (FOUCAULT, 2009, p. 155) e que permitem evidenciar e descrever as regras que formam o objeto-discurso em análise.

REFERÊNCIAS

A CAMPANHA contra a sífilis e os filmes educativos e orientadores. **A Federação: orgam do partido republicano**. Rio Grande do Sul, RS, nº 240, p. 9, 17 out. 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20193&pesq=todos%20atribuimos%20ao%20cinema>>. Acesso em: 16 out. 2019.

A CAMPANHA dos cinemas. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 14, 15 fev. 1920. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=propaganda%20dos%20cinemas%20dignos>>. Acesso em: 16 out. 2019.

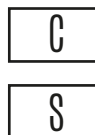
ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. Cinema contra cinema. **Cinearte**. Rio de Janeiro, RJ, N. 305, p. 10. [s.i]. 1931b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1931_00305.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

A INTERNACIONALIZAÇÃO do cinema. **Diario Nacional: A Democracia em mancha**. São Paulo, SP, nº 412, p. 7, 6 de nov. 1928. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pasta=ano%20192&pesq=a%20internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20cinema>>. Acesso em: 16 out. 2019.

ALGUMAS palavras sobre o cinema educativo. **Diario da Manhã: órgão do partido constructor**, Espírito Santo, ES, nº 3237, p. 1, 21 jun. 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=adequada%20%20e%20a%20proje%C3%A7%C3%A3o%20animada>>. Acesso em: 16 out. 2019.

ALMA religiosa. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, PE, nº 334, p. 2, 10 dez. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_09&pasta=ano%20191&pesq=severissima%20a%20censura%20preventiva>. Acesso em: 8 out. 2019.

A TELA. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 7, p. 3, 22 jan. 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=o%20fio%20d%20agua%20rolando>>. Acesso em: 8 out. 2019.



A TELA. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 74, p. 6, 18 set. 1921. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=o%20film%20commissario%20de%20policia%20%20tela>>. Acesso em: 8 out. 2019.

CENTRO do professorado paulista. **Diário nacional**, São Paulo, SP, nº 1096, p. 5, 4 fev. 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pasta=ano%20193&pesq=cinema%20educativo%20no%20ensino%20das%20varias%20disciplinas>>. Acesso em: 16 out. 2019.

CINEMA e a educação nacional. **Correio o Parana: órgão do partido liberal paranaense**, Paraná, nº 631, p. 2, 1 jul. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=171395&pasta=ano%20193&pesq=a%20proposito%20da%20campanha%20fibra%20moral>>. Acesso em: 07 out. 2019.

CINEMA educativo. **A escola primaria**, Rio de Janeiro, RJ, nº 08-09, p. 162, 1932. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097497&PagFis=4357&Pesq=diffus%c3%a3o%20do%20ensino%20com%20o%20m%c3%adnimo%20esfor%c3%a7o>>. Acesso em: 16 out. 2019.

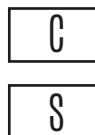
CINEMATOGRAFIA. **A Noite**, Rio de Janeiro, RJ, nº 6959, p. 5, 13 abr. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=tudo%20rigor%20dos%20modernos%20principios%20pedagogicos>. Acesso em: 07 out. 2019.

COMO OS rapazes amam a escola. **A Federação: organ do patido republicano**, Rio Grande do Sul, RS, nº 39, p. 3, 17 fev. 1932. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20193&pesq=filmes%20de%20carater%20geral%20%20films%20educativos>>. Acesso em: 12 out. 2019.

CUIDADO com as “fitas” americanas. **A Cruz**, Rio de Janeiro, RJ, nº 6, p. 4, 28 nov. 1920. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20192&pesq=alma%20ao%20perigo%20metade%20da%20lama>>. Acesso em: 16 out. 2019.

DECRETO sobre o cinema. **Cinearte**, Rio de Janeiro, RJ, nº 323, p. 11, 4 de mai. de 1932. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pasta=ano%20193&pesq=os%20filmes%20educativos%20s%C3%A3o%20material%20de%20ensino>>. Acesso em: 16 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.



MAIS UM!, **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 61, 29 de jul. 1920. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=cinema%20polytheama>>. Acesso em: 16 out. 2019.

O CINEMA corruptor. **A Cruz: órgão da parochial de S. J. Baptista**, Rio de Janeiro, RJ, p. 3, 12 mar. 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20192&pesq=as%20senten%C3%A7as%20lavradas%20dos>>. Acesso em: 7 out. 2019.

O CINEMA como factor da educação. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, RJ, nº 189, p. 7, 11 ago. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_12&pasta=ano%20193&pesq=o%20cinema%20educativo%20preocupou>. Acesso em: 7 out. 2019.

O CINEMA e a educação. **Pharol**, Minas Gerais, MG, p. 1, 4 nov. 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pasta=ano%20191&pesq=offendem%20ao%20pudor%20publico>>. Acesso em: 07 out. 2019.

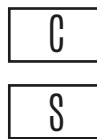
O CINEMA e a educação. **A Federação: Orgam do partido republicano**, Rio Grande do Sul, RS, nº 166, p. 1, 19 jul. 1916. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20191&pesq=em%20varias%20partes%20do%20mundo%20%20%20imagina%C3%A7%C3%A3o%20infantil>>. Acesso em: 8 out. 2019.

O CINEMA e a educação da mocidade. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, RJ, nº 177, p. 2, 28 abr. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_12&pasta=ano%20193&pesq=o%20comite%20examina%20igualmente%20%20repercuss%C3%B5es%20do%20cinema%20%20mocidade>. Acesso em: 16 out. 2019.

O CINEMA e a infância. **Cinearte**, Rio de Janeiro, RJ, nº 92, p. 35, 30 de nov. 1927. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pasta=ano%20192&pesq=soado%20o%20tempo%20do%20cinema%20o%20rico%20contrabandista>>. Acesso em: 16 out. 2019.

O CINEMA na educação de adultos. **Jornal do Commercio**, nº 232, p. 8, 2 jul. 1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_12&pasta=ano%20193&pesq=cinema%20e%20sua%20influencia%20forma%C3%A7%C3%A3o%20social%20do%20individuo%20%20%20sociedades%20primitivas>. Acesso em: 12 out. 2019.

O CINEMA e a educação. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, RJ, nº 7608, p. 5, 28 dez. 1919. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader>>.



aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=uteis%20elementos%20de%20instrucc%C3%A3o%20%20rija%20capacidade>. Acesso em: 7 out. 2019

O CINEMA da educação. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, RJ, nº 606, p. 6, 17 fev. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_01&pasta=ano%20193&pesq=resolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20interventor%20cinema%20%20meio%20escolar%20%20cinema%20collaborando>. Acesso em: 16 out. 2019.

O CINEMA e a educação popular no Brasil. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, nº 5, p. 3, 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=181614&pasta=ano%20193&pesq=o%20cinema%20v%C3%A3o%20onde%20n%C3%A3o%20vai%20o%20jornal:%20v%C3%A3o%20aos%20que%20n%C3%A3o%20sabem%20ler>>. Acesso em: 12 out. 2019.

O CINEMA e a educação politico-social. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, RJ, nº 193, p. 3, 15 ago. 1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_06&pasta=ano%20193&pesq=quase%20ao%20pe%20da%20literatura%20%20insinua%C3%A7%C3%B5es%20crescem>. Acesso em: 16 out. 2019.

O FILM o commissario de policia. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 74, 18 de set. 1921. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=o%20film%20commissario%20de%20policia%20%20tela>>. Acesso em: 16 out. 2019.

O MÁO cinema já tem fructos nacionaes. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 93, p. 2, 24 nov. 1921. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=Esses%20bandidos%20salteadores,%20que%20agora%20apavoram>>. Acesso em: 7 out. 2019.

OS METODOS de ensino e a sua eficiencia pratica. **A Federação: orgam do partido republicano**, Rio Grande do Sul, RS, nº 4, 4 jan. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20193&pesq=perfeito%20acabamento,%20capaz%20de%20tornar%20uma%20aula,%20ainda%20mais%20fastidiosa>>. Acesso em: 16 out. 2019.

OS DEZ mandamentos. **A Cruz, órgão da parochia de S. J. Baptista**, Rio de Janeiro, RJ, nº 32, p. 2, 2 ago. 1925. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20192&pesq=difus%C3%A3o%20de%20ideias%20%20mao%20cinema%20%20os%20dez%20mandamentos>>. Acesso em: 16 out. 2019.

PRISMA. **A Republica: orgam do partido republicano**, Paraná, PR, nº 157, p. 1, 8 jul. 1912. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader>

C

S

aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%20%20o%20cinema%20films%20de%20natureza%20livre>. Acesso em: 8 out. 2019.

PRO & CONTRA, **A Cruz**, Rio de Janeiro, RJ, p. 3, 11 maio 1930. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20193&pesq=poder%20formidavel%20que%20sirva%20para%20elevar%20a%20humanidade>> Acesso em: 8 out. 2019.

TELAS & palcos. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, RJ, nº 9562, p. 7, 27 mar. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=igreja>. Acesso em: 7 out. 2019.

ULTIMA hora, **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, PE, nº 160, p. 3, 14 jul. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=ultima%20hora%20offensiva%20a%20religiao%20%20a%20policia%20prohibiu>. Acesso em: 12 out. 2019.

UM BRINDE excepcional a todos os nossos leitores, **A União**, Rio de Janeiro, RJ, nº 11, p. 2, 6 fev. 1921. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20192&pesq=echoar%C3%A1%20em%20todos%20os%20confins%20do%20Brasil>>. Acesso em: 16 out. 2019.

VIDA educacional, **Diario da manha: Orgão do partido constructor**. Espirito Santo, ES, nº 3215, p. 1, 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=vida%20educacional%20difus%C3%A3o%20dos%20cientificos>>. Acesso em: 7 out. 2019.



GÊNERO DISCURSIVO E-MAIL

EFEITOS DE SENTIDO MOBILIZADOS PELA MODALIZAÇÃO

Thais Madeiro Bessa dos Santos⁶⁷

Francisca Janete da Silva Adelino⁶⁸

Kátia Regina Gonçalves de Deus⁶⁹

INTRODUÇÃO

A modalização consiste em um fenômeno linguístico-discursivo que, por um lado, revela e apresenta a expressão da subjetividade do indivíduo que fala, o locutor, e, por outro, indica o modo como o enunciado deve ser lido e compreendido pelo interlocutor, assinalando a intersubjetividade. Esse fenômeno materializa-se por meio de elementos linguísticos denominados modalizadores, os quais “materializam, explicitamente, a modalização”, sendo sua classificação realizada de acordo “com o tipo de modalização que expressam, nos enunciados e discursos em que aparecem” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 80).

Para esses autores, os modalizadores são classificados em quatro categorias: modalização epistêmica, deontica, avaliativa e delimitadora. A modalização epistêmica, para Nascimento e Silva (2012), indica um valor de verdade no conteúdo do enunciado, ou seja, está ligada à noção de certeza. Esse tipo de modalização se divide em três subclasses: asseverativa, quase-asseverativa e habilitativa.

A modalização epistêmica asseverativa é identificada quando o locutor expressa uma verdade. Nesse tipo de modalização, o conteúdo do enunciado é considerado como certo pelo locutor, sendo assim, ao expressar sua fala e a considerar como verdadeira, ele se responsabiliza pelo enunciado. Ao contrário da modalização epistêmica asseverativa, a quase-asseverativa é usada pelo locutor para expressar o conteúdo do enunciado como

67 Bacharel em Secretariado Executivo Bilíngue (UFPB), Brasil. E-mail: thaissantos797@gmail.com

68 Doutora em Linguística, professora adjunta do curso de Secretariado Executivo Bilíngue do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB, Mamanguape - PB. E-mail: janete_adelino@hotmail.com

69 Mestre em Linguística, professora assistente do curso de Secretariado Executivo Bilíngue do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB, Mamanguape - PB E-mail: katiargd83@gmail.com

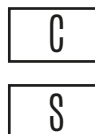
algo quase certo e que depende de confirmação. Logo, o locutor não se responsabiliza pelo que foi dito, visto que sua fala produz um conteúdo ainda não confirmado, ou seja, que pode não acontecer. Já a modalização habilitativa ocorre quando o locutor expressa um conhecimento ou capacidade sua ou de alguém realizar algo porque tem capacidade, conhecimento, domínio ou experiência.

Os modalizadores deônticos expressam avaliação indicando caráter de obrigatoriedade, possibilidade, proibição e volitiva no enunciado. Nascimento e Silva (2012) conceituam a modalização deôntica de obrigatoriedade, como aquela que apresenta o conteúdo do enunciado como algo que deve acontecer e por consequência deve ser compreendido como obrigatório pelo interlocutor. A modalização deôntica de proibição ocorre quando o locutor expressa o conteúdo da proposição como algo que deve ocorrer obrigatoriamente, ou seja, que o interlocutor deve seguir ou obedecer. A modalização deôntica de proibição diz respeito ao direcionamento da leitura do conteúdo proposicional como algo proibido, ou seja, que não deve acontecer. A modalização deôntica de possibilidade ocorre quando o conteúdo da proposição é algo facultativo e/ou quando o interlocutor tem a permissão para exercê-lo ou adotá-lo. A modalização deôntica volitiva ocorre ao expressar um desejo ou uma vontade de que o interlocutor faça algo.

A modalização avaliativa segundo Nascimento e Silva (2012, p. 88) é “aquela em que um locutor expressa um juízo de valor a respeito do conteúdo do enunciado, executando-se qualquer avaliação de caráter deôntico ou epistêmico”.

A modalização delimitadora estabelece os limites em que deve considerar o conteúdo do enunciado. Esse tipo de modalizador apresenta uma força ilocucionária maior. Nesse caso, a presença desse tipo de modalizador implica uma negociação entre os interlocutores no processo comunicacional. Essa negociação ou acordo entre os interlocutores é fundamental para que possa ocorrer o diálogo, conforme sinalizam Castilho e Castilho (2002).

Diante do exposto, tencionou-se, nesta investigação, identificar os tipos de modalizadores que caracterizam o gênero discursivo e-mail. Pretende-se, ainda: mapear e catalogar os tipos de modalizadores presentes no gênero; identificar e analisar o funcionamento argumentativo dos tipos de modalizadores mapeados; verificar os efeitos de sentido promovidos pelos modalizadores como recurso de engajamento discursivo no gênero e-mail. Dada à relevância do tema, justifica-se a realização deste estudo devido às contribuições que ele pode trazer para os profissionais que trabalham com a produção do gênero e-mail. Assim, torna-se importante conhecer as estratégias argumentativas mobilizadas pelo uso de modalizadores no gênero em estudo, podendo gerar, inclusive, proposições voltadas para uma comunicação mais eficiente.



GÊNEROS DISCURSIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE E-MAIL

Os gêneros discursivos são ricos em possibilidades de uso. Segundo Bakhtin (2011, p. 262), “evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos de *gênero do discurso*”. O autor menciona que os gêneros possuem três elementos básicos ligados ao enunciado, quais sejam: “*o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional*”. Esses elementos formam uma unidade orgânica e constituem a unidade de sentido: o enunciado concreto.

Considerando os três elementos que constituem um gênero, conforme apresentado por Bakhtin (2011), percebe-se que o gênero e-mail apresenta na sua construção composicional os seguintes elementos: assunto, endereçamento, vocativo, texto, despedida, fecho e assinatura. O primeiro campo da estrutura de um e-mail é identificado como assunto. Nele, o locutor antecipa resumidamente o tema que irá tratar na mensagem (BRASIL, 2018). É por meio desse campo que o interlocutor toma conhecimento do que será tratado no e-mail, é através dele que em inúmeras vezes o destinatário decide se irá prosseguir a leitura de um e-mail ou não.

O endereçamento é constituído de dois campos: destinatário e remetente. Conforme Cruz (2005), o destinatário da mensagem, ou seja, a pessoa a quem o e-mail é enviado é definido com a palavra “Para”. O segundo campo é destinado ao endereço de quem envia, sendo identificado com a palavra “De”. Segundo Cruz (2005, p. 45), o campo do remetente “[...] é geralmente fornecido automaticamente pelo próprio programa de e-mail, não constando, portanto, dos espaços a serem preenchidos em sua composição”. Antes de iniciar a mensagem, se faz necessário escrever o vocativo, que é constituído por um pronome de tratamento, como ‘senhor e senhora’, seguido do nome da pessoa a quem a mensagem se dirige. Em alguns casos, esse elemento é isolado, fazendo referência ao interlocutor do discurso; em outros, ele é acompanhado de uma saudação.

O corpo do texto é composto por uma mensagem redigida pelo locutor, que compreende informações desenvolvidas de acordo com o assunto apresentado no início do e-mail. Nessa parte do gênero, recomendam-se alguns cuidados em relação à escrita da informação, como mostra Brasil (2018, p. 48): “os textos das mensagens eletrônicas não podem ser redigidos com abreviações como ‘vc’, ‘pq’, usuais das conversas na internet, ou neologismos, como ‘naum’, ‘eh’, ‘aki’”. Desse modo, ao escrever um e-mail, o locutor tem total responsabilidade pelo que redige. Assim, ele deve evitar palavras que

C
S

impossibilitem a compreensão do interlocutor, em razão de que possa ser entendido de forma diferente.

A despedida encontra-se abaixo do corpo da mensagem e nela o remetente expressa seus agradecimentos ao destinatário. Logo após, no fecho, o locutor faz a saudação final, cumprimentando-o, comumente, com o termo “atenciosamente”. Esse termo é bastante utilizado em comunicações oficiais. Por fim, percebe-se que o último elemento que constitui a construção composicional de um e-mail é a assinatura. De acordo com Brasil (2018, p. 47), “a assinatura do *e-mail* deve conter o nome completo, o cargo, a unidade, o órgão e o telefone do remetente”.

O estilo, segundo Bakhtin (2011, p. 261), refere-se à “[...] seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua [...]”. Em relação ao e-mail, percebe-se que a mensagem se apresenta de duas formas: por meio de estilo formal ou informal. A formalidade pode ser identificada a partir do uso da norma culta da língua e essa característica é conseqüentemente mais fácil de ser observada quando se trata de e-mails oficiais/profissionais. Já no estilo informal, que é utilizado entre pessoas que possuem relações mais próximas, é possível observar com maior frequência o uso de abreviações e gírias, em que ficam evidentes menos cuidados com a sua produção.

Por fim, o conteúdo temático de um e-mail refere-se às temáticas recorrentes da mensagem, ou seja, ao tipo de assunto que é tratado ou veiculado no texto. Geralmente, no e-mail, os assuntos mais comuns verificados são: solicitações, comunicados, convites, informações gerais, entre outros. Esses conteúdos são normalmente identificados a partir do primeiro campo, o “assunto”, por meio de um termo que resume a mensagem proposta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa assume uma natureza qualitativa de caráter descritivo e de base interpretativa, considerando o objetivo traçado que foi identificar os tipos de modalizadores presentes no gênero discursivo e-mail. O *corpus* foi formado por 10 (dez) e-mails, cuja coleta foi realizada por meio da rede mundial de computadores, no período de fevereiro a março de 2019. Dessa maneira, alguns dados pessoais foram preservados, com a finalidade de resguardar as identidades das pessoas envolvidas. Logo após a coleta, foram efetuados o mapeamento e, em seguida, a catalogação do *corpus* e a análise dos modalizadores, de acordo com a classificação proposta por Nascimento e Silva (2012).

C

S

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nas análises empreendidas, foram identificados diversos tipos de modalizadores no gênero discursivo e-mail, conforme revelam os trechos a seguir.

E-mail 03

[...] Anteriormente enviei por e-mail um link com questionário da pesquisa, no entanto, ainda não alcançamos o número desejável de respondentes. Por isso, estou encaminhando aqui o link novamente, para caso você **possa** nos ajudar. Sabemos como não é fácil fazer pesquisas assim, mas com o apoio de cada isso tornará **possível**. [...]

Fonte: Coletado através da rede mundial de computadores.

No e-mail 03, o locutor faz uma solicitação para que o destinatário responda a uma pesquisa realizada por uma professora da Universidade Federal de Sergipe. Nesse e-mail, foram encontradas duas modalizações epistêmicas quase-asseverativa. No segundo parágrafo encontra-se a primeira modalização, no trecho: “Por isso, estou encaminhando aqui o link novamente, para caso você possa nos ajudar”, destaca por meio do termo “**possa**”. Por meio deste, observa-se que o locutor expressa a possibilidade de que algo ocorra, visto que, na situação citada, a resposta em relação à pesquisa fica à critério e liberdade do interlocutor.

Dessa maneira, o locutor não assume a responsabilidade pelo dito, porquanto o conteúdo é apresentado como algo que precisa ser confirmado. Logo, a modalização que explicita o conteúdo como provável de ser realizado é o termo “**possa**”. Dando continuidade, no segundo parágrafo, ainda verifica-se outra modalização no trecho: “Sabemos como não é fácil fazer pesquisas assim, mas com o apoio de cada isso tornará possível”. Nesse exemplo, a modalização epistêmica quase-asseverativa é materializada pelo termo “**possível**”, que expressa uma probabilidade de concretização da pesquisa, ou seja, o locutor reconhece o grau de dificuldade, declarando que a realização da pesquisa só é provável com a colaboração dos envolvidos.

E-mail 06

[...] Os exames **deverão** ser repetidos a cada dois anos, mas há situações em que a periodicidade será menor. [...] o servidor convocado poderá concordar ou não em realizar os exames. Entretanto, aquele que optar por não realizarem os EMP **deverá** formalizar sua intenção em um Termo de Recusa disponível no Singepe [...]

Fonte: Coletado através da rede mundial de computadores.

C

S

O e-mail 06 apresenta uma convocatória direcionada aos servidores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para que realizem os exames periódicos requeridos pela instituição. Neste e-mail, foram encontradas duas modalizações de obrigatoriedade. A primeira expressão modalizadora desse e-mail encontra-se no quarto parágrafo, quando o locutor diz: “Os exames deverão ser repetidos a cada dois anos, mas há situações em que a periodicidade será menor”. Ao utilizar o termo “**deverão**”, conjugado no futuro do presente, o locutor exprime uma obrigatoriedade ao interlocutor, ou seja, este deixa claro que os exames solicitados precisam necessariamente ser repetidos no período de dois anos. Dessa maneira, ele exclui qualquer tipo de dúvida em relação ao enunciado, e o torna obrigatório e claro.

O segundo modalizador encontra-se no trecho: “Entretanto, aquele que optar por não realizar os EMP deverá formalizar sua intenção em um Termo de Recusa disponível no Singepe, assinando, solicitando a cientificação da sua chefia imediata, e entregando o documento na CQVSST/PROGEP”. Observa-se que o verbo “**deverá**” funcionou como um modalizador de obrigatoriedade com caráter de instrução, pois, este, além de expressar uma ordem, ou seja, algo que deve realmente ser cumprido caso os servidores optem por não realizar os exames, também gera um caráter instrutivo, uma vez que é utilizado para orientar os interlocutores, que, nesse caso, são servidores, a respeito de como estes devem agir se optarem por não realizar os exames solicitados. Por esta razão, o locutor afirma que é necessário formalizar a intenção em um termo de recusa seguindo as devidas recomendações apresentadas por ele.

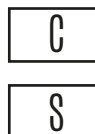
Portanto, as expressões em destaque funcionam nesse e-mail como modalizadores de obrigatoriedade, visto que Nascimento e Silva (2012) conceituam esse tipo como aquele que apresenta o conteúdo do enunciado enquanto algo que deve acontecer. Por consequência, deve ser atendido pelo interlocutor.

E-mail 10

[...] Ainda sobre o resumo, é necessário rever tanto a parte em português, como a versão em inglês, evitando a repetição demasiada de termos (verde/azul) e corrigir o uso da pontuação (vermelho) e pedir que alguém proficiente em língua inglesa revise tradução, pois há vários problemas (amarelo), que **não deveriam** estar presentes se tratando de um texto que trata da importância das línguas estrangeiras.

Fonte: Coletado através da rede mundial de computadores.

O e-mail 10 é uma resposta encaminhada ao (a) autor (a) de um artigo científico enviado pela Revista Expectativa. Nesse e-mail, é apresentada a decisão editorial tomada pela revista. A expressão que modaliza esse exemplo encontra-se no tópico das questões levantadas pelo avaliador, no recorte “[...], pois há vários problemas (amarelo), que não



deveriam estar presentes se tratando de um texto que trata da importância das línguas estrangeiras”. No trecho em destaque, o locutor faz uso do modalizador “**não deveriam**” para expressar uma obrigatoriedade negativa em relação ao conteúdo do enunciado, uma vez que destaca os problemas existentes que não deveriam estar presentes no artigo avaliado. À vista disso, pode-se dizer que a expressão modalizadora é uma modalização deôntica de proibição, pois apresenta o conteúdo do enunciado como algo proibido.

E-mail 07

[...] Ao receber a resposta da GEAP sobre a negativa de autorização, **é facultado** ao beneficiário requerer a reanálise, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, que será apreciada pela Ouvidoria – o requerimento pode ser feito por um dos nossos canais de atendimento: 0800-728 8303. Formulário eletrônico (site da GEAP do seu estado).

Fonte: Coletado através da rede mundial de computadores.

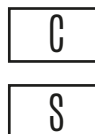
O e-mail 07 trata-se de uma resposta negativa da GEAP a uma solicitação feita por um usuário do referido plano. A modalização deôntica de possibilidade identificada neste e-mail encontra-se destacada no trecho: “Ao receber a resposta da GEAP sobre a negativa de autorização, **é facultado** ao beneficiário requerer a reanálise, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, que será apreciada pela Ouvidoria”. Nesse exemplo, o locutor expõe uma possibilidade ao beneficiário a qual seria a reanálise da solicitação. Assim, o interlocutor poderá requerer o processo novamente. No entanto, o locutor não garante que isso ocorrerá, mas estabelece a possibilidade.

E-mail 01

[...] Na oportunidade, gostaríamos de agradecer a sua valorosa contribuição e destacamos a importância do registro no Lattes de sua participação, considerando que essa informação é indispensável para a correta qualificação do periódico junto ao Qualis-Capes. [...] Ficamos a disposição para estreitarmos o diálogo. Com nossos cordiais cumprimentos.

Fonte: Coletado através da rede mundial de computadores.

No e-mail 01 são apresentadas informações sobre o certificado de participação como avaliador Ad Hoc. Nesse texto, o locutor destaca a importância do registro como avaliador da revista na plataforma Lattes do CNPq. Além disso, apresenta as informações da revista na qual o receptor do e-mail participou como avaliador, fazendo-lhes agradecimentos pela participação. Nesse e-mail foram identificados cinco modalizadores avaliativos. O primeiro encontra-se no trecho: “Na oportunidade, gostaríamos de agradecer a sua valorosa contribuição [...]”. Esse trecho é modalizado pela expressão “**valorosa**”, visto que o locutor faz uso da expressão em destaque para emitir um ponto de vista em relação à contribuição dada pelo interlocutor à revista. Desse modo, pode-se definir essa modalização como avaliativa.



A segunda modalização apresenta-se marcada no trecho: “[...] e destacamos a **importância** do registro no Lattes de sua participação [...]”. Nesse exemplo, pode-se observar um modalizador avaliativo quando o locutor expressa um ponto de vista sobre a relevância do avaliador em realizar o cadastro no currículo Lattes. Para o locutor, essa atitude exprime uma importância significativa e indica o modo como ele espera que o enunciado seja lido. A terceira e a quarta modalização encontram-se no trecho: “[...], considerando que essa informação é indispensável para a correta qualificação do periódico junto ao Qualis-Capes”. Percebe-se, no exemplo citado, que a expressão “**é indispensável para**” atua nesse enunciado com dupla função, como um modalizador avaliativo e ao mesmo tempo como um deôntico de obrigatoriedade, uma vez que o locutor expressa sua opinião, ao deixar explícita a importância de o avaliador registrar no currículo Lattes a sua contribuição com os trabalhos da revista, visto que ele também apresenta a informação como algo obrigatório, pois favorece a pontuação do periódico junto ao Qualis-Capes. Já a modalização apresentada pelo termo “**correta**” foi utilizada pelo locutor para avaliar a qualificação do periódico, caso o avaliador da revista forneça as informações solicitadas na plataforma Lattes.

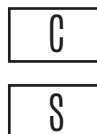
O quinto modalizador catalogado é identificado no fecho do e-mail: “Com nossos cordiais cumprimentos”. Ao concluir, o locutor faz uso do modalizador “**cordiais**” para expressar seu ponto de vista sobre as relações mantidas com o interlocutor, ou seja, para este o tipo de relação é considerado como amigável ou verdadeira. Observa-se que esse tipo de modalização é utilizado pelo locutor para revelar suas intenções ao deixar evidentes opiniões e pontos de vista em relação ao que foi apresentado no enunciado.

E-mail 06

[...]Os citológicos **só** serão ofertados **na Unidade do Bairro dos Estados**. As mamografias serão ofertadas na “Diagson” da Torre. [...] Os exames deverão ser repetidos **a cada dois anos**, mas há situações em que a periodicidade será menor. Para servidores **a partir dos 45 anos**, por exemplo, o intervalo será **anual**. A oferta de **alguns exames** também varia conforme gênero e idade, como o citológico, o PSA, a mamografia e o oftalmológico. [...] formalizar sua intenção em um Termo de Recusa disponível no Singepe, assinando, solicitando a cientificação da sua chefia imediata, e entregando o documento **na CQVSST/PROGEP**.

Fonte: Coletado através da rede mundial de computadores.

Nesse e-mail, é apresentada uma convocação direcionada aos servidores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para que realizem os exames periódicos requeridos pela instituição. Encontramos nesse e-mail 07 ocorrências deste tipo de modalização, conforme destacamos a seguir. A primeira e a segunda ocorrência são identificadas no trecho: “Os citológicos **só** serão ofertados **na Unidade do Bairro dos Estados**”. Por meio da expressão em destaque, observa-se que o locutor delimita o local



de oferta dos exames citológicos, ao declarar que estes somente serão realizados na referida unidade. Essas delimitações citadas têm por função instituir um local específico em que serão realizados os exames citológicos.

A terceira modalização é encontrada no trecho: “Os exames deverão ser repetidos a cada dois anos, [...]”. Observa-se que a modalização é identificada por meio do termo “**a cada dois anos**”. Através desta, o locutor informa a periodicidade da repetição dos exames. Desse modo, a expressão em destaque estabelece o tempo/período que o interlocutor deve considerar para realizar tal procedimento. Na quarta ocorrência, o locutor exprime “Para servidores a partir dos 45 anos[...]”. Nesse enunciado, o locutor utiliza o modalizador “**a partir dos 45 anos**” para delimitar o perfil dos servidores que deverão realizar os exames, ao informar a idade estimada/determinada para repeti-los.

Na quinta, a modalização é encontrada na expressão destacada: “[...] o intervalo será **anual**”. O termo em destaque modaliza o enunciado ao definir a frequência estabelecida pelo locutor na qual o interlocutor deve refazer os exames indicados pela instituição. De modo que a modalização em destaque apresenta limites que devem ser considerados pelo interlocutor, identifica-se como um modalizador delimitador, conforme é apresentado por Nascimento e Silva (2012). A sexta modalização encontra-se no trecho “A oferta de alguns exames também varia conforme gênero e idade, como o citológico, o PSA, a mamografia e o oftalmológico”. Nesse exemplo, observa-se que o locutor, ao usar a expressão “**alguns exames**”, delimita o enunciado, indicando que não serão todos os exames ofertados e que tal oferta pertencente é destinada a um público específico e variável conforme o gênero e a idade.

Encontra-se a sétima modalização destacada no trecho: “Entretanto, aquele que optar por não realizarem os EMP deverá formalizar sua intenção em um Termo de Recusa disponível no Singepe, assinando, solicitando a cientificação da sua chefia imediata, e entregando o documento **na CQVSST/PROGEP**”. Nesse enunciado, o locutor modaliza ao empregar o termo em destaque para estabelecer o local específico que o interlocutor recorrerá para formalizar o termo de recusa, no caso da sua escolha por não realizar os exames.

Por meio nas análises nos e-mails coletados, observa-se que a modalização é apresentada nesse gênero como estratégia argumentativa que ocasiona diferentes efeitos de sentidos através dos modalizadores. De modo geral, foram catalogados 95 (noventa e cinco) modalizadores no *corpus* estudado. Constatou-se que a modalização delimitadora foi a que obteve maior ocorrência, somando 22 modalizadores. Tal modalização foi utilizada no gênero e-mail para delimitar o tempo, previsão de resposta, local e intervalo no qual o interlocutor deve considerar os limites do enunciado. Logo, os termos mais utilizados foram: *até [...]*, *a cada [...]* e *de alguns [...]*. Sendo assim, pode-se dizer que o modalizador delimitador é característico do gênero e-mail.

C
S

A modalização avaliativa assume a segunda posição dos tipos de modalizadores identificados com maior frequência, manifestando-se em 21 trechos, sendo identificada no gênero catalogado através de termos como: *valorosa, indispensável, imensa, claramente*, entre outros. Observa-se que este tipo de modalização é usado pelo locutor no gênero em estudo para expressar um juízo de valor quanto ao conteúdo da proposição.

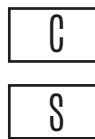
A respeito da modalização deôntica, identificou-se no *corpus* um total de 33 ocorrências, das quais 21 foram de modalização deôntica de obrigatoriedade, 06 de possibilidade, 05 volitiva e 01 de proibição. De modo geral, observa-se maior ocorrência do modalizador deôntico de obrigatoriedade, estando em terceira posição entre todos os modalizadores, com 21 trechos identificados. Esse tipo de modalizador é usado sempre que o locutor expressa uma ordem destinada ao interlocutor. Os termos com maior utilização no *corpus* foram: *devem* e *é necessário*. Em relação à modalização deôntica de possibilidade, os termos mais frequentes foram: *poderá* (futuro do presente), *pode* (3ª pessoa do presente do indicativo), *é facultado* e *seria necessário*. Na modalização deôntica volitiva foram encontrados trechos que podem ser identificados através de palavras como: *solicitamos, necessitamos* e *esperamos*. Quanto à modalização deôntica de proibição, verificou-se que esta teve apenas 01 ocorrência, e esta se deu por meio da expressão *não deveriam*.

Na categoria da modalização epistêmica, observou-se somente a quase-asseverativa, com um total de 14 trechos. Esse tipo de modalização é utilizado no gênero e-mail para expressar uma incerteza no conteúdo da mensagem, uma vez que esta, para se concretizar, necessita do posicionamento do interlocutor. Assim, não cabe ao locutor responsabilizar-se pela confirmação da mensagem. As expressões que funcionam de forma mais frequente como modalizador epistêmico quase-asseverativo no *corpus* analisado são: *caso haja/possa, poderá ser e possível*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação, foram identificados, analisados e interpretados os tipos e subtipos de modalizadores no gênero discursivo e-mail; gênero este que faz parte do universo virtual, sendo bastante utilizado, principalmente, em organizações para fins profissionais, por ter o objetivo de proporcionar a comunicação a distância.

Pode-se dizer, com base na análise dos dados aqui verificados, que o fenômeno da modalização se constitui como característico do gênero e-mail, principalmente por meio da modalização delimitadora, seguida da modalização avaliativa e da modalização deôntica de obrigatoriedade. Os modalizadores delimitadores foram utilizados no *corpus*, para estabelecer limites em relação ao conteúdo da mensagem, revelando para o interlocutor



aspectos relacionados, por exemplo, a uma previsão de resposta, especificação de local e intervalo de tempo para a realização de algo. Os modalizadores avaliativos foram utilizados para mostrar uma posição de apreciação do locutor ao expressar suas concepções diante do enunciado. Já a modalização deôntica de obrigatoriedade foi utilizada nos e-mails analisados para expressar na mensagem um conteúdo obrigatório, direcionando o interlocutor para agir de acordo com o dito.

Com isso, consegue-se verificar que o e-mail é um gênero da esfera virtual que permite a comunicação entre pessoas em tempo real. Em vista dos resultados obtidos, é possível dizer que os modalizadores são constantemente utilizados no gênero em estudo para apresentar um posicionamento do locutor diante do enunciado, servindo como estratégia argumentativa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

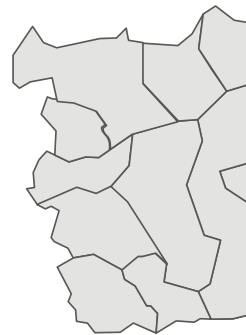
BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República** / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; CASTILHO, Célia Maria Moraes de. Advérbios de Modalizadores. In: **Gramática do português falado. Volume II: Níveis de análise linguística**. 4º ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CRUZ, Glenda Demes da. **A natureza do e-mail no espaço cibernético e suas peculiaridades discursivas**: um confronto com a escrita convencional. Dissertação (Mestrado) - UECE, Fortaleza - CE, 2005.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. O FENÔMENO DA MODALIZAÇÃO: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. IN: **A argumentação na redação comercial e oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos / Erivaldo Pereira do Nascimento. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

O EIXO DO INFINITO NOS CONTOS “A ARMADILHA” E “OS COMENSAIS”, DE MURILO RUBIÃO



Luciane Alves Santos⁷⁰

Tainá de Moura Santos⁷¹

INTRODUÇÃO

O processo de criação literária do contista mineiro Murilo Eugênio Rubião trilhou um percurso bastante singular. Em busca da expressão perfeita, o autor se impôs um exaustivo trabalho de escritura, reescritura, publicações e republicações ao longo de sua carreira. Foi com esse apuro formal, aliado a temáticas inovadoras, que Rubião foi alçado pela crítica literária a um dos nomes mais significativos da literatura brasileira do século XX.

Em correspondência trocada com Rubião (fevereiro de 1967), Antonio Candido apontou com entusiasmo que o trabalho do contista estaria “instalado de pleno direito no cerne das melhores experiências da ficção contemporânea”.⁷² Na mesma carta, Candido reconhece na prosa do amigo um estilo de caráter precursor em muitos aspectos até então não cultivados na literatura brasileira. O talento inovador do escritor consistia na construção de um universo transgressor que rompia com as relações de causa e efeito. Por esse procedimento literário, Candido (1989, p. 207), em “A nova Narrativa”, atribui a marca do insólito ao contista: “Murilo Rubião instaurou no Brasil a ficção do insólito absurdo (...) elaborou seus contos absurdos num momento de predomínio do realismo social, propondo um caminho que poucos se identificaram e só mais tarde outros seguiram”.

70 Doutora em Letras. Coordenadora do grupo de pesquisa “Estudos do insólito ficcional: do mito clássico à modernidade”. E-mail: luciane.ufpb@gmail.com

71 Graduada em Letras do CCAE. Membro do grupo de pesquisa “Estudos do insólito ficcional: do mito clássico à modernidade”. E-mail: tainasantos159@gmail.com

72 Correspondências – Várias. Disponível em <http://www.murilorubiao.com.br/correspvarias2.aspx>. Acesso em 05 de março de 2020.

Como precursor de uma nova tendência narrativa, Rubião deu visibilidade à literatura fantástica no Brasil. A presença do insólito na contística muriliana diferiu significativamente das narrativas fantásticas dos séculos XVIII e XIX, uma vez que não recorreu à presença de elementos sobrenaturais, espectros, vampiros ou quaisquer manifestações de origem gótica. Essa nova configuração do fantástico valorizou aspectos do mundo contemporâneo e, no lugar do universo povoado por seres sobrenaturais, apresentou indivíduos, temas, espaços e problemas que remetem às angústias homem moderno.

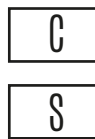
Nessa perspectiva, se embaralham no universo ficcional muriliano elementos insólitos que remetem diretamente a diversos dilemas que assolam a sociedade, como a burocracia, o tédio, a crise de identidade, a alienação e a incapacidade de alterar o próprio destino. Sobre esse último ponto, observamos que com regularidade personagens submissos se apresentam nas narrativas, encarcerados e incapazes de esboçar reação frente aos infortúnios, por isso nunca conseguem alcançar seus propósitos, nem se libertar deles e acabam infinitamente aprisionados, girando infinitamente sobre o próprio eixo.

É justamente essa ideia de circularidade que este estudo se propõe a desenvolver, a partir da seleção dos contos “A armadilha” e “Os Comensais”. Para empreender nossa pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, utilizamos como aporte teórico, no tocante ao fantástico, os pressupostos de Tzvetan Todorov (2004), Jaime Alazraki (2001) e David Roas (2014); quanto à presença da circularidade, repetição e tendência ao infinito, nos apoiamos nos estudos desenvolvidos por Jorge Schwartz (1981).

MURILO RUBIÃO – UM AUTOR QUE TENDIA AO INFINITO

Murilo Eugênio Rubião (1916-1991) foi um escritor natural de Carmo de Minas – MG. Descendente de uma família de escritores, sempre esteve em contato com a literatura. Embora tivesse escrito inúmeros contos para revistas e suplementos literários de jornais de diversos países, sua obra permaneceu praticamente desconhecida para o grande público durante mais de três décadas. De acordo com o crítico Jorge Schwartz (1981), Murilo inaugura um gênero cuja temática encontra filiação em Machado de Assis e em Franz Kafka.

O autor publicou seu primeiro livro, *O ex-mágico*, em 1947, contendo 15 contos. A seguir, em 1953, sai *A estrela vermelha*. No ano de 1965, publica *Os dragões e outros contos*, um livro com vinte contos, dos quais apenas quatro eram inéditos. Posteriormente publica *O Convidado* (1974) e *O pirotécnico Zacarias* (1974), este último obteve uma significativa repercussão e foi o livro que impulsionou o sucesso do autor. Suas últimas



publicações foram *A Casa do Girassol Vermelho* (1978) e *O homem do boné cinzento*, no ano de 1990, um ano antes de sua morte.

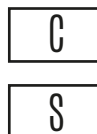
A produção de Rubião não é extensa, isso pode ser atribuído ao seu meticuloso trabalho com a linguagem e ao fato de estar sempre reescrevendo seus contos. De certo modo, Murilo também tendia ao infinito como escritor. Sempre em busca da expressão perfeita, ele trocava palavras, reduzia parágrafos, e até mudava o nome dos contos. É perceptível que o autor não conseguia pôr um fim ao seu trabalho e nada parecia satisfazê-lo em seu processo de criação. O próprio autor constata e descreve o quão difícil é a luta travada com a palavra:

Sempre aceitei a literatura como uma maldição. Poucos momentos de real satisfação ela me deu. Somente quando estou criando uma história sinto prazer. Depois é essa tremenda luta com a palavra, é revirar o texto, elaborar e reelaborar, ir para frente, voltar. Rasgar. (RUBIÃO, 1988, p. 5).

Em entrevista concedida ao *Correio Braziliense*, em 27 de agosto de 1989, o autor revela mais uma vez sua eterna insatisfação com sua escrita e afirma ao jornalista e escritor Francisco de Moraes Mendes que jamais fica satisfeito quanto ao resultado de um conto, além de admitir que sua obra “vem encurtando com o tempo”, pois muitos dos contos que aparecem em suas publicações são, em sua maioria, reescrituras.

Davi Arrigucci Jr. assinala que é perceptível uma insistente reelaboração dos mesmos contos de Rubião, que vão e vem a cada nova publicação, o escritor e crítico literário ainda conclui dizendo que: “Murilo continua refazendo-se, como se, para ele, escrever fosse fundamentalmente reescrever.” (ARRIGUCCI, 1999, p. 53). Do mesmo modo, Jorge Schwartz, na introdução de seu livro *Murilo Rubião: poética do Uroboro* (1981), também ressalta essa particularidade do autor mineiro e assinala: “A produção literária de Murilo Rubião é um lado quase fantástico também. Não seria exagerado afirmar que quantitativamente reescreveu mais do que escreveu.” (SCHWARTZ, 1981, p. 2)

Os contos, de forma semelhante à escrita de Murilo Rubião, também possuem um caráter infinito. Grande parte deles pendem para um “não final”, seus desfechos são geralmente abertos e inconclusivos, o sentido que fica é que os personagens viverão aquele impasse eternamente, como se no universo criado pelo autor não houvesse salvação.



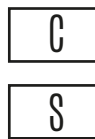
TENDÊNCIA AO INFINITO NOS CONTOS “A ARMADILHA” E “OS COMENSAIS”, DE MURILO RUBIÃO

“Tendência ao infinito” foi a expressão utilizada por Jorge Schwartz para explicar o fenômeno do “não fechamento” ou, ainda, “não desfecho” das narrativas rubianas. O pesquisador utiliza da imagem do uroboro, serpente mítica que morde a própria cauda em um percurso cíclico e infinito, para referenciar os personagens dos contos que, assim como a serpente, são vítimas de um ciclo reiterativo. Schwartz atribui um significado negativo ao uroboro, para ele, a serpente está “condenada pela sua própria forma, ela aniquila o tempo e torna-se testemunha da eternidade. A nada conduzem seus atos em moto perpétuo, e a dialética do fazer esmagada perante a possibilidade do infinito.” (SCHWARTZ, 1981, p. 17). Nas narrativas rubianas, o uroboro vai além de um símbolo da circularidade, para o pesquisador, ele atua como uma metáfora que representa todo inútil percurso cíclico e fazer desprovido de sentido a que os personagens estão fadados.

Nos contos de Murilo Rubião, a tendência ao infinito é apresentada de muitas maneiras: por meio de uma repetição sem fim, como os infindáveis desejos da protagonista “Bárbara”, que engorda à medida em que suas vontades são realizadas, atingindo proporções gigantescas; nas ininterruptas gestações da jovem “Aglaia”, que engravida não importando o método contraceptivo que utilize; por meio de uma espera sem fim, como nos contos “O Convidado” e “A fila”, em que, respectivamente, todos esperam por um convidado que nunca chega, ou o personagem está condenado a uma fila que, dia após dia, distancia-o cada vez mais da realização de seu objetivo; ou até mesmo pode ser interpretada na megalomania humana, a exemplo do conto “O edifício”, que narra a construção interminável de um gigantesco arranha-céu. Por fim, podemos perceber a tendência ao infinito que aprisiona os personagens, impossibilitando-os de qualquer ação que resulte em sua liberdade, como é o caso dos contos “A armadilha” e “Os Comensais”. Nessas narrativas, temos, respectivamente, um protagonista fadado a passar o resto da vida aprisionado em um apartamento com seu pior inimigo; e o outro, preso em um restaurante, não consegue se libertar do seu vazio interior.

O conto “A armadilha” foi publicado pela primeira vez em 1965, no livro *Os dragões e outros contos* e, posteriormente, obedecendo à necessidade de reescrita de Murilo Rubião, a narrativa foi republicada em 1978, no livro *A casa do girassol vermelho*.

“A armadilha” é uma narrativa curta e misteriosa, construída sob uma atmosfera enigmática, em que o suspense caminha com o leitor até a última linha do conto. Seu caráter sombrio é perceptível inicialmente através da própria construção do ambiente. No início da narrativa, o protagonista, Alexandre Saldanha Ribeiro, adentra um prédio aparentemente abandonado carregando uma mala pesada. Apesar da mala, ele evita



pegar o elevador e vai pelas escadas, quando chega ao décimo e último andar se depara com um escritório fechado, derruba a porta trancada e invade a sala. Lá, é surpreendido pelo enigmático antagonista:

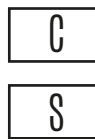
Empurrou-a. Ia colocar a mala no chão, mas um terror súbito imobilizou-o: sentado diante de uma mesa empoeirada, um homem de cabelos grisalhos, semblante sereno, apontava-lhe um revólver. Conservando a arma na direção do intruso, ordenou-lhe que não se afastasse. (RUBIÃO, 2010, p.135).

O sentimento entre eles é de rivalidade, o velho o esperava, certo de que o encontraria naquele prédio: “Apenas esperava a sua vinda. Há dois anos, desta cadeira, na mesma posição em que me encontro, aguardava-o certo de que viria.” (RUBIÃO, 2010, p. 136). Os personagens iniciam um diálogo, mas as informações nos chegam fragmentadas. O nome de uma moça, Ema, surge em meio à conversa. O velho deseja saber o que aconteceu com ela, e Alexandre, sem maiores explicações, revela que ela o abandonou. A conversa entre eles se dá de forma vazia, irônica e sucedida por momentos de intenso silêncio e tensão.

O conto caminha para um desfecho fatal. Alexandre, ao se deparar com seu adversário, chega a pensar que seria morto: “— O que está esperando, então?! — gritou Alexandre. — Mate-me logo!” (RUBIÃO, 2010, p. 137). De acordo com Schwartz, o leitor também cria essa mesma expectativa e espera que o fim do protagonista seja concretizado: “A previsibilidade que se cria no espírito do leitor durante a leitura sugere inicialmente um desfecho narrativo no qual Alexandre seria morto, mas pequenos índices começam a desintegrar onexo causal dos acontecimentos.” (SCHWARTZ, 1981, p. 66). No entanto, contrariando essa expectativa, o homem guarda a arma. Nesse momento, percebemos que a intenção do algoz de Alexandre não era matá-lo, mas aprisioná-lo.

Ciente da intenção do velho, o protagonista corre para a janela tentando pular, mas se depara com uma fina malha metálica e desmaia. Ao acordar, percebe que o velho havia se trancado junto a ele na sala. Não há possibilidade de fuga, suicídio ou salvação. A porta é feita de aço e, embora grite, ninguém o ouvirá: “— Não lhe acudirão. Ninguém mais vem a este prédio. Despedi os empregados, despejei os inquilinos.” (RUBIÃO, 2010, p. 138). O velho havia preparado uma vingança lenta, que perduraria pela eternidade.

Esse conto não possui um elemento sobrenatural em si, como monstros ou fantasmas. Esse fator é resultado da nova configuração da literatura fantástica instaurada no século XX, que difere do fantástico tradicional, de inspiração gótica, e foge aos critérios e limites elencados pelo crítico Tzvetan Todorov para definir as características capitais do que ele definiu como gênero fantástico. Essa nova configuração do fantástico foi nomeada pelo pesquisador argentino Jaime Alazraki (2001) de *neofantástico*.



O neofantástico não é um gênero novo e totalmente discrepante do fantástico tradicional, nas palavras de Roas, o neofantástico “[...] representa uma nova etapa na evolução natural do gênero fantástico, em função de uma noção diferente do homem e do mundo [...]” (ROAS, 2014, p. 71). Consequentemente, em vez do medo, as narrativas neofantásticas geram “Una perplejidad o inquietud sí, por lo insólito de las situaciones narradas”⁷³ (ALAZRAKI, 2001, p. 277) e, em vez de seres sobrenaturais, vemos que o “homem ‘normal’ é precisamente o ser fantástico” (SARTRE apud TODOROV, 2004, p. 90). Assim, fantástico rubiano é resultado da adequação da literatura fantástica às mudanças e transformações sociais do século XX.

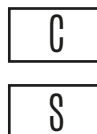
Dadas as considerações acima, em “A armadilha”, o mecanismo marcador do efeito fantástico é causado pelo exagero da fala que encerra a narrativa: “— Aqui ficaremos: um ano, dez, cem ou mil anos.” (RUBIÃO, 2010, p.138). Conforme aponta Schwartz, a hipérbole aparece nas obras de Murilo Rubião como “figura-chave que desvenda os mecanismos fantásticos da narrativa”. (SCHWARTZ, 1981, p. 70). A hipérbole também atua como elemento que faz como que a narrativa penda para o infinito, uma vez que aponta para um futuro incerto, sem esclarecer quando aquela prisão terminará, provavelmente nunca.

A ausência de causalidade das ações é um forte traço das narrativas pertencentes a este novo fantástico. Se o leitor não tentar subentender ou decodificar alegoricamente o que existe nas entrelinhas, provavelmente ficará sem respostas. O conto também é muito sintético e, de certo modo, esta brevidade colabora para conservar o caráter misterioso da narrativa durante toda extensão do texto. Para Márcio Serelle,

A rapidez dos textos de Rubião é irônica porque convida o leitor a preencher as muitas lacunas deixadas pelo relato. É como se o acontecimento absurdo fosse facilmente inteligível, sem a necessidade de descrições ou maiores demoras por parte do narrador. (SERELLE, 2002, p. 39)

Assim, outro fator que conduz ao infinito é ausência de explicações para algumas perguntas, como: O que Alexandre carregava na mala pesada? Quem é o velho? O que teria acontecido no passado para gerar tanto ódio entre eles? Quem é Emma? Seria ela o motivo de um vingança tão cruel? Qualquer tentativa de responder a essas e outras perguntas ficará inerte, visto que perpetuarão as dúvidas, assim como perpetuará a prisão dos nossos personagens.

⁷³ Uma perplexidade ou inquietude sim, pelo insólito das situações narradas (Tradução nossa)

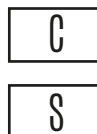


Mantendo a ideia da tendência ao infinito, destaca-se o conto “Os Comensais”, publicado no livro *O Convidado* (1974). Esse conto, narrado em terceira pessoa, tem como personagem principal um homem chamado Jadon. Esse protagonista todos os dias faz as refeições no mesmo restaurante, e lá encontra as mesmas pessoas sempre sentadas nas mesmas cadeiras, são os chamados Comensais. Eles não se portam como humanos, não comem, nem se mexem, e tem uma aparência estranha, todos têm os “braços caídos, os olhos baixos” (RUBIÃO, 2010, p. 216).

A despeito da constância nas narrativas neofantásticas de os personagens não se chocarem com o fenômeno insólito, Jadon, desde o princípio, demonstra curiosidade e tenta desvendar o mistério por trás daqueles homens: “A princípio Jadon espreitava-os discretamente, na esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre si.” (RUBIÃO, 2010, p. 216). Entretanto, percebeu que sua atitude era inútil, pois jamais os comensais faziam qualquer movimento. Os garçons também tinham um comportamento estranho e mecânico. Apesar das refeições dos comensais estarem intocadas, eles vinham constantemente trocar os pratos por outros. Faziam o mesmo com Jadon, que a princípio achava a atitude engraçada: “Nos primeiros tempos achava engraçado acompanhar os movimentos dos garçons que, mesmo vendo-o de pé, pronto a retirar-se, vinham com novas travessas para substituir as que estavam na sua frente.” (RUBIÃO, 2010, p. 217). Contudo, o fato que o desagradava era o “Silêncio reinante, o segregamento que lhe impunham” (RUBIÃO, 2010, p. 217). Ou seja, o personagem se aborrecia por ser ignorado, por habitar um ambiente movimento, e mesmo assim se sentir só.

É recorrente nos contos de Rubião a temática de ambientes que deveriam ser movimentados, mas, em vez disso, são solitários, como o trem que viaja Cariba, no conto “A cidade”, o prédio que Alexandre adentra no conto “A armadilha”, entre outros. O estar só na companhia de outros pode ser interpretado como uma alegoria da vida moderna, já que as críticas sociais levantadas por Rubião são, em sua maioria, associadas a cenários urbanos. Como Santos esclarece: “Em Murilo, o espaço é o cenário urbano moderno, a relação do homem com o caos gerado pelo progresso desumano das grandes cidades.” (SANTOS, 2006, p. 2). Assim, os grandes centros urbanos, trens, prédios e restaurantes estão cheios de pessoas tão absortas na sua própria individualidade que acabam se tornando apenas mais uma na multidão. É o que ocorre com os comensais, por estarem tão voltados para si, não conseguem perceber o outro, e qualquer tentativa em fazer contato é vã:

É no refeitório de “Os comensais” (OC) que o contexto sugere plasmado pela exacerbação da individualidade, no sentido da desarticulação que o homem sente em relação ao seu mundo circundante. Assim, Jadon, herói do conto, tenta em vão se relacionar



“para romper a opressiva indiferença dos comensais”, petrificados nas próprias individualidades.” (SCHWARTZ, 1981, p. 81).

Jadon é o protagonista perfeito para expressar esse sentimento. Ele está condenado a viver em uma eterna solidão compartilhada. Como ressalta Taranto: “[...] tematiza-se a solidão, só que esta não acontece no isolamento absoluto, mas no meio de uma multidão de frequentadores de um refeitório que se mantinham graniticamente alheios a presença do personagem Jadon.” (TARANTO, 1995, p. 35). Esse sentimento está presente durante todo o conto, mas fica ainda mais evidente na frase que encerra o texto: “estava só na sala imensa” (RUBIÃO, 2010, p. 216).

Com suas visitas diárias ao restaurante, Jadon passa a notar a presença de alguns rostos novos. Entretanto, o ambiente não tinha espaço para comportar mais pessoas, e mesmo assim, ele se deparava com novos frequentadores. No entanto, “Havia ainda um detalhe perturbador: jamais ocupavam o seu lugar, mesmo que chegasse com grande atraso.” (RUBIÃO, 2010, p. 218).

Sem conseguir explicar como os recém-chegados faziam para se acomodar, Jadon acredita que aquilo era “um recurso sombrio de intrigá-lo, quebrar-lhe a resistência pelo mistério, e afastá-lo definitivamente daquele local” (RUBIÃO, 2010, p. 218). Disposto a descobrir o que estava acontecendo, ele então se desloca ao restaurante cada vez mais cedo, mas os homens sempre estão lá: “E por mais que o encurtasse, seria sempre o último a tomar assento entre eles.” (RUBIÃO, 2010, p. 218). Chegou ao ponto de emendar as refeições e passar todo o dia no restaurante, na expectativa de algum deles realizar algum movimento, mas sempre era vencido pelo cansaço. Restava agora apelar para violência: “No caminho, distribuía insultos e murros. E mesmo sem arrancar um gesto de reação ou repulsa das pessoas agredidas, os excessos refrescavam-lhe a mente.” (RUBIÃO, 2010, p. 219).

Vencido pelo cansaço, o protagonista toma a decisão de trocar de restaurante, indo por uma última vez disposto a despedir-se. Porém, ao caminhar pelas mesas dando golpes nos ocupantes, ele se depara com o rosto de uma jovem, Hebe, sua namorada de infância. Ela também se comportava como os demais comensais, e ele decide nunca mais voltar ao local. No entanto, intrigado e atraído pela jovem acaba retornando. Encorajado pela bebida que havia tomado, Jadon tenta arrancar Hebe de lá, mas, pelo efeito do álcool, cai adormecido sobre a mesa. Ao acordar, a assustadora realidade ainda é a mesma, todos os comensais estão na mesma posição e os garçons continuam a trocar maquinalmente os pratos. Ele novamente tenta em vão arrancar a moça de lá: “— Vamos, Hebe, vamos — gritava, puxando-a pelos braços que não ofereciam resistência, transformados em uma coisa gelatinosa. O corpo grudara-se no assento.” (RUBIÃO, 2010, p. 223).

C

S

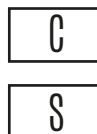
Jadon foge assustado, mas se dá conta de que nunca havia pagado a conta do restaurante, também nunca havia sido cobrado. Aqui se instala o cerne do absurdo, pois a falta de questionamento das personagens diante do fenômeno insólito é um dos fatores mais ocorrentes dessa nova ficção do “insólito absurdo”. Essa particularidade pode ser vista em Jadon que, apesar de fazer as refeições diariamente no mesmo restaurante, nunca se questionou a respeito do débito e, contrariando todas as expectativas, sua atenção não se volta para os braços de Hebe, que se tornaram “uma coisa gelatinosa” e sim para o pagamento da conta.

Quando o protagonista volta para liquidar a conta, cai em um corredor labiríntico e não consegue achar a saída. Ele corre, se esgota e desmaia. Ao acordar, em frente a um espelho, ainda meio desorientado, sem se recordar do aparente motivo de estar sentado no chão, lembra-se que poderia estar atrasado para o almoço. Já no salão, senta-se em uma das cadeiras e também se transforma em um comensal: “os braços decaíram e os olhos, embaçados, perderam-se no vazio. Estava só na sala imensa.” (RUBIÃO, 2010, p. 224).

Neste conto, o elemento fantástico se instala desde as primeiras linhas através da descrição dos estranhos seres que habitam o refeitório. Aqui o insólito faz alusão ao cotidiano que, através da repetição e da rotina, objetifica e coisifica o homem. De acordo com Schwartz: “São raros os momentos na obra do Autor em que o elemento insólito, ou mesmo o sobrenatural, não se converte em trampolim metafórico de uma crítica social” (SCHWARTZ, 198, p. 77). Desse modo, os contos de Rubião são carregados de sentidos que vão além do texto, e geram críticas à sociedade moderna.

Como se pode notar, os protagonistas de ambos os contos não conseguem se libertar das prisões que lhes foram impostas e são destinados a finais infelizes e eternos. Alexandre permanece na armadilha junto com seu algoz, e Jadon, preso no vazio do seu inconsciente, não consegue sair do restaurante. Vale ressaltar que em ambos os textos a tendência ao infinito não pode ser quebrada, pois até a possibilidade de suicídio é nula. Em “A armadilha”, pela tentativa vã de Alexandre tentar suicídio e, em “Os comensais”, a epígrafe bíblica que abre o conto aponta a impossibilidade de buscar a própria morte: “E naqueles dias os homens buscarão a morte e não a acharão; desejarão morrer e a morte fugirá deles” (Apocalipse, IX, 6).

Diferente de “A armadilha”, a prisão em “Os comensais” não é unicamente física, ele não está preso apenas em um restaurante, ele está preso dentro de si, foi aprisionado pelo tédio de uma sociedade monótona e repetitiva da qual não consegue mais fugir. Segundo Taranto, essa inércia é uma característica recorrente dos personagens rubianos, pois: “são seres que não conseguem reagir, porque representam o homem emparedado” (TARANTO, 1995, p. 61), ou seja, eles representam o homem submisso, alienado e alheio ao próprio destino.



De acordo com Schwartz, o mundo mecanizado causa solidão nos personagens rubianos, que não conseguem romper o automatismo dos homens nem fugir do local (contexto social) que se encontram, resta-lhes apenas aceitar e se reintegrar ao espaço (SCHWARTZ, 1981). Isso é perceptível no protagonista de “Os comensais”, que apesar de decidir em diversos momentos abandonar o restaurante, sempre acaba voltando, seja para se despedir: “[...] naquele almoço faria a sua despedida.” (RUBIÃO, 2010, p. 220), seja para rever Hebe: “[...] esgotou o resto da tarde entre aceitar e repelir o desejo de retornar ao refeitório. Ao vencer, por fim, as suas próprias contradições, abeirava-se a noite. Nas mãos levava rosas e foi direto à mesa de Hebe” (RUBIÃO, 2010, p. 222). Após tantas idas e vindas, (podemos ver a semelhança com o movimento circular do uroboro) Jadon chega ao ponto de não conseguir sair no local. A rotina já havia o consumido e não resta mais nada a não ser integrar-se ao ambiente e se tornar um comensal, assim a serpente morde a própria cauda.

No conto, a rotina adquire uma carga negativa, e acaba sendo o grande fator que influencia na transformação de Jadon em comensal, privando-o de sua liberdade. Segundo o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, há uma diferença entre sentir-se livre e ser de fato livre. É bem verdade que muitas pessoas “[...] vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentem a necessidade de se libertar [...]” (BAUMAN, 2001, p. 27). Logo, podemos estender o pensamento de Bauman ao herói fracassado que, quando se metamorfoseia em comensal, não encara aquela situação como uma prisão.

Isso ficará mais nítido com a leitura do próximo fragmento, que revela a reação de Jadon após sua transformação em comensal:

Diante do espelho da saleta tentou ainda lembrar-se de algo momentaneamente esquecido. Desistiu e contemplou, com vaidade, o belo rosto nele refletido. Alisava os cabelos, sorrindo para os vinte anos que a sua face mostrava. Ao lembrar-se que poderia estar atrasado para o almoço, apressou-se. Já na sala de jantar, caminhou até a grande mesa de refeições, assentando-se descuidadamente numa das cadeiras. Os braços descaíram e os olhos, embaçados, perderam-se no vazio. Estava só na sala imensa. (RUBIÃO, 2010, p. 224).

Em seu inconsciente, Jadon estava vivendo uma realidade alternativa, em que sorria para os vinte anos que aparentava. Por esse fator, sua prisão é pendente ao infinito, pois, se não há um reconhecimento quanto ser aprisionado, não há necessidade de libertação.

Em suma, a tendência ao infinito em, “A armadilha e “Os Comensais”, surge para gerar e enfatizar o sentido de que não há saída ou perspectiva de futuro para

C
S

os personagens e, conseqüentemente, para o próprio homem, que, conscientes ou não da real situação em que se encontram, não conseguem se libertar e vivem eternamente emparedados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ficção muriliana caracteriza o processo de transformação pelo qual passou a narrativa fantástica durante os séculos. Ao final de nossa pesquisa, constatamos que, no fantástico tradicional, valorizado pelo sobrenatural, duas linhas se confrontam: o mundo das crendices e o mundo da ciência e da razão. Na literatura contemporânea, essa oposição se descortina por meio do embate entre a superação tecnológica e o esfacelamento do homem perdido em meio à multidão. Nesse sentido, a opção do fantástico de Murilo Rubião se revela como instrumento de crítica das constantes violações da individualidade humana.

Assim como Machado de Assis, Rubião se mostrou descrente sobre os caminhos trilhados pela sociedade moderna e transmitiu esse ceticismo para seus textos. Ele nos mostra que os seres monstruosos que assombravam as pessoas nos séculos XVIII e XIX são, atualmente, o próprio homem, e que os castelos góticos, cemitérios e ambientes sombrios que serviam de cenário para essas narrativas se transformaram e hoje o insólito está presente nas casas, nos trens, nos prédios e restaurantes, tão naturalizado e banal que nem nos damos conta.

Tendo produzido seus contos fantásticos neste novo cenário, Rubião opta por não dar um desfecho para muitas de suas narrativas. Este “não final” faz com que alguns de seus contos, e respectivos personagens, fiquem presos ao eixo do infinito. Muitas vezes, são personagens estéreis, presos à sua própria condição humana, eles não visualizam a saída e tampouco são capazes de engendrar soluções para seus dilemas.

REFERÊNCIAS

ALAZRAKI, Jaime. ¿Qué es lo neofantástico? In: ROAS, David. **Teorías de lo fantástico**. Madrid: Arco Libros, 2001.

ALEIXO, Sandra Elis. **O Universo fantástico de Murilo Rubião**. Revista Trama - Volume 4 - Número 8. 2008. p. 187-198.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. O mágico desencantando ou as metamorfoses de Murilo. In: **Outros achados e perdidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

CANDIDO, Antonio. A Nova Narrativa. In: **A Educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989

ROAS, David. **A Ameaça do fantástico**: aproximações teóricas. Trad. Julián Fucks. São Paulo: UNESP, 2014.

RUBIÃO, Murilo. **O pirotécnico Zacarias**. São Paulo: Ática, 1988.

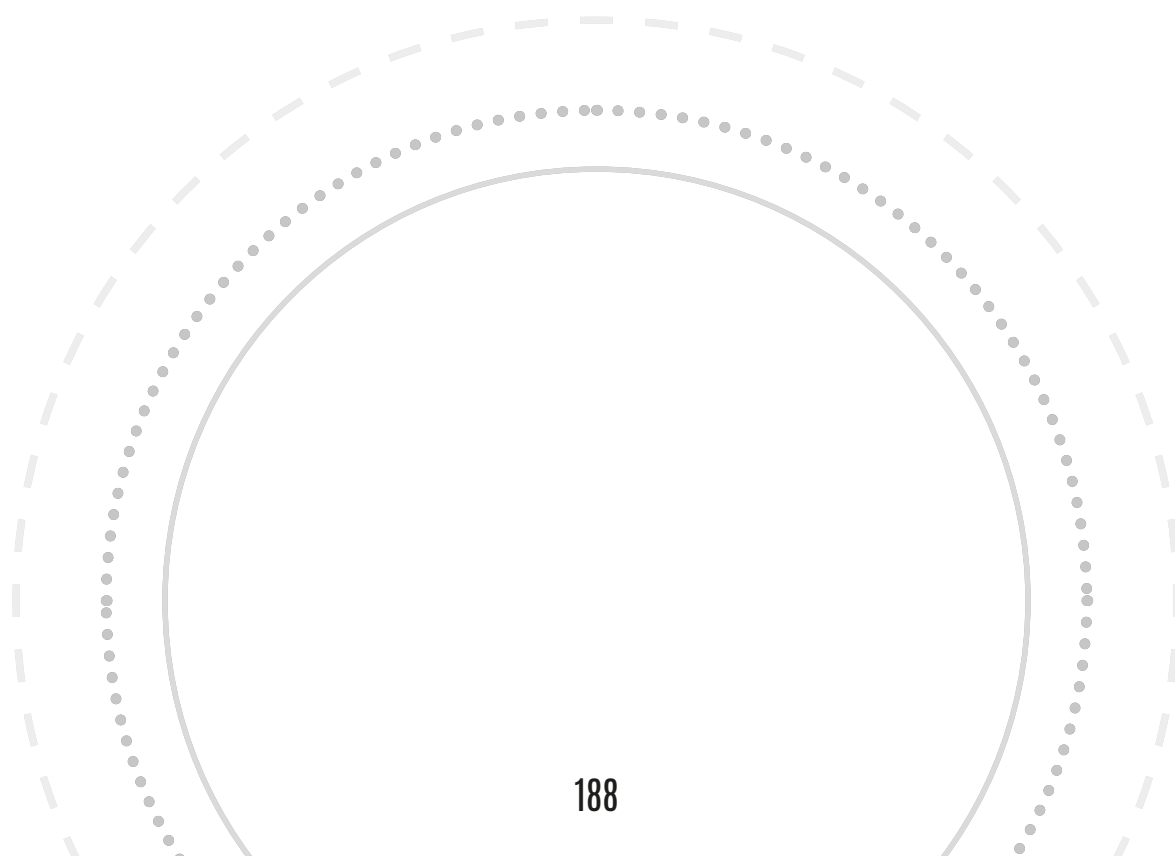
RUBIÃO, Murilo. **Obra Completa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARTZ, Jorge. **Murilo Rubião**: A poética do Uroboro. São Paulo: Ática, 1981.

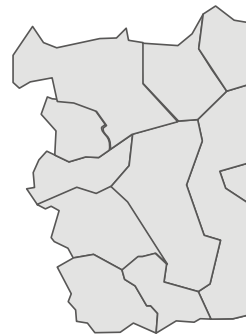
SERELLE, Márcio. **A ironia fantástica**. Itinerários, Araraquara, 19: 35-42, 2002.

TARANTO, Audemaro. **O Conto fantástico de Murilo Rubião**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. Trad.: Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2004.



DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E PROCESSOS POLÍTICOS NO NORDESTE



Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Kelly Emanuely de Oliveira (UFPB)⁷⁴

INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização no Brasil propiciou a emergência de novos movimentos sociais que articulam dimensões identitárias, territoriais e ambientais, demandando do estado o reconhecimento de sujeitos políticos de direitos coletivos. Neste processo, as mobilizações indígenas se apresentam como paradigmáticas nas reivindicações por garantias de direitos étnicos e ambientais no país, tendo os processos de territorialização (OLIVEIRA F^o, 2004) como base fundamental. Pretendemos refletir, a partir dos casos dos povos indígenas Potiguara (PB) e Xukuru (PE), como as suas mobilizações enfrentaram obstáculos interpostos não apenas por atores sociais concorrenciais, como pela própria ação e omissão dos aparatos do estado, agudizando conflitos sociais. Não desmerecendo os avanços ocorridos na legislação brasileira, fundamentada na Constituição de 1988, pretendemos, no entanto, entender como a efetivação desses direitos vem sendo obstaculada em determinados casos pelo próprio poder público, no que chamamos de regressões estatais.

Denominamos de *regressões estatais* as ideologias, aparatos e processos internos ao aparelho do estado que atuam de forma a limitar, impedir ou paralisar a efetivação das demarcações, mostrando-se suscetíveis aos interesses de grupos sociais opostos aos marcos constitucionais vigentes. Os povos indígenas Xukuru (PE) e Potiguara (PB) enfrentaram diferentes obstáculos na efetivação do direito à terra, o que nos possibilita entender um pouco melhor a pluralidade de ações e de formas de ação estatal e mobilização étnica na reivindicação dos territórios indígenas no Nordeste do Brasil.

74 Antropólogos e professores adjuntos do Departamento de Ciências Sociais do CCAE/ UFPB. Coordenadores do LAPA – Laboratório de Antropologia, Política e Comunicação. E-mail para contato: epalitot@yahoo.com.br e mensagenskelly@gmail.com.br

Escolhemos os casos dos Potiguara e Xukuru porque esses apresentam condicionantes próprias e vários pontos em comum. Primeiramente, são as duas etnias mais numerosas do Nordeste Etnográfico⁷⁵, os Potiguara com mais de 15 mil pessoas e os Xukuru com mais de 12 mil. As Terras Indígenas demarcadas para cada povo são de tamanhos aproximados: 33.757 hectares para os Potiguara e 27.555 hectares para os Xukuru. Ocupando nichos ecológicos específicos e de grande relevância para a preservação dos ecossistemas dos manguezais, da mata atlântica e da caatinga, esses dois povos relacionam-se também com diferentes formas de apropriação da terra e organização socioeconômica: empresas agroindustriais (têxtil, alimentícias e sucroalcooleiras), fazendeiros e pequenos agricultores, além dos ambientes urbanos de cidades de pequeno e médio porte, em particular Rio Tinto (PB) e Pesqueira (PE). A percepção de ambos os povos sobre o território e a vida social é baseada não apenas nas relações materiais, mas também na atuação cotidiana de seres espirituais: santos da Igreja Católica e os *Encantados* das tradições indígenas, reverenciados nos rituais das festas dos santos padroeiros e do Toré.

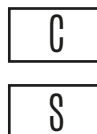
Além disso, Potiguara e Xukuru têm uma relação antiga com o órgão indigenista oficial, com a presença de Postos Indígenas do extinto Serviço de Proteção aos Índios em seus territórios sem, no entanto, ter garantido a demarcação dos mesmos até a década de 1980. Apresentam também uma organização política com tendência à centralização, resultante em parte dos enfrentamentos que tiveram em seus processos de luta pela terra e que terminaram por abrir espaço nos contextos políticos locais à atuação indígena, inclusive em termos eleitorais. Por fim, desde o final dos anos 1990, Potiguara e Xukuru visitam-se com regularidade, trocando experiências e conhecimentos, inspirando-se mutuamente em suas estratégias e mobilizações.

As regressões estatais que afetaram os dois povos desencadearam processos de mudança que aqui serão apresentados através das relações estabelecidas entre os atores sociais envolvidos, dentro da perspectiva de situação histórica (OLIVEIRA F^o, 1988). Será através da observação de como foram construídas as relações, envolvendo agências governamentais e não governamentais, além de outros grupos étnicos, que nos propomos a fundamentar nosso olhar sobre o campo.

OS POTIGUARA

Atualmente, os Potiguara vivem em três Terras Indígenas (TIs), cuja área total é de 33.757 hectares: TI Potiguara (21.238ha), TI Jacaré de São Domingos (5.032ha) e TI Potiguara de Monte-Mór (7.487ha). Essas três terras se sobrepõem aos municípios

⁷⁵ Sobre a definição de Nordeste Etnográfico ver Schettino, 2003.



de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, no Litoral do estado da Paraíba e tem como referenciais históricos os antigos aldeamentos missionários de São Miguel da Baía da Traição e Nossa Senhora dos Prazeres de Monte-Mór, criados ainda no século XVII para a concentração e catequização da população indígena.

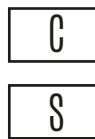
Este território é caracterizado por uma complexidade de domínios geográficos e ecológicos onde se destacam os estuários dos rios Mamanguape e Camaratuba, com vastas áreas de manguezais (CARDOSO E GUIMARÃES, 2012). Este universo paisagístico, complexo e diversificado, é resultado não apenas das dinâmicas das forças naturais, mas também de uma longa ocupação humana, datada ainda do período pré-colonial. Nos últimos 400 anos ocorreram diferentes modos de apropriação dos espaços locais, intensificando-se, nas últimas décadas, o ritmo e profundidade das intervenções sobre o ambiente. As principais mudanças foram provocadas pela expansão do cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar, dos criatórios comerciais de camarão, da urbanização das cidades locais e da economia do turismo litorâneo, todas essas contando com a participação indígena, ainda que de forma subordinada (PALITOT, 2005; VIEIRA, 2010; CARDOSO E GUIMARÃES, 2012).

A população Potiguara, de cerca de 15 mil pessoas, está desigualmente distribuída dentro e fora das Terras Indígenas e convive em estreita relação com os não-indígenas. Existem 32 aldeias nas terras demarcadas⁷⁶. Fora das terras indígenas atualmente demarcadas existe a aldeia Taiepe, que aguarda a regularização fundiária por parte da Funai. Existe ainda uma ampla diáspora Potiguara para cidades de vários estados brasileiros.

A demarcação das terras dos Potiguara deu-se de modo sucessivo e contíguo. A primeira área demarcada foi a TI Potiguara, em 1983. A segunda a TI Jacaré de São Domingos, em 1992 e a terceira a TI Potiguara de Monte-Mór, em 2004. Estas demarcações sucessivas ocorreram porque a primeira demarcação, a da TI Potiguara, sofreu injunções políticas diversas que provocaram a redução da área demarcada, no ano de 1984, e excluíram várias aldeias, especialmente aquelas relacionadas à antiga Sesmaria de Monte-Mór (AZEVEDO, 1986; PERES, 2001, 2004; PALITOT, 2005; VIEIRA, 2010).

Desde 1976 que os Potiguara vinham reivindicando da Funai a demarcação das terras indígenas. No ano de 1981, Therezinha de Barcellos Baumann, pesquisadora da FUNAI apresentou ao órgão, um relatório histórico contendo ampla documentação sobre as terras dos Potiguara (BAUMANN, 1981, p. 01). No final desse mesmo ano, José Augusto da Silva, um Potiguara que havia morado no Rio de Janeiro, teve acesso a

76 A menor aldeia, o Bento, tem cerca de 60 habitantes, todos de um mesmo grupo familiar. Já a maior aldeia é a Vila Monte-Mór, um bairro da cidade de Rio Tinto com mais de 6000 pessoas, das quais 1600 são indígenas. As cidades de Baía da Traição e Marcação também estão completamente inseridas dentro das terras indígenas e apresentam uma população indígena de cerca de 1500 pessoas cada uma.



mapas e documentos sobre as terras indígenas constantes do acervo do Museu do Índio. De posse dessas informações os Potiguara deram início à *autodemarkação* das terras, contando com o apoio da Arquidiocese da Paraíba e do Centro de Trabalho Indigenista - CTI, de São Paulo. Em outubro de 1982, foram finalizados os trabalhos de demarcação, totalizando uma área de 34.320ha (AZEVEDO, 1986, P. 67; CARELLI, 1984, p. 139).

A *autodemarkação*, como ficou conhecida essa ação, foi liderada pelos indígenas da aldeia São Francisco, que convocaram seus parentes residentes em outras aldeias, para tomar parte nesse processo. A mobilização foi intensa, possibilitando o reencontro de familiares, atualizando informações e organizando os diferentes grupos locais em torno de um interesse comum (AZEVEDO, 1986, p. 227). O presidente da FUNAI prometeu reconhecer os limites demarcados pelos índios, mas estes foram reduzidos pela atuação do Grupo Interministerial ao longo do ano de 1983.

No final desse ano, materializou-se a intervenção do Exército no conflito e, em janeiro de 1984, foi realizada a demarcação da área por uma equipe de militares. A área demarcada foi então reduzida à 20.820ha, sem a realização do levantamento fundiário e deixando várias aldeias de fora dos limites.

Esta redução gerou grande descontentamento entre os Potiguara. Assim, em outubro de 1984 a Funai enviou à área indígena Potiguara uma equipe com a finalidade de propor soluções para os índios que tiveram as terras onde habitavam excluídas da demarcação (AZEVEDO, 1986, p. 76). Esta equipe produziu dois relatórios e um mapa, onde identificou as aldeias Lagoa Grande, Jacaré do Meio, Jacaré de Cima, Grupiúna e nascente do Balanças *situadas na sesmaria dos índios de Monte-Mór, ao Sul da área potiguara [...]* Na área identificada como a “*extinta sesmaria dos índios de Montemor*” com 13.933,9113ha (AZEVEDO, 1986, p. 241).

Assim, a partir de 1985, recomeçou a mobilização dos Potiguara pela continuidade das atividades de demarcação das terras. Dessa vez, o protagonismo do movimento recaiu sobre a comunidade de Jacaré de São Domingos, que se confrontava diretamente com a ocupação realizada pela Usina Miriri (AZEVEDO, 1986, pp.76-80 e p. 243; FIALHO, 1988, p. 02). Uma comissão de líderes indígenas seguiu até Brasília, em maio de 1986, para reivindicar a ampliação da área demarcada em 1983 (AZEVEDO, 1986, p. 78).

O ano de 1987 foi marcado por conflitos envolvendo os indígenas de Jacaré de São Domingos de um lado e a Usina Miriri, do outro. As disputas pelo domínio da área foram intensas, com destruição de lavouras por trator da Usina, desmatamentos, cortes de cercas, derrubada de casas, prisão do Cacique Domingos Barbosa na delegacia de Rio Tinto e processos judiciais (AZEVEDO, 1986; FIALHO, 1988, pp. 24-27). Os Potiguara denunciaram essa situação através de várias cartas e numa delas, de 04/10/1987, solicitam da Funai a “*redemarkação da Vila de Montemor e Preguiça*” (MOONEN E MAIA, 2008, p.55).

C
S

A Funai designou, em 26/04/1988, um Grupo de Trabalho para identificar a área de Jacaré de São Domingos. Este GT foi a campo e constatou a situação de grave tensão na área e a presença de diversas famílias indígenas ao longo do rio Jacaré, nas aldeias Jacaré de São Domingos, Alagoa Grande, Brasília e Marcação, as mesmas constantes no relatório de 1984. A Terra Indígena foi então identificada com uma extensão de 4.500ha, compreendida dentro da antiga Sesmaria de Monte-Mór, atendendo aos limites reivindicados naquele momento. Apesar das fortes relações dos índios de Jacaré de São Domingos com a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, na Vila Monte-Mór, esta não foi incluída na área identificada. Do mesmo modo a aldeia Lagoa Grande não foi incluída na demarcação devido a conflitos internos e com a Rio Vermelho Agro-Pastoril (FIALHO, 1988; MOONEN E MAIA, 2008, p.55).

Os anos seguintes foram de intensos conflitos, com muitas indefinições acerca da continuidade do processo demarcatório, o que leva os Potiguara a realizarem diversas mobilizações, incluindo a ocupação da sede da Funai em João Pessoa e uma viagem à Brasília. Resultando na interdição da área de Jacaré de São Domingos pela Funai em fevereiro de 1989. Porém a demarcação e homologação dessa Terra Indígena só irá ocorrer em outubro de 1993 (RODRIGUES, 1992 em MOONEN E MAIA, 2008, p.55).

A partir desses fatos, houve o deslocamento da centralidade das mobilizações indígenas para o conjunto das localidades excluídas das demarcações anteriores. Além de Lagoa Grande e Nova Brasília, as famílias indígenas de Marcação, Jaraguá e da Vila Monte-Mór passaram a reivindicar de modo mais incisivo a demarcação. Em Jaraguá, o conflito entre indígenas e as Usinas vinha ocorrendo desde o início da década de 1980 (MOREIRA, 1997, p. 400).

No ano de 1993, representantes indígenas de Jaraguá e Vila Monte-Mór dirigiram-se à Funai e à Procuradoria da República reivindicando formalmente a demarcação da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór. Em resposta à essa solicitação a Funai informou que *o pedido de regularização da área indígena Potiguara de Monte-Mór será incluído na programação da Diretoria de Assuntos Fundiários para o próximo exercício (1994)* (ROGEDO, 08/11/1993).

A demarcação iniciou em 1995, quando a Funai enviou um Grupo de Trabalho. O relatório de identificação foi publicado em 1996. A área identificada possuía uma extensão de 5.300 hectares, nos municípios de Rio Tinto e Marcação, incluindo as aldeias de Jaraguá, Nova Brasília e Lagoa Grande, além da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, marco do antigo aldeamento de Monte-Mór. Ficaram excluídos dos limites da Terra Indígena o perímetro urbano de Marcação – sede de município instalado em 29/04/1994 – e as Vilas Regina e Monte-Mór. Segundo o levantamento fundiário de 1995,

C
S

incidiam sobre a terra indígena a Usina Japungu, Rio Vermelho Agropastoril Mercantil S.A., Fazenda Santa Eliane, Companhia de Tecidos Rio Tinto além de outros ocupantes (cf. PERES, 2004, p. 2 e 3).

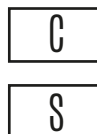
Em 1997, a identificação da Terra Indígena foi contestada administrativamente na FUNAI pelos representantes da Companhia Rio Tinto, das usinas e de plantadores de cana. As contestações foram indeferidas no âmbito do órgão indigenista que o encaminha para o Ministério da Justiça em 02/10/1998. Nessa instância, o ministro Renan Calheiros negou-se a reconhecer a área indígena, aceitando as alegações dos contestantes. Em 14 de julho de 1999, através de um Despacho Ministerial, desaprovou a identificação e a delimitação da Terra Indígena, determinando que a FUNAI procedesse a novos estudos de identificação e delimitação excluindo as propriedades de Rio Vermelho Agropastoril Mercantil S.A., Luismar Melo, Emílio Celso Cavalcanti de Moraes, Paulo Fernando Cavalcanti de Moraes e Espólio de Arthur Herman Lundgren (PERES, 2004, p. 4 e 5).

Em agosto do mesmo ano, os índios recorreram ao Ministério Público através de uma Ação Ordinária contra a União e os contestantes, promovida pela Procuradoria da República na Paraíba pedindo a antecipação da tutela. O despacho do ministro foi refutado e a FUNAI intimada a realizar novos estudos sem excluir as áreas reivindicadas pelos particulares. Um segundo grupo de trabalho foi formado em 07/01/2000 e definiu a área com 7.487ha, em relatório de identificação e delimitação publicado em 21/05/2004 (PERES, 2004, p. 6).

Nos primeiros anos do Século XXI, os Potiguara das aldeias Vila Monte-Mór, Jaraguá e Marcação/Três Rios intensificaram as suas mobilizações, realizando uma série de *retomadas*, através das quais recuperaram mais de 2000 hectares de terras agrícolas, ao mesmo tempo em que pressionavam a Funai para a publicação do relatório de identificação da área (PALITOT, 2005).

Este relatório seguiu os trâmites processuais correntes, chegando à mesa do Ministro da Justiça. Em 07 de novembro de 2006, o STJ anulou o despacho ministerial permitindo a continuidade do processo demarcatório. No dia 17 de dezembro de 2007, o Ministro da Justiça publicou no Diário Oficial da União a Portaria Declaratória nº 2.135 da TI Potiguara de Monte-Mór, autorizando assim a demarcação física da área, que ocorreu no ano de 2009.

Ainda assim, a demarcação das terras dos Potiguara encontra-se inconclusa, existindo ações judiciais cujos trâmites interferem diretamente no resultado dos processos administrativos das TIs Jacaré de São Domingos e Potiguara de Monte-Mór (PALITOT, 2015, 2019). Além disso, a aldeia Taiepe, ao norte da TI Potiguara encontra-se excluída da demarcação desde 1984 e enfrenta disputas com uma outra Usina de cana-de-açúcar.



OS XUKURU DO ORORUBÁ

O segundo caso a ser analisado é o do povo Xukuru do Ororubá, com território localizado na Serra do Ororubá, municípios de Pesqueira e Poção, Agreste de Pernambuco. A TI Xukuru possui 27.555 hectares, homologados em 30 de abril de 2001. A Serra do Ororubá é um brejo de altitude do semi-árido apresentando uma vegetação de Mata Atlântica em meio à Caatinga. A Serra possui uma hidrografia privilegiada, com nascentes, rios e açudes, com destaque para as cabeceiras dos rios Ipojuca e Ipanema. A população Xukuru de 12.471 pessoas (IBGE, 2010) está distribuída em 24 aldeias dentro da Terra Indígena Xukuru e mais dois bairros da cidade de Pesqueira.

Existe ainda a Reserva Indígena Xukuru de Cimbres, com 1.666 hectares, na zona rural dos municípios de Pesqueira, Pedra, Venturosa e Alagoinha, que abriga um segmento do povo Xukuru que foi retirado da Terra Indígena Xukuru após intensos conflitos no ano de 2003. Posteriormente, a Funai adquiriu sete fazendas na região e constituiu a Reserva.

A vida econômico-social dos Xukuru é bem diversificada. A base econômica é a agricultura familiar, tendo ainda um número expressivo de indígenas que trabalham na prestação de serviços públicos de saúde e educação.

Essa realidade, entretanto, é bem diversa daquela encontrada no final da década de 1980, quando as condições de reprodução das famílias indígenas atingiram seu limite e se iniciou o processo de regularização fundiária. Neste período, apenas 6,75 hectares estavam demarcados pela FUNAI, o que correspondia à área do Posto Indígena do órgão. Em contraponto a esses 6,75 hectares, a FUNAI contabilizou, em 1989, 15.180,45 hectares da área ainda não oficialmente regularizada como indígena, que estavam nas mãos de 282 ocupantes não índios. O restante do território era composto, na grande maioria, por terras impróprias para cultivo, estando apenas 12% do território atual sob controle de famílias indígenas em pequenas parcelas, segundo levantamento realizado pelas lideranças Xukuru, em 1989 (OLIVEIRA, 2014).

O território Xukuru se localiza onde, em 1671, foi estabelecido o aldeamento do Ararobá, gerenciado inicialmente pela missão dos Oratorianos. O aldeamento foi elevado a Vila de Cimbres em 1762. Em 1813 uma petição do Governo Provincial de Pernambuco, afirmava que a Vila de Cimbres era muito pobre para alimentar os índios Xukuru e requisitava o fim da responsabilidade governamental sobre os mesmos (HOHENTHAL, 1954, p. 101). A extinção do aldeamento significava que o Governo não teria mais responsabilidades sobre os Xukuru como coletividade, mas estes continuariam com direito a lotes de terras. Essa não foi, entretanto, a forma como o poder local interpretou, e dessa maneira a maior parte das terras foram repassadas à Câmara de Regência de

C
S

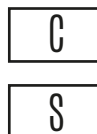
Címbres, para venda, justificando a extinção pela miscigenação com a população local (FIALHO, 1998). Com o tempo boa parte dos lotes foi perdida pelos indígenas. A Lei de Terras de 1850 foi o golpe conclusivo em direção ao esbulho dos territórios indígenas, quando todos os donos de propriedades rurais tiveram que comprovar a posse das áreas.

Dispondo de poucos lotes de terras para trabalhar, já que grande parte havia sido ocupada por não índios, os Xukuru passaram a integrar a mão de obra nas fazendas “dos brancos”, mantendo a consciência de que eram descendentes dos índios que habitaram aquelas terras antes do processo de espoliação. Uma memória que era atualizada anualmente nas festas da padroeira da Vila de Címbres, Nossa Senhora dos Prazeres, quando as famílias indígenas se encontravam e realizavam o ritual do Toré (BARBALHO, 1977). É apenas em meados do século XX que os Xukuru têm a possibilidade de novamente recorrer ao governo para ter seus direitos garantidos. Há na memória coletiva do grupo a referência à uma caminhada de três indígenas, os irmãos Nascimento, ao Rio de Janeiro, para solicitarem reconhecimento do grupo pelo Serviço de Proteção aos Índios. Assim, em 1954 a comunidade teve o Posto Indígena instalado na aldeia São José (OLIVEIRA, 2014).

No período da instalação do posto o território estava quase todo ocupado por fazendeiros. Era um período de apogeu da indústria de doces no município de Pesqueira. Os indígenas trabalhavam nas fazendas nas plantações de tomates e outras frutas, pagando foro aos latifundiários, e sofrendo abusos e exploração (SILVA, 2010). Com a decadência das fábricas de doce, no final da década de 1960, os latifúndios se voltaram para a exploração de gado de leite e de corte, intensificando o processo de concentração fundiária na região. O acesso às terras agrícolas era mediado pelo arrendamento, que reduzia ano a ano o espaço de trabalho, pois o terreno arrendado em um ano, ao final deste era destinado à plantação de pasto para os fazendeiros e não mais usado a outro fim. Esta realidade levou a população a um agravamento na situação de penúria.

Além da falta de terras para trabalho, os rituais praticados pelos indígenas também eram duramente combatidos, tendo os Xukuru que realizar o Toré e a pajelança às escondidas, por medo de serem reprimidos pela polícia local. O único ritual tolerado era o do São João, considerado algo folclórico na região. Todos os outros eram realizados de madrugada, a exemplo do Dia de Reis, em 6 de janeiro de cada ano (CCLF, 1997).

O cenário de precariedade e opressão começa a ser revertido na década de 1980. Com a proposta de abertura política no país, o fortalecimento de organizações civis e movimentos sociais, um novo cenário político começa a se desenhar para os povos indígenas no país. Através do apoio de organizações civis, a exemplo do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, universidades e partidos políticos de esquerda, os povos passam a ter mais apoio no desenvolvimento de mobilizações para garantia de direitos étnicos. (OLIVEIRA, 2013). O estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte dá ainda



mais impulso a este processo, quando então indígenas e aliados passam a intensificar as ações de diálogo sobre a garantia de direitos étnicos.

A segunda metade da década de 1980 pode ser considerada o momento de maturação da organização política interna Xukuru. Cronologicamente, os fatores que viriam a influenciar essa nova tomada de postura foram o estabelecimento de contato com o Cimi, a criação da nova Constituinte e a possibilidade de estabelecimento do Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca (FIALHO, 1999).

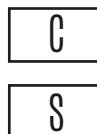
Nessa época, a população oficial estimada pela Funai era de 3.254 índios. Apesar de se reconhecerem enquanto indígenas, foi com o contato com o CIMI que intensificou a mobilização étnica. O Conselho Indigenista ampliava a atuação no Nordeste com a proposta de envolver os indígenas na discussão sobre direitos étnicos diante da nova Constituição Federal que estava sendo gestada.

Este período marca ainda a entrada de Francisco de Assis Araújo, o Xicão Xukuru, como liderança à frente do grupo. Inicialmente como vice-cacique, e posteriormente como cacique, Xicão passa, junto com outras lideranças e o CIMI, a visitar as aldeias, à época chamadas sítios, dialogando sobre direitos indígenas e o processo de exploração que sofriam. Paralelo à mobilização interna, entram com um processo de regularização fundiária do Território Xukuru na Funai, participam de encontros com outros povos e vão a Brasília, na época da efetiva discussão da Constituição.

Um outro elemento fundamental neste processo de mobilização foi o Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca, que pretendia ocupar 2 mil hectares de terras Xukuru e estava em vias de receber financiamento da SUDENE em 1988. Meses antes os indígenas haviam entrado com processo de regularização fundiária junto à FUNAI, o que teoricamente impediria tal projeto. Com a denúncia à Procuradoria da República e repercussão do caso o financiamento foi cancelado e foi instaurado o Grupo de Trabalho da FUNAI para identificação e delimitação da terra.

A regularização da terra indígena, no entanto, se arrastou por anos e levou a um intenso processo de violência contra os Xukuru. A demora no processo levou ao embrutecimento progressivo dos latifundiários e a negação em empregar quem se identificasse como indígena.

A pressão pela falta de trabalho e o agravamento na situação de escassez de recursos se arrastou por mais de um ano após a vinda do GT para confecção do relatório de identificação e delimitação. A saída veio por uma ação extrema pela conquista de terras: a realização da primeira *retomada*, no sítio Pedra D'água. As lideranças se reuniram com organizações sociais que deram apoio jurídico, tanto na área retomada, para evitar ações violentas de reintegração de posse, quanto em Brasília, onde seria feita pressão para que fosse dado andamento na etapa de demarcação física do território.



A *retomada* de Pedra D'água foi realizada em 5 de novembro de 1990. A área é considerada sagrada para os Xukuru, onde praticam grande parte dos rituais. O terreno estava ocupado por posseiros de um projeto de assentamento da Prefeitura de Pesqueira. Com a denúncia dos Xukuru à FUNAI, por conta do arrendamento de terras em litígio, os índios ganharam o direito à utilização do espaço. No entanto a Funai não tomou nenhuma providência para a retirada dos posseiros, levando os xukuru a fazerem eles mesmos a retirada dos posseiros. Nos anos seguintes outras retomadas foram realizadas, pela inoperância do Estado na conclusão do processo de regularização territorial, que se arrastou por mais uma década, expondo os indígenas a uma crescente de violências.

No município de Pesqueira o discurso corrente era de que a regularização do Território Indígena traria desemprego e caos para a cidade de Pesqueira. Aliando falta de informação e preconceito, eram correntes os diálogos dos Xukuru como falsos índios, aproveitadores e toda sorte de histórias que tencionavam deslegitimar a mobilização (OLIVEIRA, 2001). Por outro lado, foram diversas as denúncias de ameaças de morte contra as principais lideranças Xukuru feitas à Procuradoria da República de Pernambuco.

A morosidade no processo de regularização do território indígena pelo Estado também foi elemento essencial para o aumento na violência praticada contra os Xukuru ao longo dos anos. Podemos listar três casos emblemáticos de homicídios relacionados à reivindicação do território. O primeiro foi o índio José Everaldo Rodrigues Bispo, morto em 04 de setembro de 1992. Na casa do acusado do crime foi encontrada uma lista com o nome de diversas lideranças que estariam na "lista de morte". Mesmo assim o caso não foi relacionado a um crime motivado pela luta pela terra. O segundo caso foi o do procurador da FUNAI, Geraldo Rolim da Mota Filho, em 14 de maio de 1995. Apesar das ameaças de morte, o crime também foi tratado como homicídio simples, por não ter acontecido na área indígena. O terceiro e que motivou ainda mais atenção foi o homicídio do cacique Xicão Xukuru, em 20 de maio de 1998, assassinado em frente à casa da irmã em Pesqueira.

Durante o início das investigações, a primeira hipótese aventada pela polícia foi de crime passional. Após pressão de diversas organizações de direitos sociais, finalmente o crime passou a ser visto como motivado pela terra e um dos fazendeiros foi preso como mandante do crime. O processo de criminalização das lideranças Xukuru, no entanto, só se ampliou ao longo do tempo.

Em agosto de 2001 a liderança xukuru Francisco de Assis Santana, conhecido como Chico Quelé, foi assassinado e a investigação recaiu contra o vice-cacique, José Barbosa dos Santos, Zé de Santa. Foram anos até o Supremo Tribunal Federal julgar todo o processo como mal instruído, com sérias irregularidades.

C
S

Já em 2003, por conta de um conflito interno envolvendo a construção de um santuário na área indígena, houve uma emboscada contra o cacique Marcos, onde dois indígenas foram mortos. O cacique conseguiu fugir e a população se revoltou contra os indígenas envolvidos, levando à expulsão de cerca de 400 famílias da terra indígena. A expulsão dessas famílias levou a outro processo de criminalização, onde 38 lideranças, inclusive o cacique, foram condenados a 10 anos de prisão. Esta sentença também foi revogada, após recurso.

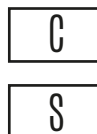
As famílias Xukuru que foram expulsas, foram reassentadas pela Funai na Reserva Indígena Xukuru de Cimbres, conforme já mencionamos acima.

A criminalização de lideranças e a demora na regularização da terra indígena levaram os Xukuru a entrar, em 2002, com um processo contra o Estado brasileiro, na CIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos. A sentença saiu em 2018, quando o Estado foi responsabilizado por violações na garantia judicial, nos direitos de proteção judicial e à propriedade coletiva, que estão previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos. Com a sentença, pela primeira vez na história o Estado brasileiro foi sentenciado pela inoperância em relação aos povos indígenas. O Governo teve que depositar US\$ 1 milhão para a Associação Xukuru, como indenização, constando ainda da sentença a conclusão rápida do processo de desintrusão (CIDH, 2018). A sentença do CIDH representou um marco para os direitos indígenas, ao reconhecer a irresponsabilidade do Estado na regularização de terras indígenas no país.

AS REGRESSÕES ESTATAIS

Os casos dos Potiguara e Xukuru, embora marcados por particularidades, podem ser comparados e considerados emblemáticos de processos de redefinição territorial, luta política e regressão estatal atuantes em boa parte do Nordeste brasileiro nas últimas quatro décadas. Os povos indígenas dessa região ocupam secularmente territórios exíguos, intensamente disputados e ambientalmente degradados e vulneráveis. Além disso, enfrentam o descrédito oficial e popular com relação às suas identidades étnicas, movidos por uma série de imagens pré-concebidas sobre os povos indígenas. Assim, a regularização fundiária desses territórios e a proteção dos modos de vida tradicionais desses povos encontram-se quase sempre em rota de colisão com interesses privados e estatais.

A reconfiguração produtiva de muitas áreas do Nordeste, movida por financiamentos públicos para produção agrícola e pecuária, tem impactado diretamente sobre essas terras indígenas e os processos que analisamos neste artigo. Para os Potiguara, o principal vetor de transformação foi a expansão da lavoura comercial de cana-de-açúcar, promovida pelo



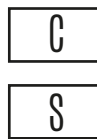
Pró-Álcool nos anos 1970. Já os Xukuru, enfrentaram a substituição da agricultura pela pecuária bovina. Em ambos os casos, as bases econômicas e organizacionais camponesas das famílias indígenas foram diretamente afetadas por essas transformações.

Durante a maior parte do século XX, Rio Tinto (PB) e Pesqueira (PE) foram duas cidades fabris que mobilizavam grande quantidade de mão-de-obra operária e rural, voltada para o abastecimento de insumos industriais e alimentos, articulando os setores produtivos extrativista, agrícola e manufatureiro (PANET, 2002; SILVA, 2010; PALITOT, 2019). Embora pobres e exploradas, as famílias indígenas encontravam meios de reprodução econômica através do trabalho direto e indireto para os empreendimentos industriais. A presença dos Postos Indígenas da Funai nas duas áreas provinha, embora de forma exígua e intermitente, um mínimo de assistência material e social e contribuía para a estabilização e o controle da população indígena, absorvendo demandas e conflitos latentes. Porém, com o paulatino fechamento das fábricas e sua substituição por empreendimentos agroindustriais canavieiros e pecuários, a concentração fundiária intensificou-se, associada ao desemprego e ao crescimento populacional das famílias indígenas. Sobrava aos indígenas as encostas íngremes, áreas de matas, manguezais ou caatingas mais secas. Mesmo as migrações para o Sudeste e as periferias das cidades locais não foram suficientes para absorver esse crescimento populacional e os tradicionais arranjos econômicos camponeses viram-se limitados pelo progressivo cercamento das terras⁷⁷.

Esse período foi, portanto, de profunda crise ambiental, territorial, econômica e política, forçando os limites do sistema de contenção da população indígena. O assistencialismo da Funai não era mais capaz de absorver a insatisfação crescente da falta de terras e a abertura política propiciou a articulação de líderes locais com o nascente movimento indígena e suas agências de apoio, como o Conselho Indigenista Missionário – CIMI e o Centro de Trabalho Indigenista – CTI. É a partir desses encontros que a situação de precariedade vivida por esses povos passa a ser lida sob a ótica dos *direitos indígenas* e a recomposição territorial das antigas sesmarias coloniais torna-se a reivindicação principal das lideranças indígenas. Pressionando a hierarquia e as ideologias da FUNAI, os Potiguara e Xukuru começam a demandar com veemência a demarcação das Terras Indígenas, não hesitando em tomar iniciativas ousadas e arriscadas como a *autodemarkação* e as *retomadas*. Instituinto, para isso, novas formas de representação e organização política, questionando frontalmente a tutela indigenista que atuava imobilizando as reivindicações indígenas.

Frente aos movimentos desencadeados pelos indígenas, que incluíam também o contato e as visitas entre líderes de diferentes povos em situação de conflito a partir das assembleias indígenas promovidas pelo CIMI, as respostas do aparato estatal e dos

⁷⁷ Nesse sentido, não é fortuito registrar que parte das lideranças Xukuru e Potiguara que se destacaram na luta pela terra tenham vivido em São Paulo ou no Rio de Janeiro durante os anos 1970/80.



ocupantes não-indígenas não tardaram a utilizar meios de força para conter as ações dos indígenas. Ainda no começo dos anos 1980 os Potiguara se depararam com práticas de espionagem, prisões de caciques e indigenistas, processos judiciais, o estacionamento de uma guarnição da Polícia Militar no Posto Indígena de Baía da Traição e, finalmente, a presença do Batalhão de Engenharia do Exército na área, sustando a *autodemarkação* e promovendo uma redução no tamanho da área demarcada. Táticas que se repetiram ao longo das décadas seguintes, nas reivindicações de demarcação das terras indígenas de Jacaré de São Domingos e Potiguara de Monte-Mór (PALITOT, 2005, 2019).

Com relação aos Xukuru a reação direta dos não-indígenas foi mais incisiva que a própria ação do estado, tendo ocorrido uma série de atentados e assassinatos em resposta às ações de *retomada* das terras. Ainda assim, decretações de prisões, processos judiciais, intervenções policiais e o apoio à divisão faccional marcaram a atuação dos órgãos de estado com relação à demanda dos Xukuru.

Em termos organizativos, os Potiguara e os Xukuru diferem entre si, havendo uma tendência mais forte à centralização nos Xukuru, o que os tornou alvo de repetidas ações violentas direcionadas contra as famílias que lideram a mobilização: como os assassinatos do filho do pajé, do cacique Xicão e o atentado contra o seu filho, cacique Marcos. Entre os Potiguara o protagonismo na reivindicação territorial foi passando de um conjunto de líderes ao outro, à medida que se reivindicava a complementação das demarcações anteriores. As prisões, ameaças, processos e atentados não foram direcionados a um único grupo de líderes no caso Potiguara, mas distribuídos aos protagonistas de cada fase da luta pela terra.

Podemos observar, assim, que os processos de territorialização dos Potiguara e Xukuru enfrentaram diferentes modalidades de *regressões estatais*. A primeira de todas pode ser identificada nos diversos meios pelos quais os interesses privados (sob o rótulo de *setor produtivo*) foram diretamente beneficiados pelos órgãos de governo, seja com financiamentos, seja com projetos de infraestrutura para garantir a reconfiguração e a expansão de atividades econômicas sobre as terras indígenas, cujas demarcações nunca haviam sido concluídas ou sequer tentadas até a década de 1980.

Outra dessas regressões foi a ação deliberada do órgão indigenista em obstaculizar a demarcação das terras mediante ações de espionagem, constrangimento e subordinação a forças policiais e militares. Ainda localizada na Funai, uma outra regressão foi a sua paralisia e omissão com relação à defesa dos direitos indígenas, seja de vontade própria, seja pela absoluta precarização das condições de atuação do mesmo.

Outra frente de regressão estatal, profundamente permeável aos interesses dos não-indígenas, pode ser localizada nos aparatos jurídico-policiais com inúmeras situações de processos criminais, mandados de prisão e intervenções policiais contra ações indígenas de *retomadas*. Os processos criminais e mandados de prisão, ao individualizarem nominalmente

C

S

os líderes indígenas, visam fragilizar suas mobilizações coletivas e colocar sob um clima de ameaça e de terror as famílias desses líderes, na expectativa de sua desistência da reivindicação territorial.

Também nessa seara, a judicialização dos processos de demarcação, tentando reverter os resultados oficiais das mobilizações indígenas, podem ser registradas como mecanismos de regressão utilizados, inclusive, com potenciais efeitos conflitivos. Esses processos tendem a se arrastar por décadas, subindo e descendo nas instâncias judiciais, como resultado de recursos, pedidos de vistas e de perícias técnicas.

Por fim, ao escolhermos analisar os casos Potiguara e Xukuru, pretendemos ter enfatizado a recorrência de práticas sistemáticas de cerceamento e repressão às mobilizações indígenas promovidas pelo aparato do estado e por entes privados, sob o abrigo velado desse mesmo aparelho estatal, daí termos denominado essas práticas de *regressões estatais*. As terras desses dois povos indígenas, em que pese os já quarenta anos de mobilização, pressão e luta pela sua regularização fundiária ainda não foram completamente garantidas. Ocupações de não-indígenas, pressões econômicas da cana-de-açúcar, da carcinicultura e da criação de gado e demorados processos judiciais caracterizam ainda o clima de conflito latente no qual vivem esses povos. As áreas retomadas e demarcadas permitiram um suspiro de alívio e a garantia de reprodução física e cultural das famílias indígenas por algumas gerações. Porém, essas mesmas áreas são em si pequenas, ambientalmente degradadas, necessitando de grandes investimentos em recuperação e gestão ecológica. O que traz novos e incessantes desafios para as lideranças indígenas e à atuação do estado, embora este apresente-se cada vez mais regressivo em termos de garantias aos direitos ambientais e coletivos das populações indígenas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Valéria (Org.) **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.**

AZEVEDO, Ana Lúcia Lobato de. **‘A terra como nossa’: uma análise de processos políticos na construção da terra potiguara.** Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social - MN-UFRJ. 1986.

BARBALHO, Nelson. **Caboclos do Urubá: caminhos e personalidades da história de Pesqueira.** Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 1977. 263 p.

C

S

BAUMANN, Terezinha de Barcellos. **Relatório Potiguara**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio. 1981.

CARELLI, Vincent. **Repressão acaba reduzindo autodemarcação Potiguara**. Aconteceu Especial (número 14) – Povos Indígenas no Brasil 1983. CEDI. São Paulo. 1984. P. 139-144.

CCLF. **Memórias do Povo Xukuru**. Olinda: dig. 1997. 100p.

CIDH. **Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Caso do povo indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil. Sentença de 5 de fevereiro de 2018. 55p. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_346_por.pdf>. Acesso em: 22.02.2020.

CIMI. **Povo Xukuru recebe indenização do governo após sentença da CIDH que condenou o Estado por violações de direitos humanos**. 11.02.2010. Disponível em <<https://cimi.org.br/2020/02/povo-xukuru-recebe-indenizacao-do-governo-federal-como-sentenca-da-cidh-que-condenou-o-estado-por-violacoes-de-direitos-humanos/>>. Acesso em 21.02.2020.

FIALHO, Vânia. **Relatório de identificação da Área Indígena Jacaré de São Domingos**. Recife. FUNAI, 1988.

_____. **As fronteiras do ser Xukuru**. Recife: editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

FIALHO, Vânia et al. **TI Xukuru – atos administrativos/jurídicos**. Recife, digitado, 1998.

HOHENTHAL JR., W.D. **Notes on the Shucurú Indians of Serra de Ararobá, Pernambuco, Brazil**. Revista do Museu Paulista, Nova Série, São Paulo, v. 8, p. 93-166, 1954.

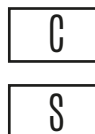
MENDONÇA, Aldo Silva de. **Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapecerica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFPB. João Pessoa. 2012.

MOONEN, Frans & MAIA, Luciano Mariz (Orgs). **História dos índios Potiguara: 1984–1992** (Relatórios e Documentos). 2. ed. Digital. Recife, 2008.

MOREIRA, EMILIA de Rodat (org.). **Por um pedaço de chão**, vol.1. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB. 1997.

OLIVEIRA Fº, João Pacheco de. **O “Nosso Governo”: os Ticuna e o Regime Tutelar**. São Paulo: Marco Zero. 1988.

_____. **“Uma Etnologia Dos ‘Índios Misturados’? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais”**. In: A Viagem da Volta. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2004.



OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Guerreiros do Ororubá – o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014. 218p. (coleção étnico-racial)

_____. **Diga ao Povo que Avance! Movimento Indígena no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, 2013.

_____. **Mandaru: uma grande reportagem sobre a história de vida do cacique Xicão Xukuru (PE)**. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura. Dissertação de mestrado, PPGS/UFPB**. 2005.

_____. **Perícia Antropológica Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór**. Ação Ordinária nº 0000675-10.2009.4.05.8200 Destilaria Miriri x Funai e outros. 1ª Vara da Justiça Federal na Paraíba. João Pessoa. Digitado. 2015.

_____. **Perícia Antropológica Terra Indígena Jacaré de São Domingos**. Ação Ordinária nº 0000366-53.1990.4.05.8200 – Funai x Emílio Celso Acioli de Moraes e Outros. 2ª Vara da Justiça Federal na Paraíba. João Pessoa. Digitado. 2019.

PANET, Amélia et all. **Rio Tinto: Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano**. João Pessoa: Unipê Editora, 2002.

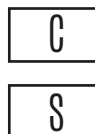
PERES, Sidnei Clemente. **“Os Potiguara de Monte-Mór e a luta pelo reconhecimento do seu território”**. In: RICARDO, Carlos Alberto (editor). Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000. São Paulo Instituto Socioambiental.2001.

_____. **Relatório dos novos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór**. Brasília. FUNAI, 2004.

SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. **Áreas Etnográficas: Proposta de reestruturação do Departamento de Identificação e Delimitação com base na atuação em Áreas Etnográficas**. Brasília. FUNAI, 2003. http://www.funai.gov.br/ultimas/e_revista/artigos/areas_etnograficas_marco.pdf. Acesso em 14 de fevereiro de 2003

SILVA, Edson. **Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961)**. Revista Crítica Histórica. Ano 1, nº 2. Dezembro/2010.

VIEIRA, José Glebson. **Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba**. Tese (doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.



DINÂMICA DE CRESCIMENTO URBANO DE UMA CIDADE DE PEQUENO PORTE NO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL



Mayara de Fátima Soares⁷⁸

Nadjacleia Vilar Almeida⁷⁹

INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras, em sua maioria, cresceram de forma desordenada, devido a falta de planejamento urbano e, em alguns casos, ao planejamento inadequado. No Brasil, o processo de urbanização ocorreu mais fortemente a partir do século XX com o processo de industrialização que levou a um deslocamento da população de áreas rurais para as áreas urbanas (GOBBI, 2016). O crescimento demográfico e territorial acelerado foi mais facilmente percebido nas cidades de maior porte acarretando impactos positivos e negativos à sociedade e ao meio ambiente. Atualmente, esse fato não se reflete apenas nos grandes centros urbanos, mas também nas pequenas e médias cidades.

Existem poucos estudos sobre o crescimento urbano em cidades de pequeno porte, no entanto os dados históricos do censo demográfico realizado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam um aumento populacional nas áreas urbanas e consequente diminuição nas áreas rurais. Fato que nos chama atenção para as cidades de pequeno porte que também absorvem a população vinda da zona rural.

Conhecer como ocorreu o processo de urbanização e suas implicações ecológicas para o meio ambiente e o meio social é fundamental para futuros planejamentos urbano e ambiental e para auxiliar na tomada de decisões na gestão do território.

78 Bacharel em Ecologia formada no Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba (CCA/E/UFPA). Contato: mayarahsoares93@gmail.com

79 Doutora em Geografia com ênfase em planejamento e ordenamento do território. Líder do grupo de pesquisa Estudos Geoambientais. Professora do Departamento de Engenharia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba (DEMA/CCA/E/UFPA).

A paisagem resulta das interações contínuas do meio biológico, físico e social que vão formando e transformando o espaço natural para atender as demandas e necessidades da população. Diante da realidade de crescimento e expansão das cidades de pequeno porte é fundamental entender como o crescimento urbano pode alterar o ambiente, quais tipos de impactos são gerados e como isto pode afetar tanto na dinâmica da cidade quanto na qualidade de vida da população.

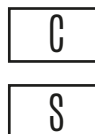
A microrregião do Litoral Norte da Paraíba é formada por 11 municípios, a maioria com área urbana de pequeno porte. Assim, essa pesquisa objetiva caracterizar a dinâmica do crescimento urbano da cidade de Jacaraú – PB e identificar os principais impactos ambientais decorrentes do processo de urbanização. Tal entendimento auxiliará os gestores públicos no planejamento urbano e ambiental e na construção de soluções para possíveis conflitos de uso e ocupação do espaço urbano.

CRESCIMENTO URBANO

O processo de urbanização traz grandes alterações ao meio ambiente gerando diversas discussões. A quantidade de pessoas residentes nas áreas urbanas, em meados da década de 1960, superou o número de pessoas nas áreas rurais, o Brasil passou então por um rápido crescimento tanto espacial quanto demográfico.

Segundo Moreira Junior (2014, p.19), “a partir da última década do século passado, a urbanização brasileira passou a ter uma nova característica: as cidades de porte médio começam a crescer mais que do que as metrópoles e cidades grandes”. Esse novo padrão de crescimento configura uma nova expansão urbana que vem sendo consolidado no decorrer dos anos. O autor, ressalta ainda, que há outra face do urbano brasileiro que não pode ser abandonada e deve constar nas pautas acadêmicas e políticas que são as cidades pequenas caracterizadas por ter abaixo de 50 mil habitantes. Observa-se que ainda há uma carência de pesquisas sobre cidades pequenas, o que evidencia a necessidade de estudos voltados a estas cidades, principalmente porque, atualmente, as cidades de pequeno e médio porte passam por um crescimento maior e mais rápido.

A forma como ocorre o crescimento das cidades, e como se dão as relações existentes entre seus construtores, pode evidenciar e explicar muitos dos problemas que podem existir no meio urbano. Alguns autores (OJIMA, 2007; SILVEIRA, 2011; SILVA, 2014) apontam que as manchas urbanas apresentam padrões de crescimento distintos que causam impactos sociais e ambientais. Ojima (2007), Sobreira (2003) e Silveira (2011), evidenciam três tipos principais de modelo de manchas urbanas que se apresentam nos padrões de dispersão, fragmentação e compactação.



O modelo de mancha disperso e/ou espreado refere-se ao crescimento em várias direções para fora do centro. As cidades que apresentam esse padrão tendem a sofrer mais com impactos e de forma mais extensiva devido ao crescimento em desarranjos criando pequenos núcleos à margem do centro. “A mancha urbana parece movimentar-se “para fora”, num deslocamento centrífugo, produzindo excentricidades que expulsam as pessoas do tecido consolidado e referencial da urbe” (SILVEIRA, 2011, p.3).

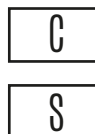
As cidades compactas são apresentadas em muitos estudos como um modelo próximo do ideal, adequado à sustentabilidade urbana, pois a malha urbana é acrescida em torno do centro o que supostamente degradaria menos, entretanto esse conceito não é regra, alguns críticos dizem que nessas cidades há uma baixa qualidade ambiental e de vida, devida a falta de espaços abertos e naturais, o que seria meio sufocante (SILVEIRA et al. 2014).

Silveira, (2011, p.5) diz que “a fragmentação apresenta tensão entre forças de expansão e aproximação, resultando em células urbanas agrupadas em “ilhas”, com tamanhos e localizações variadas, definindo cheios e vazios, que dilaceram a cidade e produzem excrescências em seu tecido.” Nesse sentido, nas cidades que possuem um modelo fragmentado há vários núcleos urbanos dispersos e espalhados em vazios urbanos, apresentando uma desconectividade.

Estes modelos que, anteriormente, e mais comumente, estavam ligados de forma mais próxima às áreas da arquitetura e do urbanismo, atualmente vem ganhando espaço em estudos de planejamento urbano, social e ambiental como uma forma de entender os processos de crescimento e como eles influenciam sobre o ambiente e a população.

CARACTERIZAÇÃO MUNICÍPIO DE JACARAÚ-PB

O município de Jacaraú está localizado na mesorregião da Zona da Mata e na microrregião do Litoral Norte do estado da Paraíba (Figura 1).



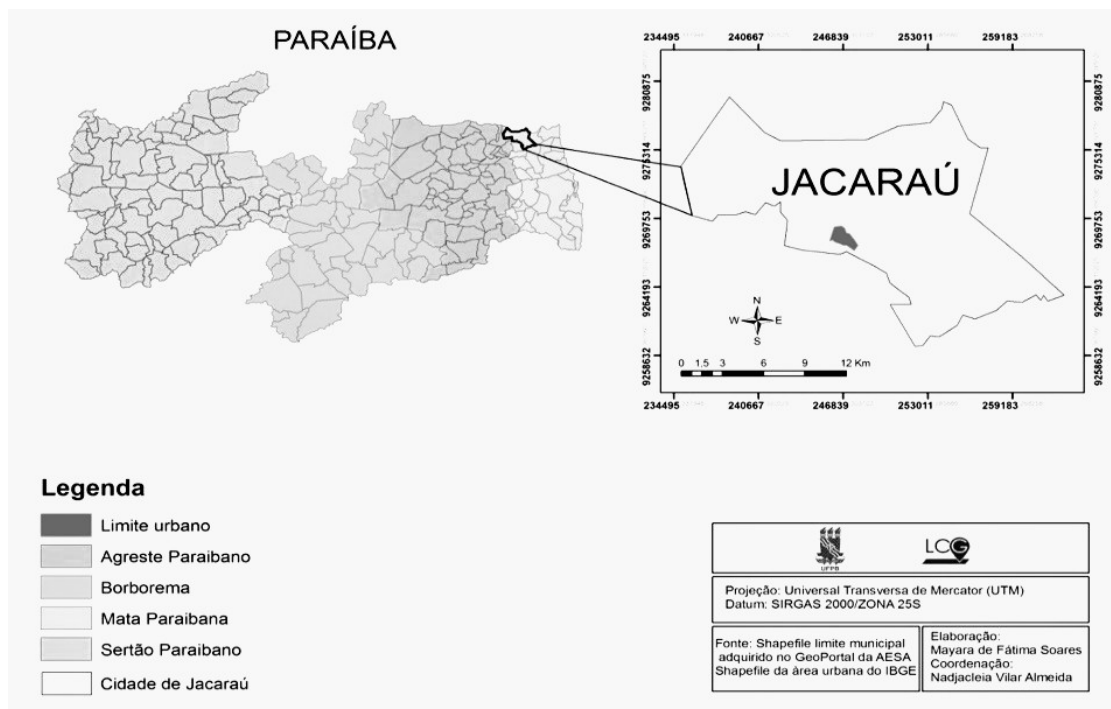


Figura 1: Localização da área urbana do município de Jacaraú, Paraíba, Brasil. **Fonte:** Autores

O município possui uma extensão territorial de 253 km² com 13.942 habitantes, sendo 8.032 residentes na área urbana e 5.910 na área rural (IBGE, 2010). Os primeiros habitantes da cidade foram os indígenas Potiguaras e Tabajaras, e posteriormente os franceses que tinham grande influência na região, principalmente na exploração de pau-brasil (OLIVEIRA, 2011).

Assim, como em diversas cidades pequenas, seu crescimento nos anos iniciais aconteceu de forma mais lenta. Em meados do século XIX, o município que ainda era distrito, pertencia à Mamanguape, sua economia era baseada na agricultura e pecuária com a aplicação de técnicas rudimentares. Durante esse período Jacaraú que ainda era vila, era composta por um pequeno aglomerado de casas e seu desenvolvimento e crescimento era lento, provavelmente devido à falta de investimentos governamentais em infraestrutura e melhores condições de trabalho e vida.

Foi só a partir de 1933 que o então prefeito de Mamanguape, Sabiniano Maia, realizou algumas melhorias como: implantou a iluminação à querosene, realizou melhorias no Mercado público da comunidade e na cadeia municipal e a construção de uma cacimba pública para captação de água. De acordo com o Censo demográfico de 1940 a vila possuía uma população de 648 habitantes (FARIAS, 2008). O então distrito só foi elevado à categoria de município e a denominação de Jacaraú, pela lei estadual nº 2604, de 0112-1961, sendo desmembrado de Mamanguape e instalado em 28 de janeiro de 1962 (IBGE⁸⁰).

⁸⁰ Disponível in: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/jacaraú/historico>

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Para compreender o processo de urbanização do município, foram obtidos documentos e dados históricos do início da formação da cidade, e, foram realizadas conversas informais com os moradores mais antigos, com o objetivo de identificar através dessas informações, como se deu o crescimento urbano.

Para analisar e evidenciar como se deu o crescimento da mancha urbana de Jacaraú foram adquiridos os seguintes documentos cartográficos: Carta topográfica de Jacaraú na escala 1:25.000 (SUDENE, 1974, Folha SB. 25-Y-A-V-1-NE); arquivos vetoriais dos setores censitários de 2010 no portal de mapas do IBGE; imagens do satélite *RapidEye*, resolução espacial de 5 x 5 metros, referentes aos anos de 2011, 2013, e 2015 adquiridas no Geocatalogo do Ministério do Meio Ambiente; e, imagens do ano de 2001 no *software Google Earth*. Com esses recursos foi possível mapear a malha urbana da cidade nos diferentes anos.

A partir da carta topográfica de 1974 foi vetorizado o limite da mancha urbana da cidade. Foi realizada a edição manual do arquivo vetorial dos setores censitários do IBGE do ano de 2010 para acrescentar a malha urbana para os anos 2011, 2013 e 2015. Para 2001 a edição foi realizada para diminuir o vetor, tendo em vista que a malha urbana era menor.

Com o objetivo de identificar a taxa de crescimento da mancha urbana da cidade de Jacaraú dos anos de 1974 a 2015 foi aplicado um algoritmo para determinar a Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) da mancha urbana. Foi realizada uma análise quantitativa onde foram calculados os valores de área em Km² da mancha urbana dos referentes anos estudados e aplicados à equação da taxa de crescimento demográfico do IBGE, adaptada e aplicada ao crescimento urbano, onde os valores encontrados foram transformados em percentual ao ano. Para isso foi utilizada a equação 1:

$$TC = \left(\frac{\text{Mancha urbana presente}}{\text{Mancha urbana passado}} \right)^{\frac{1}{n}} - 1$$

Equação 1

Onde: TC= taxa de crescimento urbano; n= número de anos entre as manchas

Após a determinação dos valores de crescimento, foi feito o cálculo da porcentagem de cada valor, estabelecendo assim a taxa de crescimento ao ano.

Como comparativo para a análise de crescimento urbano, foi realizado também cálculo da Taxa de Crescimento Geométrico Anual (TCGA) da população do município

e população da área urbana, equação de crescimento populacional do IBGE. Para isso foi utilizada a equação 2:

$$\left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right)^n - 1 \right] \times 100$$

Equação 2

Onde: Pt= População Final; P0= População inicial; n= número de períodos de tempo

EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO

A área urbana do município de Jacaraú até a década de 1950 ainda era reduzida, já que a cidade ainda não apresentava infraestrutura e condições de vida adequadas à população. O crescimento urbano ocorreu após sua emancipação sendo mais proeminente a partir das décadas de 1970 e 1980, quando a população da zona urbana começou a ter um aumento significativo em relação a população da zona rural (FARIAS, 2008). Até a década de 1990 a área urbana de Jacaraú apresentava um crescimento multidirecional evidenciando um padrão de espraiamento.

As características de crescimento onde há um distanciamento do centro podendo haver desconectividade em partes do espaço urbano evidenciam um padrão de expansão chamado de *urban sprawl*, ou espraiamento urbano, uma irradiação para vários lados. “É o crescimento exagerado do tecido urbano, sob a influência de eixos - vetores principais de acesso e de práticas estabelecidas, a partir do jogo de interesses dos diversos atores sociais” (SILVEIRA et al. 2014, p.29).

O município teve seu ápice de expansão do tecido urbano através da atuação de agentes sociais promotores do espaço urbano. Farias (2008), evidencia que o crescimento do município de Jacaraú - PB está relacionado principalmente à ação de dois agentes sociais, o Estado e os promotores imobiliários. O Estado atuou a nível estadual e municipal promovendo mudanças e intervenções que contribuiriam para o crescimento urbano. A prefeitura Municipal realizou doações de lotes de terra na década de 80 para a construção de um loteamento, e os promotores imobiliários entraram com o apoio e investimentos nessa nova construção do espaço urbano. O primeiro loteamento foi inaugurado no ano de 1998, chamado de Daura Ribeiro, sendo fundado por iniciativas de promotores imobiliários ou incorporadores.

No ano de 2005 surge um novo loteamento como forma de expansão da malha urbana, o Loteamento Nova Jacaraú. Seu projeto visou garantir a harmonia entre o sistema viário do novo loteamento com o existente, a fim de que ele se tornasse um prolongamento da malha urbana já existente. (PESSOA, 2011).

Até o ano de 2011 esses loteamentos ainda possuíam muitos dos chamados lotes ociosos que ainda não eram ocupados por construções, representando grandes espaços abertos. Atualmente muito desses lotes e espaços que antes eram abertos foram preenchidos por casas e outras construções, entretanto, algumas destas ainda permanecem desocupadas.

A Figura 2 mostra a configuração que a mancha urbana foi adquirindo com o passar dos anos. Observa-se um crescimento para direção sudeste da cidade às margens da rodovia PB-071.

A abertura de loteamentos traz consigo o crescimento urbano e novos serviços para uma localidade, mas traz também diversos problemas ambientais. Para sua implantação é necessário retirar toda a vegetação do terreno, sendo feito como uma “limpeza” onde o solo além de exposto é terraplanado. Com a retirando de uma camada da superfície o solo fica mais fragilizado e exposto às degradações.

Com a crescente expansão dos loteamentos e a especulação imobiliária faz-se necessário a integração da visão ecológica e ambiental na execução dos projetos de construção de novos espaços, na tentativa de evitar o maior número possível de impactos ambientais decorrentes desse processo.

Os projetos dos loteamentos, comumente, dão ênfase apenas às questões de infraestrutura para o incremento da especulação imobiliária e, no geral, desconsideram os impactos ambientais que serão gerados, não realizando qualquer ação para prevenir ou mitigar os impactos decorrentes de sua construção.

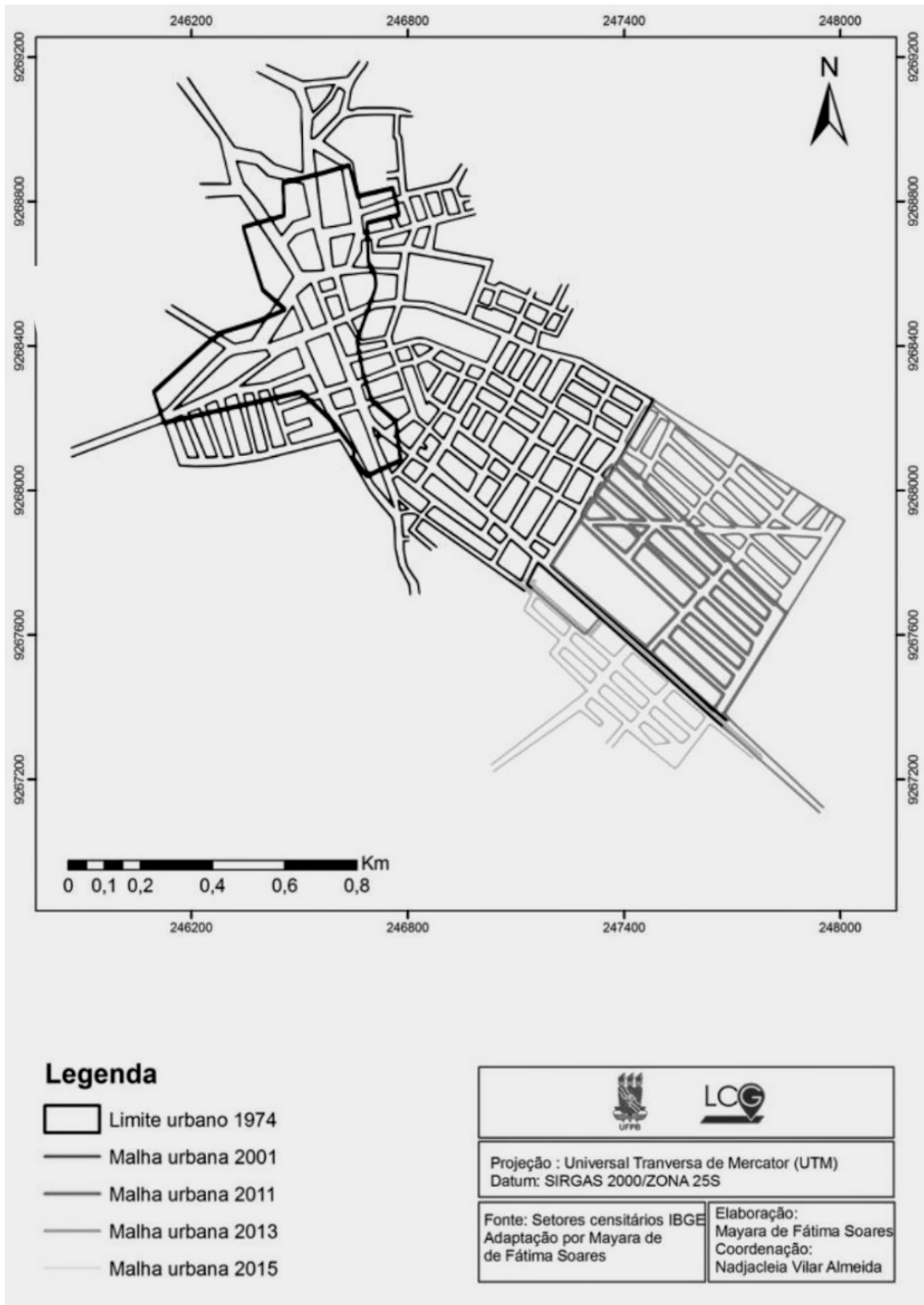


Figura 2: Evolução da malha urbana da cidade de Jacaraú-PB.

Fonte: Autores

Para Barbosa e Nascimento Júnior (2009, p.28) “o desequilíbrio no ambiente urbano é fruto dessa apropriação, criando novos espaços ocupados com outros interesses. Dessa maneira a ecologia urbana tem sido desconsiderada, pois quem passa a organizar o ambiente é o capital ou os valores dos grandes empresários que

se apropriam da natureza de forma especulativa”. Ressaltam ainda, que no ambiente urbano, a paisagem mostrar as contradições ou conflitos de uso onde as questões ecológicas tendem a se agravar, uma vez que os agentes do mercado utilizam a cidade conforme seus projetos e investimentos.

A expansão da cidade apresentou certo distanciamento do centro urbano, o que traz pontos negativos, pois lá é onde se concentram os principais serviços públicos. Não há uma desconectividade física em espaços na malha urbana, pois os loteamentos instalados se tornaram uma extensão da malha urbana já existente, mas há um distanciamento da população dos serviços públicos exigindo maior mobilidade e conseqüentemente a necessidade do uso maior de automóveis e de maiores investimentos em transporte público.

O espraiamento urbano que está comumente relacionado à dispersão no espaço urbano, pode se apresentar em cidades sem que haja essa disjunção da malha urbana, neste sentido a cidade apresenta um crescimento tentacular, ou seja, apresentando como se fosse braços que se distanciam do centro urbano em uma determinada direção e adquirindo uma geografia de linhas de crescimento (SILVEIRA, et al. 2008).

Em Jacaraú não houve uma distensão em termos de separação na malha urbana na última década, entretanto observa-se um espraiamento identificado através da forma que a mancha urbana assumiu durante sua expansão produzindo uma malha urbana tentacular. Para Golledge (1960 *apud* SILVEIRA, et al. 2014, p.34) as cidades “expandem-se de uma maneira tentacular, aparentemente desorganizada, produzindo avanços excrescentes em umas áreas e noutras apresentando pouca amplitude”. Na cidade de Jacaraú o crescimento na direção sudeste pode ter sido condicionado pela declividade do terreno, pois os novos loteamentos foram instalados em uma área plana ou pouco ondulada o que favorece a ocupação urbana, além disso tem-se um magneto de atração⁸¹ que é a principal via de acesso à cidade, a BR-071.

A malha urbana atual do município corresponde a 1,64Km² (164 ha) e teve um crescimento em relação ao ano de 1974 bastante significativos tanto em extensão quanto em perímetro urbano (Tabela 1).

Tabela 1. Área (km) da Mancha Urbana de Jacaraú - PB.

Ano	Área (Km ²)	Área expandida(Km ²)	Perímetro (Km)
1974	0,26	*	3,08
2001	1,14	0,88	6,89
2011	1,43	0,29	8,14
2013	1,59	0,16	8,43
2015	1,64	0,05	8,65

Fonte: Autores

⁸¹ Locais para onde convergem e se concentram, em quantidade e diversidade, fluxos e usos diversos.

Dos anos de 1974 a 2001 a cidade de Jacaraú apresentou uma taxa de crescimento regular para o intervalo de 27 anos com um crescimento de 5,62% ao ano, taxa que foi bem aproximada ao crescimento do curto período entre 2011 a 2013 de 5,44% ao ano (Tabela 2). O rápido crescimento anual no período de 1974 a 2001 se deu devido a mudança no perfil demográfico da população predominantemente rural para população urbana. A cidade passou a ter mais atrativos oferecendo serviços como escola, pequenas mercearias e comércio, o que levou a uma expansão territorial e de ocupação, gerando novos espaços urbanos e mudanças na malha urbana.

Tabela 2. Taxa de Crescimento da cidade de Jacaraú-PB nos períodos analisados.

ANO	TAXA/ANO (%)
1974/2001	5.62
2001/2011	2.29
2011/2013	5.44
2013/2015	1.56

Fonte: Autores

Dos anos de 2001 a 2011 a taxa de crescimento foi um pouco menor, porém significativa devido a intensa atuação dos promotores imobiliários para a abertura de novos loteamentos e assim provocando uma extensão da área urbana. De 2011 a 2013 houve um aumento na taxa de crescimento, muitos lotes que até 2011 ainda eram ociosos sem ocupação começaram a ser preenchidos por habitações, havendo também a necessidade de mais um prolongamento do loteamento já preexistente. De 2013 a 2015 observa-se uma redução na taxa de crescimento, tendo em vista que houve apenas a abertura de um pequeno loteamento a partir de 2015, porém os lotes ainda não possuem construções e habitações (Tabela 2).

O crescimento da mancha urbana comumente se relaciona com o crescimento populacional devido a necessidade de expansão do território para criar novos espaços a serem ocupados. Demograficamente, entre as décadas de 1990 a 2010 a cidade apresentou uma oscilação em número populacional devido ao desmembramento do distrito de Retiro, atualmente município de Pedro Régis-PB que teve sua emancipação em 1996. Jacaraú apresentava uma população de 18.344 habitantes em 1991 e com o desmembramento passou a ter uma população de 14.117 em 2000 e 13.942 em 2010. Entretanto, como vimos, a mancha urbana não parou de crescer.

As taxas de crescimento da população urbana influenciaram o crescimento da mancha urbana, principalmente entre as décadas de 1970 e 2000, com taxas de crescimento da população urbana de 7,54% e 5,63 ao ano. Após o desmembramento do distrito de Retiro, a população urbana e a taxa de crescimento também diminuiriam (Tabela 3).

C
S

Tabela 3: Taxa de Crescimento da população urbana do município de Jacaraú-PB.

ANO	TAXA/ANO (%)
1970/1996	7,54
1996/2000	5,63
2000/2010	1,24

Fonte: Autores

Tal fato, evidencia uma característica apontada por Ojima (2007, p.279-280) que diz que “a distribuição espacial da população no espaço intraurbano pode apresentar distintas configurações, apesar de apresentarem a mesma densidade populacional,”. Portanto, a cidade não é um elemento estagnado, ela é passível de transformações ao longo do tempo e de sofrer diversas influências. Para Coelho (2001, p.36), é preciso entender que as cidades são influenciadas por uma dinâmica global que ultrapassa suas fronteiras, o que nos diz que as cidades também sofrem influências de ambientes vizinhos.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Devido a ausência de um planejamento ambiental, conforme a cidade foi crescendo e se estabelecendo, os problemas ambientais surgiram e com o passar do tempo se agravaram. Documentos e fotos históricas retratam que na área urbana de Jacaraú existia uma lagoa que se estendi por quase todo centro da cidade. Conforme a área foi sendo urbanizada e impermeabilizada ocorreu o processo de aterramento e surgimento das Rua São João, conhecida popularmente como “Rua da Lagoa”, a Rua Vidal de Negreiros e uma parte do centro, a Rua Presidente João Pessoa por onde passa a PB 071.

Reis Neto *et al* (2006) diz que as mudanças no uso da terra através do aterramento do sistema lacustre para construções urbanas e o aumento das superfícies impermeáveis ocasiona sérios desequilíbrios ecológicos e um aumento periódico de inundações. Essas inundações são um dos problemas mais visíveis na cidade. Nos períodos chuvosos as águas escoam de forma intensa da parte mais alta da cidade para a parte mais baixa provocando enchentes e alagamentos (Figuras 3 e 4).



Figura 3: Rua São João, Jacaraú-PB.
Fonte: Blog notícias de Jacaraú, abril de 2011.



Figura 4: Rua São João, Jacaraú-PB.
Fonte: Blog notícias de Jacaraú, janeiro de 2014.

Com o escoamento superficial da água da chuva são carreados uma grande quantidade de sedimentos provenientes, principalmente, da área onde estão situados os loteamentos. O crescimento das áreas urbanas tem intensificado o escoamento superficial causado pela impermeabilização do solo devido à pavimentação, acompanhado de grande volume de sedimentos que são produzidos tanto através de construções quanto devido aos solos que ficam expostos pela retirada de vegetação (VIEIRA & CUNHA, 2001).

No final da década de 90 a intensificação dos processos erosivos causados pela ausência de planejamento urbano fez surgir uma voçoroca que limitava o acesso e locomoção dos moradores no local. Esse problema só foi resolvido em 2014, após a conclusão de um projeto de canalização e drenagem. No entanto, ainda persiste o problema do assoreamento e consequente obstrução das galerias construídas para o escoamento da água.

Outro problema visível encontrado, são os esgotos domésticos que são canalizados para a área da lagoa, atualmente assoreada. Segundo relato de moradores nos períodos mais chuvosos o local fica alagado e em alguns pontos com muita lama. Este fato acarreta diversos problemas tanto de ordem social quanto ecológica provocando a proliferação de microorganismo e vetores de doenças.

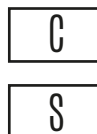
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento e a forma da mancha urbana na cidade de Jacaraú – PB apresenta um padrão extensivo se afastando do Centro, na direção sudeste e evidencia a tendência de crescimento das cidades de pequeno porte. Ficou clara a ausência do planejamento urbano ambiental durante o desenvolvimento da cidade, sobretudo nas primeiras décadas da sua formação.

Os principais problemas identificados foram a supressão da cobertura vegetal, erosão, inundações, esgotamento canalizado para lagoa causando a eutrofização e o assoreamento da lagoa.

Essas informações são importantes bases de dados tanto para os gestores públicos criarem um panorama socioambiental da cidade servindo de instrumento para a realização de medidas que possam melhorar a qualidade de vida dos habitantes, quanto para o conhecimento e esclarecimento da população que tem um papel importante no processo de mudança e melhorias no meio urbano.

A realidade atual impõe a necessidade de diversas mudanças, tanto em planejamento urbano ambiental pelos órgãos públicos quando no hábito e comportamento da



população. Tendo em vista essa realidade, estudos que apotem as problemáticas servem de instrumento norteador para os gestores públicos e como fonte de conhecimento e orientação para população, ajudando na compreensão dos processos que estão ocorrendo no meio urbano da cidade de Jacaraú – PB.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. L.; NASCIMENTO JÚNIOR, A. F. Paisagem, ecologia urbana e planejamento ambiental. **Geografia** (Londrina) v. 18, n. 2, 2009

COELHO, M. C. N. **Impactos Ambientais em Áreas Urbanas** – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In: Guerra, A. J. T.; CUNHA, S. B. Impactos Ambientais no Brasil. Org(s) - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 416p, 2001.

FARIAS, R. S. Urbanização e dinâmica do espaço intra-urbano de Jacaraú. 2008. 52f. **Monografia** – Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Humanidades Departamento de Geografia e História Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Guarabira. 2008.

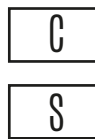
GOBBI, L. D. **Urbanização Brasileira**, 2016. Disponível em: < <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html> > Acesso em: Setembro de 2016.

MOREIRA JUNIOR, O. As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas - SP: Dinâmica demográfica, papéis urbanos e (Re) produção do espaço. 2014. 311f. **Tese** (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, São Paulo, 2014.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, M. L. Disponibilidade dos recursos hídricos do município de Jacaraú – PB. 2011. 67f. **Monografia** – Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Humanidades, Departamento de Geografia e História Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Guarabira. 2011.

PESSOA, D. R. Ação imobiliária e crescimento urbano em Jacaraú – PB: Um estudo sobre o loteamento nova Jacaraú. 2001. 38f. **Monografia** – Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Humanidades, Departamento de Geografia e História Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Guarabira. 2011.



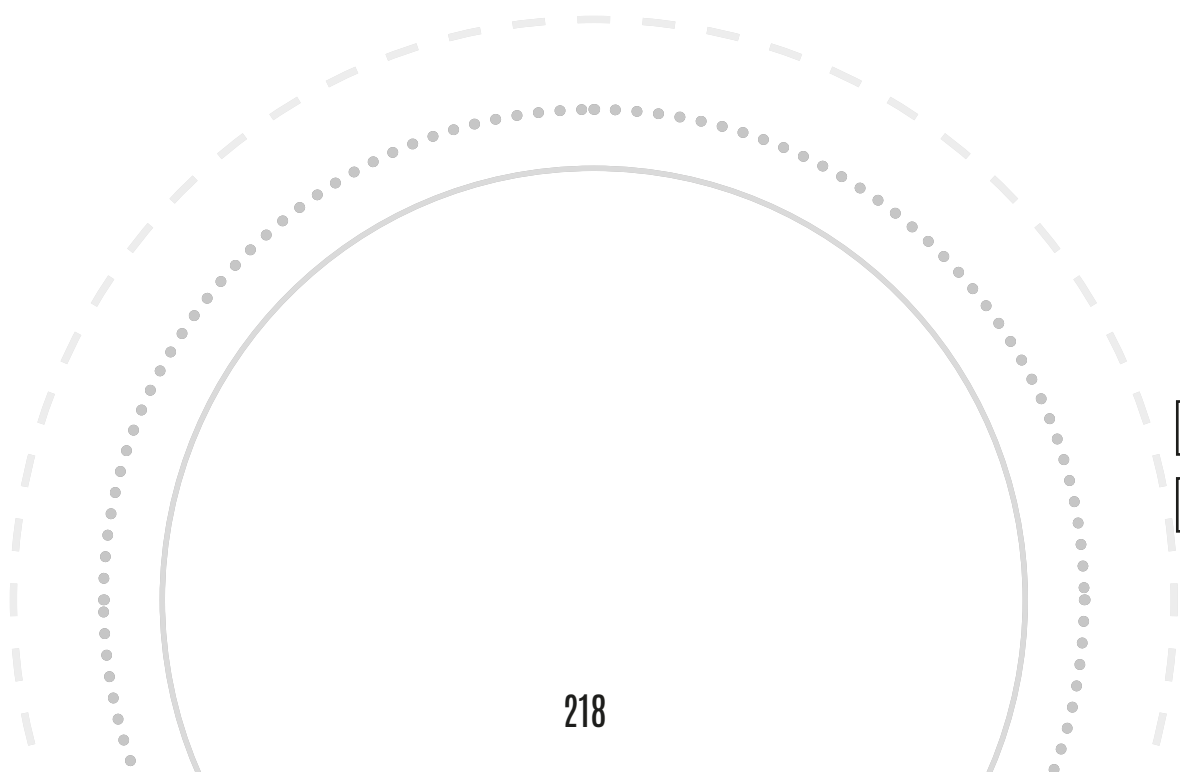
SILVEIRA, J. R. A.; RIBEIRO, L. E.; AMORIM, P. L. R. Percursos, morfologia e sustentabilidade na cidade de João Pessoa PB. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 09, n. 098.01, Vitruvius, set. 2008.

SILVEIRA, J. R. A. Desordem na cidade? Controvérsias sobre o “caos urbano” e das possibilidades de administrá-lo. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 12, n. 134.06, Vitruvius, set. 2011.

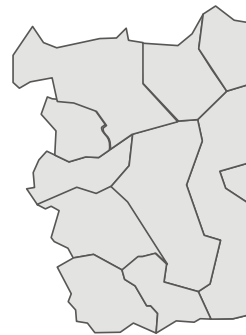
SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, M. D.; SILVA, G. J. A. **Urban Sprawl, padrões de dispersão e fragmentação**: Notas sobre a periferização e dinâmica das bordas intraurbanas, em cidades de porte médio brasileiras. In:

SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, M. D.; CASTRO, A. A. B. C. Org(s). Dinâmica da cidade e bordas urbanas. João Pessoa: F & A Gráfica e Editora LTDA. 2014. P. 22 -50.

SOBREIRA, F. J. A. A lógica da diversidade: complexidade e dinâmica em assentamentos espontâneos. 2003. 262f. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2003.



CAMINHOS E DESCAMINHOS DO HIV/AIDS NA ATENÇÃO BÁSICA INVESTIGANDO OS SERVIÇOS DE SAÚDE EM RIO TINTO/PB



Luziana Silva⁸²

Melba Godoi Vieira⁸³

INTRODUÇÃO

Discutiremos neste capítulo o material empírico de uma pesquisa realizada no município de Rio Tinto/Paraíba entre os anos de 2016-2017⁸⁴. O olhar sócioantropológico que lançamos sobre as percepções e práticas dos profissionais das Unidades de Saúde da Família (USF) direcionadas à prevenção e ao atendimento das pessoas vivendo com o HIV/Aids nos levou a refletir sobre o lugar da epidemia na atenção básica. Muito embora o Ministério da Saúde tenha como prerrogativa o arranjo de redes de serviços – com a articulação entre a atenção básica e os serviços especializados – como estratégia para realização de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento, o que verificamos nos dois serviços de saúde investigados foi a invisibilidade do HIV/Aids.

Desse modo, pretendemos discutir aqui um possível “esfumaçamento”, na atenção básica, das políticas de saúde destinadas ao enfrentamento da epidemia. Paradoxalmente a chegada dos testes rápidos nas unidades – que poderia ser um sinal de fôlego da atenção ao HIV/Aids – não implicou em um reforço desse cuidado, tendo em vista que, nos relatos, os profissionais nos disseram que não se sentiam preparados para falar com os usuários dos serviços sobre o HIV/Aids, e que deveríamos, portanto, pesquisar nos

82 Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB-CCA) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura – GRUPESSC.

83 Discente do curso de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/CCA) e membro do GRUPESSC.

84 Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Percepções dos profissionais de saúde sobre o HIV/Aids: Experiências de atendimento, práticas de saúde e de prevenção no município de Rio Tinto - Paraíba”, cadastrada no Programa de iniciação científica - PIBIC/PROPESQ/UFPB (2016-2017), coordenada pela Prof^a. Luziana Silva e teve como bolsista a discente Melba Godoi Vieira.

centros de referência – isto é, que aquele não era um espaço que atuava diretamente com o atendimento de pessoas vivendo com o HIV.

Tais questões nos convidam a pensar se a invisibilidade estaria relacionada às especificidades de uma cidade pequena (com cerca de 24.000 habitantes) e interiorana em que a preocupação com o sigilo poderia implicar na fuga das pessoas que vivem com o HIV/Aids para serviços geograficamente mais distantes (como encontramos em pesquisa anterior – SILVA, 2012), ou, se as mudanças trazidas pela concepção da Aids enquanto uma doença crônica possam ter retirado seu caráter de urgência nas políticas de saúde e, conseqüentemente, concentrado o atendimento nos centros de referência.

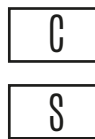
Na atualidade da epidemia do HIV/Aids, as tecnologias médicas têm redefinido as formas de tratamento e de prevenção ao vírus. Combinando o uso de medicamentos com práticas de redução de danos, aspira-se à ampliação das possibilidades de escolhas dos sujeitos. Entretanto, as novidades que orientam as novas políticas de saúde (nacionais e internacionais) esbarram em fatores estruturais, tais como a pobreza, vontade (ou falta dela) política, capacitação de profissionais, bem como em ações e narrativas permeadas de estigmas.

Assim, muito embora a resposta brasileira à epidemia tenha ampliado o leque de métodos para testagens, como o Teste-rápido, e para prevenção à transmissão – através do uso do Tratamento como prevenção (TASP, em inglês, ou TcP, em português), a Profilaxia Pós-exposição (PEP) e a Profilaxia Pré-exposição (PrEP) –, por outro lado, quando saímos do enfoque estritamente biomédico, nos deparamos com os questionamentos sobre a práxis dos profissionais (se esta acompanha tais avanços) e quais os caminhos percorridos pela assistência nos serviços de atenção básica.

Nesse sentido, visando uma reflexão sobre tais caminhos na atenção básica, este trabalho tem como norte a discussão sobre as percepções e práticas dos profissionais de saúde direcionadas à prevenção e ao atendimento das pessoas vivendo com o HIV/Aids (PVHA). Assim sendo, os profissionais de saúde foram nossos mediadores para pensar o lugar da epidemia nas unidades básicas de saúde, para nos revelar os meandros da assistência, do acesso às informações e dos métodos de prevenir e tratar o HIV/Aids.

TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Traremos para o diálogo narrativas e análises preliminares decorrentes do trabalho etnográfico realizado em duas Unidades de Saúde da Família localizadas (USF) no Município de Rio Tinto – Paraíba. A pesquisa foi desenvolvida em 10 meses (outubro/2016 a julho/2017), entretanto, mapeamos os serviços, conversamos com gestores de saúde



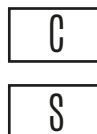
e negociamos durante 4 meses até conseguirmos autorização para nossa entrada no campo, quando enfim, obtivemos a carta de anuência. Então, a observação, o acompanhamento dos serviços ofertados e as entrevistas em profundidade só foram realizados, de fato, durante 6 meses.

Acompanhamos o cotidiano de dois serviços a fim de conhecer as práticas de saúde direcionadas aos usuários que procuram o atendimento preventivo e/ou, tratamento do HIV/Aids, buscamos identificar o modo como os profissionais de saúde são preparados para abordar a temática do HIV/Aids (para indicar métodos preventivos e para realizar a testagem sorológica). Nesse sentido, objetivávamos descrever os tipos de serviços de atendimento relacionados à epidemia que eram oferecidos pela unidade de saúde e examinar como as políticas públicas de saúde referentes ao enfrentamento do HIV/Aids estavam sendo implementadas no campo estudado; contudo, para nossa surpresa, pouco se viu e ouviu falar sobre o HIV nas unidades observadas. Apenas nos testes do pré-natal e nas entrevistas com a equipe multiprofissional (médico, enfermeiras, agentes de saúde, odontólogo), quando provocamos a reflexão sobre o HIV/Aids, a temática emergiu!

A política nacional de saúde orienta-se por estratégias descentralizadas de assistência nas quais a atenção básica é considerada a “porta de entrada” para efetivação de uma rede de serviços. Não obstante, no que se refere ao HIV/Aids, assim como apontado no estudo de Kazabi (2012), percebemos que a efetivação do papel da atenção básica nessa perspectiva de assistência em rede tem sido um grande desafio, uma vez que as análises preliminares do material colhido no campo têm nos mostrado que a cobertura não tem sido efetivamente realizada no cenário local.

Portanto, abordaremos aqui as percepções dos profissionais de saúde em relação à temática, suas dificuldades em lidar com as questões subjetivas deflagradas pelos imaginários sociais da doença, bem como, quais as implicações dessa “invisibilidade” do HIV/Aids nos serviços observados. Dialogaremos sobre as perspectivas e as práticas dos profissionais de saúde e suas correlações com a organização do “cuidado” e com as políticas de saúde a partir do trabalho de autores como Ayres (1999) e Kazabi (2012), na abordagem da questão da invisibilidade teremos como referência a autora Silva (2012;2013;2019) e, quanto às subjetividades, trabalharemos com Knauth (1999).

Nas pesquisas socioantropológicas realizadas no campo da saúde, além das questões que envolvem o método e as disputas entre saberes, as prerrogativas políticas podem trazer implicações diretas para o nosso trabalho. Conforme Ferreira & Fleischer (2014, P.13) nos alertam, “a etnografia em serviços de saúde está em constante construção e reformulação.” Desse modo, como apontado por Ferreira & Fleischer, a observação etnográfica em serviços de saúde é configurada por situações imprevisíveis, desafiadoras e burocráticas. No momento inicial de mapeamento do campo e solicitação de autorização



para realizar a pesquisa, nos deparamos com os entraves para a liberação da carta de anuência. Foram quatro meses de negociação até que finalmente conseguimos autorização da Secretária de Saúde de Rio Tinto. Entendemos que o cenário político local conturbado foi determinante para tal dificuldade na entrada no campo.

Os serviços de saúde da Atenção Básica no município de Rio Tinto são organizados em nove Unidades de Saúde da Família (USF), das quais quatro estão localizadas na zona urbana: USF das Palmeiras, USF do Conjunto Novo, USF da Vila Regina, USF das Cinco Ruas e cinco estão situadas na zona rural: USF de Salema, USF de Piabuçu, USF de Rio do Banco, USF de Cravassu e USF de Tanques. Com o objetivo de conhecermos as lógicas tanto dos serviços da área urbana, quanto da área rural, escolhemos uma unidade que para a administração da secretaria de saúde se configura como cenário rural⁸⁵, e a outra unidade observada está localizada na zona urbana⁸⁶ – nesta apresentava-se o número mais expressivo de usuários nos serviços de saúde do município.

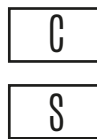
Na chegada à unidade urbana, assim que apresentamos a pesquisa, escutamos que teríamos dificuldades em realizar o estudo naquele espaço, uma vez que as pessoas que vivem com o HIV não eram assistidas ali, pois seguiam direto para os serviços especializados em João Pessoa. Ainda assim, insistimos que o resgate das experiências dos profissionais de saúde e a observação da dinâmica Unidade Básica de Saúde eram importantes para o projeto. Na unidade Rural, a coordenadora era recém-chegada, mas do mesmo modo mencionou não ter conhecimento sobre o atendimento de pessoas com diagnóstico soropositivo no local. Diante de tal cenário, passamos a nos indagar se essa ausência do HIV/Aids nos dois serviços era, de fato, uma escolha das pessoas que vivem com o HIV/Aids em seguir para os serviços especializados localizados em João Pessoa - há 64km de Rio Tinto – a fim de esconder o diagnóstico, ou se seria um sinal das ambiguidades da estratégia de redes de assistência partindo da atenção básica, que de modo programático encaminha o enfrentamento ao vírus para os serviços especializados? Decidimos então, enveredar pelo caminho dos serviços ofertados e pelas narrativas dos profissionais; isto dito, discutiremos a seguir tais hipóteses.

O HIV/AIDS NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Dos serviços de saúde ofertados aos usuários nas USF, o teste rápido e a distribuição de preservativos foram as práticas encontradas relacionadas ao HIV/Aids nas duas

85 Entretanto, as limitações entre urbano e rural não são tão claras, pois a distância do distrito com a cidade é relativamente pequena; ademais, em conversa com moradores, algumas falas remetiam a uma indistinção entre rural e urbano.

86 Prezando pelo sigilo de nossos interlocutores e interlocutoras, decidimos não nomear as unidades de saúde, uma vez que desta feita, facilmente poderia se identificar os profissionais dos serviços.



unidades. O exame era realizado pela enfermeira da unidade, porém falava-se em pouca procura para realização dos testes rápidos e maior aplicação em gestantes⁸⁷, conforme uma das profissionais que aplica o teste em um dos postos, Lucinha⁸⁸, enfermeira há nove anos na USF urbana:

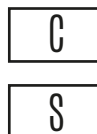
A gente tem o teste rápido de HIV, sífilis, hepatite B e C. Então, a gente realiza com as gestantes, duas vezes no pré-natal, no início e no final, e qualquer necessidade a gente também faz da população. É só procurar a gente marca um dia e faz.

Ao falar dos testes em gestantes, a profissional afirmou que aplicava com tranquilidade, pois as mulheres entendiam como um exame de rotina do pré-natal; entretanto, quando se referia aos demais usuários do serviço, Lucinha afirmou que a situação gerou certa tensão. Pareceu-nos que existia certa dificuldade em falar sobre a sexualidade nas unidades de saúde, então, quando a aplicação do teste era em gestantes, desvinculava-se o diálogo das questões sexuais e focava-se no pré-natal. Inclusive, a falta de informações no local sobre outras infecções sexualmente como Sífilis, por exemplo, corrobora com tal argumento.

No que tange à preparação para aplicação do teste-rápido, a profissional revelou que a abordagem se referiu estritamente ao aspecto técnico: “quando a gente teve um treinamento pra realizar esses testes, eles falaram um pouco, mas, muito pouco, era somente relacionado ao procedimento do teste rápido”. Ainda que nenhum dos testes feitos até o momento da entrevista tenha resultado em diagnóstico positivo para o vírus do HIV, o relato de Lucinha nos leva a pensar sobre o aconselhamento. Na medida em que a revelação de um diagnóstico de HIV positivo pode provocar grande impacto na vida de uma pessoa, preparar uma profissional apenas do ponto de vista técnico é negligenciar a dimensão integral da saúde, é desconsiderar uma atenção humanizada do cuidado. Segundo Kazabi (2012), o aconselhamento tem importância central tanto no processo de adesão ao tratamento quanto no respeito e reconhecimento da autonomia dos usuários do serviço. Assim como em seu estudo em que os profissionais alegaram dificuldades em penetrar na seara das emoções e sentimentos, na nossa pesquisa, quando perguntamos se se sentiam preparados para atender uma pessoa em caso de resultado positivo, também surgiu a mesma problemática: “Eu acho que precisaria de um treinamento a mais, porque a gente lida muito com todo mundo e às vezes essa especificidade fica um pouco esquecida” (Lucinha).

87 No relato, a profissional afirma que o parceiro da gestante sempre é chamado para realizar o teste, mas dificilmente aceita fazer. Em alguns casos, alegam não poderem ir à unidade por causa do horário do trabalho, em outros, não apresentam uma justificativa e simplesmente não comparecem ao serviço.

88 Usamos nomes fictícios para preservar a identidade dos interlocutores e das interlocutoras.



Falas sobre a falta de preparação para atender e até para conversar sobre a temática do HIV/Aids foram recorrentes, inclusive, com o relato de um profissional da medicina afirmando que não era a pessoa indicada para fazer a entrevista, pois sabia pouco sobre o assunto. De diferentes maneiras, recebemos mensagens (sejam diretas, sejam implícitas) de que aquele não era um espaço destinado ao atendimento de pessoas que vivem com o HIV/Aids. Muito embora as narrativas apontassem para o que chamamos de invisibilidade do HIV/Aids nas unidades, as reclamações sobre a falta de treinamentos em relação ao tema e os impactos das trocas de profissionais em decorrência de escolhas políticas, deram o tom do diálogo:

Andou pra trás o serviço. **(LEONARDO, MÉDICO)**

A cada mudança de gestão 'agora o papel da agente (de saúde) é esse, agora é esse'. **(GLÓRIA, AGENTE DE SAÚDE)**

Não me sinto preparada não, porque eu nunca tive uma preparação o que eu sei foi "nu e cru", de ver de participar. Mas a gente nunca teve um treinamento em relação a isso (o HIV). **(GLÓRIA, AGENTE DE SAÚDE).**

Tudo indica que o fato da unidade básica de saúde ter como foco a estratégia de saúde da família acaba por centralizar a atenção em determinadas doenças em detrimento de outras. Conforme as diretrizes do plano de Atenção Básica, os serviços ofertados para a população envolvem saúde do idoso, que corresponde à visita domiciliar, saúde da criança (vacinação e puericultura) e saúde da mulher (pré-natal, citológico e planejamento familiar). Então, o acompanhamento de doenças crônicas, principalmente, diabetes e hipertensão, vacinas, atendimento médico e odontológico são os serviços de maior procura nas unidades. Entretanto, se nas últimas décadas os avanços nas testagens e tratamentos têm colocado o HIV/Aids enquanto doença crônica, por que ela não é objeto de atenção e enfrentamento nas unidades básicas de saúde?

De um lado, questões estruturais relacionadas a uma quebra na perspectiva de atuação do sistema de saúde em rede direcionam atendimento das pessoas vivendo com HIV/Aids para o atendimento especializado. A falta de treinamento dos profissionais, a ausência de material informativo nas unidades e as narrativas dos interlocutores nos sinalizam para tais pontos estruturais. Por outro, imaginários estigmatizantes persistem e ainda colocam o HIV como "doença do Outro" (KNAUTH, 1999), restrita aos grupos desviantes, assim como Knauth (1999) encontrou em seu estudo. A unidade denominada de Vila Regina foi citada por diferentes interlocutores como área com muitas pessoas infectadas. Ainda que não tenhamos tido tempo de estudar a Vila e que a informação

C
S

quicá possa revelar, de fato, o número de notificações do local⁸⁹, o que nos chama atenção é o discurso sobre os que lá vivem:

Na Vila Regina tem muita promiscuidade, sexo inseguro e lá também têm indígenas, caboclos. Lá tem menos informação e tem o uso de drogas lícita e ilícitas. **(LEONARDO, MÉDICO)**.

O índice de prostituição lá é muito grande, muito drogado de seringa 'né? Lá tem muito. **(GLÓRIA, AGENTE DE SAÚDE)**.

Note-se que o significado social da Aids ligada a “grupos de risco” como usuários de drogas e profissionais do sexo insiste em engendrar as falas. Ainda que a Aids se configure hoje como uma ameaça à população como um todo e a discussão sobre “grupos de risco” tenha sido superada – ao menos do ponto de vista teórico e pela política de enfrentamento à epidemia – pela percepção de Vulnerabilidades (Ayres, 1999), posturas acusatórias e correlações com promiscuidades parecem erguer “barreiras imaginárias” que dificultam a operacionalização no campo da saúde de conceitos como vulnerabilidade e, sobretudo, impactam no olhar de alguns profissionais sobre a epidemia e as pessoas que convivem com ela. A discussão sobre a vulnerabilidade nos ajuda a refletir sobre os desafios para o enfrentamento do HIV/Aids nos serviços de saúde, na medida em que parte do pressuposto de que os indivíduos estão ligados a contextos sociais, individuais e institucionais, os quais tornam os sujeitos mais ou menos vulneráveis a contrair o vírus, a doença ou até morrer (SILVA, 2019; AYRES, 1999). A passagem da centralização na noção de risco (enquanto responsabilidade individual) para um novo entendimento do HIV/Aids, a partir do reconhecimento da vulnerabilidade social, implica em novas formas de enfrentamento e segue em sentido contrário à culpabilização dos indivíduos que (com)vivem com o HIV; desqualificando assim a noção de Aids como “doença do outro” (KNAUTH, 1999).

Enquanto fala-se de uma condição privilegiada da atenção à saúde das pessoas vivendo com HIV/Aids nos serviços de atendimento especializado, quer em termos de tratamentos, quer em termos de assistência profissional com equipe multiprofissional, vimos que nos dois serviços de atenção básica de Rio Tinto visões subjetivas estigmatizantes atravessavam aspectos relacionais da assistência. Tal percepção de grupos de risco edifica um “isolamento imaginário” quanto aos sujeitos vulneráveis, bem como, provoca uma invisibilidade dos demais indivíduos da sociedade enquanto alvo de atenção nas ações de prevenções e nas práticas de saúde (SILVA, 2012). Isto é, acaba por revelar-se como um entrave tanto para pensar ações preventivas para a comunidade do entorno, quanto para a realização de um projeto de enfrentamento ao HIV/Aids e de atenção propriamente

⁸⁹ Curioso alguns relatos mencionarem o número de casos na Vila Regina, na medida em que nem na secretaria de saúde do município têm dados sobre o número de caso das unidades.

ditos. Assim, vale salientar que o conhecimento dos poucos casos nas comunidades assistidas⁹⁰ pelos serviços não vem de dados oficiais, e sim, de descobertas através da rede de fofocas, quer seja entre vizinhos, quer entre os profissionais.

Os serviços de saúde têm papel fundamental para a dimensão da vulnerabilidade programática (AYRES, 1999), isto é, o que a unidade de saúde, enquanto instituição, faz para diminuir a exposição das pessoas ao HIV e para elas se protegerem. E é aqui que podemos refletir sobre o que tem sido feito (ou não) para que esses recursos (não apenas materiais, mas do mesmo modo, capacitação de recursos humanos) estejam à disposição da população. Faz-se necessário refletir sobre o que é preciso fazer para diminuir essa vulnerabilidade programática.

Muito embora tenha em vista que a singularidade do contexto de uma cidade do interior da Paraíba⁹¹ possa trazer à tona distintas carências quanto ao acesso à saúde de modo geral, sobretudo quando se pensa em uma abordagem integral preconizada pelo debate brasileiro sobre humanização, não podemos perder de vista a relevância da discussão sobre o (não)lugar do HIV/Aids na atenção básica, bem como, do descompasso entre os avanços tecnológicos advindos da biomedicina (testes-rápido, profilaxia pré-exposição e a profilaxia pós-exposição) e a preparação/atualização do profissionais de saúde.

Enfim, inseguranças e dúvidas dos profissionais de saúde sobre o HIV/Aids evidenciaram a fragilidade de uma dimensão técnica incipiente para dar conta das particularidades das pessoas assistidas em seus contextos sociais adversos e para o oferecimento de um sistema de informações claro; o que poderia ser lido no silenciamento sobre a epidemia nas unidades e no receio dos profissionais em fazer uma entrevista sobre o assunto. Por outro lado, entende-se aqui que se afinando com os elementos estruturais acima expostos, o receio em conversar sobre a sexualidade, as concepções sobre HIV/Aids ligadas à seara das moralidades e ao sigilo, quiçá possam ter uma relação intrínseca com a pouca presença dos serviços nas estratégias de enfrentamento à epidemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da última década, a crescente biomedicalização através das estratégias de “tratamento como prevenção” (TcP) tem dando suporte a discursos entusiastas

90 Falava-se em 5 casos na unidade urbana, e três, na unidade rural.

91 No momento da pesquisa, de acordo com o Departamento de DST, HIV/Aids e Hepatites Virais, foram notificados na Paraíba 185 casos de pessoas infectadas pelo HIV em 2016, totalizando 7.572 casos positivos no estado. Na cidade de Rio Tinto, com a população por volta de 24.000 habitantes, foram notificados até 2016, 86 casos da doença: Disponível em: < <http://indicadores.aids.gov.br/> > Acessado em 24 de agosto de 2017.

sobre um pretensão “fim da Aids”. Sem dúvida, a ampliação dos métodos de prevenção, diagnóstico e tratamento tem um papel fundamental na melhoria das condições de saúde das pessoas vivendo com o HIV/Aids e na eficácia de estratégias de prevenção (combinada) e redução de danos; entretanto, o foco quase exclusivo nas abordagens biomédicas deixa de lado aspectos interacionais, técnicos e humanizados da atenção que impactam diretamente no acesso às opções preventivas e terapêuticas.

Em que pese a falta de treinamentos e capacitações para o manejo de técnicas, escuta e resposta às particularidades de cada usuário do serviço, soma-se a tal descompasso entre avanços da biomedicina e a preparação dos profissionais de saúde, a necessidade de que concepções e práticas centradas no imaginário social de “grupos de risco” sejam revistas. A biomedicina sozinha não conseguirá magicamente desmistificar estigmas e tornar o HIV/Aids uma doença crônica comum sem que um debate mais amplo na sociedade sobre o aprisionamento da epidemia ao “paradigma do risco” seja feito. Entende-se que além das capacitações do ponto de vista da intervenção técnica, é preciso inserir os profissionais no processo de mudança do imaginário social da epidemia, começando pela libertação destes frente às amarras históricas que estigmatizam quer pessoas, quer comunidades.

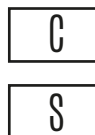
Enquanto o debate sobre a assistência à saúde no Brasil segue rumo a uma atenção humanizada, no que tange ao HIV/Aids, antes de pensarmos em uma abordagem integral à saúde precisamos, por um lado, preparar e envolver os profissionais no projeto de humanização da atenção, e por outro, a gestão pública em saúde precisa considerar, de fato, a atenção básica como importante estratégia de enfrentamento à epidemia.

Por fim, viu-se que ao lado do problema da quebra no direcionamento da assistência em rede de serviços caminha a ausência de treinamento de profissionais e os imaginários sociais do HIV/Aids obstaculizando o cuidado e tornando a possibilidade de respostas à epidemia na atenção básica em um grande desafio.

REFERÊNCIAS

AYRES, J; FRANÇA Jr, I.; CALAZANS, G.; SALETTI FILHO, H. **Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids**. In: REGINA, M, B; RICHARD P. (Org) Sexualidades pelo Avesso: Direitos, Identidades e Poder. São Paulo: Editora 34/Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA, J; FLEICHER, S (Orgs). **Etnografias em serviços de saúde**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.



FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

KNAUTH, D. R. **Subjetividade feminina e soropositividade**. In: REGINA, M, B; RICHARD P. (Org) Sexualidades pelo Averso: Direitos, Identidades e Poder. São Paulo: Editora 34/Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

KAZABI, D. **Aconselhamento pré e pós-teste anti-HIV na atenção básica: a perspectiva dos profissionais de saúde**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de medicina preventiva da Universidade de São Paulo, 2012.

LA MAISON, C. **Vulnerabilidade programática ao HIV/Aids nas unidades básicas de saúde de Cuiabá**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, L; LANDRONI, M; SILVA, N; AYRES, J. **Humanização e cuidado: a experiência da equipe de um serviço de DST/Aids no município de São Paulo**. Revista Ciência e Saúde Coletiva. 2005, 10 (3), pp. 689-698.

SILVA, L. M. F. **Fazendo a diferença: as dinâmicas de conjugalidade sorodiscordante para o HIV/AIDS. 2012**. Tese (Doutorado do Programa em Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, 2012.

SILVA, L.M.F. **Uma questão de convivência: Os desdobramentos da pesquisa no universo do HIV/Aids**. In: IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 2013, Fortaleza. Saberes locais e experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico? Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2013. v. I. p. 01-19.


SILVA, L.M.F. **Parcerias, riscos e outras histórias: pensando a sorodiscordância para o HIV/Aids no século XXI**. In: Antropologia da Saúde: ensaios em políticas da vida e cidadania/Ednalva Neves; Marcia Longhi e Mónica Franch (Organizadoras)/ Mídia Gráfica e Editora Ltda, pp. 213-241, 2018.

SILVA, L.M.F & VIEIRA, M. **(Re)pensando o HIV/Aids: novas respostas, velhos dilemas**. Revista Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 8, p. 11168-11188, 2019. Disponível em: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/issue/view/63>.

C

S

ANÁLISE DA VIABILIDADE POPULACIONAL DA PREGUIÇA-COMUM (*BRADYPUS VARIEGATUS*) NA RESERVA BIOLÓGICA GUARIBAS, PARAÍBA BRASIL



Elaine Pessoa Pedrosa⁹²

Fabiana Lopes Rocha⁹³

Carla Soraia Soares de Castro⁹⁴

INTRODUÇÃO

No litoral norte da Paraíba, a Reserva Biológica (ReBio) Guaribas abriga uma população de preguiça-comum (*Bradypus variegatus*) em fragmentos de Mata Atlântica localizados nos municípios Mamanguape e Rio Tinto. No passado, a ReBio Guaribas foi alvo de grande pressão antrópica causada pela caça e por desmatamentos que resultaram na redução nas populações de espécies da fauna e formações de vegetação secundária (IBAMA, 2003). Já em Rio Tinto populações de preguiça-comum são encontradas em praças nas áreas urbanas, mas antes do processo de urbanização o local onde está a cidade apresentava vegetação de Mata Atlântica e manguezais. Por volta de 1918, após a chegada da família Lundgren, que iniciou a construção da cidade, simultaneamente, com a instalação da Companhia de Tecidos Rio Tinto, ocorreram desmatamentos, drenagens e aterros em áreas de manguezais (PANET, 2002). Antigos moradores relatam que as preguiças habitam grupos de árvores nas praças de Rio Tinto, há mais de 50 anos, porém não se sabe como chegaram a esses locais. A hipótese é que ficaram isoladas, conforme

92 Mestre em Ecologia e Monitoramento Ambiental. Membro do grupo de pesquisa “Ecologia e Monitoramento Ambiental”. E-mail: ecopessoa_ufpb@yahoo.com.br.

93 Doutora em Biologia Parasitária. Pesquisadora do grupo de pesquisa – Ecologia e Monitoramento Ambiental”. E-mail: lopesrocha.fabiana@gmail.com.

94 Doutora em Ecologia e Recursos Naturais. Pesquisadora do grupo de pesquisa “Ecologia e Monitoramento Ambiental”. E-mail: cscastro9@gmail.com

as construções se expandiram, ou que foram levadas, dos fragmentos de matas para áreas urbanas, por habitantes da região.

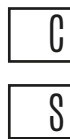
Os relatos de populações de preguiça-comum pequenas e isoladas em fragmentos florestais, bem como da presença em áreas urbanas, têm aumentado (MORAES-BARROS et al., 2010, PEDROSA; CASTRO, 2014). As populações pequenas estão mais vulneráveis aos efeitos da estocasticidade demográfica (GILPIN; SOULÉ, 1986) –variações ao acaso nas características demográficas de uma espécie, como, por exemplo, sobrevivência e razão sexual; estocasticidade ambiental (LACY, 2000) –variações ao acaso nas condições ambientais, como por exemplo, catástrofes naturais e estocasticidade genética –redução da variabilidade (COUVET, 2002).

As populações de preguiça-comum que estão em ambientes urbanos, além do isolamento populacional, também podem apresentar interações agonísticas (PEDROSA; ARAÚJO; CASTRO, 2018), abandono precoce de filhotes pelas mães (PEDROSA; CASTRO, 2014; PINHEIRO, 2008), acidentes ocasionados por fiação elétrica (XAVIER, 2006) e tráfico de animais silvestres (PEREIRA, 2015), fatores que também contribuem para o declínio populacional. Nesse contexto, a Análise de Viabilidade Populacional (AVP), que, por meio de modelos, permite projetar tendências populacionais, comparar ameaças de acordo com seus impactos nas populações e avaliar os riscos de extinção (MORRIS; DOAK, 2002), é uma ferramenta importante para avaliar alternativas de manejo para melhorar a viabilidade das populações e diminuir o risco de extinção.

Neste capítulo, apresentaremos um modelo simplificado e preliminar, com dados da população de preguiça-comum que habita a ReBio Guaribas, especificamente, a SEMA III, estudada por dois anos (2013 a 2015) no âmbito do projeto de pesquisa “Ecologia comportamental da preguiça-comum (*Bradypus variegatus*) em ambientes urbano e natural em Rio Tinto, Paraíba”, conduzido na Universidade Federal da Paraíba, pela professora doutora Carla Soraia Soares de Castro.

A ESPÉCIE *BRADYPUS VARIEGATUS*

A espécie *Bradypus variegatus* pertence à superordem Xenarthra, ordem Pilosa, na qual estão também as espécies de tamanduás. A preguiça-comum ou bicho preguiça, como é conhecida popularmente, possui três garras, envolvidas quase completamente por um tegumento comum (LOUREIRO; MONYEIRO, 1993). A dieta folívora requer adaptações morfológicas especiais, como a dentição adaptada para a trituração de folhas, apresentando apenas molares, e um estômago grande, dividido em quatro câmaras, ocorrendo fermentação nas três primeiras e na quarta, a ação de ácidos e de enzimas (CORK; FOLEY, 1991). Esse tipo de dieta é energeticamente desfavorável,



implica metabolismo lento, cuja regulação metabólica é favorecida pela variação na temperatura corporal, em vez da taxa metabólica (MCNAB, 1985). A preguiça-comum é considerada um endotérmico imperfeito porque realiza a termorregulação por meio da exposição à luz solar, alterando a temperatura do corpo (MONTGOMERY; SUNQUIST, 1978). Por defecar e urinar na base das árvores, devolvendo uma parcela dos nutrientes que foram retirados, é uma recicladora de nutrientes (MORENO et al., 2008).

A espécie *Bradypus variegatus* tem distribuição geográfica que abrange da região Sudeste do Brasil até o norte de Honduras (MORAES-BARROS et al., 2010). Seu estado de conservação, avaliado pela *Internacional Union for Conservation of Nature* (IUCN), é pouco preocupante, porém a redução das florestas, o tráfico de animais e o seu uso pelas comunidades humanas, para fins alimentícios e medicinais, são ameaças à espécie (SUPERINA, et al., 2010).

A POPULAÇÃO DE PREGUIÇA-COMUM NA RESERVA BIOLÓGICA GUARIBAS

Uma população de preguiça-comum habita a SEMA III, um dos três fragmentos de Mata Atlântica da ReBio Guaribas, localizada na cidade de Rio Tinto (PEDROSA; CASTRO, 2014). A ReBio Guaribas foi criada em 1990 e tem um histórico de desmatamento e caça antes de sua criação (BRASIL, 2003). Esses antecedentes podem ter contribuído para o declínio da população de preguiça-comum, uma vez que a grande dependência dessa espécie por *habitat* arborizado a torna sensível ao desmatamento (SUPERINA et al., 2010), principalmente devido à interferência nos padrões de dispersão e migração, proporcionando o isolamento populacional (LOVEJOY et al., 1984).

Na SEMA III, a população de 28 indivíduos ocupa uma área de 16,99 ha (PEDROSA; CASTRO, 2014). Os indivíduos concentram-se onde há maiores recursos alimentares e árvores das espécies *Tapirira guianensis*, *Cecropia sp* e *Campomanesia dichotoma*. Não se sabe quais são os potenciais predadores da preguiça-comum na SEMA III, porém há registro de uma carcaça de preguiça em uma das trilhas que liga o fragmento de floresta à área urbana (PEDROSA; CASTRO, 2013).

Não há informações da viabilidade da população de preguiça-comum que habita a SEMA III e quais são as ameaças que comprometem o futuro da população nesse fragmento florestal. Com isso, faz-se necessário realizar uma análise da viabilidade populacional para auxiliar nas estratégias efetivas de conservação e de manejo.

C

S

ANÁLISE DA VIABILIDADE POPULACIONAL

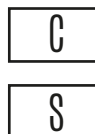
A Análise da Viabilidade Populacional (AVP) é uma ferramenta para conservação, sendo capaz de projetar o tamanho da população no futuro ou as chances futuras de extinção, de acordo com parâmetros populacionais considerados no presente (GILPIN; SOULÉ, 1986). AVP também é capaz de criar modelos que incluem variáveis como a qualidade do *habitat* e a dinâmica espacial, definindo a Análise da População e do Habitat (BRITO, 2005).

Com a análise da população e do *habitat*, são modeladas a População Mínima Viável (PMV) e o Habitat Mínimo Viável (HMV), sendo possível estimar a quantidade mínima de indivíduos necessária para uma população sobreviver no futuro (BRITO, 2009) e a área mínima possível para conservação, ou seja, a área capaz de manter uma população viável (CAMPOS, 2009). O conjunto dessas estimativas permite que a AVP possa ser usada em avaliações de estratégias de manejo (BROOK et al., 2002), projetando tendências populacionais, avaliando o risco de extinção e orientando em decisões nas Políticas Ambientais, além de auxiliar no desenho e efetividade de áreas protegidas (BEISSINGER; WESTPHAL, 1998).

Myrmecophaga tridactyla (tamanduá-bandeira) é a única espécie da ordem Pilosa com o modelo de conservação guiado pela AVP (MIRANDA, 2004), não havendo até o momento qualquer trabalho de AVP realizado com espécies de bicho preguiça. Assim, há a necessidade de criação de modelo de conservação para espécies de bicho preguiça que possa nortear os processos de manejo, principalmente para as populações da espécie *Bradypus variegatus*, pequenas e/ou que habitam ambientes isolados. Para suprimir essa lacuna, esta pesquisa avalia a viabilidade populacional da preguiça-comum e estima a capacidade de suporte da ReBio Guaribas, com base nos recursos alimentares disponíveis para população dessa espécie.

A ReBio Guaribas (SEMA III) está limitada ao sul pela zona urbana da cidade de Rio Tinto, a norte e a leste por uma estrada que dá acesso à BR-101, contornada por plantações de cana-de-açúcar, e a oeste, por propriedades rurais (PEDROSA; CASTRO, 2014).

O tamanho da população foi obtido pelo método de censo, realizado por caminhadas lentas, acompanhadas de paradas, seguidas de visualização da área em busca de preguiças, sob um ângulo de 360° em torno do observador, no interior da mata e em trilhas preexistentes nas quais foram registradas as preguiças presentes. Foi estimada uma população de 28 indivíduos, sendo 23 adultos (15 fêmeas, 8 machos) e 5 filhotes, distribuídos em uma pequena porção do fragmento da ReBio Guaribas-SEMA III, ocupando uma área de 16,99 ha.



Para a AVP da preguiça-comum, foi utilizado o programa Vortex, 10.1, desenvolvido por Lacy (1993). Com o programa, foi construído um modelo base e diversos cenários fundamentados nesse modelo para a análise de sensibilidade. A dinâmica populacional foi simulada para os próximos 100 anos, abrangendo aproximadamente 13 gerações. Para cada cenário, foram executadas 500 interações independentes, sendo utilizados dados biológicos da espécie, obtidos por Pedrosa e Castro (2014), informações disponíveis na literatura científica e comunicação pessoal. Os estudos de Pedrosa e Castro (2014) mostram que das 15 preguiças fêmeas adultas, as quais compunham a população, apenas cinco estavam com filhotes. Baseando-se nesses dados, foi estabelecida, para a construção dos cenários, uma taxa de 30% das fêmeas que reproduzem por ano. Para essa espécie, há um filhote, em cada nascimento, durante o ano (WETZEL, 1982). Já a probabilidade genética é considerada ideal entre 85% e 100%. Os valores adotados para a mortalidade das preguiças fêmeas e machos foram: 0-1 ano (50%), 1-2 anos (20%), 2-3 anos (10%) e de 3-4 anos (5%), considerando o comportamento da espécie, cujos indivíduos possuem maior fragilidade quando estão na fase de desmame, em torno dos seis meses de vida (MONTGOMERY; SUNQUIST, 1978) e maiores chances de sobrevivência quando já houve o desmame e estão independentes do cuidado parental, apresentando o comportamento de ficarem escondidos nas copas das árvores (GREENE, 1989) diminuindo as chances de predação.

Devido aos escassos estudos e a inexistência de dados, para a espécie, da idade da primeira reprodução, idade máxima de reprodução e os equivalentes letais, definimos a idade da primeira reprodução com base na idade da maturidade sexual, somada ao tempo de gestação das fêmeas. Sabe-se que a maturidade sexual para fêmeas e machos de preguiça comum ocorre em três anos de idade (MONTGOMERY, 1983) e que o tempo de gestação ocorre entre cinco e seis meses (TAUBE et al., 2001). Assim, foi definida a idade da primeira reprodução para fêmeas e machos, em torno de quatro anos. Já a idade máxima de reprodução foi estabelecida com base em comunicação pessoal de Pinheiro (2008), que registrou reprodução em preguiça-comum com até os 15 anos de idade, sendo considerada a mesma idade máxima de reprodução para os machos.

Para os equivalentes letais, foi utilizado o valor 3,14, tomando-se como referência os dados do *studbook* para 40 populações de mamíferos em cativeiro (RALLS et al., 1988). Essa variável determina a gravidade da depressão endogâmica na população que está sendo simulada, cujos impactos da endogamia nos indivíduos sobreviventes são estabelecidos pelo programa. O sistema reprodutivo foi identificado como poligâmico, considerando o mesmo sistema descrito para a espécie de preguiça, *Choloepus Hoffmann*, na Costa Rica (PEERY; PAULI, 2012). O tamanho populacional de 28 indivíduos foi utilizado para a construção do modelo base. Na simulação desse modelo, não foi considerada a densidade populacional dependente da reprodução, das migrações e da retirada de indivíduos.

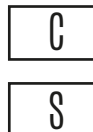
A capacidade de suporte para preguiça-comum em ambiente natural ainda é desconhecida. Por isso, a capacidade de suporte foi definida com base no modelo proposto por Hoffmann (2011), que consiste na divisão do tamanho da área, com *habitat* favorável, pelo tamanho da área de vida do indivíduo. O *habitat* favorável foi mensurado de acordo com a distribuição de espécies vegetais utilizadas pela preguiça-comum presentes na ReBio Guaribas (SEMA III). Dentro e fora da área de ocorrência da preguiça na SEMA III, foram aproveitados transectos já existentes e foram abertos outros, interceptados por linhas com 25 metros de comprimento e com 17 metros de intervalo entre cada transecto. Foram registradas todas as espécies vegetais, utilizadas pela preguiça-comum, que interceptaram o transecto, como também as espécies que “cruzaram” a área do transecto (DURIGAN, 2004). Conforme os transectos foram se distanciando da área de ocorrência da preguiça-comum, na SEMA III, as espécies vegetais foram ficando escassas. Por esse motivo foi considerada, como *habitat* favorável, a área de distribuição de 16,99 ha.

O tamanho da área de vida da preguiça-comum em ambiente natural pode variar entre 0,15 a 1,4 ha (QUEIROZ, 1995). A área de vida estabelecida nessa pesquisa foi medida em um fragmento de Floresta Amazônica com 260000 ha, maior do que o fragmento de Mata Atlântica, da SEMA III, que tem 338,82 ha. Considerando que a área de ocorrência da preguiça-comum, na SEMA III, abrange 16,99 ha para uma população de 28 indivíduos, foi adotado o tamanho de 0,15 ha para área de vida da preguiça-comum, mas a capacidade de suporte para preguiça-comum, na SEMA III, com base no modelo de Hoffmann (2011), foi de 113,3 ha.

A análise de sensibilidade foi usada para verificar os parâmetros mais sensíveis aos testes que podem alterar significativamente os resultados e conclusões da modelagem. Foram analisados parâmetros referentes ao tamanho populacional, reprodução e capacidade de suporte, com valores maiores e menores em relação ao modelo base. Foram criados cenários com a suplementação de indivíduos machos e fêmeas como estratégia de manejo, com intervalo de tempo de quatro anos. Esse intervalo é ideal para que o indivíduo reproduza e contribua para o crescimento da população. Também foi testado o impacto da mortalidade em indivíduos machos e fêmeas no primeiro ano de vida, que ainda não tinham atingido a idade reprodutiva.

A VIABILIDADE POPULACIONAL DA PREGUIÇA-COMUM NA REBIO GUARIBAS

O modelo preliminar demonstrou que a população de preguiça-comum na SEMA III apresenta viabilidade populacional comprometida, podendo tornar-se extinta antes dos



85 anos. Para que essa população seja demograficamente viável, é necessário que haja, no mínimo, 55 indivíduos. Esse valor aumenta a taxa de crescimento estocástico para 3,6%, porém não há riscos de extinção, resultando em um tamanho médio populacional final de 109 indivíduos e uma probabilidade de sobrevivência estável, com uma diversidade genética de 85% ao final de 100 anos. As simulações da capacidade de suporte mínima, com o tamanho populacional adotado no modelo base (28 indivíduos), demonstram que a população pode ser extinta em aproximadamente 80 anos. Mas, quando as mesmas simulações são realizadas com o tamanho da população mínima viável (55 indivíduos), não há risco de extinção.

No cenário reprodutivo, os parâmetros para a reprodução das fêmeas tiveram maior influência do que os dos machos na viabilidade da população. Quando simulado o cenário com 30% de fêmeas em reprodução, a probabilidade de extinção ficou em 0,042%. Já quando essa taxa foi elevada para 40%, a probabilidade de extinção foi nula. Em relação ao cenário reprodutivo dos machos, as variações nas taxas reprodutivas não exerceram influência na viabilidade da população, mantendo a probabilidade de extinção nula (Tabela 1).

Tabela 1 – Cenário reprodutivo das fêmeas na população de preguiça-comum.

Cenários	Rstoc	PE	N-final
Fêmeas reprodução 30%	0.0313	0.042	101.15
Machos reprodução 30%	0.1794	0.000	113.02
Fêmeas reprodução 40%	0.0668	0.000	112.19

Rstoc = taxa de crescimento estocástico; **PE** = probabilidade de extinção; **N-final**= tamanho da população final.

A suplementação de machos e de fêmeas também foi sensível em relação às taxas reprodutivas das fêmeas, uma vez que, a população só é viável se a taxa de reprodução das fêmeas for, no mínimo, de 40% (Tabela 2). Contudo, as simulações com a taxa de reprodução das fêmeas em 40%, não apresentou diferenças na suplementação de machos ou de fêmeas no que se refere à estocasticidade demográfica e a probabilidade de extinção, havendo apenas uma pequena variação no tamanho final da população. Nesse sentido, as suplementações poderão ser feitas com um indivíduo adulto a cada quatro anos, preferencialmente macho, para reduzir a desproporção sexual na população. O intervalo de quatro anos é ideal, pois nesse período o indivíduo já consegue reproduzir e com isso é possível verificar se a suplementação contribuiu para aumentar a taxa reprodutiva da população e para o crescimento populacional.

C

S

Tabela 2 – Suplementação de machos e de fêmeas adultos na população de preguiça-comum.

Cenários	Rstoc	PE	N-all
Suplementação 1	0.0303	0.0340	100.60
Suplementação 2	0.0668	0.0000	112.18
Suplementação 3	0.0307	0.0320	100.45
Suplementação 4	0.0672	0.0694	0.0000

Rstoc = taxa de crescimento estocástico;

PE = probabilidade de extinção; **N-final** = tamanho da população final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas de viabilidade da população de preguiça-comum, na SEMA III, estão relacionados com o pequeno tamanho da população e a taxa reprodutiva das fêmeas. Assim, manejar os machos dentro do *habitat* mais próximo das fêmeas aumentará as chances de cópulas e implicará aumento da taxa reprodutiva das fêmeas. Da mesma forma, a introdução de novos machos na população, de forma a reduzir a desproporção sexual e também aumentar a probabilidade de encontros entre machos e fêmeas em períodos reprodutivos, elevará a taxa reprodutiva das fêmeas e promoverá o aumento populacional. O manejo e a introdução de novos indivíduos poderão ser realizados considerando que a SEMA III apresenta capacidade de suporte para receber mais indivíduos na população. Como se trata de um modelo preliminar de AVP para preguiça-comum, o aprofundamento e refinamento desse modelo poderá auxiliar a equipe da ReBio Guaribas nas estratégias de manejo da população de preguiça-comum que habita a SEMA III.

REFERÊNCIAS

BRITO, D. **Análise de viabilidade de populações como ferramenta de manejo para o Marsupial *Micoureus paraguayanus***. 2005. 117f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BRITO, D. Análise de viabilidade de populações: uma ferramenta para a conservação da biodiversidade no Brasil. **Oecologia Brasilienses**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 452-469, set.2009.

C

S

BEISSINGER, S.; WESTPHAL, I. On the use of demographic models of population viability in endangered species management. **Journal of Wildlife Management**, Berkeley, v. 3, n.2, p. 821-841, jul. 1998.

BROOK, B. et al. Critiques of PVA ask the wrong questions: throwing the heuristic baby out with the numerical bath water. **Conservation Biology, Victoria**, v. 16, n.1, p.262-263, feb. 2002.

CAMPOS, I. B. **Identificando vacíos claves de infomati3n y posibles acciones conservacionistas atraves de um an3lisis de viabilidad poblacional para *Cebus kaapori* Queiroz (1992) (Cebidae – Primate), um primate del este amaz3nico em peligro cr3tico de extinci3n.** 2009. 117f. Disserta3o de Mestrado (Master em Primatologia) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 2009.

CORK, S.; FOLEY, W. Digestive and metabolic strategies of arboreal mammalian folivores in relation to chemical defenses in temperate and tropical forests. In: PALO, R.T.; ROBBINS, C.T. (Ed.) **Plant defenses against mammalian herbivory.** Ed. Boca Raton , Fl3rida: CRC Press, 1991. cap. 8, p.133-166.

COUVET, D. Deleterious effects of restricted gene flow in fragmented populations. **Conservation Biology**, v.16, n.2, p. 369-376, nov. 2002.

DURIGAN, G. M3todos para an3lise de vegeta3o arb3rea. In: CULLEN-JR, L. (Ed.). **M3todos de estudo em biologia da conserva3o e manejo da vida silvestre.** EDUFPA: Curitiba, 2004. cap. 3, p. 455-480.

GILPIN, M.; SOUL3, M.E. Minimum viable populations: processes of extinction. In: SOUL3, M.E. (Org.). **Conservation Biology: The Science of Scarcity and Diversity.** Sunderland: Sinauer Associates, 1986.

GREENE, H. W. Agonistic behavior by three-toed Sloths, *Bradypus variegatus*. **Biotropica**, v. 21, n. 1, p. 369 -372, mar.1989.

HOFFMANN, D. **Distribui3o potencial e viabilidade de uma popula3o de *Polystictus superciliaris* (Aves, Tyrannidae), no sudeste do Brasil.** 2011. 89 f. Tese (Doutorado em Ecologia, Conserva3o e Manejo da Vida Silvestre) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renov3veis. 2003. **Plano de Manejo da Reserva Biol3gica de Guaribas.** Minist3rio do Meio Ambiente/IBAMA, Bras3lia. Dispon3vel em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_guaribas.pdf. Acesso em: 21 jan.2016.

C

S

LACY, R. What is population (and habitat) viability analysis? **Primate Conservation**, v.15, n.3, p. 27-33, jan.1993.

LACY, R. Considering threats to the viability of small populations using individual-based models. **Ecological Bulletin**, v. 48, n. 3, p. 39-51. jun. 2000.

LOVEJOY, T. et al. Ecosystem decay of Amazonian forest fragments. In: Nitecki, M. H. (Org.). **Extinctions**. Chicago: University Press, Chicago. 1984. 325p.

MCNAB, B. Energetics of Arboreal Folivores: Physiological Problems and Ecological Consequences Feeding on Ubiquitous Food Supply. In: Montgomery, G. G. (Ed.). **The ecology of arboreal folivores**. Washington, Smithsonian University Press, p. 153-162.1985.

MORAES-BARROS, N. et al. Reevaluation of the geographical distribution of *Bradypus tridactylus* Linnaeus, 1758 and *B. variegatus* Schinz, 1825. **Edentata**, Washington, v. 11, n. 1, p. 53-61. maio. 2010.

MONTGOMERY, G.; SUNQUIST, M. Impact of sloths in Neotropical forest energy flow and nutrient cycling. In: GOLLEY, F.B.; MEDINA, E. (Org.) **Tropical Ecology Systems: Trends in Terrestrial and Aquatic Research**. Berlin: Springer-Verlog. p. 69-98. 1978.

MONTGOMERY, G. *Bradypus variegatus* (Perezoso de tres dedos, Three-toed sloth). In: JANZEN, D. H. (Ed.). **Costa Rican Natural History**; The University of Chicago press, Chicago and London, 1983, p. 453-456.

MORENO, S. et al. **Estrategia para la conservación y control al tráfico legal de las especies silvestres de perezosos en Colombia**. Medellín: Imprenta Nacional de Colombia, 2008, p. 23.

MORRIS, W.F.; DOAK, D. **Quantitative conservation biology: theory and practice of population viability analysis**. Sinauer: Sunderland, 2002. 343p.

PANET, A. História, arquitetura e configuração espacial. In: MELLO, J. O. A.; CORREIA, T. B.; PANET, M.F.; GUNN, P. (Ed.). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa, 2002, p. 107-161.

PEDROSA, E.P., CASTRO, C.S.S. Behavior patterns of the common sloth (*Bradypus variegatus* Schinz, 1825) in urban and natural environments in Rio Tinto, Paraíba state, Brazil. **Brazilian Journal Ecology**. v. 14. n. 1, São Paulo, p. 114-122, feb.2014.

C

S

PEDROSA, E.P.; ARAÚJO, A.Z.; CASTRO, C.S.S. Agonistic interactions in the brown-throated three-toed sloth, *Bradypus variegatus* (Pilosa: Bradypodidae), in an urban environment in Rio Tinto, Paraíba, Brazil. **Edentata**, v.19, n.1, p. 42-46, apr. 2018.

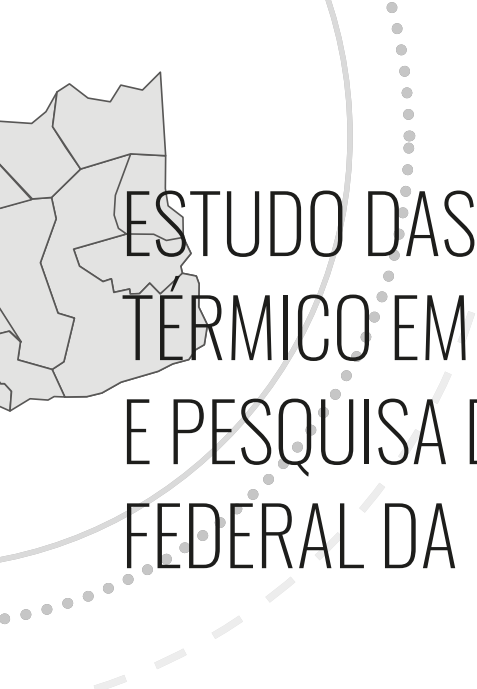
PEREIRA, K. **Antrozologia e hematologia de preguiças comuns (*Bradypus variegatus*) de áreas urbanas**. 2015. 44f. Dissertação de mestrado (Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, 2015.

QUEIROZ, H. L., 1995. **Preguiças e guaribas**: os mamíferos folívoros arborícolas do Mamirauá. MCT-CNPq, Programa do Trópico Umido. Sociedade Civil Mamirauá, Belém.

SUPERINA, M. et al. The sloth red list assessment. **Edentata**, v. 11, n.1, p. 115-134, dez. 2010.

TAUBE, E. K. J. et al. Reproductive biology and postnatal development in sloths, *Bradypus* and *Choloepus*: review with original data from the field (French Guiana) and from captivity. **Mammal Review**, Argentine National Scientific and Technological Promotion Agency. v.31, n.1, p. 173-188, jul. 2001.

WETZEL, R.M. Systematic, distributions, ecology and conservation of South American edentates. In: MARES, M.A.; GENOWAYS, H.H. (Ed.). **Mammalian Biology in South American**. Pittsburgh: University of Pittsburgh. v. 6, p. 345-375. 1982.



ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE CONFORTO TÉRMICO EM AMBIENTES DE ENSINO E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/CAMPUS IV

Amanda Mayara Paulino da Silva⁹⁵

Joel Silva dos Santos⁹⁶

INTRODUÇÃO

Nos primórdios da humanidade a relação entre ser humano e natureza se estabelecia de forma menos predatória, de modo que as alterações ocorridas no espaço geográfico eram pouco relevantes. Contudo, ao longo do desenvolvimento da humanidade e dos diversos modos de produção, as diversas culturas alteraram de forma significativa o espaço geográfico, o que causou o desequilíbrio dos diversos sistemas ambientais. (SANTOS, 2011).

Essas alterações no espaço físico se intensificaram principalmente após a Revolução Industrial, que provocou uma massificação no deslocamento da população do campo para as cidades, as quais passaram a crescer de forma desordenada e alterar os sistemas ambientais (SANTOS, et al., 2017), mais especificamente, o sistema atmosférico.

Dentre os problemas gerados em função das alterações no sistema atmosférico dos centros urbanos, especialmente no que diz respeito ao campo térmico, verificam-se a formação de ilhas de calor e o desconforto térmico, que tem comprometido cada vez mais a qualidade de vida das populações que residem em ambientes urbanos (SANTOS, et al., 2017).

95 Graduanda em Ecologia pela Universidade Federal da Paraíba. Membro do grupo de pesquisa "Clima Urbano e Recursos naturais". E-mail: amandamayrapaulino@gmail.com.

96 Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. Coordenador do grupo de pesquisa "Clima Urbano e Recursos Naturais". E-mail: joelgrafia.santos@gmail.com.

O desconforto térmico pode ser percebido tanto em ambientes externos (outdoor) – a própria cidade – ou em ambientes internos (indoor) como edificações, hospitais, ambientes de ensino etc.

Nesse sentido, o estudo do desempenho térmico das edificações em ambientes de ensino é de extrema importância para o planejamento sustentável desses ambientes, que deve levar em consideração princípios da arquitetura bioclimática. Infelizmente em várias situações, verifica-se que as edificações escolares além de não atenderem as condições mínimas de conforto requeridas pelos usuários, coloca em comprometimento o processo de ensino-aprendizagem dos discentes além da saúde física.

Dessa forma, os ambientes de ensino precisam ser projetados de forma que se leve em consideração a importância do espaço de aprendizagem para os alunos, sabendo que os mesmos estão expostos a diversos estímulos e reações fisiológicas do corpo. Nesse sentido, a condicionante térmica, é considerada uma das variáveis que devem ser levada em consideração para a o projeto arquitetônico (STRAUB et. al., 2017).

Sendo assim, é diante desse contexto que essa pesquisa se apresenta, com o objetivo principal de avaliar as condições de conforto térmico ambiental (indoor) de alguns laboratórios de ensino e pesquisa da Universidade Federa da Paraíba/Campus IV. Para a realização da pesquisa, foram definidos dois laboratórios dos cursos de Ecologia e Design para a análise do Índice de desconforto térmico.

MATERIAS E MÉTODOS

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo é o Campus IV da UFPB com sede na cidade de Rio Tinto localizada no Litoral Norte e na microrregião da Mata Paraibana do Estado da Paraíba, entre as coordenadas geográficas: Latitude: 34°58'36", Longitude: 06°39'20". (Figura 01).

C

S

Mapa de Localização da cidade de Rio Tinto-PB

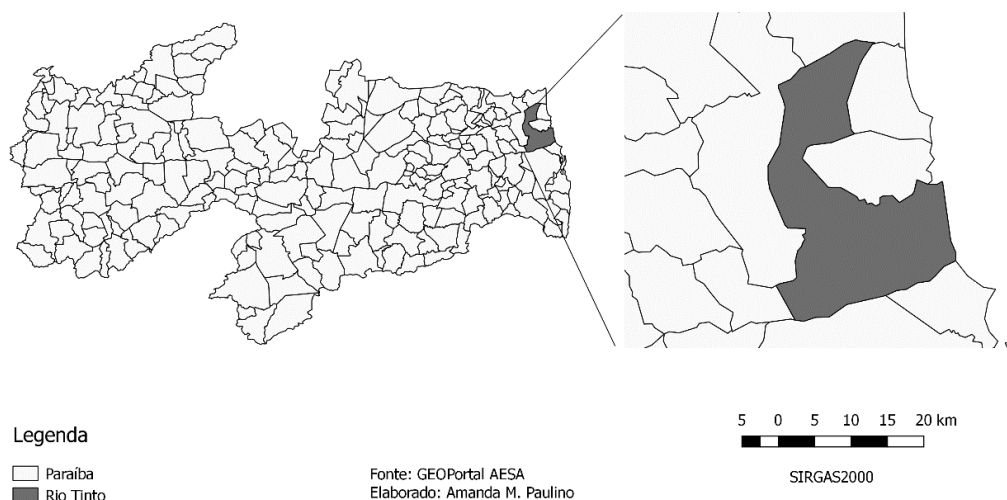


Figura 01. Mapa de localização da Cidade de Rio Tinto

A área de estudo apresenta a classificação climática de Köppen para a região, destacando o tipo climático As' , caracterizado por ser quente e úmido, de estação seca no verão e chuvosa no inverno. Além disso, vale destacar que as temperaturas médias anuais da cidade variam entre $25,2^{\circ}\text{C}$ e $26,5^{\circ}\text{C}$. As maiores médias de temperaturas anuais são concentradas entre os meses de dezembro e fevereiro. A temperatura máxima anual é de 34°C referente ao mês de janeiro. (MMA, 2003).

No que diz respeito ao regime pluviométrico, verifica-se que as chuvas de outono-inverno são provocadas pelos ciclones da Frente Polar Atlântica (MMA, 2003) e ocorrem apenas em determinadas épocas do ano. Dessa forma, verifica-se no município duas estações climáticas bem distintas: uma chuvosa e outra seca. Tais condições climáticas, influenciam diretamente no Índice de Conforto Térmico dos ambientes de ensino e pesquisa monitorados.

DEFINIÇÕES DAS AMOSTRAS EXPERIMENTAIS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa, inicialmente foi feito o levantamento bibliográfico e documental a respeito da temática em questão. Posteriormente foram definidas duas amostras experimentais (02 laboratórios de ensino e pesquisa: Laboratório de Volumes do curso de Design e o Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento do

C
S

curso de Ecologia) para a realização do monitoramento das condições de conforto térmico ambiental. A escolha das duas amostras experimentais ocorreu em função dos padrões arquitetônicos característicos das construções do Campus que não foram norteados pelos princípios da arquitetura bioclimática. Além disso, tais laboratórios atendem diversos alunos dos cursos de ecologia e design e não apresentam sistemas de refrigeração (ar condicionados). A limitação do número dos sensores de medições e a segurança dos mesmos (Figura 02 - termohigromêtros) também foi um fator definidor da possibilidade de monitorar outros ambientes. Tal lacuna pode ser preenchida com a continuidade de outros estudos.

Nesses pontos de experimentos foram coletados dados de temperatura e umidade relativa do ar de forma simultânea e ininterrupta durante os meses de fevereiro a março no horário das aulas. As medições de temperatura e umidade relativa do ar foram realizadas durante intervalos horários de 1 hora.

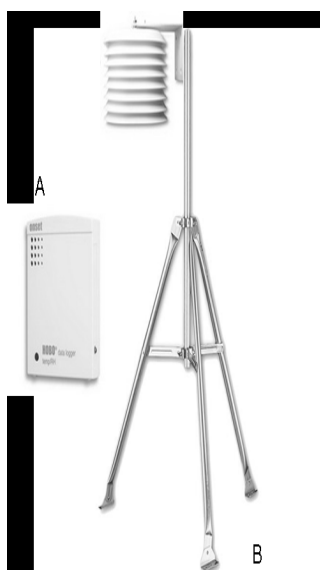


Figura 02. A) Termo higrômetro (Hobo U—10). B) Tripés de aço.

Fonte: <https://www.vectus.com.br/hobo>.

Para a avaliação das condições de conforto térmico dos ambientes monitorados foi utilizado o índice de Thom com suas faixas térmicas adaptadas por Santos (2011). O IDT oferece uma medida razoável do grau de desconforto para várias combinações de temperatura e umidade relativa do ar, expresso em graus Celsius, e pode ser obtido pela seguinte equação:

C
S

Equação (1) $IDT = T - (0,55 - 0,0055 UR) \cdot (T - 14,5)$.

Sendo:

T é a temperatura do ar (°C);

UR é a umidade relativa do ar (%).

O IDT foi classificado nas faixas exibidas na tabela abaixo:

Tabela 01. Faixa de classificação do índice de desconforto de Santos (2011) (IDT).

Faixas	IDT (° C)	Nível de desconforto térmico
1	$IDT < 24,0$	Confortável
2	$24 \leq IDT \leq 26,0$	Parcialmente confortável
3	$26 < IDT < 28,0$	Desconfortável
4	$IDT \geq 28,0$	Muito desconfortável

Fonte : Santos (2011)

Posteriormente, os dados foram tratados através de estatística simples e descritiva e os dados organizados em gráficos e tabelas para interpretação levando em consideração todo o cabedal teórico de suporte da pesquisa.

Também foi feito a análise descritiva dos padrões arquitetônicos e materiais de construções de cada laboratório investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS LABORATÓRIOS MONITORADOS.

Para a realização da avaliação do IDT foram definidos dois (02) pontos experimentais localizados na Universidade Federal da Paraíba (CAMPUS IV) em Rio Tinto (PB), a saber:

C

S

- Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento (LCG).

Este laboratório se localiza na Universidade Federal da Paraíba – Campus IV e atende os alunos do curso de Bacharelado em Ecologia.

Na Figura 03, é possível observar o ambiente interno do laboratório de LCG. O laboratório foi construído sem levar em consideração os princípios da arquitetura bioclimática.



Figura 03. Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento (LCG).

- Laboratório de Volumes (Design)

Esse Laboratório atende os alunos do curso de Design onde são realizadas aulas teóricas e práticas com trabalhos manuais. O laboratório também foi construído sem levar em consideração os princípios da arquitetura bioclimática. Na Figura 04, verifica-se a imagem do laboratório de volumes.



Figura 04. Laboratório de Volumes (Design)

AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE CONFORTO TÉRMICO

De acordo com Heywood (2012), muitos fatores influenciam a sensação do conforto humano. Fatores relacionados a temperatura do ar, umidade e velocidade dos ventos, bem como, o formato do corpo humano, o gênero, as vestimentas e o tipo de atividade a ser executadas interferem diretamente na sensação térmica das pessoas.

C
S

Avaliação do Índice de conforto térmico do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento

Na tabela 02 abaixo, verifica-se que para cada semana de monitoramento foi observado um dia que apresentou as maiores temperaturas que contribuiu para o índice de desconto térmico no Laboratório apresentarem faixas mais elevadas.

SM 1					SM 2					SM 3				
21.03	T	U	IDT		03.04	T	U	IDT		10.04	T	U	IDT	
0 hrs	32,3	64,4	28,7	MT.DESC	0 hrs	30,2	69,5	27,5	DESC.	0 hrs	30,5	63,9	27,3	DESC.
1 hrs	31,9	65,7	28,6	MT.DESC	1 hrs	29,8	70,1	27,2	DESC.	1 hrs	29,9	64,8	26,9	DESC.
2 hrs	31,6	66,2	28,4	MT.DESC	2 hrs	29,4	71,2	27,0	DESC.	2 hrs	29,5	65,5	26,6	DESC.
3 hrs	31,3	66,7	28,4	MT.DESC	3 hrs	29,0	72,2	26,7	DESC.	3 hrs	29,0	66,3	26,3	DESC.
4 hrs	30,9	66,6	28	MT.DESC	4 hrs	28,7	73,3	26,6	DESC.	4 hrs	28,7	67,0	26,1	DESC.
5 hrs	30,6	66,9	27,7	DESC.	5 hrs	28,6	73,7	26,5	DESC.	5 hrs	28,3	67,9	25,8	PAR.COM
6 hrs	30,4	66,8	27,5	DESC.	6 hrs	28,4	74,4	26,4	DESC.	6 hrs	28,1	68,2	25,7	PAR.COM
7 hrs	30,7	67,1	27,8	DESC.	7 hrs	28,9	73,0	26,7	DESC.	7 hrs	28,5	68,1	26	PAR.COM
8 hrs	30,8	67,2	27,9	DESC.	8 hrs	28,9	79,0	27,2	DESC.	8 hrs	28,6	75,1	26,6	DESC.
9 hrs	31,1	67	28,1	MT.DESC	9 hrs	29,9	72,3	27,5	DESC.	9 hrs	29,4	71,4	27	DESC.
10 hrs	31,5	66	28,3	MT.DESC	10 hrs	30,8	66,8	27,8	DESC.	10 hrs	30,3	64,2	27,2	DESC.
11 hrs	32	64,6	27,8	DESC.	11 hrs	31,6	61,2	27,9	DESC.	11 hrs	31,1	62,7	27,7	DESC.
12 hrs	32,5	62,7	28,8	MT.DESC	12 hrs	32,0	62,5	28,4	MT.DESC	12 hrs	31,8	58,9	27,9	DESC.
1 hrs	32,9	61,1	29	MT.DESC	1 hrs	32,1	60,9	28,3	MT.DESC	1 hrs	32,0	53,9	27,6	DESC.
2 hrs	33,4	59,2	29,2	MT.DESC	2 hrs	32,3	60,0	28,4	MT.DESC	2 hrs	32,3	50,2	27,4	DESC.
3 hrs	33,5	57,4	29	MT.DESC	3 hrs	32,3	60,0	28,4	MT.DESC	3 hrs	32,6	46,8	27,3	DESC.
4 hrs	33,5	57,7	29,1	MT.DESC	4 hrs	32,5	62,3	28,8	MT.DESC	4 hrs	32,7	50,4	27,7	DESC.
5 hrs	34	57,7	29,5	MT.DESC	5 hrs	33,1	62,3	29,3	MT.DESC	5 hrs	33,6	51,9	28,6	MT.DESC
6 hrs	34,4	57,2	29,7	MT.DESC	6 hrs	33,3	61,9	29,4	MT.DESC	6 hrs	34,0	53,1	28,9	MT.DESC
7 hrs	34,3	58,5	29,8	MT.DESC	7 hrs	33,0	62,5	29,2	MT.DESC	7 hrs	33,6	54,8	28,9	MT.DESC
8 hrs	33,8	59,9	29,5	MT.DESC	8 hrs	32,6	64,1	29	MT.DESC	8 hrs	33,2	56,5	28,7	MT.DESC
9 hrs	33,3	61,5	29,3	MT.DESC	9 hrs	32,0	64,4	28,6	MT.DESC	9 hrs	32,7	57,8	28,5	MT.DESC
10 hrs	32,9	62,6	29,1	MT.DESC	10 hrs	31,5	64,0	28,1	MT.DESC	10 hrs	32,1	58,9	28,1	MT.DESC
11 hrs	32,5	63,7	28,9	MT.DESC	11 hrs	30,9	65,7	27,8	MT.DESC	11 hrs	31,6	59,8	27,8	DESC.

SM 4					SM 5				
17.04	T	U	IDT		18.04	T	U	IDT	
0 hrs	31,1	62,6	27,7	DESC.	0 hrs	30,8	65,7	27,7	DESC.
1 hrs	30,5	63,7	27,3	DESC.	1 hrs	30,4	66,6	27,4	DESC.
2 hrs	30,1	64,6	27	DESC.	2 hrs	30,1	67,2	27,2	DESC.
3 hrs	29,6	65,2	26,7	DESC.	3 hrs	29,8	67,5	27	DESC.
4 hrs	29,3	66,0	26,5	DESC.	4 hrs	29,5	67,8	26,8	DESC.
5 hrs	28,9	66,7	26,2	DESC.	5 hrs	29,2	68,0	26,6	DESC.
6 hrs	28,8	66,9	26,2	DESC.	6 hrs	29,1	67,6	26,5	DESC.
7 hrs	29,1	67,3	26,4	DESC.	7 hrs	29,4	67,4	26,7	DESC.
8 hrs	29,1	73,9	27	DESC.	8 hrs	29,3	70,5	26,9	DESC.
9 hrs	29,7	73,2	27,4	DESC.	9 hrs	29,9	70,1	27,3	DESC.
10 hrs	30,6	66,3	27,6	DESC.	10 hrs	30,7	66,1	27,6	DESC.
11 hrs	31,0	66,0	27,9	DESC.	11 hrs	31,5	65,2	28,2	MT.DESC
12 hrs	31,7	62,1	28,1	MT.DESC	12 hrs	31,6	62,5	28,1	MT.DESC
1 hrs	31,9	63,0	28,3	MT.DESC	1 hrs	32,0	63,5	28,5	MT.DESC
2 hrs	32,3	61,1	28,5	MT.DESC	2 hrs	32,2	60,9	28,4	MT.DESC
3 hrs	32,0	57,1	27,9	DESC.	3 hrs	32,5	59,8	28,5	MT.DESC
4 hrs	32,3	58,6	28,2	MT.DESC	4 hrs	32,7	59,5	28,7	MT.DESC
5 hrs	32,1	59,8	28,2	MT.DESC	5 hrs	33,0	56,7	28,6	MT.DESC
6 hrs	32,7	59,1	28,6	MT.DESC	6 hrs	33,6	56,3	29	MT.DESC
7 hrs	32,5	60,3	28,6	MT.DESC	7 hrs	33,3	57,7	28,9	MT.DESC
8 hrs	32,3	62,0	28,6	MT.DESC	8 hrs	33,0	59,2	28,9	MT.DESC
9 hrs	32,0	62,9	28,4	MT.DESC	9 hrs	32,6	60,3	28,6	MT.DESC
10 hrs	31,6	63,8	28,2	MT.DESC	10 hrs	32,1	61,2	28,3	MT.DESC
11 hrs	31,2	64,6	27,9	DESC.	11 hrs	31,6	62,2	28	MT.DESC

Tabela 02. Tabelas de classificação do comportamento em horas do dia mais quente de casa semana que corresponde as captações do LCG.

Na tabela, verifica-se o dia mais quente das semanas 01, 02, 04 e 05 onde o IDT oscilou entre desconfortável e muito desconfortável especialmente no período da tarde onde ainda ocorrem atividades no Laboratório. Observou-se também, que durante todo o dia não foi obtido nenhum IDT nas condições confortável, e que todos os IDTs, estiveram acima de 26°C graus. No dia mais quente da primeira semana de monitoramento, verificou que o IDT variou entre desconfortável e muito desconfortável, o que é bastante preocupante. O IDT mais baixo foi de 27,7°C às 5:00 horas da manhã e o maior foi de 29,8°C às 7:00 horas da noite, tendo assim, amplitude térmica em termos de conforto de 2,1°C. Os materiais de construção influenciaram as temperaturas dos ambientes internos, pois, durante o dia recebem e absorvem calor e durante a noite liberam o calor absorvido.

A arquitetura deve servir ao homem e ao seu conforto, e isso inclui seu conforto térmico. O homem tem melhores condições de vida e de saúde quando seu organismo pode funcionar sem ser submetido à fadiga ou estresse, inclusive térmico (FROTA, 2003). Infelizmente não foi isso que se verificou no monitoramento do LCG.

A falta de ventilação adequada, os materiais de construção, as cores das paredes e a umidade excessiva nos ambientes, são fatores que conjugados podem alterar as condições de conforto térmico. E como consequência disso, o processo de ensino e aprendizagem nesses ambientes podem ser afetados, bem como, as saúdes dos

C
S

estudantes e professores que frequentam diariamente esses ambientes. Psicologicamente esses ambientes também provocam apatia e desinteresse pelo trabalho. Essas situações são extremamente desfavoráveis num ambiente escolar/ensino (KOVALTOWSKI, 2011).

Avaliação do conforto térmico do Laboratório de Volumes

O segundo ponto selecionado para monitoramento foi o laboratório de Volumes do curso de Design. Na tabela 03 abaixo, verifica-se que para cada semana de monitoramento foi observado um dia que apresentou as piores temperaturas e contribuiu para o índice de desconto térmico apresentarem faixas mais elevadas.

SM 1				SM 2				SM 3			
24.03	T	U	IDT	03.04	T	U	IDT	07.04	T	U	IDT
12 hrs	30,5	75,4	28,4	12 hrs	28,8	82,7	27,4	12 hrs	29,6	81,1	28
1 hrs	30,4	75,9	28,3	1 hrs	28,7	82,7	27,3	1 hrs	29,5	80,7	27,9
2 hrs	30,2	75,9	28,1	2 hrs	28,5	82,7	27,2	2 hrs	29,3	80,7	27,7
3 hrs	30	76	28	3 hrs	28,4	83,2	27,1	3 hrs	29,1	80,4	27,5
4 hrs	29,8	76,2	27,8	4 hrs	28,3	84,1	27,1	4 hrs	29	80,7	27,4
5 hrs	29,6	76,8	27,7	5 hrs	28,2	84,5	27	5 hrs	28,8	80,4	27,2
6 hrs	29,5	77,7	27,7	6 hrs	28,1	85,5	27	6 hrs	28,7	80,7	27,2
7 hrs	29,5	79,3	27,8	7 hrs	28,1	85,5	27	7 hrs	28,6	82,3	27,2
8 hrs	29,5	80,3	27,9	8 hrs	28,1	85,5	27	8 hrs	28,6	83,2	27,3
9 hrs	29,5	80,7	27,9	9 hrs	28,2	86,2	27,2	9 hrs	28,7	83,6	27,4
10 hrs	29,6	80	27,9	10 hrs	28,4	85,1	27,3	10 hrs	28,8	83,6	27,5
11 hrs	29,8	80	28,1	11 hrs	28,7	83,5	27,4	11 hrs	29	83,2	27,6
12 hrs	30,1	80,7	28,4	12 hrs	29,1	82,7	27,7	12 hrs	29,3	84,1	28
1 hrs	30,5	78,6	28,6	1 hrs	29,5	83,5	24,5	1 hrs	29,7	83,6	28,3
2 hrs	30,9	77,6	28,9	2 hrs	29,9	82,7	28,4	2 hrs	30,1	81,4	28,5
3 hrs	31,2	75,8	29	3 hrs	30,2	80,7	28,5	3 hrs	30,5	80,6	28,8
4 hrs	31,5	75,3	29,2	4 hrs	30,5	80,3	28,8	4 hrs	30,7	78,9	28,8
5 hrs	31,6	74,5	29,2	5 hrs	30,7	80,3	28,9	5 hrs	30,8	78,5	28,8
6 hrs	31,7	75,8	29,4	6 hrs	30,7	80,5	29,0	6 hrs	30,8	78,9	28,9
7 hrs	31,6	76,1	28,5	7 hrs	30,7	80,5	29,0	7 hrs	30,7	79,5	28,8
8 hrs	31,4	75,3	29,1	8 hrs	30,6	79,9	28,8	8 hrs	30,6	79,2	28,7
9 hrs	31,3	75,6	29	9 hrs	30,2	81	28,5	9 hrs	30,4	79,2	28,5
10 hrs	31,1	75,9	28,9	10 hrs	30,0	79,5	28,0	10 hrs	30,3	78,9	28,4
11 hrs	30,8	75,9	28,6	11 hrs	29,8	79,3	28,1	11 hrs	30,1	78,6	28,2

C

S

SM 4				SM 5					
17.04	T	U	IDT	18.04	T	U	IDT		
12 hrs	29,6	75,5	27,5	DESC	12 hrs	29,7	75,7	27,6	DESC
1 hrs	29,3	75,8	27,3	DESC	1 hrs	29,5	75,7	27,5	DESC
2 hrs	29,2	75,8	27,2	DESC	2 hrs	29,4	76,3	27,4	DESC
3 hrs	28,9	75,8	26,9	DESC	3 hrs	29,2	77,4	27,3	DESC
4 hrs	28,8	76,1	26,9	DESC	4 hrs	29,1	77,7	27,3	DESC
5 hrs	28,6	76,4	26,7	DESC	5 hrs	28,9	78,0	27,1	DESC
6 hrs	28,4	76,9	26,6	DESC	6 hrs	28,8	78,0	27	DESC
7 hrs	28,4	79,0	26,8	DESC	7 hrs	28,8	79,3	27,1	DESC
8 hrs	28,5	80,0	26,9	DESC	8 hrs	28,8	80,0	27,2	DESC
9 hrs	28,8	81,9	27,3	DESC	9 hrs	28,9	80,7	27,3	DESC
10 hrs	29,3	81,1	27,7	DESC	10 hrs	28,9	82,3	27,5	DESC
11 hrs	29,4	81,9	27,9	DESC	11 hrs	29,1	84,1	27,8	DESC
12 hrs	30,0	79,2	28,2	MT. DESC	12 hrs	29,4	84,1	28,1	MT. DESC
1 hrs	30,4	77,6	28,4	MT. DESC	1 hrs	29,8	82,7	28,3	MT. DESC
2 hrs	30,6	75,9	28,4	MT. DESC	2 hrs	30,1	80,7	28,4	MT. DESC
3 hrs	30,8	72,8	28,3	MT. DESC	3 hrs	30,4	80,3	28,6	MT. DESC
4 hrs	31,1	73,0	28,6	MT. DESC	4 hrs	30,6	80,3	28,8	MT. DESC
5 hrs	31,0	73,4	28,6	MT. DESC	5 hrs	30,8	79,9	29	MT. DESC
6 hrs	31,0	75,1	28,7	MT. DESC	6 hrs	30,7	79,2	28,8	MT. DESC
7 hrs	31,0	76,1	28,8	MT. DESC	7 hrs	30,7	79,9	28,9	MT. DESC
8 hrs	30,6	78,1	28,6	MT. DESC	8 hrs	30,5	79,6	28,7	MT. DESC
9 hrs	30,1	78,9	28,2	MT. DESC	9 hrs	30,4	78,9	28,5	MT. DESC
10 hrs	29,9	79,3	28,1	MT. DESC	10 hrs	30,2	79,2	28,4	MT. DESC
11 hrs	29,9	78,0	28	MT. DESC	11 hrs	30,1	79,2	28,3	MT. DESC

Tabela 03. Tabelas de classificação do comportamento em horas do dia mais quente de casa semana que corresponde as captações do Laboratório de Design.

De acordo com a primeira semana de monitoramento e seu dia mais quente, pode-se observar que nenhum IDT apresentou a faixa confortável. O menor IDT foi de 27,7°C nos horários entre 05:00 e 06:00 horas da manhã estando na faixa de desconfortável. Já o maior IDT foi de 29,4°C às 6 horas da noite, sendo classificado como muito desconfortável. Com isso, verificou-se uma amplitude térmica de 1,7°C. Mais uma vez os dados se mostram preocupantes em relação ao conforto térmico dos alunos nas referidas faixas de classificações do IDT, demonstrando que o IDT durante todo o dia apresenta faixas de desconforto térmico no horário letivo das atividades que ocorrem no laboratório, o que pode comprometer as atividades de ensino e pesquisa dos docentes, discentes e técnicos.

Conforme afirma Corgnati et al, (2007) a qualidade ambiental interna afeta não só a saúde e o conforto, mas também a produtividade dos ocupantes, por isso influencia fortemente a qualidade geral dos ambientes de trabalho e educação e

repercute nos custos de produção e nos custos sociais. Em particular, as escolas são uma categoria de edifícios em que um elevado nível de qualidade ambiental pode melhorar consideravelmente a atenção dos ocupantes, concentração, aprendizagem, audição e performances.

Frota (2003), afirma que, a arquitetura, como uma de suas funções, deve oferecer condições térmicas compatíveis ao conforto térmico humano no interior dos edifícios, sejam quais forem as condições climáticas externas. Infelizmente tais condições não ocorreram nos dois laboratórios investigados.

Na verdade, pôde-se verificar que os dois laboratórios apresentam condições de desconforto térmico ao longo do dia, com diversos IDTs oscilando entre as faixas desconfortável e muito desconfortável. Ou seja, não existem condições de conforto térmico nesses ambientes de ensino durante os horários letivos, o que pode comprometer as atividades laborais e a qualidade de vida de docentes, discentes e técnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Os laboratórios apresentaram temperaturas elevadas durante o período monitorado com consequências diretas no Índice de Desconforto Térmico. Nos dois laboratórios investigados, o IDT variou na maioria dos casos entre desconfortável a muito desconfortável;
- Os maiores IDTs (muito desconfortável) ocorreram sempre no período da tarde. Mesmo assim, o período da manhã apresentou IDT desconfortável para ambos os laboratórios investigados. Tais horários coincidem com as atividades de pesquisa e ensino nesses ambientes;
- O LCG apresentou IDT variando de parcialmente confortável a muito desconfortável. A maior média de IDT encontrado foi de 29,8°C e o menor IDT foi de 25,7°C, tendo como amplitude térmica 4,1°C. Isso deixa a amostra experimental em situação crítica para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. Tais condições de desconforto térmico estão relacionados aos materiais de construção do laboratório e ao seu projeto arquitetônico que não leva em consideração os princípios bioclimáticos da região;
- O laboratório de Volumes (Design), também apresentou IDT muito desconfortável, especialmente no período da tarde. O maior IDT registrado foi de 29,4°C considerado muito desconfortável. Tais condições de desconforto térmico estão relacionados aos materiais de construção do laboratório e ao seu projeto arquitetônico que não leva

C

S

em consideração os princípios da arquitetura bioclimática;

- Os laboratórios constituem um dos principais ambientes de ensino e pesquisa da UFPB/Campus IV. É um lugar onde os alunos passam boa parte do seu dia estudando e pesquisando com seus orientadores. A adequação desses ambientes aos princípios da arquitetura bioclimática local é de grande importância para a melhoria e o bom desempenho dos alunos, tendo em vista, que ambientes insalubres comprometem as atividades laborais e a saúde de todos;
- O conhecimento do microclima é fundamental e básico para o planejamento e manutenção desses laboratórios. Os projetos de arquitetura devem levar em consideração o clima da região.

REFERÊNCIAS

CORGNATI, S.; ANSALDI, R.; FILIPPI, M. **Subjective and Measured Thermal Comfort**. Department of Energy (DENER), Politecnico di Torino, Torino, Italy, 2007.

FROTA, A. B. **Manual de Conforto Térmico: Arquitetura, Urbanismo**. Sueli Ramos Schiffer. 7. ed. – Studio Nobel. São Paulo, 2003.

HEYWOOD, H. **101 Regras básicas para uma arquitetura de baixo consumo energético**. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). Câmara Brasileira do livro. São Paulo - SP, Brasil, 2012.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 272 p.

LACERDA, J. M. F. **Uso do geoprocessamento na expansão urbana: o caso das comunidades subnormais do município de Rio Tinto**. III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Recife – PE, p.11-16, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA); **Plano de Manejo da Reserva Biológica Guaribas**, 2003.

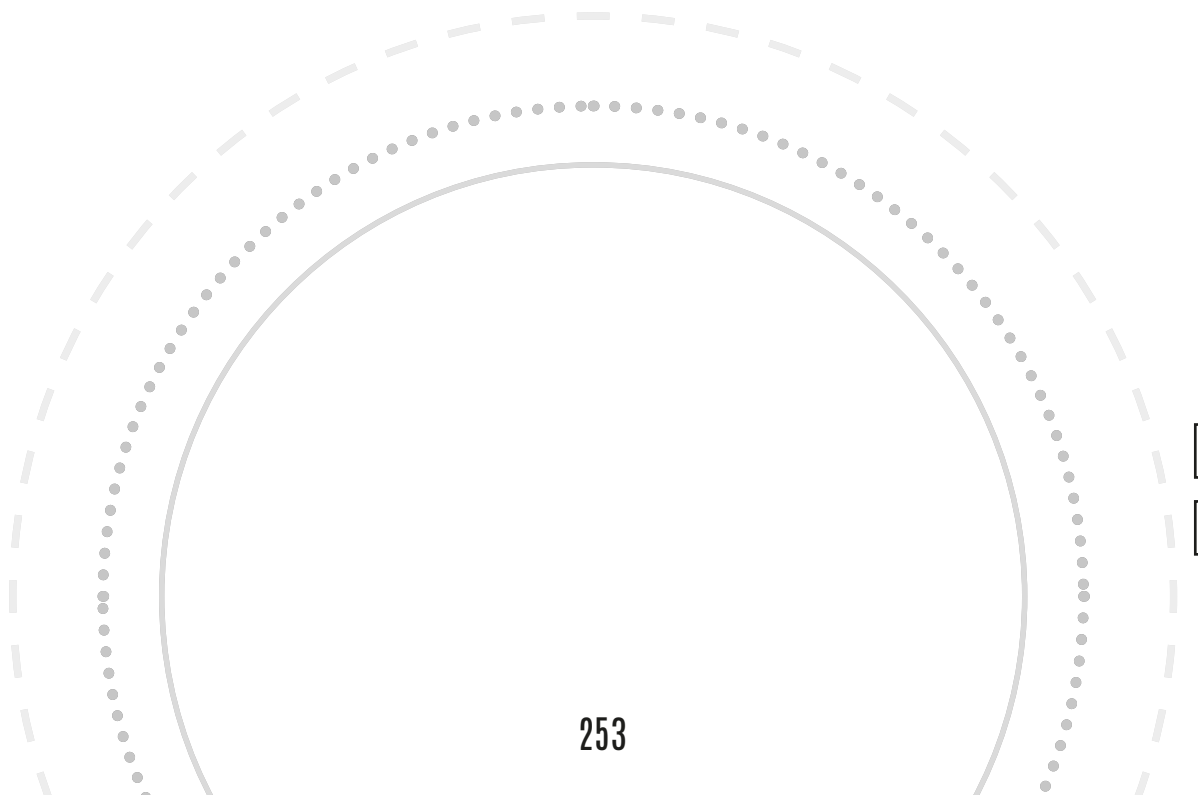
SANTOS, G. R.; DE SIQUEIRA, M.Y.; DE OLIVEIRA, A B.; VIEIRA; G. R. A. Inadequação ergonômica e desconforto das salas de aula em instituição de Ensino Superior do Recife-PE. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Recife, v. 21, n. 1, p. 19-28, 2017.

SANTOS, J. S. **Campo térmico urbano e a sua relação com o uso e cobertura do solo em uma cidade tropical úmida**. Campina Grande: UFCG. 2011. 108 f. Tese (Doutorado em recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

C

S

STRAUB, K. W.; LEÃO, E. F. B.; KUCHEN, E.; LEÃO, M. **Determinação da temperatura de neutralidade em salas de aula do ensino superior para as zonas bioclimáticas do estado de Mato Grosso.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 97-109, jan./mar. 2017.





ANTROPOLOGIA, IMAGEM E AÇÃO

Glauco F. Machado⁹⁷

João Vitor Velame⁹⁸

José Muniz Falcão Neto⁹⁹

Oswaldo Giovannini Junior¹⁰⁰

Rafaella Sualdini¹⁰¹

INTRODUÇÃO: QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS

O AVAEDOC (Antropologia Visual, Arte, Etnografia e Documentário¹⁰²), grupo de pesquisa cadastrado no diretório do CNPq desde 2009, é coordenado por João Martinho Braga de Mendonça e Oswaldo Giovannini Junior e composto por estudantes de graduação e pós graduação em Antropologia. Espera-se desenvolver reflexões e pesquisas etnográficas que contribuam ao delineamento crítico das possibilidades de constituição da Antropologia Visual num diálogo permanente com o campo das Artes (iconografia, iconologia, patrimônio imaterial, música, fotografia, cinema, vídeo, etc.) e da Comunicação (semiótica, semiologia, teoria das redes, etc.). Propõe-se realizar pesquisas etnográficas inicialmente na região dos municípios de Mamanguape e de Rio Tinto, nas áreas indígenas e não indígenas, com utilização de imagens como forma de investigação antropológica e/ou etnológica, conhecimento reflexivo e expressão artística das realidades locais abordadas. Em médio prazo, como resultados das pesquisas empreendidas, espera-se desenvolver a produção de filmes etnográficos e de outros materiais imagéticos.

Nós, que dele participamos, trabalhamos com ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal da Paraíba. Nossa sede está no Laboratório de Antropologia Visual - ARANDU, que fica no Campus IV da UFPB, no município de Rio Tinto, Litoral Norte do estado

97 Doutorando – glaucomachadofotografia@gmail.com

98 Graduando – joaovictorvelame@gmail.com

99 Mestrado – muniz-cobain@hotmail.com

100 Doutorado – oswaldo.giovanninijr@gmail.com

101 Graduanda – rafasualdini1@gmail.com

102 Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual, Artes, Etnografia e Documentário. Sítio Eletrônico: <<https://avaedoc.wordpress.com/>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

da Paraíba, região do Vale do Rio Mamanguape. Estamos comprometidos com a investigação antropológica, com ênfase no uso das imagens como recurso heurístico e de comunicação, alinhados à proposta pedagógica do curso, que inclui a Antropologia Visual em sua grade curricular de ensino, através de diferentes componentes obrigatórios e optativos.

Nossa gente é de estudantes e professores do curso de antropologia de Rio Tinto e muitos outros parceiros, professores e estudantes de outros cursos ou outras instituições, técnicos administrativos, cidadãos da comunidade, trabalhadores da limpeza, interlocutores de vários lugares e de várias vivências culturais. Trabalhamos com criação coletiva e colaborativa, horizontal e participativa, sob a perspectiva do desenvolvimento crítico de uma Antropologia Compartilhada.

Nossos encontros acontecem quinzenalmente (todas as 1ª e 3ª quinta-feira de cada mês) na sala de exibição do laboratório, quase sempre entre 14 e 17 horas. Nossas atividades estão registradas em nosso sítio eletrônico <<https://avaedoc.blog/>>, através do qual é possível ter acesso ao histórico de nossas reuniões e encontros, pesquisas, projetos de extensão, atividades de ensino e outras. Fazer esse histórico e expor nossas atividades de pesquisa, ensino e extensão é um jeito de mostrar um pouco das ideias e desejos que já surgiram nessa caminhada. Trabalhando em torno de projetos fílmicos, fotográficos, hipermediáticos, de desenhos e outras visualidades envolvidas na pesquisa etnográfica, debatemos questões relativas à teoria antropológica, suas metodologias e técnicas de pesquisa, experimentações com outras linguagens visuais e articulação com projetos de extensão voltados para a comunidade com o intuito de tornar a produção acadêmica não só acessível, mas também instrumento de transformação social e emancipação cidadã.

Temos o sonho de contribuir para que ciências e artes sejam mais libertárias e acessíveis, abrindo caminhos para a cidadania se fazer mais abrangente e plural. Atualmente, mantemos duas linhas de pesquisa ativas, voltadas principalmente para a produção de conhecimento com as mais diversas pessoas e grupos étnicos que habitam, principalmente, no Vale do Mamanguape. Essas linhas estão denominadas como: “Cultura popular e imagens” e “Acervos, memórias e imagens”. Na perspectiva de integração entre graduação e pós-graduação, mantemos também diálogos e conexões dentro da linha de pesquisa “Imagens, patrimônios, artes e performances” junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB.

A PESQUISA EM ANTROPOLOGIA VISUAL TEM HISTÓRIA

Uma de nossas inspirações para a concretização de pesquisas em antropologia visual e realização de documentários etnográficos repousa na história da produção

audiovisual da Paraíba. Há muito, a Paraíba tem se destacado nacionalmente na produção de documentários, pelo menos desde o filme “Aruanda”, de Linduarte Noronha, lançado em 1970. Em 1979, uma parceria entre a UFPB e o antropólogo e cineasta Jean Rouch trouxe para João Pessoa as oficinas Varán, fato importante para a formação de novos documentaristas no estado e que cravou forte influência na produção local. Hoje os cineastas paraibanos se destacam nacionalmente tanto na produção de documentários como de longas de ficção, fazendo-se presentes em diversos festivais e nas telas de cinema pelo país. Parte dessa história foi influência importante para a criação no Campus IV de um bacharelado em Antropologia Visual e, conseqüentemente, do Laboratório Arandu. Para nós do AVAEDOC, essa história serve de inspiração. Entretanto, para além da inspiração, a obra de Jean Rouch, assim como outros antropólogos da escola francesa, como Claudine de France, são referência em termos de conceitos e métodos para a pesquisa etnográfica com imagens.

Durante esses anos de construção e integração do grupo de pesquisa, realizamos algumas parcerias importantes para a nossa inserção na rede de núcleos, grupos de pesquisas e laboratórios de antropologia visual do país. Realizamos encontros, mostras e grupos de trabalho em diversos eventos, simpósios e congressos em nível nacional e internacional, integramos a lista da CAV/ABA (Comitê de Antropologia Visual – Associação Brasileira de Antropologia) e realizamos diversas mostras em João Pessoa e Rio Tinto, tais como: Mostra de Cinema Jean Rouch (2010), Mostra de Cinema Pierre Perrault (2012), Seminário “Cinema e experiência Varan” (2015), “Mostra e Colóquio Internacional de Cinema Varan” (2016) e Mostra Arandu de Filmes Etnográficos (2016, 2018 e 2020). Nessas realizações, firmamos parcerias com os principais grupos e núcleos, tais como: Balafon, associação cultural que trabalha com acervos, NUDOC, Núcleo de documentação cinematográfica da UFPB, NAVISUAL, Núcleo de Antropologia Visual e BIEV, Banco de imagens e efeitos visuais, da UFRGS. Com este último, que é um dos grupos de pesquisa na área de Antropologia Visual mais antigos do Brasil, sob a coordenação de Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, realizamos dois seminários (2011 e 2016) em Rio Tinto. O trabalho de pesquisa e a produção visual coordenado por estas duas antropólogas, bem como seus conceitos teóricos e metodológicos são referências importantes para nossas atividades. Eles serviram como base para despertar vocações e pesquisas. Em abril de 2017, alguns trabalhos desenvolvidos no AVAEDOC foram apresentados num seminário do NAVISUAL, na UFRGS, em Porto Alegre.

Vincent Carelli, cineasta e também fundador do Vídeo nas Aldeias, teve uma rápida participação em um dos projetos desenvolvidos pelo AVAEDOC, em 2012, quando concedeu uma entrevista acerca de seus trabalhos no início dos anos 1980 no Centro de Trabalho Indigenista, com imagens dos Potiguara da Baía da Traição. Posteriormente, ele e Ana Carvalho estiveram conosco na abertura da Mostra VARAN em Rio Tinto, ocorrida em abril de 2016. Em julho de 2017, Carelli solicitou o acesso a alguns itens (películas

C
S

super-8 e fitas High-8) do Fundo documental “José Humberto Nascimento” para uso no projeto “Adeus Capitão” (imagens dos índios Parakatejê do Pará), terceiro filme na linha inaugurada por “Corumbiara” e continuada com “Martírio”.

Para além de inspirações e parcerias nacionais e internacionais, nossas pesquisas estão inseridas na realidade local, atendendo a demandas da região e procurando conhecer sua realidade através da pesquisa audiovisual. Os filmes produzidos pelas pesquisas são exibidos rotineiramente nas comunidades e, por vezes, são produzidos de forma compartilhada, o que nos coloca em consonância com a concepção de interiorização e valorização regional que criou o Campus IV e o caracteriza. Nesse sentido, as pesquisas e produções realizadas pelo grupo formam um acervo significativo de imagens que está depositado no Arandu.

A formação de acervos imagéticos, sonoros e audiovisuais é uma das atividades de pesquisa que foi concebida, desde 2009, em função do projeto de implementação do nosso Laboratório de Antropologia Visual Arandu e das formações nas habilitações em antropologia visual e antropologia social, integradas no currículo do curso de Bacharelado em Antropologia. O uso dessas imagens no ensino, na pesquisa e na extensão está condicionado a uma política de uso e de gestão de imagens e itens do acervo (atualmente em atualização), a qual envolve o reconhecimento dos direitos autorais, dos direitos de imagem tanto quanto as possibilidades de gestão compartilhada dessas imagens juntamente com os sujeitos que constituem os assuntos retratados. O objetivo é reunir condições para viabilizar o acesso aos materiais e conhecimentos produzidos nas pesquisas, principalmente para estudantes e professores das comunidades do entorno (Rio Tinto e cidades da região do Vale do Mamanguape). O montante de material reunido ao longo de vários anos de pesquisas constitui um acervo importante, com imagens históricas (em vídeo, cinema e fotografia) que contemplam dimensões variadas da vida dos habitantes da região, da Paraíba e mesmo de outras partes do Brasil e do mundo. São cenas do cotidiano e das famílias, das festas e manifestações da cultura e religiosidade popular, das manifestações culturais dos índios Potiguara etc.

A formação do acervo já contou com apoios do CNPq, da Petrobrás, do PIBIC/UFPB e do PROBEX/UFPB, através de projetos que são concebidos e desenvolvidos por docentes pesquisadores com participação de estudantes do curso de antropologia. Os fundos documentais intitulados “Cine PB Memória-Super 8”, “José Humberto Nascimento” (Tiurê), “GT indígena SEAMPO/UFPB”, “Secretaria municipal de cultura de RT” e “Hildebrando Domingos” são alguns dos exemplos de materiais que reunimos para pesquisar e armazenar (digitalizar quando é o caso) para futuras pesquisas e disponibilização às comunidades locais interessadas.

C

S

FORMAÇÃO DE ANTROPÓLOGOS CINEASTAS

Na relação entre ensino, pesquisa e extensão, almejada pela universidade e possibilitada pela convivência acadêmica, temos procurado realizar breves etnografias visuais. Pequenas experiências de campo junto com alunos de graduação, realizando vivências, pesquisas e ações com pessoas e comunidades, tendo como instrumento primordial o registro fílmico.

A pergunta central que temos feitos no curso e que orienta os programas das disciplinas é: “como ensinar a escrever textos imagéticos”, “como criar textos com imagens que sejam antropológicos” (RIAL, 2014, p. 11)? Afinal, como ensinar antropologia visual ou, sendo mais específico, como ensinar a fazer filmes etnográficos, principalmente se existe uma diversidade de práticas e de propostas metodológicas de abordagem, descrições e narrativas no campo da história do filme etnográfico na antropologia. Cine-transe, cinema direto, cinema verdade, cinema observacional, cinema compartilhado, etnobiografia, etnoficção, cinema intertextual etc. Complementar a este desafio, temos ainda a chegada de estudantes que não trazem repertórios nem práticas fílmicas, mas que trazem com eles a prática cotidiana de produção de imagens e sua projeção em redes sociais, vindos de um tempo contraditório, sem conhecimento em torno de como elaborar projetos cinematográficos, mas inseridos em uma sociedade na qual “as imagens correm como água na torneira” (RIAL, 2014, p. 15).

Nosso desafio tem sido aquilo que Jean Rouch chamou de “dupla formação”, a qual garantiria habilidades tanto como antropólogo quanto cineasta (FREIRE, 2018). Desafio não só de formar o estudante nestas duas competências e habilidades, mas aperfeiçoar a nós mesmos, já que também somos fruto de uma formação deficiente na área do audiovisual e da produção de filmes. Somos antropólogos e não somos cineastas, mas esforçamo-nos no autodidatismo para aprender a sê-lo por nossa própria conta.

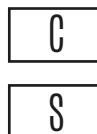
Sabemos que uma pedagogia expositiva, predominante nas universidades, especialmente nos cursos de Antropologia e Ciências Sociais, é insuficiente para o aprendizado do fazer fílmico (FERRAZ, 2014). Precisamos construir uma pedagogia que trabalhe com a experiência e não apenas com a informação. Isso não quer dizer que fazer mais e mais práticas garante tal aprendizado, mas precisamos de atividades práticas ou teóricas que toquem o aluno, que façam acontecer algo novo nele, que o transforme. No dizer de Bondia, inspirado em Heidegger, uma experiência é algo “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. (BONDÍA, 2002, p. 22). Segundo o pedagogo e filósofo, estamos cercados de informações e informações não são experiências, são como antiexperiências. A ênfase contemporânea na informação atrapalha nossas possibilidades de experiências transformadoras: “O sujeito da informação sabe muitas coisas (...) cada

vez está melhor informado (...) o que consegue é que nada lhe aconteça” (idem, p. 22). Podemos ler um livro, assistir a uma aula, fazer uma viagem, visitar uma comunidade e dizer que sabemos mais, que temos mais informação, mas que nada nos tocou, nada nos aconteceu. É preciso que o encontro com o mundo, com as coisas e com as pessoas nos toque, nos perturbe e nos transforme para que aquele acontecimento seja, de fato, uma experiência significativa e, portanto, nos leve ao aprendizado. O sujeito da experiência é um sujeito exposto, submetido a algo que o acontece. O sujeito da experiência se define não pela sua atividade, mas pela sua:

passividade, pela sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura. Trata-se de uma passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial (BONDIA, 2002, p. 24).

Com essa abertura, essa disposição, o sujeito da experiência está aberto à sua própria transformação. Tal transformação tem sido levada a cabo pelas experiências que realizamos com os alunos do curso na realização prática dos filmes aliadas aos estudos teóricos, como aponta vários depoimentos. Os alunos que fazem seus filmes pela primeira vez transformam seus roteiros, suas ideias, sua visão de antropologia, se transformam e experimentam algo que os toca, muitas vezes profundamente, a ponto de dizerem que passaram a compreender o que é antropologia e etnografia naquele momento da filmagem e da edição. A experiência de criar um roteiro, imaginar como vai ser seu filme, elaborar um projeto cinematográfico e depois se deparar com o inesperado do campo de pesquisa e mudar, transformar o olhar e a pesquisa proposta tem sido de grande valia para o amadurecimento etnográfico e fílmico. Tal prática pedagógica está inserida tanto nas atividades internas dos grupos quanto nas atividades de ensino, extensão e pesquisa que delas decorrem. Dessa forma, os estudos proporcionados pelo grupo permitem uma ampliação e aprofundamento das ações na sala de aula e nos projetos individuais ou coletivos de pesquisa e de extensão.

Além de uma pedagogia da experiência, procuramos desenvolver um trabalho que favoreça uma experiência coletiva e colaborativa. Diferente do modelo tradicional das universidades pautado na produção individual, expressa especialmente nos trabalhos de conclusão de curso, procuramos valorizar a produção colaborativa entre os nossos pares. Fazer filmes e filmes de pesquisa requer colaboração, requer pessoas trabalhando em várias atividades, desde a operação de equipamentos (som, luz, câmera, gravador de áudio, edição etc.) até a troca de saberes e repertórios durante visualizações de imagens e elaboração de roteiros. Nossas dinâmicas de pesquisa fílmica procuram inspiração no trabalho colaborativo que, em linhas gerais, pode ser definido como



Uma metodologia de criação em que todos os integrantes, a partir de suas funções artísticas específicas têm igual espaço propositivo, trabalhando sem hierarquias – ou com hierarquias móveis, a depender do momento do processo – e produzindo uma obra cuja autoria é compartilhada por todos (ARAUJO, 2006, p. 127).

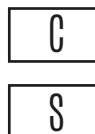
Esse esforço colaborativo ocorre na produção dos filmes etnográficos, sejam eles atividades de disciplina, sejam de TCC, pesquisa ou outros. Mesmo que um filme etnográfico esteja sendo realizado por uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas, outros participantes do Avaedoc são convidados a integrar e, de forma parcial, são considerados co-autores do filme ou de parte de seu processo de produção. Tal prática já nos é tão comum que nenhum filme é finalizado sem que haja pelo menos algum momento de partilha e composição coletiva.

A colaboração na pesquisa não se limita aos diversos pesquisadores envolvidos, amplia-se também àquelas e àqueles que são pesquisados, ou seja, às pessoas-personagens (GONÇALVES, 2012) que são pesquisadas-filmadas. Seguindo os ensinamentos de Jean Rouch, procuramos um diálogo horizontal e de partilha com as pessoas que pesquisamos através das imagens que delas realizamos, procurando realizar aquilo que ele chamou de “antropologia compartilhada” (ROUCH, 2011). Utilizando os métodos de vídeo-elicitación (BANKS, 2009), retornamos com uma seleção prévia de imagens para a visualização com essas pessoas e, a partir daí, assistindo juntos e ouvindo as diversas opiniões, criamos a oportunidade de ampliar nosso conhecimento sobre os eventos e as histórias de vida, assim como revemos nossos caminhos de montagem e edição, elaborando novos recortes e novas montagens até que o filme se torne algo consoante com o entendimento tanto de quem pesquisa quanto de quem é pesquisado. Exemplo disso foi o filme “Casa de Palha”, sobre o ritual da Jurema entre os índios Truká do sertão de Pernambuco. Ao retornar com o filme, as pessoas filmadas pediram para que fossem retiradas as imagens de incorporação de entidades nos rituais e assim o filme foi reeditado e transformou-se em nova narrativa.

RELATO DE DUAS ATIVIDADES DE DESTAQUE

DISCIPLINAS DE INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA VISUAL E TÉCNICAS E ESTÉTICAS DO AUDIOVISUAL

Dentro do Programa Pedagógico do Curso (PPC), temos algumas disciplinas vinculadas ao conhecimento e à produção da Antropologia Visual que permitem aos



discentes a aproximação com o vídeo e a fotografia¹⁰³. Contudo, daremos maior destaque à realização de pequenos filmes etnográficos que fazem parte do processo avaliativo dessas disciplinas.

Introdução à Antropologia Visual é a primeira disciplina a trabalhar com os autores clássicos da Antropologia Visual. Esta disciplina faz uma imersão nas produções de Robert Flaherty, Dziga Vertov, Jean Rouch, Judith & David MacDougall, Jorge Prellorán, entre outras e outros antropólogos/cineastas que formaram a história do filme etnográfico.

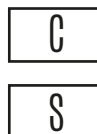
Após passarem por diversos textos com distintas perspectivas antropológicas de realização de filmes etnográficos, os discentes se comprometem a realizar pequenos curtas cujas pesquisas partem de diversos contextos culturais e sociais do Vale do Mamanguape. Os temas, que podem variar entre histórias de vida, rituais religiosos, trabalho, sempre tratam da cultura popular e étnica regional. Formam-se grupos de 3 a 5 pessoas que dividem entre si todas as etapas do processo de criação: elaboração de roteiro, pesquisa, gravação e roteiro de edição e montagem com auxílio do professor.

A dinâmica do trabalho é colaborativa, ou seja, todos participam de cada etapa, mesmo que algumas tarefas sejam divididas e que alguns se dediquem mais a uma delas do que a outra. Um aluno ou uma aluna que tem mais habilidade na escrita pode se dedicar mais ao roteiro enquanto outra ou outro com mais habilidade com o uso da câmera se dedica mais à gravação. No entanto, todos participam de alguma forma de todos os momentos. Assim, o estudante pode ter contato com todo o processo do fazer fílmico (geralmente fragmentado dentro da indústria audiovisual) e experimentar a parceria com a colega ou o colega, partilhando experiências, conhecimento e transformações intelectuais e emocionais que o trabalho de campo e coletivo proporcionam, relativizando hierarquias e dando voz ao outro, seja o pesquisado, seja o parceiro de trabalho.

Com a finalização dos mini-documentários antropológicos, são realizadas pequenas mostras dentro e fora do campus universitário, no intuito de criar um circuito de exibição que permita a circulação destes trabalhos na comunidade acadêmica e local. Assim, ao final do processo, a sensação de quem participa da criação é de realização, o que fortalece a autoestima e o gosto pelo fazer científico com o uso da imagem. Visualizar o próprio nome nos créditos de um filme não faz dele ou dela cineastas e antropólogos, mas gera um reforço positivo em seu processo de aprendizagem, ou seja, trata-se afinal de uma experiência transformadora.

Outras duas disciplinas, mais avançadas, seguem modelo semelhante. Técnicas e Estéticas do Audiovisual I e II são cadeiras oferecidas àqueles que escolheram a

103 Outras visualidades são trabalhadas no âmbito da antropologia visual no curso de bacharel em Antropologia na UFPB/Campus IV-Rio Tinto, no entanto, destacamos a fotografia e o cinema como preponderantes nos trabalhos etnográficos desenvolvidos nessas disciplinas.



habilitação em Antropologia Visual, nelas se trabalha mais incisivamente a produção de filmes etnográficos. Sequencialmente, estas disciplinas operam da seguinte maneira: realizam-se estudos de ângulos, planos e enquadramentos cinematográficos, produção e argumentação de roteiro (PUCCINI, 2012) e filmes etnográficos. O sentido é orientar o discente na produção técnica e estética, para que esteja apto à realização de roteiro de filmagens (MACHADO, 1995, 2007), decupagens, roteiro de edição e edição.

Ao longo destas duas disciplinas, o grupo de alunos produzirá um só filme, de forma colaborativa, a partir dos conhecimentos adquiridos pela teoria e pelo uso prático do processo de criação e do uso de equipamentos. É neste momento que são colocados em prática os saberes cinematográficos dentro das perspectivas antropológicas. Vários foram os filmes realizados por diferentes turmas que passaram por esta disciplina. Alunos, professores, técnico do Laboratório Arandu e colaboradores planejam, discutem e editam aquilo que será produto final da disciplina: o filme etnográfico.

Um exemplo dessas produções de pesquisa fílmica foi no ano de 2017, quando decidimos realizar um filme sobre a pichação na UFPB/Campus IV. Éramos um grupo pequeno de quatro alunos, dois professores e um estagiário. Discutimos e elaboramos um roteiro para a realização das filmagens e edição de um vídeo que apresentasse o contexto da pichação no campus. O objetivo foi demonstrar como se formou este fenômeno no Campus IV e na cidade de Rio Tinto, expondo as relações sociais construídas nos diversos segmentos da universidade e da comunidade local. Nas observações e estudos do tema e seu contexto, percebendo os conflitos e as dificuldades das filmagens direta dos entrevistados (personagens), que não permitiram expor suas identidades, optamos pela realização de uma etnoficção. Trata-se de um estilo de filme etnográfico que explora a realidade social e cultural pesquisada valendo-se de recursos de ficção (BOUDREAU-FOURNIER; CAIUBY NOVAES; HIJIKI, 2017). Assim, portanto, pensando nas questões das representações e na ética do fazer fílmico (FREIRE, 2012), poderíamos representar os momentos vividos pelos pichadores, preservando suas identidades.

Dessa maneira, foi pensado em locações de filmagens, representações, momentos de ficcionalizações, roteiro de montagem e a montagem, para expor as situações de conflitos nesta etnoficção. Todos participaram da execução do filme, desde o roteiro, até mesmo à ficcionalização, uso de câmera e edição, por vezes juntos, coletivamente, por vezes dividindo tarefas de acordo com as habilidades de cada participante. Outros métodos

C
S

também foram desenvolvidos nesta experiência, foto-elicitção¹⁰⁴, vídeo-elicitção e o trabalho com as imagens de arquivo¹⁰⁵.

Em 2019, emergiram novas discussões sobre sua narrativa e as imagens do filme foram novamente analisadas e discutidas por outras pessoas, sendo reelaborado o roteiro e realizada nova edição, fato que dá às pesquisas aquele caráter de transformação pela experiência da qual falávamos anteriormente. Nossas criações são dinâmicas e fluidas, havendo possibilidade da transformação, contribuindo assim para o avanço do conhecimento através do debate e da criação e recriação da composição imagética. Esta criação foi desenvolvida durante uma atividade do grupo que se tornou emblemática, uma imersão em um lugar isolado, fora da universidade, onde o grupo pôde experimentar técnicas de edição, debater assuntos de pertinência social e cultural, elaboração de roteiro de edição, visualização de imagens e outras vivências. Chamamos a esta experiência de “A Ilha”¹⁰⁶.

A ILHA: EXPERIÊNCIAS DE IMERSÃO E EDIÇÃO DE FILMES ETNOGRÁFICOS DESENVOLVIDAS COMO ATIVIDADE PRÁTICA DO AVAEDOC

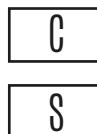
Em 2019, ocorreu a primeira experiência de imersão como atividade prática do grupo de pesquisa. O objetivo desse encontro externo surgiu da necessidade de complementar o Seminário de Pesquisas do Avaedoc, que ocorre anualmente, com uma mostra de filmes etnográficos, evento que foi formado por discentes e docentes da UFPB com o intuito de apresentar pesquisas desenvolvidas na área de Antropologia Visual. Nessa imersão, que durou três dias, foi possível editar alguns materiais produzidos durante as disciplinas de “Patrimônio Material e Imaterial” e “Técnicas e Estéticas do Audiovisual”, dando origem a três filmes etnográficos de curta duração.

Em um primeiro momento, houve a discussão de algumas produções de documentários e entrevista do documentarista Eduardo Coutinho. O intuito foi debater a respeito dos aportes técnicos e estéticos apontados pelo documentarista, na tentativa

104 Convidamos estudantes/pichadores para o Arandu e gravamos seus relatos enquanto passávamos uma série de fotografias (imagens de arquivo) com piches de cada personagem. Neste processo, captamos relatos sobre as identidades dos pichadores e os contextos sociais e políticos que foram produzidas as pichações.

105 As imagens de arquivo são fotografias e vídeos realizados nas greves e mobilizações estudantis que ocorreram no Campus nos anos de 2013, 2014, 2015, na Marcha das Insubmissas e das paredes pichadas no Campus IV e na cidade de Rio Tinto.

106 O nome desta experiência de imersão foi dado fazendo um duplo sentido, com referência à ilha de edição, local onde se monta e trata as imagens de um filme e com referência também ao isolamento do grupo e sua concentração em um local específico.



de relacioná-los às nossas produções fílmicas. Posteriormente, começamos a estudar os materiais disponíveis para a realização da edição: gravações de vídeos, áudios e imagens. Nesse instante, a equipe estava reunida pensando nas possibilidades de roteiro de edição para cada filme etnográfico que iríamos montar, ou remontar (como foi o caso do filme sobre pichação em Rio Tinto).

O primeiro filme discutido foi sobre o pixo. O filme estava com um processo de construção de edição avançado, praticamente finalizado, entretanto, depois das trocas de ideias e experiências realizadas pelos integrantes do grupo de pesquisa, foi possível levantar uma discussão sobre as relações de gênero presentes na narrativa da etnoficção. Percebemos o quanto faltava ao filme o protagonismo feminino no processo e quanta discriminação de gênero ainda carregamos em nossas histórias. Fatos e reflexões advindos das mulheres que compunham o grupo de imersão, o que nos levou a uma reavaliação da narrativa e, assim, um novo roteiro de edição foi elaborado, gerando um filme mais complexo, abrangente e inclusivo.

Entre as refeições que fazíamos e os momentos de relaxamento e lazer visualizaríamos novas imagens e produziríamos novos recortes. Assim seguiram os dias com trocas de ideias, experiências e conhecimentos técnicos de edição.

O segundo filme, cujas imagens foram gravadas para a disciplina Patrimônio Material e Imaterial, tinha o propósito de mostrar o processo da produção de cachaça nos engenhos da Paraíba, especificamente no Engenho Aimoré localizado em Mamanguape. Diferente do primeiro filme, os materiais discutidos estavam em formato original sem nenhum processo de edição, sendo necessário a visualização e discussão de todos os vídeos a fim de identificar dentro do escopo de imagens uma história que pudesse ser contada na forma de filme. Mais do que mostrar a técnica e o maquinário da produção da cachaça, identificamos emoções, performances e relações diversas entre os protagonistas. Coletivamente debatemos e aprendemos mais sobre o tema e sobre relações sociais e pesquisa fílmica. Daí elaboramos o roteiro e fizemos a montagem de um curta de 5 minutos.

O terceiro filme tratava de uma etnoficção desenvolvida por outra turma de Técnicas e Estéticas a partir de um artigo de Luciana Ribeiro sobre a história de um jovem em conflito com a lei (RIBEIRO, 2005). O filme, gravado praticamente todo no laboratório Arandu, explorou diversos planos de cena com atores. Fazia-se necessário a montagem dos planos, fato que levou a uma experiência menos conceitual e mais técnica de escolha de imagens, cortes e sequenciamento das mesmas.

A discussão dos três filmes foi feita de forma colaborativa com todos os integrantes do grupo, mas para a realização da montagem de edição dos três filmes etnográficos foi necessário a divisão do grupo. Cada filme ficou sob responsabilidade de duas ou três pessoas, sendo formadas três ilhas de edição (computadores notebook), em cada ilha

C

S

havia um integrante coordenador que participou da produção do filme desde o momento da escrita do roteiro de filmagem.

A Ilha, como chamamos, foi uma experiência daquelas de que falava Bondía mais acima: um aprendizado transformador. Ela nos colocou em movimento, por vezes em confronto, em aceitação e acolhimento de ideias, em troca de saberes, vivências e receitas das mais diversas comidas. Trocamos conhecimento técnico, conhecimento da vida e afetos, abraços, sentimentos e emoções. Falamos de amizade, de amores, de sofrimentos e discriminações, falamos de violência, pobreza, política e antropologia. Falamos de cinema e de cultivo de plantas. Editamos, debatemos, passeamos pelo quintal, colhemos coco, comemos e bebemos a vida. Experiência que transforma e ensina, na horizontalidade de nossa humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atividade desde 2009, o Avaedoc tem uma história que vai além da participação dos membros do grupo que aqui tomaram a iniciativa de escrever este texto. Muitas pessoas passaram por aqui, muitas se foram, outras aparecem de vez em quando. Muito debate e troca de conhecimento brotaram de nossos encontros, atividades e pesquisas. Muitas produções foram realizadas, mas o que importa mesmo são as pessoas, como dizia a etnomusicóloga Glaura Lucas. Pesquisamos as festas de santos padroeiros, as bandas marciais, a memória do cinema, a alimentação, os rituais potiguara, a feira de Rio Tinto, movimentos sociais locais, a vivência na universidade, imagens, sons, museus, fazemos desenhos, filmes, fotografias, blogs etc. Fazemos etnografia, antropologia, antropologia visual, mas o que importa mesmo são as pessoas que encontramos pelo caminho e que nos transformam com suas vivências e com nossos encontros, sejam pescadores, mulheres em luta, rezadoras, trabalhadores urbanos, feirantes, catadoras de material reciclável. Aprendemos com Rouch e com Bondía, com Gonçalves e com Claudine de France, mas aprendemos experimentando e partilhando a vida com Silvinha, com dona Zefinha, tomando “cana” com seu Vavá. Porque um grupo de pesquisa acadêmica vai além dos livros que temos na nossa biblioteca.

Importa esta reflexão com a qual encerramos este texto para que não nos reconheçamos nessa caminhada apenas pelas fontes literárias que nos acompanharam, mas que nossas fontes sejam alunos e alunas, vizinhos e vizinhas, indígenas, lavradoras e lavradores, pescadoras e pescadores. Para que possamos nos reconhecer pelo “chão em que pisamos, os céus em constante mudança, montanhas e rios, roças e árvores, as casas nas quais habitamos e as ferramentas que usamos, para não mencionar os

C

S

inúmeros companheiros, tanto animais não humanos quanto outros seres humanos, com os quais e com quem compartilhamos nossas vidas..." (INGOLD, 2015, p. 12).

Os desafios? Presente em uma universidade precarizada pelas políticas de educação e científicas seguimos movidos pela força da esperança e de nossos conhecimentos e vontade de conhecer e produzir imagens sobre o mundo social em que vivemos. Afinal, estamos em uma região de uma riqueza histórica e cultural que ultrapassa aquilo que conseguimos observar com nossos olhos de cientistas e, se quisermos de fato avançar no conhecimento das coisas e das pessoas, teremos que experimentar sempre mais além de nossos muros, livros e paredes. Seguimos em frente com poucos recursos, poucos equipamentos obsoletos que não acompanham o desenvolvimento tecnológico da área de produção audiovisual, mas seguimos com as pessoas do Vale do Mamanguape. Seguimos as pessoas do Vale do Mamanguape e mostramos ao mundo pequenos trechos de nossas experiências nas telas de nossas gravações, fotografias e desenhos.

As novas tecnologias ajudam muito no sentido de permitir produções baratas e divulga-las pela internet. Assim realizamos três Mostras Arandu de Filmes Etnográficos, sem dinheiro algum, valendo-nos apenas dos recursos disponíveis no Campus IV. A cada dois anos fazemos essa mostra que se realiza na forma de projeto de extensão. Exibimos documentários de teor social e cultural produzidos em diversos lugares do país por pessoas e grupos que, como nós, também olham para as pessoas e se esforçam em mostrar o mundo delas para o mundo todo, mesmo sem dinheiro. Em 2018, exibimos cerca de 50 filmes, tanto no Arandu, quanto em exposições públicas, feitas com telão, projetor de sala de aula e uma caixa de som.

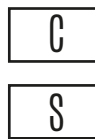
Nosso desafio? Continuar pelas brechas das políticas ausentes e opressoras, pelas brechas da precariedade e da falta de recursos, pelas brechas, pelos becos, pelas liminaridades das encruzilhadas, seguimos! Continuemos a mexer o caldeirão da vida. "Estar vivo", isso parece importar mais do que estar ciente, mais do que descrever ou analisar a vida que está posta diante de nós, por entre caminhos seguimos, junto com seres das mais diversas formas e presenças.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lara; LIMA, João de. **Cinema e memória**: o super-8 na Paraíba nos anos 1970 e 1980. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

ARAÚJO, Antônio. O processo colaborativo no Teatro da Vertigem. **Revista Sala Preta**, São Paulo, v. 6, 2006.

ARUANDA. Direção de Linduarte Noronha. João Pessoa, 1960 (20 min).



BANKS, Markus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Trad. De João Walderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, ANPED, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BOUDREAU-FOURNIER; CAIUBY NOVAES; HIJIKI. **Fabricar o Funk em Cidade Tiradentes, São Paulo: performance em etnoficção**. F(r)ictionnerlescorps et lespersonnes / F(r)iccionando corpos e personas, 2017.

DONATO, Eduardo; MENDONÇA, Joao Martinho Braga de; GIOVANNINI Jr., Oswaldo. **Conversa com Marcius Freire sobre Antropologia Visual**. 2018. Vídeo.

FRANCE, Claudine. **Cinema e antropologia**. Tradução Marcius Freyre. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

FREIRE, Marcius. Ética e documentário. In: _____. **Documentário: Estética, ética e representação**. São Paulo: Annablume, 2012.

GONÇALVES, Marco Antônio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R.; CARDOZO, V. Z. **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro, Viveiros de Castro Editora, 2012.

GRUPO DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA VISUAL, ARTES, ETNOGRAFIA E DOCUMENTÁRIO. Disponível em: <<https://avaedoc.wordpress.com/>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

HEIDER, Karl G. Uma história do filme etnográfico. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 1, Rio de Janeiro, 1995 [1988].

HERMÓGENES CAYO. Direção e produção: Jorge Prellorán, Argentina, 1969 (68 min).

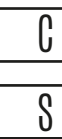
INGOLD, Tim. **Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, Vozes, 2015.

LANGDON, Esther. Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. **Revista de Antropologia Ilha**, Florianópolis, v. 8, n. 1 e 2, 2006.

MACDOUGALL, David. **Transcultural cinema**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

MACHADO, Arlindo. **O sujeito na tela: modos de enunciação no cinema e ciberespaço**. São Paulo: Paulus, 2007. 250 p.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 225p.



MONTE-MÓR, Patrícia. Descrevendo culturas: etnografia e cinema no Brasil. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n. 1, 1995.

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. Um dia a gente tem que morrer mesmo. In: FERREIRA JR, E.; MARTINS, I.; MEDEIROS, K. **Sociologia da violência**: textos sobre juventude e mídia. João Pessoa, PPGS e EDUF, 2005.

PRELLORÁN, Jorge. Conceitos éticos e estéticos no cinema etnográfico. **Caderno de textos – Antropologia Visual**, Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1987.

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário**: Da pré-produção à pós-produção. 3. ed. Campinas - SP: Papyrus, 2012.

OS MESTRES LOUCOS. Direção e produção de Jean Rouch. França, 1955 (36 min).

ROUCH, Jean. A câmera e os homens. In: COSTA, José Manoel; OLIVEIRA, Luis Miguel (Orgs.). **Jean Rouch**. Lisboa: Cinemateca Portuguesa; Museu do Cinema, 2011 [1979].

CIDADES (RE)VISITADAS

A CONTRIBUIÇÃO DO GUETU NAS PESQUISAS EM ANTROPOLOGIA URBANA

Luciana Maria Ribeiro de Oliveira¹⁰⁷

Marco Aurélio Paz Tella¹⁰⁸

INTRODUÇÃO

Em 2020 o grupo de pesquisa que coordenamos completa 12 anos. Antes mesmo de nossas¹⁰⁹ chegadas à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas (Guetu) já atuava no campus IV da instituição. O presente artigo almeja apresentar as atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas pelo Guetu, desde a sua formação, em 2008. Pretende-se discorrer também sobre alguns fundamentos teóricos e metodológicos em que se baseia o grupo, bem como, as pesquisas realizadas no decorrer destes anos.

O Guetu foi um dos primeiros grupos certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Metodológico (CNPq), para atuar no Campus IV da UFPB. O grupo é vinculado ao bacharelado de Antropologia, do Departamento de Ciências Sociais (DCS), no Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), com sede no município de Rio Tinto, Litoral Norte da Paraíba (que dista 61 km da capital João Pessoa). Atualmente, a coordenação do Guetu é compartilhada pela professora Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (DCS do CCHLA¹¹⁰/UFPB) e pelo professor Marco Aurélio Paz Tella (DCS do CCAIE/UFPB).

Embora o grupo esteja sediado no Campus IV da UFPB, a atuação dos pesquisadorxs do grupo vai muito além das fronteiras do campus e da própria Universidade. Desde a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), em 2010, o Guetu

107 Doutora em Antropologia. Vice-líder do Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas (Guetu). E-mail: lulucaribeiro@ig.com.br.

108 Doutor em Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas (Guetu). E-mail: marcoaureliopaz@hotmail.com.

109 Luciana ingressou na UFPB em 2013, inicialmente ligada ao programa de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/PNPD/CAPES), e Marco Aurélio em 2009, já como professor efetivo.

110 Centro de Ciências Humanas e Letras, localizado no campus I da UFPB.

mantém em seu grupo estudantes pesquisadorxs de outros programas de pós-graduação desta e de outras universidades, tais como em antropologia, sociologia, ciências sociais, serviço social, história, comunicação, dentre outros. Isso fez com que as atividades de pesquisas e de estudos do grupo se dividissem entre as cidades de João Pessoa (Campus I) e Rio Tinto (Campus IV). Além disso, houve um período de dois anos de atividades (de 2015 a 2017) do Guetu no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, localizado na cidade de Sumé (Cariri Paraibano), campus da Universidade Federal de Campina Grande (CDSA/UFCG), devido ao período em que Luciana trabalhou como efetiva nessa instituição¹¹¹.

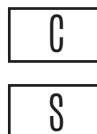
Fundado na UFPB em 2008, o Guetu tinha como meta, nesse primeiro momento, consolidar a linha de ensino, pesquisa e extensão em antropologia urbana no curso de bacharelado em antropologia. A partir de então, o objetivo do grupo sempre foi reunir estudantes, pesquisadorxs e professorxs do campo da antropologia e de áreas afins interessados em discutir e pesquisar temas relacionados aos modos de vida urbanos, marcadores sociais da diferença, práticas culturais, apropriação de espaços urbanos em cidades, em princípio, de pequeno e médio porte no estado da Paraíba¹¹². Com o ingresso de novos pesquisadorxs, inclusive da pós-graduação em antropologia, outras contribuições etnográficas abordaram cidades próximas e de grande porte, tais como João Pessoa, Natal e Recife.

O Guetu foi formado inicialmente por um grupo de alunas da graduação em antropologia e pela professora Silvana de Souza Nascimento, que coordenou o grupo até 2013 – ano em que Silvana ingressou no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). No mesmo ano de 2013, a professora Luciana Ribeiro passou a fazer parte do grupo.

Nos primeiros 12 anos do Guetu foram muitas experiências compartilhadas, trajetórias de pessoas que passaram pelo grupo e de muitas outras que ainda mantém algum vínculo, participando de nossas atividades, mesmo que com conexões em outros estados e universidades. UFPE, UFCG, UFAL, UFRN, UFBA, USP são alguns exemplos de parcerias que construímos ao longo desses anos a partir de nossos integrantes que seguiram na intenção de fazer mestrado e doutorado nessas instituições. Nossos interesses comuns possibilitam a elaboração de projetos de pesquisa e extensão que colaboram na consolidação do Guetu na área de antropologia urbana na Paraíba e no Nordeste. Iremos contar um pouco mais dessa história.

111 Luciana retornou para a UFPB no ano de 2017 como professora efetiva.

112 As primeiras pesquisas de Iniciação Científica e TCCs abordavam as cidades de pequeno e médio porte.



O GUETU

Devido a esse maior fluxo de pessoas originárias de diferentes lugares, diferentes cursos de graduação e de programas de pós-graduação e universidades, o grupo passou por algumas mudanças. Esse maior fluxo de pessoas revelou para nós, uma diversidade de temas de pesquisa e um leque maior de cidades sendo pesquisadas. Dessa forma, em 2015 se percebeu a necessidade de conceber linhas de pesquisa, que nos ajudassem a organizar melhor o grupo. Assim, foram criadas 3 linhas de pesquisa:

Manifestações Urbanas e Audiovisual: A linha tem como objetivo realizar pesquisas etnográficas audiovisuais nos espaços da cidade, construindo narrativas imagéticas sobre a relação entre indivíduos ou grupos e o espaço da cidade. Abarca grandes áreas temáticas, tais como: dinâmicas urbanas; usos e contrausos da cidade; espaços públicos e privados; processos de urbanização; visualidades e expressões artístico-urbanas;

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

Esta linha tem como propósito a produção de reflexões que tomem como foco relações de desigualdades, hierarquias e processos de construção da diferença e seus efeitos entre pessoas em diferentes escalas da vida urbana. A ênfase recairá principalmente no modo como marcadores de etnia, raça, gênero, sexualidade e classe social são acionados e manipulados por essas pessoas para produzir identificações, movimentos de aproximação e distanciamento;

APROPRIAÇÕES E INTERAÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS - SOCIABILIDADES E LAZER

Atenta aos diversos sentidos atribuídos à cidade contemporânea, a referida linha de pesquisa propõe investigar e discutir as várias formas de sociabilidade e modos de apropriação e produção do espaço urbano. Pretende-se, portanto, ampliar o debate acerca da cidade de diferentes escalas a partir das redes de interações, cotidiano, usos dos espaços públicos, intervenções urbanas, concepções de lazer, práticas consideradas subversivas e/ou ilícitas dos diferentes estilos de vida de grupos e coletivos sociais.

As linhas acima descritas organizam as atuações dxs pesquisadorxs do grupo e a realização das nossas etnografias coletivas – falaremos sobre isso mais a frente.

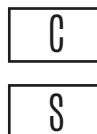
C

S

O grupo mantém encontros quinzenais. No início de cada semestre é discutido e definido coletivamente, as atividades a serem realizadas no semestre a partir das demandas dxs integrantes. Por vezes, realizamos encontros mais teóricos de estudos sobre determinados autores que trabalham a temática urbana e/ou com etnografias. Por outras vezes, organizamos apresentações e discussões dos trabalhos desenvolvidos pelxs membrxs, objetivando contribuir para o TCC, dissertação ou tese. Finalmente, de tempos em tempos formamos grupos menores, de acordo com as linhas de pesquisa, para a realização do exercício de etnografias coletivas. Independente da programação definida, sempre convidamos pesquisadorxs externos ao grupo, para apresentar pesquisas e artigos.

O Guetu mantém dois projetos de extensão, o Cine Debate e o Cine Bixa. O Cine Debate existe desde 2010 e, a partir de 2015, mantém parceria com outros grupos e núcleos de pesquisa: o Grupo de Pesquisa Saúde, Sociedade e Cultura (Grupessc), o Núcleo de Estudos em Gênero, Saúde e Direitos Humanos (Mandacaru), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) e o Laboratório de Antropologia Visual (Arandu). O projeto de extensão Cine Debate consiste em fortalecer espaços de diálogos e debates no CCAE, a partir da projeção fílmica e debate com um convidado especialista na temática do filme. O objetivo é sempre abordar temas relacionadas aos marcadores sociais da diferença: gênero; sexualidade; classe; geração; étnico-racial etc.

O Cine Bixa, por sua vez, começou em 2018 com uma proposta inicial de fomentar espaços de exibição fílmica sobre, com e para a população universitária LGBTQI+. Em 2019, o projeto ganhou novos ares com a inserção de novas integrantes, mulheres trans e travestis negras e militantes, agregando assim um componente de intervenção artística e valorativa às múltiplas formas de artes visuais (cinema, poesia, música e performance). A proposta metodológica atual se constitui em realizar intervenções fílmicas, poéticas, musicais e performáticas na UFPB e nos seus arredores (praças públicas, eventos acadêmicos e eventos de mobilização social, além de instituições públicas e privadas que demonstrem interesse em discutir as temáticas de gênero e sexualidade). Sua continuidade no ano de 2020 se firma a partir da necessidade local em promover reflexões sobre e com a população LGBTQI+ e não-LGBTQI+ na perspectiva de combater violências homofóbicas, transfóbicas e racistas dentro e fora da universidade, na busca de um melhor bem-viver e conviver. O Cine Bixa baseia-se nas teorias de construções e reconstruções subversivas do gênero e da sexualidade, pensando assim em outras formas de linguagem, no caso aqui, das “corpas” identitárias socialmente rejeitadas, das sexualidades não padronizadas na heterossexualidade cisgênera e dos saberes afrodisidentes. O que faz com que o debate sobre gênero, sexualidade e raça não possa ser desvencilhado, fazendo-se urgente pensar nas várias dimensões de exclusão e violência por que passam as pessoas LGBTQI+ negras.



Além do mais, foram diversas as pesquisas de iniciação científica desenvolvidas no grupo do Guetu, desde a sua fundação, sob orientação da professora Silvana de Souza Nascimento e, posteriormente, do professor Marco Aurélio. Todos os projetos têm Rio Tinto e as cidades vizinhas como espaço das pesquisas: Mamanguape, Baía da Traição, Mataraca, Itapororoca. Todas as cidades localizadas no litoral norte da Paraíba. As temáticas também foram diversas: sexualidade, corporeidade, políticas LGBTQI+, movimento social urbano, práticas culturais juvenis etc. Pertinente ressaltar que, por meio dos projetos de extensão e de pesquisa, muitas bolsas foram geradas aos nossos estudantes de bacharelado em antropologia.

Sob orientação dos professores Silvana, Luciana e Marco Aurélio, muitas foram as dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia. E muitas foram as disciplinas ofertadas na pós-graduação, sob chancela do Guetu. Todos esses fatores contribuíram para uma consolidação da linha de pesquisa do PPGA, “Etnografias e sociabilidades urbanas”, na qual o grupo se insere.

Nem todos os integrantes do Guetu foram ou são orientandos nossos. Sempre houve mestrandos e “agora” doutorandos que são orientados por colegas do programa que não são do Guetu. Pesquisadores de outros programas de pós-graduação, como também de outras universidades, inclusive fora da Paraíba, participam das atividades de pesquisa e extensão do Guetu. Esse incrível fluxo de pessoas, aliás, garante uma troca *sui generis* de experiências acadêmicas e pessoais.

Por fim, no ano de 2017, integrantes do Guetu participaram do II Seminário de Juventudes Contemporâneas (Sejuv), realizado em Maceió, nas dependências da UFAL. Nesse evento, pesquisadores de diversos grupos de pesquisa¹¹³, constituíram a Rede de Estudos sobre Experiências e Ações Juvenis (Reaj). A rede pretende promover intercâmbio entre pesquisadores de instituições brasileiras que desenvolvam pesquisas sobre a temática da juventude, estimular o contato e trocas entre pesquisadores sobre juventude e temáticas afins e elaborar estratégias coletivas que permitam uma maior circulação e divulgação de pesquisas produzidas principalmente na região Nordeste.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO GRUPO

113 São grupos de pesquisa vinculados a diversos programas de pós-graduação de diferentes universidades, especialmente do Nordeste. São eles: Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC/UFAL), Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (Gert/UFS), Laboratório das Juventudes (Lajus/UFC), Núcleo de Antropologia Urbana (NAU/USP), Grupo de Pesquisa em Sociabilidades e Conflitos Contemporâneos (Sociatos/UFCG), Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações (GruPPAES/UFAL), Grupo de Pesquisa em Etnografia Urbana (Guetu/UFPB) e Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (Grupessp/UFPB).

Em linhas gerais, as pesquisas coletivas e individuais, realizadas no Guetu, partem do pressuposto de que a cidade contemporânea é fluxo e produz espaços de deslocamentos, de saídas e chegadas, enfim, de circulação (CAIAFA, 2002). Em perspectiva similar, Lefebvre aponta algumas características da vida urbana desejável: “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 22). Nas pesquisas, a cidade é analisada em suas diferenças de tamanhos e população, contribuindo para a consolidação dos estudos de antropologia urbana de cidades de diferentes escalas.

Outro aspecto importante que funciona como arcabouço, para as pesquisas do Guetu, é considerar as particularidades históricas dos processos de urbanização das cidades brasileiras, importante para refletir e compreender fenômenos urbanos. As experiências urbanísticas são distintos e nos mostram diferenças de processos entre cidades do Sudeste e Nordeste, e diferenças entre cidades do Nordeste e mesmo dentro da Paraíba. As pesquisas no Guetu contribuem também para a consolidação de um fazer particular de antropologia urbana de cidades do Nordeste.

Nas cidades brasileiras acontecem processos contínuos e crescentes de fragmentação social e étnico-racial. A população pobre e/ou negra e/ou indígena, cada vez mais sem acesso ao que a cidade pode oferecer, vivem de maneira diferente dos segmentos médios e altos de nossa sociedade, que são afetados pelo medo e pela desconfiança e se fecham em casas com muros altos e cercas elétricas ou em condomínios fechados. Como parte desse processo, governos, em grande parte dominados por grupos privilegiados, criam dificuldades na circulação das pessoas (CAIAFA, 2002), promovem em alguns espaços urbanos e em determinados bairros privilegiados, o controle social por meio da vigilância – policial e eletrônica –, dificultando encontros entre diferentes e estranhos. Dessa forma, sentimentos de desconfiança e medo se difundem entre cidadãos (BAUMAN, 2009).

Há uma histórica e desigual relação de poder nas cidades brasileiras. E isso se reflete em diversas formas. Como, por exemplo, nas condições sociais em que os moradores vivem, nos acessos aos espaços e serviços públicos, na forma como policiais atuam e abordam moradores dos segmentos mais pobres, nos desiguais investimentos do poder público em ruas, praças, na fragmentação imposta aos mais pobres e na autosegregação dos mais ricos. A cidade é pensada – ou pretensamente planejada – a partir e no sentido do centro para as chamadas periferias. O centro aqui não é o geográfico, mas os bairros com maior renda *per capita*, que, por sua vez, também recebem os maiores investimentos públicos, em infraestrutura, segurança, limpeza etc.

C
S

As pesquisas produzidas pelxs pesquisadorxs associadxs ao Guetu ressaltam as práticas, experiências e trajetórias dxs sujeitxs na cidade. Sentir, observar, ouvir como xs sujeitxs cidadinxs, individualmente ou em grupos se relacionam com a rua, interferem no cotidiano, como negociam, ressignificam e apropriam dos espaços urbanos e equipamento sociais. Michel Agier (2011, p. 90) chama a atenção para as relações de cidadinidade, essas construídas entre grupos e dos grupos com a cidade: “Fala-se de cidadinidade no sentido de que as ações, as interações e suas representações são definidas a partir de uma dupla relação: a dos cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial”.

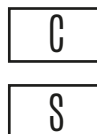
Isto posto, acentuamos nosso alinhamento ao pensamento de Agier (2011, p. 38), no qual devemos perceber as cidades a partir das “margens urbanas”, “deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos”, Por essa razão, devem-se analisar também as relações que estabelecem entre si e com outras pessoas e com grupos nas ruas e nos equipamentos sociais. Negociam e utilizam espaços e equipamentos sociais, circulam pelos bairros e pela cidade usufruindo, sofrendo, sentindo, subvertendo, se rebelando, encontrando outras soluções para seus problemas. Enfim, desfazendo e fazendo a cidade. Os sujeitos cidadãos de nossas pesquisas resistem e tentam superar as fronteiras, físicas e simbólicas, construídas nas nossas cidades, ao mesmo tempo em que xs próprixs podem ser protagonistas de novas fronteiras.

Além dos estudos realizados em João Pessoa, Campina Grande e Recife, as pesquisas em cidades de pequena e média escala, situadas no Litoral Norte paraibano, contribuíram para novos entendimentos sobre redes interurbanas de trocas estabelecidas pelas cidades e pelas pessoas e grupos que vivem nelas.

Eventos públicos, organizados pelas prefeituras dos municípios, como as vaquejadas, desfile de 7 de setembro, carnaval, festas juninas; eventos organizados sem nenhum apoio público como o “We are hip-hop Potiguara”¹¹⁴, encontros de indígenas; as feiras públicas etc., funcionam como pontos da conexão de redes interurbanas. O ponto de conexão tem a importante função de alimentar e revigorar as redes interurbanas construídas. Nesse ponto de conexão, as territorialidades são acionadas, viabilizando fluxos das práticas culturais, políticas e econômicas entre cidades.

Outra temática frequente nos estudos dxs pesquisadorxs do Guetu se refere aos marcadores sociais da diferença. Pesquisas que abordam corpo, raça, gênero/sexualidade, geração, classe são relacionadas com a cidade, com seus espaços de resistência, de segregação, violência, insurgências.

114 Evento realizado anualmente, nas dependências do Campus IV da UFPB, no Hall da Central de Aulas. O evento reuni b-boys e b-girls – b-boys em sua grande maioria – com o propósito participar das batalhas de breaking dance. Para mais informações sobre o evento “We are hip-hop Potiguara” ver Tella (2018).



As experiências dxs sujeitxs cidadinxs estão relacionadas a diversos fatores, como ações ou reações aos elementos que configuram os marcadores sociais da diferença, como por exemplo, o segmento social a que pertence, a cor da sua pele, sua identidade étnico-racial, a sua religião, a sua identidade de gênero, o lugar de moradia desses sujeitos. Ao falar de vivências, experiências, opções, alternativas e possibilidades dos sujeitos cidadinxs, deve-se ter a atenção com prováveis combinações de marcadores sociais. Assim, facilmente encontramos classificações hierárquicas e de desigualdade sobre pessoas e grupos, construídas a partir de tais marcadores, estabelecendo fronteiras entre grupos, acarretando práticas discriminatórias e preconceituosas nas relações cotidianas.

Por si só os marcadores sociais da diferença não sustentam relações de interação desequilibradas e relações de poder desiguais. Para que isso ocorra, os marcadores sociais da diferença devem ser dotados de representações sociais negativas. Miguel Vale de Almeida (2004, p. 2) os denomina como sinais diacríticos, aqueles “que estabelecem uma diferença de sentido e significado, apesar de serem, em si mesmos, desprovidos de sentido ou significado”. Dessa maneira, em nossa sociedade, cada marcador social da diferença comporta elementos que fazem com que uma outra pessoa, ao olhar, identificar e classificar, reduza-o “num mero exemplo de uma categoria” (ALMEIDA, 2004, p. 3).

Para finalizar, concordamos com Agier (2011, p. 37), sobre o papel e o método dxs pesquisadorxs, particularmente dxs antropólogxs: “tem a necessidade de se emancipar de qualquer definição normativa e a priori da cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda a parte, trabalhando para descrever o processo”. Nosso papel, enquanto pesquisadorxs, é o de sair do centro, buscar as cidades feitas pelos diversos sujeitos, a partir dos seus pontos de vista, em suas múltiplas experiências cotidianas com a cidade. Assim, perceber experiências existentes e essenciais para o fazer a cidade com intervenções, circulação, encontros, arte, interações.

O arcabouço teórico utilizado nas pesquisas de todxs xs integrantes do Guetu é muito mais vasto, visto ainda que alguns são orientadxs por outrxs professores ou são ligadxs a outros programas de pós-graduação. Em linhas gerais, apresentamos um breve suporte teórico que orientam nossas pesquisas, guiam nossas metodologias, dentre as mais diversas temáticas pesquisadas por aquelxs que orbitam o Guetu.

O LIVRO

Antes de apresentar esta etapa importante da história do Guetu, falaremos sobre a experiência de nossas etnografias coletivas.

C

S

A proposta das etnografias coletivas se inspira nas conversas enriquecedoras e na ideia das caminhadas etnográficas do professor José Guilherme Magnani (NAU/USP). Em 2010, sob a coordenação compartilhada do Guetu, xs professorxs Silvana e Marco Aurélio convidaram o professor Magnani e promoveram caminhadas etnográficas, na companhia de estudantes do bacharelado em antropologia.

Durante dois dias inteiros no feriado de Corpus Christi, o professor Magnani nos orientou nos trabalhos de campo, nas cidades de Mamanguape, Rio Tinto e Baía da Tração. Nessas cidades foram observados diferentes eventos e espaços, tais como a feira pública, a ocupação no bairro do Areal e a área conhecida como “Rua do Meio” em Mamanguape; o bairro da Senzala, um terreiro de religião de matriz africana e a aldeia potiguara de Monte-Mór em Rio Tinto; e a aldeia do Forte na Baía da Tração. Além das visitas, foram muitas as conversas com: fiéis católicos, moradores da ocupação, mãe de santo, cacique e liderança potiguara, comerciantes etc. Dois dias incríveis de muito trabalho e ensinamentos.

Ademais, como já dito, em 2015, o Guetu organizou suas linhas de pesquisa e dividiu o grupo, com a intensão de realizar as etnografias coletivas. Como meta publicar um livro com os resultados dessas pesquisas. A publicação, a propósito, seria parte também das comemorações dos 10 anos do grupo completados em 2018.

Em vista disso, o lançamento do livro “Etnografias urbanas – espaço, imagem e diferença na cidade” (OLIVEIRA; TELLA, 2017) simboliza a trajetória de pesquisadorxs atentos a temáticas e reflexões em cidades e os marcadores sociais da diferença. O livro apresenta etnografias individuais e coletivas de pesquisadoxs do Guetu, espalhadas por diversas universidades do país.

A desafiadora proposta foi experienciar coletivamente todas as etapas da pesquisa: escolha do campo, objetivos e metodologias, planejamento, inserção, trabalho de campo, conversas sobre as impressões do campo, trocas, informações do caderno de campo, leituras do suporte teórico, escrita do artigo.

Talvez o mais desafiador tenha sido escrever, a produção do texto final. Não teve um modelo de escrita coletiva. Mas duas práticas prevaleceram: 1. um escreve de cada vez; 2. escrever no modo *word online*. Os desafios e tempo dedicado foram além do cronograma estabelecido, mas tudo foi um aprendizado muito rico. Todo este processo foi pauta de conversas no grupo, principalmente sobre questões éticas e metodológicas.

C

S

Além dos resultados das etnografias coletivas, foram publicadas pesquisas individuais de mestrado, em sua grande maioria¹¹⁵. O livro está organizado conforme as linhas de pesquisa em que as temáticas, individuais e coletivas, estão inseridas:

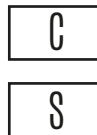
- No artigo de pesquisadorxs da linha 1¹¹⁶, “Usos do espaço e sociabilidade no ponto de cem réis: uma etnografia visual em construção”, xs pesquisadorxs Lara Amorim, Juliana Crelier, Deyse Brandão, Evanielly Velozo, César Matos, Paulo Rossi, Claudionor Araújo realizam uma reflexão preliminar sobre possíveis direções e abordagens que o grupo pretendia adotar para realizar etnografias urbanas na cidade com a utilização da ferramenta audiovisual;
- No artigo vinculado a linha 2¹¹⁷, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira e Ivandiely Pessoa Pinto de Menezes, com o artigo “Incursão etnográfica de perto e de dentro pelos causos e contos da vida urbana de Mamanguape/PB: relatos iniciais”, nos oferecem análise de histórias, causos e contos verbalizados por moradores, vizinhos de antigos casarões e sobrados existentes no município de Mamanguape/PB;
- Com o título sugestivo, do grupo da linha 3¹¹⁸, de “A margem da linha: viagens, usos e sentidos do trem da região metropolitana de João Pessoa/PB”, xs autorxs Ana Carolina Amorin da Paz, Anny Glayni Veiga Timóteo, Claudiovan Ferreira da Silva, Jocélio de Oliveira, Níobe Neves Henriques e Sarayna Martins Mendes nos convidam para embarcar nos trens da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). A proposta do grupo é apresentar como a população usuária desse meio de transporte se apropria e usa esse dispositivo de circulação.
- No artigo “Observações, conversações e experiências em meio à feira livre de Mamanguape/PB”, xs pesquisadorxs da linha 3 Diogo Augusto Veloso, Jaquisandro Ferreira da Silva, Walkiria do Nascimento e Marco Aurélio Paz Tella analisam as experiências e astúcias de feirantes e suas famílias, não só para vender seus produtos, mas para construir e manter laços sociais e promover práticas de sociabilidade com fregueses, frequentadores, vizinhos de bancos, fornecedores etc.

115 Para este artigo, citaremos apenas os artigos publicados a partir dos resultados das pesquisas coletivas.

116 Linha de pesquisa 1: Manifestações Urbanas e Audiovisual.

117 Linha de pesquisa 2: Marcadores Sociais da Diferença.

118 Linha de pesquisa 3: Apropriações e Interações em Espaços Públicos - sociabilidades e lazer.



Os desafios foram muitos. O exercício do fazer coletivo é um contínuo aprendizado. A conversa, a troca, o respeito, a reciprocidade e a paciência foram elementos importantes para todo o processo das etnografias coletivas, mas também se tornaram ensinamentos importantes para a trajetória de cada pesquisadorx que encarou tal provocação.

O livro apresenta uma convidativa seleção de pesquisas e temáticas sobre grupos e práticas culturais, tendo como cenário cidades de escalas diferentes. As etnografias urbanas, individuais e coletivas, compartilham o interesse na cidade e na produção de novos sentidos dos espaços urbanos.

Assim, a coletânea oferece um rico panorama das pesquisas produzidas nos últimos dois anos. Os artigos trazem etnografias sobre praças, feiras livres, formas de lazer e trabalho, mobilidade urbana, construções de gênero, pixo, cracolândia, HQs. Que mostram, por exemplo, como as cidades se modificam pelas formas de ocupação do espaço urbano e, ao mesmo tempo, constroem sua memória e história, ou como elas elaboram processos de urbanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A difícil tarefa de fazer um resgate histórico das atividades de um grupo de pesquisa, com 12 anos de atuação, pode nos levar a dar mais ou menos ênfase para algumas atividades. É um risco que se corre. Ainda assim, tentamos eleger algumas ações elaboradas e executadas pelo grupo, com destaque naquelas relacionadas a pesquisa e extensão.

Ao finalizar um artigo com esta proposta, percebemos a relevância que grupos de pesquisas podem ter no ambiente acadêmico. A começar por agregar estudantes de graduação em grupos de estudos, passando por organizar eventos, estabelecer redes de pesquisadorxs e de grupos de pesquisas, e até mesmo ações mais elaboradas como produções e publicações de pesquisas/etnografias. O Guetu, com todas as dificuldades encontradas, cumpre um papel importante.

Como vimos, a proposta do Guetu é reunir pessoas interessadas em estudar e pesquisar a cidade, sempre relacionando com os marcadores sociais da diferença, evidenciando escolhas teóricas e metodológicas. Da mesma forma, pretendemos fortalecer e contribuir para a consolidação da antropologia urbana produzida no Nordeste. Além disso, priorizamos a leitura e o diálogo com pesquisas realizadas sobre cidades de diferentes escalas nordestinas e por pesquisadorxs de universidades da região.

C

S

Por fim, nós, do Guetu nos preocupamos em construir relações pessoais afetuosas e fazer pesquisa com seriedade, rigor teórico e metodológico, mas sempre com leveza, procurando nos apoiar com muito diálogo e sorrisos. Comportar-se dessa forma, nos dias de hoje, é essencial para enfrentar os ataques que a ciência e as universidades públicas vêm sofrendo, por aqueles que deveriam reconhecer, defender e qualificar.

Viva os 12 anos do Guetu!

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. SP: Terceiro Nome. 2011.

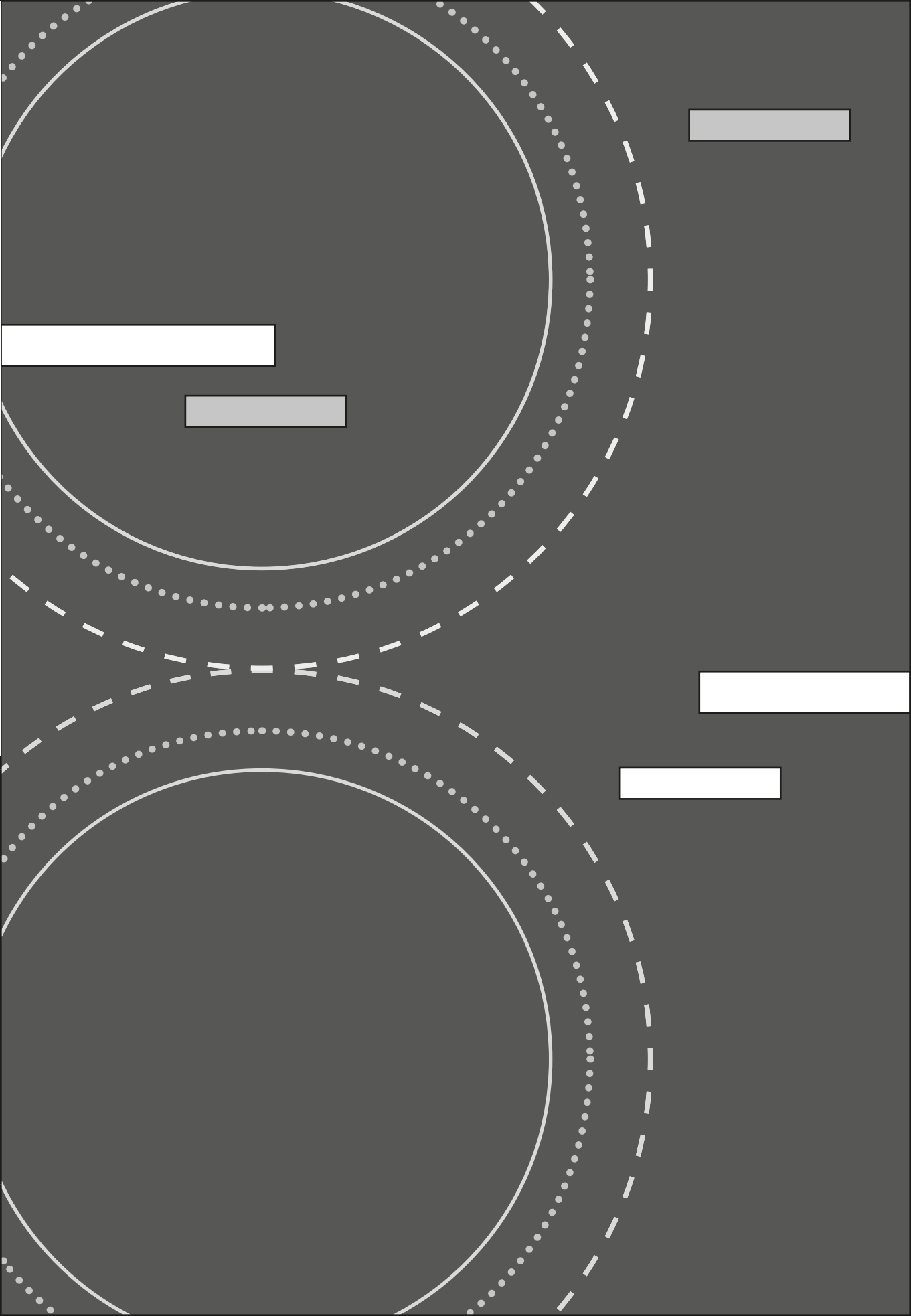
BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. RJ, Jorge Zahar. 2009.

CAIAFA, Janice. *Jornadas Urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do RJ*. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2002.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro. 2001.

OLIVEIRA, Luciana M. R e TELLA, Marco A. P. **Etnografias urbanas: espaço imagem e diferença na cidade**. João Pessoa: GUETU. 2017

TELLA, Marco Aurélio Paz. *Ações e prática culturais juvenis: apropriações de espaços públicos em João Pessoa*. IN *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* v. 14, n. 4, p. 180-198, jul/2018 (ed. especial), Taubaté/SP.





SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

Amanda Mayara Paulino da Silva Graduanda em Ecologia pela Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisas nas áreas de Micro-Clima, Desconforto Térmico, Ilhas de Calor Urbana e Arquitetura Bioclimática.

Carla Soraia Soares de Castro possui doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar e realizou Pós-Doutorado em Antropologia pela UL/Portugal. É professora Associada II na UFPB. Está vinculada ao PPGEMA e ao PROFBIO, atualmente é Coordenadora do Curso de Bacharelado em Ecologia/CCAUE/UFPB. Desenvolve pesquisas nas áreas de Ecologia Comportamental, Etnoprimatologia, Ecologia Humana e Educação Ambiental.

Cibelle da Silva Santiago Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB). Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (FCAP/UPE). Atualmente é professora no curso de Secretariado Executivo Bilingue na Universidade Federal da Paraíba. Tem interesse em pesquisas nas seguintes áreas: Eventos Sustentáveis, Educação Ambiental e Práticas sustentáveis; Assessoria/Secretariado Remoto; Formação Docente e Ensino-aprendizagem.

Cristiano Bonneau possui doutorado em Filosofia pela USP. É Professor Adjunto III da UFPB, está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPB. Desenvolve pesquisas nas áreas de Filosofia Moderna e Contemporânea, com os seguintes temas: ensino de filosofia, teoria do conhecimento, metafísica, ética e política

Daniel César Franklin Chacon é doutor em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba - PROLING/UFPB e mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Professor Adjunto III da UFPB, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA/CCAUE/UFPB. Desenvolve pesquisas na área do discurso jurídico e processos referenciais linguísticos em textos legais

Eddla Karina Gomes Pereira doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; mestra em Ciências Jurídicas (UFPB). Possui máster em Gênero e Políticas de Igualdade (Universidad de Valencia/Espanha). Atualmente é professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Desenvolve pesquisas na área de Processo e Direito do Trabalho e de Desenvolvimento rural e economia solidária

Edilane do Amaral Heleno possui mestrado em Economia do Trabalho e doutorado em Sociologia pela UFPB. É professora Adjunto IV do DCSA/CCAUE/UFPB. Atualmente está como vice líder do Grupo de Estudos NEOS – Núcleo de Estudos sobre Organizações e Sociedade atuando na linha de pesquisa: Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento, focando nos seguintes temas: Desenvolvimento socioeconômico, Trabalho e Políticas públicas para educação superior.

Elaine Pessoa Pedrosa é graduanda em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela UFPB, bacharel em Ecologia pela UFPB e mestra em Ecologia e Monitoramento Ambiental (PPGEMA) pela UFPB. É professora de Biologia e Ciências (prestadora) da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e desenvolve pesquisas nas áreas de ecologia comportamental, modelagem populacional e ensino da biologia na educação básica

Erivaldo Pereira do Nascimento possui doutorado em Letras pela UFPB e realizou Pós-Doutorado em Ciências Humanas e Sociais na UBA/Argentina. É Professor Associado III da UFPB, está vinculado ao PROLING e ao PROFLETRAS e, atualmente, é o Vice-Diretor do CCAE/UFPB. Desenvolve pesquisas na área de Semântica Argumentativa e de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, com os seguintes temas: ensino de línguas, argumentação, semântica, linguística textual.

Estêvão Martins Palitot professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB. Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (2010). Possui mestrado em Sociologia pelo mesmo programa (2005) e graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2003). Tem experiência na área de Antropologia e Sociologia da Cultura, com ênfase em etnicidade e relações interétnicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Povos Indígenas; Processos de Territorialização; Etnicidade

C

S

Evelyn Fernandes Azevedo Faheina pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Adjunto II da mesma instituição, vinculada ao Departamento de Educação (DED/CCAUE/UFPB), e pesquisadora do Grupo de Estudos “Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos”, na linha de pesquisa “Cultura Visual e Discurso”.

Fabiana Lopes Rocha possui doutorado em Biologia Parasitária pelo IOC/Fiocruz e realizou Pós-Doutorado em Biologia Parasitária pelo IOC/Fiocruz. É coordenadora do Centro de Sobrevivência de Espécies - Brasil da IUCN. Está vinculada ao PPGEMA e ao Programa de Ciências Biológicas-UFPB. Atua nos temas: planejamento estratégico de conservação, ecologia e manejo de mamíferos, ecoepidemiologia de parasitos, ecologia espacial e de populações, medicina da conservação e saúde única.

Fábio Henrique Santos Ferreira Técnico em Administração pela ETEPLAP, atualmente cursa graduação em Secretariado Executivo Bilingue na Universidade Federal da Paraíba. Tem interesse em pesquisas nas seguintes áreas: modelos organizacionais, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e gestão de projetos

Franci Claudio de Meireles Silveira Licenciado em Matemática pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (Campus IV). Atua como Professor de Matemática da Rede Estadual de Ensino. Desenvolve pesquisas na sala de aula na linha de ensino e aprendizagem de Matemática.

Francisca Janete da Silva Adelino possui doutorado em Linguística pela UFPB e atua como professora Adjunto IV do DCSA/CCAUE/UFPB. Desenvolve pesquisas nas áreas de Semântica Argumentativa, Secretariado e Administração, com os seguintes temas: argumentação, estágio supervisionado, gestão da qualidade e gestão de pessoas.

Francymara Antonino Nunes de Assis Possui Mestrado e Doutorado em Educação. É Professora Adjunta III da Universidade Federal da Paraíba. Vincula-se aos grupos de estudos e pesquisas História e Memória da Educação da Paraíba e Práticas Educativas, Currículo e Cultura Escolar. Atua como pesquisadora nos campos da educação inclusiva; práticas educativas; cultura material escolar e história de vida de professores.

Glauco F. Machado trabalha no Laboratório de Antropologia Visual da Universidade Federal da Paraíba - Arandu; Pesquisador do Avaedoc; Atualmente fotógrafo e professor de fotografia na Faculdade Reinaldo Ramos; realizador de audiovisuais; Mestre em Antropologia pela UFPE, com uma pesquisa em filme etnográfico e Antropologia Visual.

C

S

Graciana Ferreira Dias Professora Adjunto III da UFPB e atua no Curso de Licenciatura em Matemática. É licenciada em Matemática (UFPB), Mestre e Doutora em Educação pela UFRN. Desenvolve pesquisas sobre História da Matemática e História da Educação Matemática. Atualmente coordena Projetos voltados para o uso do Laboratório de Ensino de Matemática na Formação de Professores

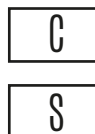
Ianny Thalita Marques de Andrade Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela UFPB. Atua como professora da rede de ensino do Município de Mamanguape -PB. Realiza pesquisas nas áreas de Linguística Histórica e Ensino de Língua Portuguesa.

Ione Gomes da Silva É graduada em Pedagogia (UFPB-Campus IV), mestranda em educação (PPGE-UFPB), integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC)/UFPB-CNPq e o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)/UFPB-CNPq. Áreas de atuação: Educação popular, educação e saúde, políticas públicas

Ivonaldo Leite Possui Doutorado em Ciências da Educação/Área de Especialização Sociologia da Educação (Universidade do Porto, Portugal) e Pós-Doutorado em Sociologia (Universidad de la República, Monevideo). É Professor Associado da UFPB e docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFPB). Áreas de atuação: análise histórico-sociológica dos processos educativos, educação em contextos de risco e vulnerabilidade, educação ambiental, políticas públicas

João Vitor Velame bacharel em Antropologia, com habilitação em Antropologia Visual, e artista visual independente, vinculado ao grupo de pesquisa AVAEDOC (Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários). Com experiências em desenhos etnográficos, se interessa sobre os temas da antropologia experimental, feiras e mercados públicos, e antropologia da arte.

Joel Silva dos Santos doutor em Recursos Naturais/PPGRN/UFCG; Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFPB; Bacharel e Licenciado em Geografia/UFPB; Professor Associado da UFPB/Campus IV do Departamento de Engenharia e Meio Ambiente; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente\PRODEMA\UFPB. Áreas de Atuação: Ecologia das Cidades; Climatologia Urbana; Bioclimatologia e Conforto Térmico Ambiental



José Jassuipe da Silva Morais possui doutorado em Educação pelo PPGE/UFPB e realizou Pós-Doutorado em Ciências da Educação na UC/Portugal. É Professor Associado I da UFPB, está vinculado ao MPPGAV/CE/UFPB, atualmente, é Chefe do DCSA/CCAUE/UFPB. Atua como pesquisador na área de Avaliação e Financiamento da Educação Superior, História da Educação Contábil e Líder do GHEC - Grupo de Pesquisa em História da Educação Contábil

José Muniz Falcão Neto possui mestrado em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba - Campus I e IV e habilitação em Antropologia Visual. Atualmente é Professor Substituto do DCS/UFPB - Campus IV/CCAUE e vinculado ao grupo de pesquisa AVAEDOC. Desenvolve pesquisa na área da Antropologia do Cinema, Urbana e Visual.

Juliana Silva do Nascimento É acadêmica do Curso de Pedagogia (UFPB-Campus IV), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC)/UFPB-CNPq. Áreas de atuação: Processos educativos não formais, educação, drogas e redução de danos, educação em contextos de risco e vulnerabilidade.

Júlio Afonso Sá de Pinho Neto possui doutorado em Comunicação e Cultura pela UFRJ e realizou Pós-Doutorado em Ciência da Informação na Universidade de Múrcia/Espanha. É Professor Associado IV da UFPB, vinculado ao PPGCI e ao MPGOA. Desenvolve pesquisas na área de Gestão da Informação e do Conhecimento e Tecnologias da Informação e Comunicação, com os seguintes temas: gestão da informação, gestão do conhecimento, tecnologias para a gestão organizacional, inclusão digital.

Kátia Regina Gonçalves de Deus possui mestrado em Linguística e atua como professora Assistente II do DCSA/CCAUE/UFPB. Desenvolve pesquisas nas áreas de Semântica Argumentativa e Secretariado

Kelly Emanuely de Oliveira doutora em Antropologia e mestra em Sociologia, é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Atua nas linhas de pesquisa de Etnologia e Antropologia Política, com trabalhos desenvolvidos no campo de movimentos indígenas no Nordeste e, mais especificamente, nos povos Xukuru (PE), Potiguara (PB) e na APOINME - Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

C
S

Laura Taddei Alves Pereira Pinto Berquó mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Advogada desde 2002. Professora Assistente da Universidade Federal da Paraíba (T40), lotada no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE/UFPB. Desenvolve pesquisas na área de análise de textos jurídicos, e na área de educação voltada para a cidadania Agro Ambiental

Lúcia de Fátima Souza dos Santos graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa “Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos” e voluntária PIVIC-UFPB (2019-2020)

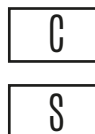
Luciana Maria Ribeiro de Oliveira possui doutorado e pós-doutorado em Antropologia. Atualmente é professora Adjunta do DCS/CCHLA/UFPB e Professora Colaboradora do PPGA/UFPB. Desenvolve pesquisas na área de questões urbanas e visuais, dentre elas destacam-se dois eixos: a) violência, criminalidade, cárcere e juventude; b) identidades de gênero e sexualidades. É coordenadora do Projeto de Extensão Cine Bixa. É vice-líder do Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas (Guetu).

Luciane Alves Santos Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba. Vinculada aos cursos de Pós-graduação em Letras (PPGL-UFPB) e PROFLETRAS (UFPB). Líder do grupo de pesquisa: Estudo do insólito: do mito clássico à modernidade. Desenvolve pesquisas na área de Teoria e crítica literária e ensino de literatura

Luziana Marques da Fonseca Silva é Cientista Social com mestrado e doutorado em Sociologia pela UFPB. É professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da UFPB/CCAe e vice-líder do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC). Desenvolve pesquisas nas áreas de Sociologia e de Antropologia da Saúde, com os seguintes temas: HIV/AIDS, sorodiscordância, biotecnologias e serviços de saúde.

Maely Silva de Farias Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela UFPB. Atua como professora da rede de ensino do Município de Mataraca-PB e como pesquisadora (Gmid) nas áreas de Linguística Histórica e Ensino de Língua Portuguesa.

Márcia M^a de Medeiros Travassos Saeger possui doutorado em Ciência da Informação pela UFPB. É Professora Adjunta III da UFPB e atualmente é Coordenadora



do Curso de Bacharelado em Administração do CCAE. Desenvolve pesquisas na área de Gestão da Informação e do Conhecimento e Tecnologias da Informação e Comunicação, com os seguintes temas: adoção da gestão da informação e do conhecimento nas organizações, gestão pública, uso de tecnologias para a aprendizagem

Marco Aurélio Paz Tella doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. É Professor Associado do DCS/CCAUE/UEPB e do PPGA/UEPB. Desenvolve pesquisas na área de Antropologia Urbana, atuando nos seguintes temas: identidade, juventudes, relações étnico-raciais, ocupação e segregação espacial. É líder do Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas (Guetu), membro do Núcleo e Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UEPB) e da Rede de Estudos sobre Experiências e Ações Juvenis (REAJ).

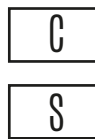
Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin possui doutorado em Sociologia, mestrado em Marketing e graduação em Administração. É professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas Atualmente do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente atua como Diretora de Centro. Tem interesse em pesquisas nas seguintes áreas: inovação, consumo e sociedade; gestão social e gestão pública.

Maria Valdenice Resende Soares Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação atua como Professora Adjunta I da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do grupo de estudos e pesquisas História e Memória da Educação da Paraíba, tem como interesse investigar na área da História da Educação no âmbito das discussões sobre Cultura e Instituição Escolar.

Mayara de Fátima Soares possui graduação em Ecologia pela UFPB. Áreas de atuação: Ecologia, com ênfase em Ecologia urbana, Geoprocessamento, Educação ambiental e Impactos ambientais

Melba Godoi Vieira é discente do curso de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/CCAUE) e atualmente desenvolve pesquisa na área da Documentação Arqueológica com o tema Imagem como Processo Documental na Arqueologia do Cariri Ocidental Paraibano

Nadjacleia Vilar Almeida possui doutorado em Geografia pela UFF com área de concentração em Ordenamento Territorial Ambiental e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPB. Atualmente é professora adjunta do curso de Ecologia (DEMA/CCAUE/UEPB), coordenadora do Laboratório de Cartografia



e Geoprocessamento e membro da Comissão de Gestão Ambiental da UFPB. Tem experiência na área de Geociências, atuando principalmente nos seguintes temas: cartografia, geoprocessamento, degradação ambiental, expansão urbana, ecologia de paisagem e ordenamento e planejamento geoambiental.

Olavo Barreto de Souza doutorando no Programa de pós-graduação em Letras (PPGL) na UFPB; mestre em Literatura e Interculturalidade pela UEPB; especialista em Literatura e Ensino pelo IFRN e em Ciências da Linguagem com ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela UFPB. Graduiu-se em Letras (língua portuguesa e literaturas) na UFCG, onde também foi Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq. Tem desenvolvido pesquisas sobre os seguintes temas: poesia brasileira; autoria feminina de poetisas paraibanas; metapoesia; ensino de literatura; erotismo e literatura

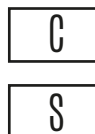
Oswaldo Giovannini Junior possui doutorado em Antropologia pela UFRJ/IFCS. Professor Adjunto II da UFPB, vinculado ao grupo de pesquisa AVAEDOC e, atualmente, é coordenador do Laboratório de Antropologia Visual Arandu. Desenvolve pesquisa na área de Cultura Popular, Festas Tradicionais Brasileiras e Antropologia Visual

Rafaella Sualdini discente do curso de antropologia na instituição da UFPB, faz parte do grupo de pesquisa AVAEDOC como pesquisadora na área de antropologia visual, trabalhando com acervo, memória, questões de gênero e alimentação

Raiane João Manoel Coelho Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Vincula-se ao grupo de estudos e pesquisa História e Memória da Educação da Paraíba. É bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvendo pesquisas no campo da História da Educação com arquivos pessoais de professoras.

Rivânia Maria da Silva mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) pela UFPB. Graduiu-se em Letras (língua portuguesa) pela mesma instituição. Atualmente é membro do grupo de pesquisa intitulado de Laboratório de Estudos de Poesia (LEP), e tem realizado pesquisas sobre a poesia brasileira, tendo como autora de destaque Hilda Hilst

Robson Nascimento da Silva possui graduação em Letras – Língua portuguesa pela UFPB-Campus IV e é mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFPB, orientado pela profa. Dra. Elaine Cristina Cintra. Atualmente é membro do grupo de pesquisa intitulado de Laboratório de Estudos de Poesia (LEP) e desenvolve



pesquisas na área de literatura brasileira, com os seguintes temas: poesia brasileira moderna, teoria da poesia, Joaquim Cardozo.

Roseane Batista Feitosa Nicolau Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É Professora e pesquisadora da UFPB do Curso de Letras do Campus IV, do PROFLETRAS (Programa de Mestrado Profissional em Letras) e do MPLE (Mestrado Profissional em Linguística e Ensino) e pesquisadora do Grupo de pesquisa em Processos e Linguagens Midiáticas (Gmid). Atua nas áreas de Linguística Histórica, Variação e Ensino de Língua Portuguesa.

Suênia Tavares da Silva É acadêmica do Curso de Pedagogia (UFPB-Campus IV), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC)/UFPB-CNPq. Áreas de atuação: Cotidiano escolar, bullying e violência escolar, educação em contextos de risco e vulnerabilidade

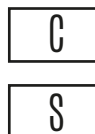
Tainá de Moura Santos Graduada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Foi bolsista PIBIC/Cnpq. nos anos de 2018 a 2020. Membro do grupo de pesquisas Estudos do insólito: do mito clássico à modernidade.

Thais Madeiro Bessa dos Santos: possui graduação em Secretariado Executivo Bilingue pela UFPB

Thaislane Balbino Ferreira graduanda em Secretariado Executivo Bilingue na Universidade Federal da Paraíba. Tem interesse em pesquisas nas seguintes áreas: modelos organizacionais, sustentabilidade, políticas públicas e inovação, e gêneros discursivos

Thales Batista de Lima Doutor em Administração pelo PPGA/UFPB. É docente adjunto III do DCSA/CCAUE/UFPB. Atualmente é vice coordenador do curso de graduação em Administração e líder do grupo de pesquisa Neos. Desenvolve pesquisas nas áreas de Ensino em Administração e Recursos Humanos com ênfase em gestão de competências e aprendizagem

William Ferreira da Silva graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa “Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos” e bolsista PIBIC-UFPB-CNPq (2019-2020)



SOBRE OS GRUPOS DE PESQUISA



1. GRUPO DE PESQUISA ECOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL (GPEMA)

Grupo de pesquisa é coordenado pelos professores Frederico Gustavo Rodrigues França e Rafael Luís Galdini Raimundo, desenvolvendo pesquisas no âmbito da Ecologia e do Meio Ambiente tanto no Campus IV (CCAЕ) como no Campus I (CCEN) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Monitoramento Ambiental (PPGEMA/UFPB), coordenado pelos professores Frederico Gustavo Rodrigues França e Rafael Luís Galdini Raimundo. Conta com 15 professores doutores e 20 alunos de pós-graduação distribuídos em duas linhas de pesquisa: Caracterização e Conservação da Biodiversidade e Gestão e Monitoramento de Recursos Naturais. Este grupo de pesquisa tem contribuído para a ampliação das discussões que envolvem avaliação dos impactos de atividades antrópicas e mudanças climáticas globais na biodiversidade terrestre e aquática; identificação e delineamento de medidas eficientes de conservação e manejo, com foco em particular na seleção de áreas prioritárias para conservação, produzindo conhecimento ecológico em diferentes escalas (escalas local, regional e global). Tem atuado em parceria científica com Universidades europeias. Também tem atuado, regionalmente, junto as secretarias municipais de meio ambiente e ao ICMBio/PB.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6734525111869411](https://cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6734525111869411)

2. GELDICS - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA NA LINGUAGEM DO DIREITO, CONTABILIDADE E SECRETARIADO

O Grupo é liderado pelo professor doutor Daniel César Franklin Chacon. Possui 6 professores e 5 alunos de graduação e 1 técnico- servidor, distribuídos em duas linhas de pesquisa: Análise da linguagem e argumentatividade em gêneros textuais jurídicos, e Mediação da informação em textos jurídicos. O grupo desenvolve pesquisas em projetos ligados a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, tais como o projeto: Formação da cidadania pela teoria e análise linguística de textos jurídicos: interpretar para compreender. Também executa estudos de iniciação científica, como o PIBIC-UFPB-CNPQ 2019-2020, que desenvolve o estudo e pesquisa de textos legais gerais e

específicos das áreas de contabilidade e secretariado, no Departamento de Ciências Sociais, CCAE, CAMPUS IV, UFPB. A pesquisa tem caráter interdisciplinar e perpassa pela interface direito - linguagem. Outro projeto ligado ao GELDICS: PJ584-2019 PJ 584-2019: Núcleo de atendimento jurídico: "uma hora de diálogo: uma vida de cidadania." - ligado ao FLUEX - Fluxo Contínuo da extensão.

Espelho do grupo na plataforma do cnpq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9879748329660745.

3. GRUPO INTERDISCIPLINAR LATINOAMERICANO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SECRETARIADO EXECUTIVO – GILESEC

Este grupo é coordenado pelos professores Francisca Janete da Silva Adelino e Adriana Zenaide Clericuzi e tem como objeto estudar processos de formação da identidade intelectual de âmbito interdisciplinar da atuação dos profissionais de Secretariado como Assessores, Gestores, Empreendedores, Consultores e Docentes. As produções científicas do referido grupo devem ter como horizonte (e não finitude) o território da América Latina e contam com as seguintes linhas de pesquisa: Assessoria e Consultoria Secretarial; Gestão, Empreendedorismo e Inovação; Docência e Pesquisa Científica em Secretariado. A partir dos objetivos das linhas pesquisa, tenho contribuído com discussões e produções científicas na área de assessoria secretarial, incluindo a assessoria remota (virtual). Para além, produções que visam a sustentabilidade e educação ambiental têm sido desenvolvidas, sobretudo, no âmbito da formação e atuação do profissional de Secretariado.

Espelho do grupo na plataforma do CNPQ: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/373711>

4. LEIBNIZ E O LEIBNIZIANISMO NO BRASIL

O grupo de pesquisa é coordenado pelo professor Cristiano Bonneau (DCS/ CCAE) e pela professora Maria Clara Cescato (DFIL/CCHLA), atuando nas graduações de ambos os centros de ensino e na pós-graduação em Filosofia, possuindo discentes em todos os níveis acadêmicos. Possui duas linhas de pesquisa consideradas principais: o pensamento de Leibniz e a história da Filosofia. Esse grupo propõe-se a contribuir com a formação pedagógica e de pesquisa do alunado e na consolidação da Filosofia no CCAE.

Espelho do grupo in: CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/209331>

5. LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE POESIA (LEP):

A criação do grupo de pesquisa Laboratório de estudos de poesia (LEP), em fevereiro de 2017, vinculado ao Departamento de Letras do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da UFPB, deu-se a partir de uma demanda local entre alunos, docentes e outros interessados, que solicitaram um espaço mais amplo para o desenvolvimento de reflexões a respeito deste discurso literário. Coordenado pela Profa. Dra. Elaine Cristina Cinta e a Profa. Dra. Moama Lorena de Lacerda Marques, o Laboratório de estudos de poesia (LEP) propõe reunir pesquisadores, entre docentes, alunos, técnicos e interessados em geral, com o intuito de desenvolver discussões e trabalhos voltados para as questões da poesia, tanto em seus aspectos teóricos, críticos e analíticos, quanto em sua apreciação estética. Quanto à sua estrutura de pessoal, atualmente o grupo contém 10 estudantes cadastrados, sendo eles graduandos e pós-graduandos. Apesar de estar centralizado no Departamento de Letras do CCAE-UFPB, o grupo está aberto para o público em geral e pretende manter uma interlocução com outros grupos e instituições.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/241961>

6. TEXTO: PRODUÇÃO E RECEPÇÃO SOB VÁRIOS OLHARES

O grupo de pesquisa é coordenado pelos professores Erivaldo Pereira do Nascimento e Francisca Janete da Silva Adelino, desenvolvendo pesquisas no âmbito dos estudos linguísticos tanto Campus I (CCHLA) como no Campus IV (CCAЕ) da UFPB. Possui 5 professores e 9 alunos de graduação e pós-graduação distribuídos em duas linhas de pesquisa: Linguagem, Sentido e Cognição; e Teorias Linguísticas e Ensino. Este grupo tem contribuído para a ampliação das discussões que envolvem os aspectos cognitivos, semânticos, sintáticos, discursivos e pragmáticos envolvidos no processo de produção e recepção textual, inclusive em ambiente de ensino-aprendizagem. Também tem atuado na capacitação de profissionais na área de Letras, Secretariado e Educação, em nível de graduação e Pós-Graduação, como também na capacitação e atualização de professores do ensino fundamental e médio, principalmente da rede pública, através da extensão, integrando pesquisa, ensino e extensão.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8847090490116014

C

S

7. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: POLÍTICAS, PRÁTICAS E DISCURSOS

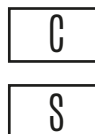
O grupo de pesquisa é coordenado pelo Prof. Dr. Erenildo João Carlos (UFPB/Campus I) e conta com vários pesquisadores que atuam em colaboração para o desenvolvimento das pesquisas, como a Prof. Dra. Evelyn Fernandes Azevedo Faheina (UFPB/Campus IV). O grupo possui 4 professores e 14 alunos de graduação e pós-graduação distribuídos em três principais linhas de pesquisa: Discursos sobre a Educação de Jovens e Adultos; O uso da imagem na Educação de Jovens e Adultos e Educação, Cultura Visual e Discurso. Este grupo tem contribuído para a ampliação das discussões que envolve o debate sobre as políticas, práticas e discursos que circulam no cenário educacional brasileiro e as reflexões tecidas em torno da Cultura Visual e dos diversos gêneros imagéticos articulados ao campo da Educação.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/31917>.

8. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – GEPEM:

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática/Campus IV - GEPEM é coordenado pelas Professoras Cibelle de Fátima Castro de Assis e Graciana Ferreira Dias. O grupo desenvolve pesquisas e projetos colaborativos voltados para a formação inicial e continuada de professores de Matemática. O grupo possui 17 pesquisadores e 2 estudantes de graduação, distribuídos em cinco linhas de pesquisa: Ensino-Aprendizagem de Matemática, Formação de Professores de Matemática, História da Matemática, Tecnologias no Ensino da Matemática e Tratamento da Informação. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática visa contribuir com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem de Matemática da região do Vale do Mamanguape/PB, através da realização de oficinas pedagógicas e projetos colaborativos envolvendo estudantes da graduação e professores da Educação Básica, por meio do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de Matemática - LEPEM.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6321086684795007>



9. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURAS (GEPEDUSC)

Coordenado pelo Professor Ivonaldo Leite, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC) tem como propósito realizar investigações e desenvolver o debate acadêmico a partir de uma tripla perspectiva: a) adotando um enfoque transdisciplinar, buscando, assim, superar as fronteiras teórico-empíricas que tornam o conhecimento prisioneiro da especialização disciplinar; b) concebendo a pesquisa como um dispositivo central no processo de formação humana; c) compreendendo que um dos atributos da pesquisa é construir conceitos e procedimentos que constituam quadros de inteligibilidade para tratar das questões que a realidade coloca como desafio. Nessa perspectiva, o GEPEDUSC, epistemologicamente, preza por uma concepção que busca superar as tradicionais dicotomias que são reproduzidas na esfera acadêmica, tais como: indivíduo/sociedade, ator/estrutura, objetivo/subjetivo, macro/micro, natural/social. Está estruturado em torno de duas linhas de pesquisa: 1) Processos educativos em diferentes contextos, sociedade e políticas; 2) Educação, subjetividades e culturas.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4680639896387018

10. CLIMA URBANO E RECURSOS NATURAIS

O Grupo, de natureza interdisciplinar, é vinculado ao Laboratório de Análise Geoambiental/ LAGEO/UFPB/Campus IV/DEMA. O Grupo conta também com o apoio dos Laboratórios de Climatologia Geográfica/CLIMAGEO/UFPB/Campus I e do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Projetos em Análise Espacial- LEPPAN do Departamento de Geociências-UFPB/Campus I. As pesquisas desenvolvidas pelo Grupo têm um caráter integrador e transdisciplinar, tendo em vista, a participação de colaboradores de diferentes áreas do conhecimento: Ecologia, Biologia, Geografia, Meteorologia, Gestão Ambiental, Arquitetura e Design Sustentável, dentre outros. O objetivo principal do Grupo é desenvolver estudos e pesquisas relacionadas a climatologia urbana, conforto térmico ambiental e a gestão dos recursos naturais. O grupo de estudo conta com a participação de alunos de graduação, Pós-Graduação e professores de diversas áreas e instituições.

Para maiores informações, verificar o espelho do grupo na Plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9702469057125632>

C

S

11. LAPA – LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

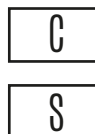
O LAPA - Laboratório de Antropologia, Política e Comunicação é formado a partir da experiência de trabalho de professores de duas instituições de ensino superior (Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte) a fim de fortalecer a produção de pesquisas antropológicas que ampliam o conhecimento sobre relações sociais, políticas e históricas de grupos étnicos e comunidades tradicionais. O laboratório estuda a organização social e política em comunidades étnicas e tradicionais, valorizando as alianças e mediações envolvidas na constituição de identidades sociais específicas, com destaque para relação com o Estado e políticas sociais constituídas. Aprofundamos ainda estudos em etnicidade e cultura, memória e historicidades. Atuamos a partir de quatro linhas de pesquisa: Antropologia, Memória e História; Etnicidade, cultura, comunicação e política de conhecimento; Política, Territorialização e Administração Pública e Processos Identitários e Movimentos Sociais.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/551821>

12. ESTUDOS DO INSÓLITO FICCIONAL: DO MITO CLÁSSICO À MODERNIDADE

O grupo de pesquisa “Estudos do insólito ficcional: do mito clássico à modernidade” é coordenado pelas professoras Luciane Alves Santos e Michelle Bianca Santos Dantas. Nosso grupo desenvolve trabalhos voltados aos estudos literários tanto no campus I (Programa de Pós-graduação em Letras - PPGL) como no Campus IV (CCAE) da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente contamos com oito pesquisadores cadastrados e dez estudantes (em orientações de iniciação científica (PIBIC), mestrado e doutorado) distribuídos em duas linhas de pesquisa: *O mito e a poética do maravilhoso e Teorias e críticas da narrativa: tradição e novas perspectivas*. Nosso principal objetivo é contribuir para a abertura de um espaço de discussão acadêmica acerca de literatura, arte, cultura e imaginário, além de fomentar parcerias e estudos com pesquisadores de outras universidades.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/39359>



13. GRUPO DE PESQUISA EM SAÚDE, SOCIEDADE E CULTURA – GRUPESSC

O grupo de pesquisa é multidisciplinar e aglutina pesquisadores docentes e discentes nas áreas das Ciências Sociais e da Saúde e é coordenado pelas professoras Mônica Franch e Luziana Silva. O GRUPESSC tem como objetivo principal a produção de conhecimento sobre as relações entre cultura, sociedade e práticas de saúde. São temas de interesse dos pesquisadores do Grupessc: processos socioculturais relacionados ao campo da saúde; instâncias mediadoras entre ações sociais, práticas e modelos de atenção em saúde; identidades individuais e coletivas no campo da saúde; biossociabilidades; e relações de gênero e geração em sua interface com questões de saúde. Nossas atividades incluem a realização de pesquisas e a divulgação de seus resultados por meio de publicações e eventos científicos, a qualificação de profissionais na área de ciências sociais da saúde, a colaboração com instituições e programas de saúde no planejamento e, por fim, a produção de projetos de extensão com ênfase na relação saúde e sociedade.

O grupo é sediado no CCHLA/UFPB e está inscrito no diretório de pesquisas do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7349665315680733>.

14. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS GESTÃO DA INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS – GICTEC

O grupo de pesquisa é coordenado pelo professor Júlio Afonso Sá de Pinho Neto, desenvolvendo pesquisas no âmbito dos estudos sobre a Gestão da Informação e do Conhecimento e Tecnologias da Informação e Comunicação tanto *campus I* (CCSA) como no *campus IV* (CCAIE) da UFPB. Possui 3 professores, 1 técnico administrativo e 5 alunos de pós-graduação distribuídos em duas linhas de pesquisa: Inclusão digital e Ética, gestão e políticas de informação. Este grupo tem contribuído para a ampliação das discussões que envolvem os aspectos teóricos e pragmáticos acerca da Gestão da Informação e do Conhecimento, bem como do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e seus impactos nas organizações e no desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos, sob a perspectiva da inclusão digital.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6389557110162488>

C

S

15. GRUPO DE PESQUISAS EM ETNOGRAFIAS URBANAS (GUETU)

O Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas (Guetu) está vinculado ao curso da Antropologia do CCAE/UFPB. O grupo é coordenado pelxs professorxs Luciana Maria Ribeiro de Oliveira e Marco Aurélio Paz Tella. Possui 4 professorxs e 23 pesquisadorxs de graduação, mestrado e doutorado, distribuídos em 3 linhas de pesquisa: Manifestações Urbanas e Audiovisual; Marcadores Sociais da Diferença; Apropriações e Interações em Espaços Públicos - Sociabilidades e Lazer. Fundado em 2008, nossa proposta é reunir pesquisadorxs no campo da antropologia urbana e áreas afins, interessadxs em discutir questões relacionadas aos modos de vida urbano, marcadores sociais da diferença e práticas culturais, vivenciados em cidades de diferentes escalas do Nordeste brasileiro.

16. ESTUDOS GEOAMBIENTAIS

O grupo de pesquisa é coordenado pelos professores Nadjacleia Vilar Almeida e Évio Eduardo Chaves de Melo, está vinculado ao Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento do Departamento de Engenharia e Meio Ambiente da UFPB/Campus IV. Desenvolve pesquisas, fundamentalmente, com caráter integrador/sistêmico, onde os componentes geoambientais (Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Clima, Hidrografia, Flora e Fauna) e os processos atuantes (Uso e ocupação da terra e impactos ambientais) são investigados buscando compreender as fragilidades e potencialidades dos geoambientes analisados e indicar maneiras mais adequadas de utilização dos recursos naturais, além de apresentar propostas de planejamento e ordenamento geoambiental. As pesquisas são conduzidas utilizando o suporte das geotecnologias: geoprocessamento, sensoriamento remoto, GPS e cartografia digital.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0943440716428938>

17. AVAEDOC (ANTROPOLOGIA VISUAL, ARTE, ETNOGRAFIA E DOCUMENTÁRIO)

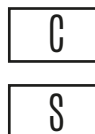
O grupo de pesquisa é cadastrado no diretório do CNPq desde 2009, é coordenado por João Martinho Braga de Mendonça e Oswaldo Giovannini Junior e composto por estudantes de graduação e pós graduação em Antropologia. Espera-se desenvolver reflexões e pesquisas etnográficas que contribuam ao delineamento crítico das possibilidades de constituição da Antropologia Visual num diálogo permanente com o campo das Artes (iconografia, iconologia, patrimônio imaterial, música, fotografia, cinema, vídeo, etc.) e da Comunicação (semiótica, semiologia, teoria das redes, etc.). Propõe-se realizar pesquisas etnográficas inicialmente na região dos municípios de Mamanguape e de Rio Tinto, nas áreas indígenas e não indígenas, com utilização de imagens como forma de investigação antropológica e/ou etnológica, conhecimento reflexivo e expressão artística das realidades locais abordadas. Em médio prazo, como resultados das pesquisas empreendidas, espera-se desenvolver a produção de filmes etnográficos e de outros materiais imagéticos.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0428627479492789>.

18. GMID - PROCESSOS E LINGUAGENS MUDIÁTICAS

O Grupo de pesquisa em Processos e Linguagens Midiáticas, coordenador pelo professor Marcos Nicolau (UFPB), orienta-se para o estudo das linguagens midiáticas como processos comunicacionais de produção de sentido, desenvolvendo pesquisas no âmbito dos estudos dos gêneros textuais, linguagens e dispositivos midiáticos analógicos e digitais. Dentre as linhas de pesquisa encontra-se a intitulada: *Escrita e gêneros textuais no ensino da língua e no contexto das mídias*, composta pelo coordenador do grupo e pelas professoras Roseane Batista Feitosa Nicolau (UFPB/DL) e Antonieta Burity de Souza Hosokawa (UFPB/DL) e mais 4 alunos-pesquisadores. Esta linha contempla estudos com práticas de escrita que envolvem ensino da língua, produção e análise de gêneros textuais, para compreensão de linguagens como processo social e construção de cidadania ativa por parte de professores e alunos dentro e fora da sala de aula.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5497313041460144



19. NEOS – NÚCLEO DE ESTUDOS EM ORGANIZAÇÃO E SOCIEDADE

O grupo de pesquisa é coordenado pelos professores Thales Batista de Lima e Edilane do Amaral Heleno, desenvolvendo pesquisas no âmbito dos estudos em Administração e Economia no Campus IV (CCAIE) da UFPB. Possui 10 professores, 1 técnico-administrativo e 12 alunos de graduação de distintos cursos, sendo distribuídos em três linhas de pesquisa: Estratégias e Organizações; Informação, Conhecimento e Aprendizagem; Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento. Este grupo é de cunho multidisciplinar e tem contribuído para o desenvolvimento de estudos acerca das diversas relações entre os diferentes tipos de organizações e a sociedade.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/40836>

20. GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA E MEMÓRIA DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA – HMEPB

O grupo de pesquisa é coordenado pelas professoras Maria Valdenice Resende Soares e Francymara Antonino Nunes de Assis, desenvolvendo pesquisas no âmbito dos estudos da História da Educação da Paraíba no Campus IV (CCAIE) da UFPB. Possui 2 professoras e 8 alunos de graduação e pós-graduação distribuídos em duas linhas de pesquisa: História das Instituições Educativas e História, Memórias e Práticas Educativas. Tem por objetivo o aprofundamento da produção historiográfica em torno de objetos de estudos sobre a História da Educação da Paraíba que se debruçam sobre a formação docente. Capturar na memória relatos orais, catalogação de fontes (não) oficiais ou particulares nos permite perceber os traços e trilhas de nossas práticas educativas, levando a produção acadêmica, pelos membros participantes do grupo, de artigos, trabalhos de conclusão de curso e outras formas de materialização científicas, bem como resultará na publicação destes para a comunidade interna e externa à instituição.

Espelho do grupo na plataforma do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/539698>

C

S



Este livro foi diagramado
pela Editora UFPB
em 2021.